UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO

CARLOS AUGUSTO SANTOS NERI BRAGA

OPERÁRIAS NEGRAS:
LUTAS E CONTROLE PATRONAL NA *CIA. DE CHARUTOS DANNEMANN* E NA *COSTA PENNA & CIA* (1910-1950).

Salvador – Bahia
2021

CARLOS AUGUSTO SANTOS NERI BRAGA

OPERÁRIAS NEGRAS:
LUTAS E CONTROLE PATRONAL NA *CIA. CHARUTOS DANNEMANN* E NA *COSTA PENNA & CIA.* (1910-1950).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Dr. Vinícius de Rezende.

Salvador - Bahia
2021

Braga, Carlos Augusto Santos Neri
B813 Operárias negras: lutas e controle patronal na Cia. Charutos Dannemann e na Costa Penna & Cia. (1910-1950). / Carlos Augusto Santos Neri Braga. – 2021.
242 f.: il.

Orientador: Profº. Drº. Vinícius de Rezende
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

1. Mulheres. 2. Negras. 3. Trabalho feminino – Recôncavo (BA). I. Rezende, Vinícius. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 331.4

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ATA-PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Carlos Augusto Santos Neri Braga	218122064	Mestrado

TÍTULO DO TRABALHO
Operárias Negras: lutas e controle patronal na Cia. de Charutos Dannemann e na Costa Penna & Cia (1910-1950).

EXAMINADORES	ASSINATURAS	CPF
Vinícius Donizete de Rezende- orientador		286.***.***-**
Iacy Maia Mata (UFBA)		668.***.***-**
Glaucia Cristina Candian Fraccaro (UFSC)		262.***.***-**

ATA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, em ambiente virtual, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Carlos Augusto Santos Neri Braga**,** mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor Vinícius Donizete de Rezende, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando as demais examinadoras. **F**oi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela APROVAÇÃO, COM A INDICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DA DISSERTAÇÃO EM FORMATO DE LIVRO, do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A dissertação "Operárias Negras: lutas e controle patronal na Cia. de Charutos Dannemann e na Costa Penna & Cia (1910-1950)" cumpre plenamente e com louvor os pré-requisitos para a aprovação de uma pesquisa de Mestrado, apresentando problemática de pesquisa bem delimitada, análise empírica de um vasto corpus documental e amplo debate teórico e historiográfico.

Nesse sentido, a banca decidiu por unanimidade aprovar o texto e recomendar sua publicação no formato de livro, por entender que se trata de contribuição original e importante à área da História Social do Trabalho, ao avançar na interpretação centrada na intersecção das categorias de classe, gênero e raça.

SSA, 18/02/2021: Assinatura do aluno:

SSA, 18/02/2021:: Assinatura do orientador:

Dedicado aos meus pais

Angelina Neri
Carlos Francisco Braga

AGRADECIMENTOS

Para construir resistências e sobrevivências contra as agruras do racismo e do capital a população negra criou diversas maneiras de enfrentamento. Uma dessas estratégias foi a aposta na educação. Foi o caso de seu Carlos Francisco, segurança, negro, e meu pai, e também de dona Angelina, oficial de justiça, negra e minha mãe. Desde cedo recebi as melhores condições possíveis – e também impossíveis – para ter uma vida de estudo próspera. Não tenho como agradecer por tudo que fizeram, mas termino mais uma etapa da minha carreira como uma forma de devolver para vocês tudo que recebi em vida. Agradeço pela confiança e o respeito por todas as escolhas que fiz até hoje, e sou imensamente grato pelo apoio e pelo amor sempre incondicional de vocês. Ao meu pai, agradeço ainda as inúmeras conversas que tivemos sobre a pesquisa acadêmica e sobre a prática de ser professor. À mainha, agradeço todo o carinho, sempre traduzido nas atitudes de cuidado e de atenção aos meus projetos de vida.

Na casa de minha mãe, pude contar ainda com dois alicerces e fontes de inspiração, em que muitos dias da escrita desta dissertação ficaram atentos as minhas palavras de desânimo, mas também de empolgação com os temas que trato. A sensibilidade de ouvir, a atenção, e todas as nossas rodas de conversas, foram nada menos que carinho, apoio e motivação para que pudesse organizar as minhas forças. Além da minha eterna gratidão, deixo registrado aqui meu reconhecimento a essas grandes potências intelectuais que me ensinam tanto sobre a vida, mas também sobre utopias e ciência – nosso tema de debates preferidos diga-se. Com certeza serão meus eternos pupilos na arte de fazer excelentes piadas, e espero que com bom treino vocês possam alcançar algum dia o meu talento com o humor. Aos meus irmãos, o biólogo Hugo Braga e ao futuro cientista Henrique Nunes, todo amor e obrigado por tudo! Essa pesquisa também é de vocês.

Foi indispensável para uma escrita sóbria a escuta atenta, dedicada, e contemplativa de Fela Kuti, de Alice Coltraine e de John Coltraine, da incrível Billie Holiday e do pessoal do *Buena Vista Social Club*, para citar alguns de uma lista exaustiva. Deixo aqui o mínimo, uma homenagem, como forma de agradecimento eterno. E por falar de uma escrita sóbria, tive ajuda frequente de amigas e amigos que se puseram a acalentar, a orientar, a apoiar, a ouvir e incentivar meus estudos e o desenvolvimento desta dissertação. Embora tenha me encontrado atônito diversas vezes diante da página em branco, nunca estive só. Há um enorme mocambo comigo, e edifica a minha existência. Sou grato e estou disposto a devolver cada carinho prestado. Esse estudo também é para vocês: ao pessoal que compartilha comigo o prazer de fazer música psicodélica com a *Esquizo'Frenética* de Mariana Brandão, de Dante José e de Marths; à Larissa Barbosa, de escuta prestativa, de apoio incondicional, parceira de boas cervejas e pelo carinho especial de ter feito o trabalho de tradução do abstract; à Tailana, que acompanhou essa longa jornada sempre com incentivo pujante; à Bárbara por todo acolhimento; à Caroline Brito por todos os debates teóricos; às companheiras(os) que peleiam contra o capital e as opressões no *Fórum Anarquista Especifista da Bahia* por todas as formações e debates, e também pelo carinho de me dispensarem de participar de algumas atividades para que pudesse me dedicar à escrita; ao grupo dissidente e crítico do *História do Trampo* e recentemente, também *do Cinema*, que leu parte desta dissertação, debateu e fez críticas honestas e francas, mas claro, sem perder a ternura – Luan, Pablo e Bia; aos colegas da graduação reunidos no *Historiando* – Sandro Augusto Cerqueira, Dielson Santana e Yasmin Gonçalves –, nestes anos foram muitos papos, muitas dúvidas tiradas, obrigado por tudo minhas referências pretas; também às colegas de linha de pesquisa e de boas resenhas, Beatriz Café, Neide Gonçalves e Júlio Sandes, que deixaram as tardes em São Lázaro mais agradáveis. Sou imensamente grato, galera!

No dia a dia, estive a conversar, a debater hipóteses, a tratar de linhas de pensamento quase sempre confusas que suscitavam da pesquisa com Adriana Teles. Também discuti e compartilhei muito das incertezas da vida, inclusive a finalização de todo esse processo de escrita. Dela recebi apoio, carinho e muito acolhimento, fundamentais para seguir firme na

vida. A minha companheira de confinamento contra a *Covid-19* esteve comigo construindo afeto para não deixar os dias difíceis nos vencer. Muitas vezes me aproveitei de sua sensibilidade de artista e de seu olhar clínico sobre fotografias para lançar melhores interpretações sobre os temas que tratei. Deixo aqui registrado meu imenso carinho, gratidão e reconhecimento dessa artista incrível. Te amo preta!

Quem esteve comigo desde os primeiros interesses sobre a História do Trabalho, oriundos ainda na graduação, mas que renderam a origem dessa pesquisa foi Vinícius de Rezende. De lá para cá não consigo mensurar o aprendizado que tive ao longo destes anos, através das aulas, das conversas e, sobretudo, na orientação. Esta última, tarefa difícil, que realizou com animo, apoio, correções sempre francas e honestas, com escuta prestativa, e com dedicação necessária que busquei aproveitar de melhor forma. Sem dúvidas, o saldo positivo que essa dissertação possa contribuir para o meio acadêmico vem desta relação, sempre respeitosa de um orientador atento e minucioso. A tarefa difícil foi em maior parte causada por mim. Vinícius enfrentou meus sumiços, as teimosias, os atrasos e meus fraquejos com muita sensibilidade. Foi um orientador para além dos formalismos, e termino essa etapa ganhando um grande amigo. A finalização desta dissertação é uma das formas de te devolver todo o carinho e cuidado. Sempre serei grato camarada!

A realização desta pesquisa foi viável em grande parte por conta da bolsa de financiamento concedida pela CAPES. Em tempos de ataque à ciência e à universidade, preciso deixar também o registro da importância deste investimento para a divulgação do saber, e para o combate ao obscurantismo que ronda o mundo atual.

Ao longo desses anos percorri arquivos e construí muitos laços com colaboradores e colaboradoras. Quero dedicar essa dissertação com muito carinho a memória de Dona Vanda. Entrevistei a charuteira em 2015, e antes que pudesse terminar esta dissertação, recebi com amargura a notícia de seu falecimento. Que a terra lhe seja leve! Sou imensamente grato à colega de ofício Débora Quelli por ter proporcionado este encontro que me rendeu grandes aprendizados. Dedico essa dissertação para toda a família.

Deixo meu carinho aos funcionários das instituições que visitei, principalmente ao Arquivo Municipal de São Félix e do Arquivo Regional de Cachoeira. Dos percalços causados pelo desleixo das instituições públicas com a memória, a atuação de vocês foi imprescindível para a conservação e o acesso que tive aos documentos.

Outras versões deste texto foram gestadas em outras instituições, onde me aproveitei para colher boas sugestões e contribuições indispensáveis. Deixo meu imenso carinho ao corpo docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana. Nesta dissertação busquei ao máximo acolher as críticas feitas nas bancas de TCC. Agradeço imensamente aos professores Paulo de Jesus (UFRB) e Gabriel Ávila (UFRB), e às professoras Adriana Dantas (UEFS), Aparecida Sanches (UEFS) e a Raíza Canuta (UNEB). Essa dissertação não seria a mesma sem a intervenção de vocês, obrigado!

E finalmente, agradeço aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. O mestrado dura pouco tempo, mas foi suficiente para receber sugestões valiosas e adquirir muito aprendizado. Em especial quero agradecer a Banca de Qualificação, que foi uma experiência ímpar para essa pesquisa. Muita gratidão Antônio Luigi Negro e Iacy Maia Mata. E por último, registro também meu agradecimento à Banca de Defesa dessa dissertação, pela leitura crítica e valiosa com os quais garantiram que muitos equívocos não permanecessem na versão final deste texto. Deixo meus agradecimentos novamente à professora Iacy Mata e à professora Glaucia Fraccaro.

Se, amanhã, a ação dos outros não for o que gostaríamos, o mais importante será que a liberdade de todos seja salvaguardada. O que importa verdadeiramente é que as pessoas façam como entenderem. Não há experiências e conquistas verdadeiras senão aquelas que o próprio povo faz. Não há reformas autênticas senão aquelas que são exigidas pela consciência do povo. (Errico Malatesta).

Ouçam os gritos, a luta de classes não acabou... (Lumpen).

RESUMO

Palavras-chave: Mulheres negras. Mundos do trabalho. Recôncavo Baiano

A proposição dessa pesquisa foi investigar os laivos de um sistema de organização das atividades laborais nas empresas de charutos e cigarrilhas, onde busquei analisar as interações, resistências e lutas das operárias fumageiras contra um modelo de produção instalado no Recôncavo da Bahia, a partir do desenvolvimento do complexo fumageiro entre as décadas de 1910 e 1950. Foram escolhidas a *Cia. de Charutos Dannemann* e a *Costa Penna & Cia*, ambas localizadas nas cidades de São Félix e Muritiba. Essas firmas tiveram trajetórias destacadas no mercado dos artigos de fumo no Brasil, sendo a *Cia de Charutos Dannemann* a mais proeminente do ramo em sua época. O trabalho das mulheres negras foi o eixo central do desenvolvimento da indústria fumageira a partir da apropriação do saber e do trabalho das operárias na elaboração de charutos e cigarrilhas. Busquei justamente analisar os processos de trabalho e como eles foram sistematicamente reduzidos e fracionados nas manufaturas com vistas ao aumento da capacidade de produção e controle da força de trabalho. Este modelo de organização do trabalho traduziu expressões de racialização das trabalhadoras e lugares subalternizados de gênero, indicativo das estratégias patronais para reproduzir opressões sociais em tecnologias de dominação e de controle do trabalho para alargar a apropriação de mais valor. Esse processo demonstrou uma divisão entre concepção e execução do trabalho como elementos fundamentais para a formação de um aparelho burocrático de produção responsável pela gerência e controle dos processos de trabalho. Dessa forma, as operárias não ficaram inertes diante deste modelo de produção e desenvolveram diversas estratégias de lutas contra à exploração e lançaram investidas rumo ao controle dos processos de trabalho. As lutas operárias foram investigadas desde as lutas implícitas e latentes do chão de fábrica até as lutas abertas das greves, das paralisações e dos movimentos operários.

ABSTRACT

Keywords: Black women. Worlds of work. Recôncavo Baiano

The purpose of this research was to investigate the evidence of a system of organization of work activities in cigar and cigarillo companies, where I sought to analyze the interactions, resistance and struggles of tobacco workers against a production model installed in Recôncavo da Bahia, since the start of the development from the tobacco complex from 1910 to 1950. The companies studied in this papaer are *Cia. de Charutos Dannemann* and *Costa Penna & Cia*, both located in the cities of São Félix and Muritiba. These companies had outstanding trajectories in the tobacco products market in Brazil, with *Cia de Charutos Dannemann* being the most prominent in the field at that time. The work of black women was the central axis of the development of the tobacco industry based on the appropriation ofworker's knowledge and work in preparation of cigars and cigarillos. I tried to precisely analyze the work processes and how they were systematically reduced and fractionated in the manufactures with a view of production increasing and control of the work force. This model of work organization translated expressions of racialization of female workers and subalternized places of gender, indicative of employers' strategies to reproduce social oppression in technologies of domination and work control to expand the appropriation of surplus value. This process demonstrated a division between conception and execution of work as fundamental elements for the formation of a bureaucratic apparatus of production responsible for the management and control of work processes. In this way, the workers were not inert in the face of this production model and developed several strategies to fight against exploitation and launched advances towards the control of work processes. The working class 'struggles were investigated from the implicit and latent struggles of the factory floor to the open struggles of strikes, stoppages and workers' movements.

Sumário

Introdução 12
Capítulo 1 25
As manufaturas de charutos no Recôncavo Baiano: aspectos socioeconômicos 25
"A sementeira de desejos": as bases produtivas do tabaco 25
As casas de enfardamento e o surgimento das manufaturas 25
As grandes manufaturas 30
Composição social e trabalho no pós-abolição 40
"A Crise dos Charutos": o caso da interdição dos negócios alemães 52
O truste anglo-americano no mercado de fumo brasileiro 61
Falência das fábricas de charutos 69
Capítulo 2 77
Feito à mão: a organização do trabalho nas manufaturas de charutos e cigarrilhas 77
A hora do trabalho e a proletarização das charuteiras 79
A força de trabalho feminina e a "tarefeira, tarefa variável" 92
A divisão racial e sexual do trabalho 107
O aparelho burocrático de direção 117
O charuto feito pelas mulheres negras 123
Capítulo 3 135
As lutas operárias 136
Disputas sobre controle do trabalho: o caso dos fumicultores 136
A crítica prática das operárias ou as lutas implícitas 144
As operárias contra os dirigentes 144
Surrupiando as folhas de fumo 147
A disciplina fabril e a crítica prática das operárias 154
Racismos de gênero no modelo de produção capitalista 158
A beneficência patronal 163
Feminilidades e masculinidades no movimento operário 170
As lutas abertas: o movimento operário fumageiro 177
Ao influxo da Greve Geral de 1919 178
O comunismo fumageiro 188
O "espantalho do desemprego" e o trabalhismo no vale do fumo 204
Considerações Finais 218
Fontes 222
Bibliografia 228
ANEXOS 237

Introdução

Quinta-Feira, 16 de junho de 1919. Operárias das fábricas de charutos e cigarrilhas cruzaram os braços diante dos seus patrões, paralisando as atividades fabris, reivindicavam aumento salarial de 20%, jornada de oito horas, indenização por acidentes no trabalho e o direito a livre associação. Esse movimento contou com mais de 2.000 trabalhadoras das manufaturas *Companhia de Charutos Dannemann*, *Costa Penna & Cia* e da *Stender & Cia*, localizadas nas cidades de São Félix e Muritiba.[1] As grevistas não afetaram apenas os industriais do complexo fumageiro, mas criaram "óbices à navegação", como registrou o jornal *Diário de Notícias*, atrapalhando o andamento normal do porto das cidades de Cachoeira e São Félix. Visto a força do movimento paredista, comerciantes influentes das pequenas cidades telegrafaram à capital, precisamente para o capitão do porto Pedro Manot Serrat, solicitando "providências a fim de extinguir a greve" junto ao governador que parecia ignorar aquela situação.[2] A ocasião tomaria tons mais dramáticos com os confrontos físicos entre funcionários públicos, policiais e as trabalhadoras. Contudo, no terceiro dia, findaria a greve com resultado favorável às fumageiras com todas as suas reivindicações atendidas.[3]

Uma greve, como a supracitada, pode ser uma manifestação pública e aberta de lutas intestinas. Quero dizer que a luta das trabalhadoras por melhores condições e o esforço desmedido do patronato em confrontar as greves são os rastros das lutas implícitas ao modelo de produção, quase sempre acontecida nas tensões habituais dos processos laborais. Penso que os atos diários das fumageiras na linha de produção, subvertendo aqui e ali as normas empresariais demonstram que a hora do trabalho é possivelmente a marca mais profunda das contradições do sistema capitalista.[4] É na atividade produtiva que homens e mulheres são submetidos à exploração da sua força de trabalho ao mesmo tempo em que eles próprios forjam uma luta contra a alienação e as condições encontradas.[5] Cornelius Castoriadis observou que é a partir do momento em que o empregador exige a capacidade e o rendimento máximo da força de trabalho e o trabalhador ou a trabalhadora atua na atividade produtiva apenas com o que lhe parece justo, que há a constatação do problema colocado ao capitalista: como explorar a força de trabalho?[6] Casos como o da charuteira Maria Francisca Pereira, negra, de 42 anos, suspensa por dois dias em 11 de setembro de 1940[7], ilustram bem esse problema. Informam, por um lado, o aspecto da crítica prática da operária ao modelo de

[1] As Greves na Bahia. *A Rua*, Rio de Janeiro, Ano 6, N.165, p.2, 19 Jun. 1919.
[2] A greve em Cachoeira e S. Félix. *Diário de Notícias*, Salvador, Ano 44, N. 4650, p.1, 29 Jun. 1919.
[3] Não ficaremos sem charutos**.** *A Rua*, Rio de Janeiro, Ano 6, n.166, p.3, 20 Jun. 1919.
[4] CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.100.
[5] Ibidem. p.95.
[6] Ibidem. p.112.
[7] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*.

produção, por outro, a face das normas e do controle do trabalho. Eles revelam uma dupla finalidade, econômica, mas também, como analisa Michele Perrot: "profundamente política – disciplinar o corpo do operário, seus gestos e comportamento".[8]

Dessa forma, residem razões profundas nas intenções dos empresários. Para Harry Braverman, o que o trabalhador vende ao capital não é uma quantidade de trabalho pré-determinada, e sim, a sua força para trabalhar por um período estipulado de tempo, chamada de jornada de trabalho. Portanto, a quantidade ou o conteúdo deste trabalho ainda está para ser definida e disputada no interior das relações capitalistas, sendo para estes últimos a "potencialidade multilateral" dos seres humanos a base para o aumento de seus capitais.[9] Afinal, ao ser contratada, a força de trabalho consegue produzir o bastante para a remuneração de seu próprio custo e também das demais despesas da produção. Além disso, Karl Marx descobriu e investigou que a trabalhadora ou trabalhador não para de trabalhar quando atinge esse ponto, pois continua produzindo excedentes por meio do "trabalho gratuito" que é apropriado pelos capitalistas, fenômeno que chamou de mais valor.[10]

No Recôncavo Baiano, os empresários criaram ou se aproveitaram de condições específicas para responder ao problema da exploração, em uma atividade industrial predominantemente de trabalho manual. Assim, pretendo interpretar as formas de organização do processo produtivo e analisar as experiências[11] das trabalhadoras da *Cia. Charutos Dannemann* e da *Costa Penna & Cia*, situadas nas cidades de São Félix e Muritiba, entre as décadas de 1910 e 1950. A minha intenção é responder a seguinte problemática: quais foram as interações, as estratégias e as resistências elaboradas pelas trabalhadoras contra o modelo de produção fabril?

Essas empresas fizeram parte do complexo fumageiro do Recôncavo Baiano, destacando-se como parte das maiores produtoras de fumo da Bahia,[12] através das atividades ligadas ao seu comércio e exportação.[13] Além de seu lugar na produção, chamou a minha

---

[8] PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.68.

[9] BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.p.57-59.

[10] MARX, Karl. *O Capital:* crítica da economia política. Livro primeiro, o processo do capital, Vol. I. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda. 1996, p.100-102.; HARVEY, David. *A loucura da razão econômica*: Marx e o capital no século XXI. Trad. Artur Renzo. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p.22-24.

[11] Falamos de e*xperiência* no sentido que Thompson tomou em seus estudos; interações, emoções, e respostas reais à realidade histórica. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* A árvore da liberdade. t. 1. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p. 9-10.

[12] BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação do fumo na Bahia*, 1870-1930. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.328. 1975.

[13] ALMEIDA, Paulo Henrique. *A manufatura do fumo na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Economia e Planejamento Econômico) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1983, p.25-26.

atenção o número de trabalhadoras que foram empregadas e o impacto socioeconômico que causaram nas cidades do Recôncavo Baiano, pois a presença dessas empresas atraiu centenas de trabalhadoras para as cidades de Cachoeira, de São Félix e de Muritiba, principalmente pelas perspectivas de trabalho nas manufaturas de fumo no final do século XIX e início do século XX, significativamente diferentes daquelas vividas nos cativeiros escravistas, considerando o contexto do pós-abolição.[14] Segundo um observador contemporâneo, a casa *Costa Penna & Cia*, por exemplo, ocupou mais de mil trabalhadoras, enquanto a *Cia. de Charutos Dannemann*, tinha empregado mais de 3.000 operárias.[15]

O recorte temporal inicial se justificou a partir da década de 1910, quando percebi um conjunto de greves nas manufaturas de charutos e cigarrilhas que deram origem às primeiras instituições operárias, em Muritiba e depois em São Félix. A escolha por décadas, nem sempre precisa, tem um motivo teórico. O objeto de pesquisa apresentou resistências multivariadas, que fluem no cotidiano das empresas, quase sempre difícil de localizar estático, ou marcado como início ou fim. Dessa forma, fui também constrangido a considerar o recorte a partir das conjunturas econômicas vividas pelas empresas, a fim de analisar o escopo da formação de seus capitais. Logo, preferi a adoção da década de 1910, pois escolhi a organização operária e as greves como um ponto de partida pelo seu marco, sem desconsiderar as lutas práticas no cotidiano das fábricas além dos marcos das empresas. Para definir outro limite da pesquisa, a década de 1950 me apareceu apropriada. É a conjuntura das falências das firmas *Cia. de Charutos Dannemann* (1953) e da *Costa Penna & Cia.* (1955) derivadas de uma crise econômica que atingiu as manufaturas durante os anos 1930, e teve seu ague no final da década de 1940, ocorrendo o desmantelamento das atividades manufatureiras destas empresas.[16] As agências das trabalhadoras não foram paralisadas com o fim das empresas. As mobilizações contra o "espantalho do desemprego" foram os últimos suspiros das lutas das operárias daquelas fábricas, o que permitiu a decisão sobre o recorte final nesta década.

A temática que envolve fábricas de charutos ou a experiência das operárias não é interesse inédito. O labor cotidiano com o fumo no Recôncavo Baiano foi frequentemente representado por cronistas, memorialistas e pela imprensa de época de forma a exaltar a presença das empresas e de seus donos, escamotear os conflitos, as contradições da exploração capitalista e naturalizar as assimetrias raciais e de gênero. Entre essas obras

[14] FRAGA FILHO, Walter. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição. Cadernos AEL, Campinas, v. 14, n. 26, p.93-132, 16 set. 2010, p. 114-115.
[15] BONDAR, Gregório. O Fumo na Bahia. *Diário Oficial Do Estado Da Bahia.* Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 292. Edição Especial do Centenário, 1923.
[16] ALMEIDA, Paulo Henrique de. op. cit. p. 48.

destaco a coletânea de livros escritas por Ubaldo Marques Porto Filho[17] contendo um vasto arrolamento de informações sobre as principais empresas do Recôncavo Baiano; o estudo do empresário Hugo Adão de Bittencourt de Carvalho sobre as empresas de charutos baianas[18]; a literatura memorialística produzida nos anos cinquenta por Júlio Ramos de Almeida e nos anos quarenta por Anfilófio de Castro, respectivamente para as cidades de São Félix e Muritiba[19]; e também os escritos do austríaco Stefan Zweig, viajante que visitou as manufaturas.[20] No conjunto dessa literatura, observei a relevância dada à história das empresas fumageiras, ao enaltecimento dos empresários estrangeiros, à importância dos charutos para economia baiana, suas características, qualidade e seus respectivos tipos finos, bem como a atenção às relações comerciais, aos investimentos de capitais e às crises econômicas. Em conjunto, essas obras constituíram uma história romantizada escrita em favor dos patrões.

Dentre os estudos acadêmicos, indico as dissertações de Silza Fraga Costa Borba (1975) e de Paulo Henrique de Almeida (1985)[21] que permitiram compreender o desenvolvimento do complexo fumageiro, suas fases de auge e de declínio, bem como as relações comerciais desse setor a nível nacional e internacional. Outro estudo significativo foi realizado por Luciana Mota, a partir de um olhar patrimonial sobre as manufaturas de fumo do Recôncavo Baiano.[22] Também me interessei pelas pesquisas do sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto[23] sobre as transformações sociais no Recôncavo Baiano. Este último, alinhado ao modelo de pensamento sociológico dos anos 1950[24], buscou na região as vias de desenvolvimento que colocariam em evidência a passagem do mundo rural tradicional para o industrial-urbano[25] na tentativa de verificar os impactos sobre a classe trabalhadora. Os

---

[17] PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Geraldo Dannemann – O Empreendedor*. Salvador: Ed. do autor, 2014; Idem. *O fim dos gigantes dos charutos brasileiros*. Salvador: Ed. Do Autor, 2014.; Idem. *Suerdieck, epopeia do gigante*. Salvador: Ubaldo Marques Porto Filho, 2003.; Idem. *A história dos Charutos Dannemann*. Salvador. Ed. Autor, 2014.

[18] CARVALHO, Hugo Adão de Bittencourt. *Livro dos Charutos Baianos*: Quadro das empresas Baianas. 2011. Disponível em <http://livrodoscharutos.blogspot.com.br/> Acesso em 15 de janeiro de 2020.

[19] Falamos de CASTRO, Anfilófio de. *Muritiba: sua história e seus fados 1559 - 1941*. Digressões - Notas à Bahia. Bahia: Tipografia Naval, 1941.; ALMEIDA, Júlio Ramos de. *Efemérides Sanfelixtas*. São Félix, 1953.

[20] ZWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Trad. Odilon Gallotti. Rio de Janeiro: Guanabara, 1941.

[21] ALMEIDA, Paulo Henrique de. op. cit.; BORBA, Silza Fraga Costa. op. cit.

[22] MOTA, Luciana Guerra Santos. *Manufaturas de fumo do Recôncavo Baiano*: Vestígios de patrimônio industrial. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.244. 2014.

[23] PINTO, Luís Aguiar Costa (1959). Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, M de A. (org.) *Recôncavo da Bahia*; Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997, p. 101-183.

[24] PAOLI, Maria Célia; SÁDER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.3, n.6, 1983. p. 133 -134.

[25] Notifico que o autor também teve interesse em demonstrar a predominância das relações raciais tradicionais enquanto não havia se estabelecido reverberações significativas das mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira na Bahia e no Recôncavo Baiano. Ver: FIGUEREDO, Ângela; PINHO, Osmundo Araújo. Ideias fora

caminhos da análise do sociólogo parecem compreender as trabalhadoras como um estorvo que supostamente se colocou contra as condições necessárias para a implantação da modernidade naquela região. Isto tudo, pelo motivo do largo emprego de mulheres negras, de força de trabalho dita "barata e não qualificada", que segundo o autor substituíram as atitudes conscientes "por uma submissão, um conformismo, uma disponibilidade sexual e uma miséria física" que acentuariam o lugar objetivo de operária e de mulher.[26] As fumageiras foram julgadas na obra do autor como evidência da passividade e do atraso, em detrimento da "consciência de classe" que o trabalhador urbano industrial e masculino deveria ter, na expectativa dele.

Este grupo de estudos acadêmicos, embora sofisticados, reiteraram de alguma forma alguns pressupostos lançados pelos memorialistas, sobretudo, no que tange ao escamoteio da agência das trabalhadoras. Deste modo, parece útil dar visibilidade à classe trabalhadora como agente, integrada na construção do processo histórico que formou o complexo fumageiro. Não resumindo o nível da análise à dimensão econômica da classe, mas colocando em evidência seus aspectos da vida social e cultural, ou seja, a classe trabalhadora como parte da história da sociedade.[27]A minha intenção foi estudar a prática concreta das trabalhadoras, e a partir disto, demostrar suas variadas formas de resistências, seus interesses, buscando em suas próprias ações os elementos que constituíram parte de sua realidade e de sua formação como classe. De outra forma, muitos destes escritos mencionados não deixaram de lançar sobre as operárias leituras racializadas do gênero,[28] que funcionaram duplamente, como referências e também como sinais de que se operava em suas análises, silêncios, estereótipos e representações, subestimando a experiência das mulheres negras. Nesta pesquisa, pretendo ir contra estes pressupostos, demonstrando a capacidade de agência das operárias.

Dessa forma, há um segundo conjunto de pesquisas que deu outros ares ao campo. Essa historiografia esteve interessada na experiência das fumageiras, e de onde melhor aproveitei os debates e estabeleci um diálogo mais profícuo com essas produções, todas encontradas nos bancos de dissertações e teses das universidades da Bahia. As pesquisas de Cristina Assis,[29] Margarete Gomes[30], Priscilla Eloy[31] e Rosana Lessa[32] se debruçaram sobre o

---

do lugar e o lugar do Negro nas Ciências Sociais Brasileiras. *Estudos Afro-Asiáticos*, Salvador, v.24, n.1, 2002, p.189-220.

[26] PINTO, Luís Aguiar Costa. op. cit. p. 127-128.

[27] HOBSBAWM, Eric. "História operária e ideologia". *In:* HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 30.

[28] FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato Silveira. Edufba, Salvador, 2008.

[29] ASSIS, Cristina da Anunciação da Silva. *Memórias e narrativas dos trabalhadores dos armazéns de fumo* – Santo Antônio de Jesus, Bahia (1950-1960). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, p.129. 2015.

cotidiano do trabalho feminino e as memórias das trabalhadoras, respectivamente nas cidades de Santo Antônio de Jesus (1950-1960), Conceição do Almeida (1960-1980), Cruz das Almas (1935-1950) e São Gonçalo dos Campos (1950-1980). Embora fora dos limites temporais estabelecidos nesta pesquisa, as historiadoras forneceram análises importantes sobre a presença feminina, e, sobretudo, os significados das memórias do cotidiano nas fábricas e das trabalhadoras fumageiras. Também sinalizo a pesquisa de Elizabete Barbosa, sobre a infância no Recôncavo Fumageiro (1925-1946); os estudos da historiadora Elizabete Rodrigues da Silva[33], possivelmente a pesquisa de maior fôlego sobre o trabalho feminino no Recôncavo Fumageiro (primeira metade do século XX), a historiadora buscou analisar a presença das mulheres, problematizando os conflitos gerados a partir das relações de gênero, localizando as estratégias dessas trabalhadoras para a sua sobrevivência, as resistências à exploração do trabalho e às opressões de gênero; e por último, o estudo do historiador Fábio Santos, sobre as representações em fotografias da população negra das fábricas de charutos de São Félix (1889-1940).[34]

Embora constituam estudos importantes, inspiradores para o desenvolvimento desta investigação, foi preciso diferenciar a minha análise no que tange a formulação da problemática de pesquisa e na interpretação dos Mundos do Trabalho Fumageiro. Com o transcorrer do texto, poderá se perceber que a minha intenção foi investigar a prática social dos capitalistas na organização do capital e também dos processos produtivos, aprofundar a análise a respeito dos aspectos das lutas operárias e das resistências, pensar os marcadores sociais da diferença como elementos constitutivos da experiência das trabalhadoras, sobretudo do ponto de vista racial e de gênero. Além disso, o uso de um corpo de fontes diferenciado dos estudos mencionados, como a literatura, a imprensa operária e o uso dos registros dos empregados da *Cia. de Charutos Dannemann*, permitiram alcançar alguma originalidade,

---

[30] GOMES, Margarete Nunes Santos. *Caprichos e trapiches*: memórias das ex-trabalhadoras da atividade fumageira em Conceição do Almeida-BA, (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas/Campus V, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, p.158. 2010.

[31] ELOY, Priscilla da Silva. *A fábrica de charutos Suerdieck no Recôncavo Baiano*: Memórias e Histórias de trabalhadores na década de 1935 a 1950. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, p.100, 2016.

[32] LESSA, Rosana Falcão. *Mulheres na indústria fumageira de São Gonçalo dos Campos-Bahia*: cotidiano e memórias 1950-1980. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, p.135, 2010.

[33]SILVA, Elizabete Rodrigues da. *As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres*: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.254. 2011; SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer charutos***:** uma atividade feminina. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.211, 2001.

[34] SANTOS, Fábio Américo Reis. *Trabalho e racialização em São Félix*: o caso Dannemann (1889-1940). Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, p.160. 2018.

principalmente acerca da análise da composição social das operárias e do estabelecimento de um modelo de produção, com divisões raciais e de gênero. Também espero contribuir para o campo de pesquisa a partir da inserção da temática das lutas práticas e dos movimentos operários constituídos no Recôncavo Baiano, em que pese esta pesquisa, temáticas ainda pouco visitadas.

Dessa forma, o título "*Operárias Negras*" pareceu ser a síntese apropriada para o que busquei desenvolver ao longo das análises e ao mesmo tempo uma boa provocação. Isto faz lembrar que as trabalhadoras encontraram um ambiente fabril de marcadores sociais que estão lançados na sociedade e que não cessaram nas bancas de charutos. O uso dos termos "negros e negras" que apresentei ao longo desta pesquisa foi tomado como uma noção que abarca conjuntamente as experiências daquela população afrodescendente. Termos convenientes para que pudesse aglutinar matizes de cor de grupos sociais como *pretos* e *pardos* de experiências em comum frente aos marcadores sociais. Vale lembrar que experiência negra não sugere um termo consensual de identidades, mas organiza analiticamente esses grupos em uma realidade estruturada por hierarquias entre as raças sociais. Racialização, inclusive, pareceu-me um conceito a corroborar melhor à leitora e ao leitor, que falo de processos que vinculam abertamente ou através de discursos intermediários, sobre definições e expectativas de comportamentos a partir de uma leitura social dos fenótipos humanos.[35] Dito de uma melhor forma, a racialização é a construção social de que humanos teriam comportamentos, moralidades e capacidades intelectuais definidas no imaginário social a partir de seus traços físicos.[36] Portanto, racialização também lembra melhor ao analista que estes processos sãos sociais e históricos, que não começam e nem terminam em definições prontas e consensuais emergidos da realidade social.[37]

Esse exercício já é muito bem conhecido na historiografia do período, e tende a não diluir, nem esconder essas experiências raciais dentro de categorias mais amplas dos de baixo, como classes populares ou pobres, uma vez que a história da classe trabalhadora brasileira se percebe mais diversa em termos de sujeitos.[38] De outra maneira, permite contestar velhas

---

[35] Para definições, problematizações, balanços e pesquisas históricas ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; FASSIN, Didier. Nem Raça, nem Racismo: o que racializar significa. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo & SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.) *Emancipação, Inclusão e Exclusão*: desafios do passado e do presente. São Paulo: Editora da USP, 2018. p.51-72; MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo*: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. EDUFSCAR, São Carlos, 2016.

[36] FANON, Frantz. op. cit.

[37] Evitei o uso do termo "raça" para não ser lido na chave análoga aquela associada à realidade biológica, e enfatizar o seu aspecto essencialmente social. E não por engano, quando aparece o termo, optei pela sugestão de Antônio Sérgio Guimarães de complementar na forma de "raças sociais". Ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Racismo e Antirracismo no Brasil.* 3ª ed. São Paulo: editora 34, 2019.

[38] Embora possamos lembrar que essas categorias de cor podem não sugerir descrições dos fenótipos e sim designar lugares sociais como sustenta Hebe Mattos. Em nossa especificidade de pesquisa, não foram remetidas

teses sobre a existência de uma classe trabalhadora no Brasil supostamente "branca, masculina e fabril" e de "ascendência europeia" como tem problematizado diferentes pesquisadores.[39] E também não tolera que continue a se produzir uma historiografia da *História Social do Trabalho* sob uma sombra daquilo que o historiador Álvaro Pereira Nascimento tem chamado de "paradigma da ausência"; que minimiza a participação dos trabalhadores e trabalhadoras negras no *fazer-se* da classe, numa metanarrativa – marxista vale informar – que constrange suas formas próprias de lutas, resistências e organização, como externas da luta de classes.[40]

Ao analisar as ocupações das trabalhadoras na produção, se tornou fundamental compreender como o gênero operou para designar esses lugares no interior das manufaturas, quanto aos seus significados, através dos conteúdos que diferenciaram o trabalho masculino do trabalho feminino. Deste modo, ao rejeitar a naturalização dessa divisão sexual do trabalho, seguindo a orientação da historiadora Joan Scott, usei a categoria de gênero para fazer a leitura das construções sociais sobre o feminino e também do masculino, constitutivas das relações sociais e como uma maneira elementar de significar as relações de poder.[41] Assim, se torna possível problematizar as noções aparentemente fixas das representações de gênero na organização do trabalho nas empresas fumageiras, e demonstrar seus discursos ocultos. A fim de evitar uma investigação que pode desconsiderar os sujeitos históricos, sobretudo, sua capacidade de agência, ao passo de reduzir a realidade histórica a uma explicação funcional[42] busquei a noção de experiência presente nos estudos de E.P. Thompson. O conceito sinaliza uma forma de mediação entre as estruturas sociais e os

---

categorias sociais na documentação das empresas, o que não quer dizer que essas noções de cor estavam fora daquela sociedade e não foram reproduzidas nas relações de trabalho dentro das empresas. Para mais consultar: MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª ed. rev. Editora da UNICAMP, Campinas, 2013.; ver também MONSMA, Karl. op.cit.

[39] O questionamento dessas ideias já foi objeto de debate por diferentes abordagens. Para citar os exemplos mais influentes nessa pesquisa ver: BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo oligárquico*: da Proclamação da República à Revolução de 30 – Primeira República (1889-1930). 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 165.; NEGRO, Antônio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *In*: GOMES, Flávio Santos e DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade*: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2013, p. 25-43.

[40] Há outros trabalhos que fazem um balanço e críticas aprofundadas sobre a relação entre cor e formação da classe trabalhadora além de Nascimento. Consultar em: NASCIMENTO, Álvaro P. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.29, n.59, p.607-626. 2016.; LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, v.116, p. 25-38, 1998.; CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. DA. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 15 set. 2010.; NEGRO, Antônio Luigi e GOMES, Flávio. op.cit.

[41] SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=39565>. p.21.

[42] Está é uma crítica feita por Louise Tilly à Joan Scott. Para o debate, conferir o texto citado na nota anterior, e ver as considerações da historiadora Eleni Varikas em: VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.3, p.63-84. 2007. Ver também, o próprio texto de Tilly em: Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.3, p.28-62. 2007.

sujeitos que, por ventura, elaboraram interações em conjunto ou não, contra outros agentes em condições e interesses antagônicos aos seus, intervindo diretamente na construção da realidade histórica.[43]

Em termos de gênero e de experiências racializadas, o legado teórico de um feminismo antirracista, por exemplo, também nos é fundamental. O ponto de vista das mulheres negras alerta para uma crítica de outro tipo de diluição. Segundo a historiadora Lélia Gonzalez, o racismo e o sexismo, na sua forma do mito da democracia racial, foram capazes de ocultar as violências simbólicas que as mulheres negras sofrem, na objetificação de seus corpos, como também esvanece o cotidiano da divisão racial e sexual do trabalho, que essas mesmas mulheres ocupam.[44] Esses racismos de gênero podem diluir a experiência de mulheres negras, no uso acrítico de uma categoria mais geral de mulheres ou de negros. Considerar isso significa reconhecer as dinâmicas da produção da diferença nas experiências das operárias, visto que as manufaturas (re)produziram as interações dos eixos de subordinação social, como o racismo, o sexismo e a exploração de classe.[45] Igualmente, se torna fundamental nessa metodologia analisar as consequências interseccionadas que estruturaram as relações sociais nas empresas, criando hierarquias e limites que fluem através desses eixos.[46] De outra maneira, está longe desse exercício estimular uma análise da "especificidade" destas experiências, ao contrário, é a partir delas que se pode pensar uma experiência em sua amplitude mais coletiva, de classe, de raça e também de gênero.

Atender a essa abordagem é, sobretudo, enfrentar o desafio de descortinar o paradigma da ausência[47]: por um lado, tratar da cor das trabalhadoras como dimensão que informa ao conjunto das fumageiras suas referências socioculturais e a retórica de enfrentamento às condições encontradas por elas; por outro lado, sinalizar os processos de racialização e de atuação do gênero nos espaços de trabalho.

Não obstante, as diferenças resultantes da organização do trabalho entre concepção (controle e organização do trabalho) e execução, me permitiram fazer a análise que a classe capitalista não é composta somente por proprietários jurídicos dos meios de produção, mas também por aqueles que se dedicam ao controle do trabalho. Alguns autores têm trabalhado

---

[43] THOMPSON, E. P. op. cit. p.9-10.

[44] GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs,1984, p. 228.

[45] BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.26, p.329-376, jan/jun. 2006, p. 362-365

[46] CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Revista de Estudos Feministas*, v. 10, n.1, p.171-188. 2002.
p. 177; DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. trad. Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.: KERNER, Ina. Tudo é interseccional ?: Sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos estudos*. - CEBRAP, São Paulo, n.93, p. 45-58, jul. 2012.

[47] NASCIMENTO, Álvaro P. op. cit. p. 607-626; LARA, Silvia Hunold. op. cit.; CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. op. cit.; NEGRO, Antônio Luigi e GOMES, Flávio. op. cit.

com o conceito de *gestores* como uma terceira classe, que junto com os "patrões/burgueses" formam os capitalistas.[48] Os gestores também se apropriam do mais valor, e embora recebam "salário", este não é fruto de seu próprio trabalho, mas uma fatia extraída dos excedentes do trabalho das operárias, por meio da participação na organização das atividades produtivas.[49] Essa percepção me ajudou a identificar que os interesses de classe elaborados nas experiências das manufaturas não percebiam apenas o patronato como antagonista, uma vez que a crítica prática das operárias ao controle do trabalho, como busquei demonstrar, foi central.

Para o empreendimento da pesquisa, usei um conjunto variado de fontes. A pluralidade de suas linguagens de início revela muito do que é escrever uma história de sujeitas subalternizadas e suas ações, principalmente com o compromisso de quebra dos silêncios. Ao cruzarmos as evidências, buscando desvendar parte do que foi trabalhar no complexo fumageiro, a minha pretensão na prática metodológica foi compreender como as distintas marcas sociais também estavam a produzir estas fontes e quais vestígios poderiam ser aproveitados a partir do problema de pesquisa. Dessa forma, a categoria gênero, que aparece como suporte teórico, foi utilizada também para fazer uma leitura metodológica na investigação das fontes, oferecendo caminhos para o descortinamento dos sujeitos e, principalmente, permitindo a possibilidade de buscar os discursos de masculinidade e feminilidade na documentação das empresas, na imprensa local e operária e nas obras literárias, dando visibilidade aos lugares de poder que ocuparam homens e mulheres nas relações de trabalho e também nas lutas operárias.

Deste modo, o apoio empírico para esta pesquisa se encontra na análise das diversas fontes que recolhi. A documentação da *Cia. de Charutos Dannemann* disponível no Arquivo Municipal de São Félix é composta por inventários de compra de equipamentos e venda de mercadorias, relatórios de caixa, correspondências e 1.511 fichas de registro de funcionários. Essa documentação, produzida entre 1923 e 1952, tornou possível perscrutar os vestígios da organização do processo produtivo e do cotidiano do corpo burocrático da empresa. Também contei com relatos valiosos do técnico agrícola Gregório Bondar (1923), do escritor Stefan Zweig (1941), do relatório *Aspectos Econômicos da Economia Rural Brasileira* (1922) produzido pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e dos memorialistas Anfilófio

[48] Embora tenha usado a categoria *gestor*, friso a compreensão do filósofo Castoriadis de que a sociedade contemporânea não corresponde mais a divisão entre proprietários e não proprietários, mas àquela, que julga mais profunda, a divisão entre *dirigentes* e *executores*. Ao longo do texto irei alternar de forma indiscriminada o uso dos conceitos entre *dirigentes, gestores* ou *aparelho burocrático de produção.* CASTORIADIS, Cornelius. op. cit. p.81.

[49] REZENDE, Vinícius de. *Vidas Fabris*: trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980). São Paulo: Alameda, 2017, p.167-237.

de Castro (1948) e Júlio Ramos de Almeida (1953). As descrições dos processos produtivos permitiu cruzar com as informações das documentações empresariais, com as funções encontradas nas fichas dos empregados, e foi possível analisar como esteve organizado o processo de fabricação, assim como quem ocupava tais funções.

As fichas de *Registros dos Empregados da Cia. Dannemann* foi a melhor forma para saber quem se ocupou com a manufatura dos charutos e cigarrilhas. Foram 1.511 fichas de registro analisadas, que estão organizadas em 12 caixas por ordem alfabética no Arquivo Municipal de São Félix. Os registros foram produzidos desde 1935 e as informações das admissões das operárias são anteriores a esse período, desde o século XIX até 1948. Há nessas fichas informações sobre o local de origem das operárias e de moradia, abrindo caminho para compreender os processos de migração no Recôncavo Baiano, bem como os espaços de habitação; material para traçar um perfil social através das informações de idade, estado civil, gênero, salário e lugar de ocupação no processo produtivo; o acesso aos nomes dessas trabalhadoras e aos nomes de seus pais possibilitou através do método nominal perceber as gerações de famílias que trabalharam nas manufaturas. Além disso, as fichas possibilitaram analisar as permanências e a regularidade do trabalho nas empresas através das datas de admissão e demissão, dos dados relativos às férias, multas e suspensões.

Uma importante fração destas fichas apresenta fotografias das operárias, o que permite acessar a informação de sua cor. Além deste material, contei também com o acervo fotográfico da família Dannemann, presente no mesmo arquivo, com fotografias das propriedades e dos espaços internos da empresa: vestígios da disposição das trabalhadoras, bem como das dimensões espaciais da produção. Este conjunto de fotografias rompeu o silêncio institucional sobre a cor das trabalhadoras compartilhado pela maior parte da documentação empresarial escrita consultada. Desta forma, embora não seja um testemunho voluntário das fontes, não descarto a possibilidade de identificar esse marcador social como uma categoria para pensar as relações de trabalho nas manufaturas analisadas. Quando a documentação não faz testemunhos acerca da cor das trabalhadoras, busquei como pesquisador, dotado de subjetividades, inferir sobre as fotografias uma identificação para fins analíticos estando ciente que essa identificação resulta de categorias manipuladas por mim e que podem escapar à realidade social analisada.[50] Aqui a categoria cor tomou duas dimensões: heurística, para pensar a realidade histórica, mas também metodológica, para descortinar os silêncios na crítica das fontes.

[50] Para o enfrentamento dos silêncios das fontes sobre a cor da classe trabalhadora ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos *In:* PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. *Raça*: novas perspectivas antropológicas. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA. 2008. p.63-82.; CICALO, André. Campos do pós-abolição: identidades laborais e experiência "negra" entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n. 69, p.101-130. 2015.

A literatura também foi fundamental para perscrutar as experiências das fumageiras nas manufaturas. Da mesma forma, esses escritos abriram portas para a investigação da memória e das representações sociais, por vezes, significantes para pensar a realidade das hierarquias sociais. Jorge Amado, na obra *Jubiabá* (1935), deu destaque às lutas e às contradições que viveram os trabalhadores baianos e incluiu entre essas experiências as das fumageiras do Recôncavo Baiano. Elas encontrariam mais espaço na obra *Vidas da Vida* (1989) da escritora Mariá Costa Penna, filha do dono da *Costa Penna & Cia*. Com base em suas memórias da infância, a escritora priorizou o cotidiano da cidade de São Félix, e a partir da crônica *As charuteiras* as fumageiras ganham destaque, ressaltando aspectos da vida das mulheres dentro e fora das manufaturas. Ambos os autores tentaram perceber os "humildes e humilhados", dando ênfase nas suas construções literárias ao cotidiano e vida dos mais pobres, colocando as fumageiras em suas vidas diárias, seja no labor com os fumos nas manufaturas, na vida doméstica ou pelas ruas de São Félix, Muritiba e Cachoeira. Dessa forma, foi possível fazer a crítica e problematizar os estereótipos e os arquétipos usados por Jorge Amado e por Mariá Costa Penna como metáfora da realidade social.

O cruzamento entre a literatura e a imprensa operária foi imprescindível para a nossa prática analítica e para desvendar os movimentos e expressões da classe trabalhadora feminina do Recôncavo Baiano. O uso dessas fontes abriu novos caminhos em relação ao que já foi escrito sobre o trabalho fumageiro do Recôncavo Baiano, principalmente no que diz respeitos às suas atitudes, interações e resistências. Apesar de seus limites, a imprensa operária passou a exercer um discurso em oposição aos jornais de grande circulação e, ao compor suas páginas com os discursos das fumageiras, ofereceram vasto material para se escrever uma história vista de baixo. A imprensa operária funcionou ambiguamente, como refúgio para as vozes das operárias, mas também silenciando-as através dos discursos masculinizantes dos periódicos. Investiguei os jornais *O Germinal* (1920), *A Voz do Trabalhador* (1920-1921), *A Classe Operária* (1925-1955), *O Momento* (1948), *Tribuna do Povo* (1946) e *A Voz Operária* (1950-1955).

Por sua vez, o contato com os jornais locais nos deu dimensões sobre o conflito aberto, como paralisações, greves e protestos. Estes estão disponíveis no Arquivo Municipal de São Félix, Arquivo Público da Bahia e na Biblioteca Pública do Estado da Bahia: *A Novidade* (1944), *A Ordem* (1920), *Correio de São Félix* (1942-1955), *Diário de Notícias* (1920) e *O Propulsor* (1911). Ao registrar eventos que envolveram as empresas do complexo fumageiro, é possível sondar nesses jornais os discursos e suas posições perante a classe trabalhadora, principalmente nas incursões do proletariado em greves e paralisações. Nesse sentido, não esquecemos também de consultar os jornais baianos e nacionais que por vezes dão destaque

em suas páginas ao Recôncavo Baiano, disponíveis na Hemeroteca Digital do acervo online da Biblioteca Nacional: *A Bahia Ilustrada* (1917), *A Manhã* (1926-1952), *A Noite* (1916-1943), *A Rua* (1917), *A Razão* (1919-1930), *Correio da Manhã* (1944-1953), *Gazeta de Notícias* (1917-1924), *O Imparcial* (1935), e *O Radical* (1938-1941).

A dissertação foi organizada em três capítulos, estruturados por seções temáticas onde tratei de levantar dados e questões com a intenção de responder a problemática central desta pesquisa. No capítulo 1, *As manufaturas de charutos* analisei a estrutura social e econômica das empresas *Cia. de Charutos Dannemann* e da *Costa Penna & Cia* no contexto da formação do complexo fumageiro na Bahia. O objetivo deste capítulo é apresentar a trajetória das empresas fumageiras em diferentes conjunturas econômicas, perscrutando a prática social do patronato para organizar seus capitais e o perfil social das trabalhadoras destas empresas. No capítulo 2, *Feito à mão*, reduzi o escopo de investigação para o chão de fábrica, averiguando a organização social do trabalho e dos processos produtivos nas empresas fumageiras, com o objetivo de demonstrar as estratégias patronais para ampliar suas margens de extração de mais valor. Por último, no capítulo 3, *As lutas operárias* analisei as agências das trabalhadoras em diferentes maneiras de luta de classe, seja no chão de fábrica, na *crítica prática* ao modelo de produção, na investida pelo controle do trabalho ou nas lutas abertas dos movimentos operários, das greves e na organização sindical.

Capítulo 1

As manufaturas de charutos: aspectos socioeconômicos no Recôncavo Baiano

Neste primeiro capítulo, a minha intenção é situar e analisar a trajetória histórica da *Cia. de Charutos Dannemann* e da *Costa Penna & Cia.* a partir das suas relações com as bases produtivas do tabaco localizadas no Recôncavo Baiano. Visto que essas empresas estruturaram e fizeram parte de um complexo agro-manufatureiro-exportador que envolveu e mobilizou diferentes agentes sociais seja no controle ou no trabalho nos diversos segmentos do complexo fumageiro: as pequenas plantações de fumo; o comércio interno feito entre fumicultores e trapicheiros; o beneficiamento e enfardamento das folhas nos armazéns; as exportações feitas pelas casas comerciais; e a produção de charutos e cigarrilhas nas grandes empresas e nos pequenos fabricos. Embora não seja funcional isolar cada uma destas dimensões, busquei analisar como um determinado modelo de exploração do trabalho foi instalado no Recôncavo Baiano; enfatizei também a análise sobre as grandes manufaturas e o seu lugar no mercado de charutos, cigarrilhas e exportações de fumo no cenário da produção baiana e nacional a fim de demonstrar a hegemonia do capital alemão; investiguei a origem de seus capitais, reuni informações sobre a vida econômica dessas empresas e sua dependência do mercado exterior; também perscrutei as origens e a composição social das operárias do setor manufatureiro; e por último analisamos a conjuntura de crise que provocou as duas empresas terminar suas atividades no início da segunda metade do século XX. Neste sentido, o capítulo apresentado investiga a prática social dos capitalistas e seus interesses em torno das trajetórias de duas das principais manufaturas de charutos e cigarrilhas do Brasil.

"A sementeira de desejos": as bases produtivas do tabaco

Inicialmente preciso fazer uma rápida digressão para situar como se formou as bases produtivas do tabaco na Bahia. Em 1711, o jesuíta André João Antonil comentou a estima e o valor que chegou "o Tabaco, e mais particularmente o do Brasil" na Europa, pois havia "pouco mais de cem anos, que se começou a plantar, e beneficiar" o fumo na Bahia. "Foram as primeiras arrobas, que se mandaram a Lisboa, como sua sementeira de desejos" que fizeram como que a "cada ano se pedissem logo, e se mandasse mais, e mais arrobas". O

fumo passou de "mimo" à "mercancia" e "os tantos milhares de rolos" que levaram as frotas foram "bastantes para satisfazer o apetite de todas as nações, não somente da Europa, mas também das outras partes do mundo, donde encarecidamente se procuram".[1]

Este registro do jesuíta Antonil anuncia a formação das bases produtivas do tabaco na Bahia que foram instaladas ao largo da colonização portuguesa. Os montantes de arrobas de tabaco saíram da colônia em direção a Portugal e conheceram destinos diversos, distribuídos para a Espanha, a Inglaterra, a Alemanha, a Holanda, a Itália, a França, a Índia portuguesa (Goa), a América do Norte e a costa da África ocidental, o que deu fama e integrou os fumos baianos no mercado mundial.[2] A Bahia ficaria conhecida por sua economia predominantemente agrícola até meados do século XX e, em resposta ao mercado cada vez mais ansioso pelo consumo do tabaco, também como a principal exportadora do gênero no Brasil. O fumo esteve sempre entre os principais produtos de exportação da província, ficando atrás apenas do açúcar até meados do século XIX, e do cacau durante as primeiras décadas do século XX.

Possivelmente, foram os "Campos da Cachoeira" os responsáveis pela fama. A principal zona produtora de fumo na Bahia enviou cerca de 90% da produção à Lisboa entre os séculos XVII e XVIII. Os rolos de fumo considerados de primeira e de segunda classe eram destinados à metrópole e aqueles ditos "refugos" tiveram amplo mercado no Brasil.[3] Embora fossem considerados de terceira classe, esses fumos eram indispensáveis nas negociações feitas pelos traficantes brasileiros na África Ocidental e foram responsáveis por 50% a 75% do valor de troca no escambo por homens e por mulheres escravizadas nos portos da Costa da Mina na economia do tráfico.[4] O motivo pode ser encontrado na diferenciação ocorrida pelo processo de beneficiamento feito no Recôncavo Baiano. Acrescentavam-se ervas aromáticas e melaço para as folhas não ficarem extremamente secas ou bolorentas e isso rendeu a importante reputação do aroma adocicado ao fumo dessas terras, que muito agradou aos africanos.[5] O progresso com a cultura do tabaco alcançado no século XVII havia dado

---

[1] ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil, por suas drogas e minas*. Lisboa: Offic. Real Deslandesiana, 1711, p.124. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320141/or1320141.html

[2] BARICKMAN, Bart Jude. *Um Contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1760-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.63.

[3] Ibidem, p.63-64.

[4] ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano M. Resgate e Mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (Século XVIII). *Afro-Ásia*, Salvador, n.37, Ago. 2008, p.64; VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987, p.19-26.

[5] BARICKMAN, Bert Jude. op. cit. p.291-293; FIGUEIRÔA-REGO, João. "Escravos do fumo: notas sobre a escravatura no contexto tabaqueiro: Bahia, Costa da Mina e Angola (séculos XVII-XIX)." In: FIGUEIROA-

condições para o estabelecimento do ciclo do tráfico com a Costa da Mina, exercendo importante papel comercial entre a Bahia e a África[6] dando à cultura do fumo importância vital para a economia escravista.

As bases da atividade fumageira estavam estabelecidas. Contudo, a mudança mais significativa na lavoura ocorreu somente nas primeiras décadas do século XIX. As exportações do fumo de corda foram crescentes até 1816 favorecidas pelo surgimento de novos mercados, pelas fortes especulações sobre o fumo baiano e foi a partir da década seguinte que elas começaram a cair até meados da década de 1840.[7] O prolongamento das baixas saídas foi atribuído ao encolhimento dos mercados externos para o fumo baiano na África e na Europa, em consequência da Independência do Brasil e das tentativas de supressão do tráfico negreiro feitas pela Inglaterra através do tratado de 1815 no Congresso de Viena.[8] Isso porque, por um lado, a ruptura ocorrida na independência privou o considerável mercado de Portugal. Só Lisboa, por exemplo, era responsável pela compra anual de 7 a 8 mil rolos[9] e a expulsão dos portugueses cortariam também ligações comerciais com países importantes como a Espanha e a Itália que tiveram que buscar o tabaco em outros lugares.[10] Por outro lado, as investidas para barrar o tráfico baiano a partir dos anos 1830, mesmo que apenas de maneira virtual, foram suficientes para reduzir a demanda e deixou os fumicultores baianos sem o seu outro importante mercado para escoamento dos refugos.[11]

Dessa forma, foi nesse cenário que animou o mercado para o fumo em folha dos pequenos agricultores, uma vez que a crise parece ter atingindo mais o tipo de fumo destinado à África e não a cultura em geral. Novos mercados foram abertos pela generalização do hábito de fumar por todo o mundo. O consumo do tabaco havia se popularizado, principalmente na forma de charutos. Dessa forma, a baixa e depois a estagnação das exportações do fumo durante as primeiras quatro décadas do século XIX tiveram influência do tráfico, entretanto, atingiram apenas o tabaco do tipo em corda. As exportações do tabaco do tipo folha, ao

---

REGO, J.; LUXÁN MELÉNDEZ, S. D.; SANZ ROZALÉN, V. (org). *Tabaco e escravos nos impérios ibéricos*. Lisboa: Centro de História D'Aquém e d'Além Mar, 2015, p.88-94.

[6] VERGER, Pierre. op. cit. p.20.

[7] ALMEIDA, Rômulo Barreto. Traços da História econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v.11, n.19, p.82-101, Jan. 2009, p.90; BARICKMAN, Bert Jude. op. cit. p.67

[8] BARICKMAN, Bert Jude. op. cit. p.67-69.

[9] BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação do fumo na Bahia*, 1870-1930. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.328. 1975 p.3.

[10] ALMEIDA, Rômulo Barreto de. op. cit. p.89; BARICKMAN, Bert Jude. op. cit. p.69; NARDI, Jean Baptiste. *Análise da cadeia produtiva do tabaco da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2013, p.65.

[11] BARICKMAN, Bert Jude. op. cit. p.68.

contrário, tiveram aumento expressivo a partir dos anos 1850, coincidindo justamente com a extinção definitiva do tráfico negreiro.[12] Não por acaso, chamou a atenção das cidades alemãs, os principais centros charuteiros da Europa. Nesse período, já havia um sistema comercial entre os países muito bem consolidado, aproveitado para articular a entrada de novos investidores.[13] O século XIX foi o momento que a exportação do fumo nacional permaneceu em sexto lugar em valor atrás do café, do açúcar, do algodão, da borracha e dos couros e peles, e a Bahia estabelecida como principal centro produtor. Em 1877, ocasionalmente, o fumo ocupou o primeiro lugar no valor das exportações baianas, mas como disse antes, sempre se manteve em segundo lugar, dependendo das flutuações econômicas do açúcar. Nos primeiros anos do século XX, ele representou 50% do valor do comércio externo baiano, chegando ao recorde de exportação em 1902 com 40.680 toneladas.[14] A partir da guinada do fumo em corda para o fumo em folha, se assentaram as bases produtivas do fumo em folha, dessa vez sem a intermediação de Portugal e integrada ao mercado mundial através das redes comerciais e de seus investidores.

As casas de enfardamento e o surgimento das manufaturas

Da mesma forma que situei as bases produtivas do tabaco, me parece útil refletir sobre as instalações de oficinas, casas de enfardamentos, e finalmente, manufaturas de charutos e cigarrilhas. Já se sabe que o fumo em folha curado próprio para se manufaturar charutos era conhecido pelos produtores baianos desde 1757 e se tem notícias de remessas de charutos saídos de Cachoeira para Salvador desde 1829. A guinada para o fumo em folha ocorreu por volta da segunda metade de 1840, e na década seguinte as folhas de fumo alcançaram mais de 75% do grosso das exportações.[15] Diferente das *plantations* do açúcar, no Recôncavo Baiano se formou uma miríade de plantações mantidas graças ao incremento do comércio baiano-europeu e através da expansão do crédito ofertado por casas exportadoras. Essas casas comerciais de capital estrangeiro e os armazéns de beneficiamento orientaram e financiaram o plantio, permitindo que apesar da dedicação à agricultura de subsistência, o fumo fosse a

[12] ALMEIDA, Paulo Henrique. *A manufatura do fumo na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Economia e Planejamento Econômico) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983, p.9-10.
[13] A partir de 1827 o Brasil assinou o *Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e os Senados das Cidades Livres e Hanseáticas de L-beck, Bremen e Hamburgo.* Consultar: SILVA, Maria Helena Chaves. *Vivendo com o outro*: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 47-57.
[14] NARDI, Jean Baptiste. op cit. p.66-67.
[15] BARICKMAN, Bert Jude. op. cit. p.69-70.

principal fonte de rendimento dos pequenos lavradores. Essas mesmas casas absorveram maior parte da produção dos fumicultores, beneficiavam as folhas e cumpriam o papel de intermediários entre os produtores e os compradores no exterior. Além de ser o principal mercado para a sua safra e também fonte de crédito, os armazéns eram o principal meio dos pequenos agricultores obterem acesso aos produtos manufaturados que chegavam do exterior.[16] Em outras palavras, a economia fundiária do Recôncavo Baiano passou a ser subordinada às oscilações do mercado capitalista e os pequenos plantadores passaram a competir com as culturas fumageiras de outros países.

Muitos agentes empregados das grandes casas comerciais estrangeiras acumularam pequenos capitais e fundaram as primeiras manufaturas do Recôncavo Baiano. Provavelmente aproveitaram-se do conhecimento adquirido sobre o mercado consumidor, as redes de comercialização e as firmas onde conseguiram a aquisição de fumos importados,[17] principalmente a partir dos contatos estabelecidos em Brémen e Hamburgo na Alemanha. Essas experiências das negociações se tornaram cada vez mais vantajosas para conciliar as atividades comerciais e industriais. Isso decorreu uma vez que as atividades exportadoras só ocupavam metade do ano, devido ao período que se aguardavam as colheitas.

Sendo assim, pequenos burgueses exportadores como August Suerdieck, Gerhard Dannemann, Benhard Rodenburg, Epiphanio José de Souza ou Manuel Costa Ferreira, para citar alguns deles, se tornaram donos das mais importantes manufaturas de charutos instaladas no Recôncavo Baiano no século XX. Continuamente o capital comercial transformou-se em capital industrial, ainda que houvesse a prioridade do comércio exportador em detrimento das atividades industriais.[18] As primeiras manufaturas de charutos não passavam de pequenos fabricos, ou atividades paralelas ao enfardamento para exportação. O controle ou o acesso aos principais mercados de fumo da Europa permitiram consideráveis vantagens, sobretudo ao capital alemão. Justamente por ele ter sido hegemônico sobre a comercialização do fumo baiano e o principal a diversificar os investimentos de capitais entre as atividades de beneficiamento e enfardamento das folhas; na fumicultura regional através de incremento e orientações técnicas; na instalação de manufaturas de charutos; e também no desenvolvimento de suas próprias plantações para tipos especiais de fumo.[19]

---

[16] ALMEIDA, Paulo Henrique. op. cit. p.21-24.
[17] A produção baiana de charutos até meados do século XX continuou dependente da importação de fumos específicos para as capas de charutos. Maior exemplo foi o fumo do tipo *Virgínia* que exigiam importação de outras regiões.
[18] BORBA, Silza Fraga Costa. op. cit. p. 48-49.
[19] ALMEIDA, Paulo Henrique. op. cit.p.16-17.

Por sua vez, as manufaturas de charutos e cigarrilhas começaram a aparecer entre as décadas de 1830 e 1880. Algumas foram estabelecidas na capital baiana, mas logo se caracterizariam por sua concentração regional, instaladas em grande número no Recôncavo, com produção de charutos em larga escala a partir de 1870.[20] O economista baiano Rômulo Almeida escreveu que em 1835 já se falava em "uma indústria nascente de se fazer charutos."[21] Da mesma maneira o técnico agrícola Gregório Bondar em 1923 registrou que "ao lado da exportação do fumo bruto, existia a indústria de charutos. Oitenta anos atrás floresceram diversas fábricas de charutos como a [*Fragância* em 1851] de José Furtado de Simas, [*Juventude* em 1842 de] Francisco [José] Cardoso, e outras (...)" bem como teve notícias da *Casa Suissa*, e da *Fábrica S. Salvador* instaladas em São Félix e Cachoeira.[22] Ao final do século XIX funcionavam também a *Stender & Cia* e uma filial da *Poock & Cia*, ambas de capital alemão e a firma de Francisco Vieira de Mello, *Vieira de Mello & Cia*, localizadas respectivamente nas cidades de Cachoeira, de São Félix e de Maragogipe.

Os impactos econômicos e sociais dessas firmas foram relevantes naquela região. Muitas dessas empresas passavam a complementar a produção a partir da compra de charutos caseiros encomendadas às operárias que trabalhavam na produção doméstica[23] e diz Barickman, por exemplo, que o surgimento de fábricas de grandes portes produziu mais de 1,5 milhão de charutos por ano na década de 1850, que atingiram principalmente o mercado interno[24] diferentemente das atividades de enfardamento das casas comerciais, até então direcionadas para a exportação.

As grandes manufaturas

Nesta seção quero apresentar as empresas escolhidas como objetos desta pesquisa e analisar a sua participação no complexo fumageiro do Recôncavo Baiano e o seu peso em face do setor industrial brasileiro.

---

[20] Existe um número muito maior de firmas, mas o caráter efêmero da maioria e as trocas de nomes sem os devidos registros prejudicam uma organização e classificação mais adequada. Para um quadro mais geral dessas manufaturas consultar: CARVALHO, Hugo Adão de Bittencourt. *Livro dos Charutos Baianos*: Quadro das empresas Baianas. 2011. Disponível em <http://livrodoscharutos.blogspot.com.br/> Acesso em 15 de janeiro de 2020.; BORBA, Silza Fraga Costa. op. cit.; MOTA, Luciana Guerra Santos. *Manufaturas de fumo do Recôncavo Baiano*: Vestígios de patrimônio industrial. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.244. 2014.

[21] ALMEIDA, Rômulo de. op. cit. p.94.

[22] BONDAR, Gregório. O Fumo na Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 292. Edição Especial do Centenário, 1923.

[23] Presidência da província – Relatório. *Diário da Bahia*, Salvador, Ano XXVIII, N. 103, p.1, 10 de Maio. 1882; CARVALHO, Hugo Adão de Bittencourt. op. cit.; MELLO, Francisco José de. *História da cidade de Cachoeira*. Cachoeira, 2001, p.113-115.

[24] BARICKMAN, Bert Jude. op. cit. p.70.

Em 1853, possivelmente a emergente economia dos fumos em folha atraiu o capitalista português, Manuel Costa Ferreira, a transferir para São Félix a manufatura de charutos *Utilidade*, fundada em 1850 na cidade de Recife. Em 1883, com a morte do açoriano, essa firma esteve sob o controle da sociedade *Costa Ferreira & Penna* formada por Manuel Costa Ferreira Filho e pelo antigo gerente, o também português, Manuel Costa Penna. A manufatura conservou a razão social *Utilidade* somente até 1914, quando a empresa passou a contar em sua sociedade com Luís Costa Penna e Manuel Costa Ferreira Júnior e somente a partir disto adotou o nome *Costa Penna & Cia* até 1935.[25] A entrada dos novos associados fez Manuel Costa Penna tornar-se sócio comanditário, isto é, participando apenas como capitalista investidor e após seu falecimento entraram também Clarisse Barros Penna e Etelvina Almeida Costa Ferreira. A empresa familiar seria uma das "mais antigas e acreditadas de S. Félix" no julgamento do jornal *O Propulsor* (1911).[26] Outro observador deixou digno de nota que essa "importante charutaria" foi responsável por fornecer em seu "início cerca de vinte marcas de charutos" e em 1923 apresentou ao mercado "mais de cem."[27]

Vinte anos depois da fundação da *Costa Penna & Cia*, o cenário também foi promissor para Gerhard Dannemann.[28] Em 1873, o alemão recém-chegado à Bahia foi empregado na exportadora de fumo de Lüder G. Meyer. Ele acumulou capital suficiente para comprar os equipamentos em liquidação da fábrica *Hammacher* de Gustavo D. Schnorbusch e fundou em São Félix junto ao seu irmão Reinhardt Dannemann e ao seu antigo patrão L. G. Meyer, a *Dannemann & Companhia*. Lá empregou seis operárias charuteiras e usou uma casa na Rua do Dendê, atualmente conhecida como Avenida Manoel Vitorino, como espaço para as primeiras fabricações de charutos. Durante os primeiros anos, Dannemann esteve presente na produção, ocupando-se do encaixe e enfeites das caixinhas[29] e provavelmente usando sua experiência de exportador para fiscalizar ele mesmo a qualidade dos fumos empregados na

---

[25] Nesta pesquisa, uso de forma indiscriminada a razão social *Costa Penna & Cia* para fazer referência a firma, abrindo mão somente quando há outras designações nas fontes.

[26] DOURADO, Adalbélia Pires. *Primeiro Centenário de Elevação da Vila de São Félix à Cidade*. Cachoeira: Artes Gráficas Aliança Ltda, 1990, p.10; *O Propulsor*, São Félix , p. 4, 15 de Out. 1911; ALMEIDA, Júlio Ramos de. *Efemérides Sanfelixtas*. São Félix, 1953, p.41.

[27] BONDAR, Gregório. op. cit. p.292.

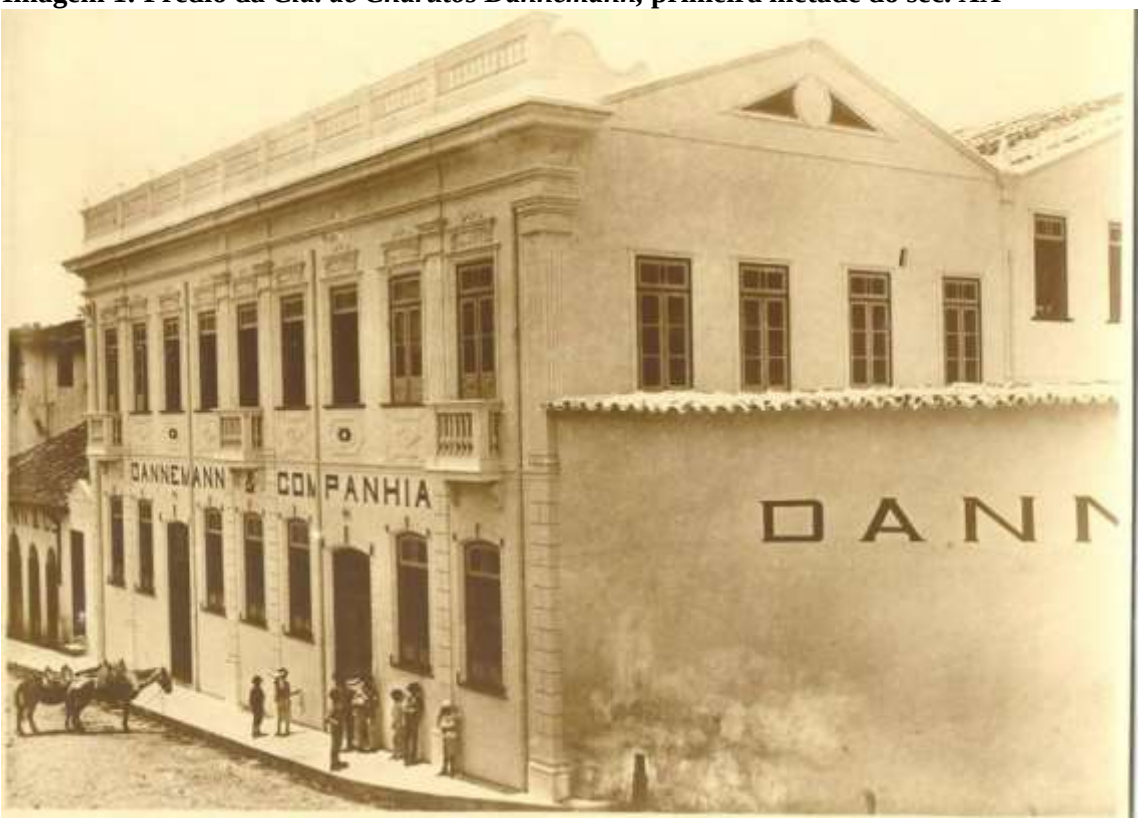
[28] No Brasil, seu nome foi adaptado para Geraldo Dannemann.

[29] A *Cia. de Charutos Dannemann* teve diversas vezes a sua razão social modificada: *Dannemann & Cia* (1873-83), *Imperial Fábrica de Charutos Dannemann* (1883-1922), *Companhia de Charutos Dannemann* (1922-1942), *Companhia Brasileira de Charutos Dannemann* (1942-1945). Nessa pesquisa uso a razão *Cia. de Charutos Dannemann* de forma generalizada sempre para referir a esta empresa. Salvo quando for necessário farei a devida menção.: PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Geraldo Dannemann* – O Empreendedor. Salvador: Ed. do autor, 2014a, p.12; ALMEIDA, Júlio Ramos de. *A Novidade*, São Félix, 1944.; *O Propulsor*, São Félix, p.4, 15 de out. 1911,: DOURADO, Adalbélia Pires. op.cit. p.9.

fabricação de charutos, bem como, para conseguir mercados na Europa através de seus representantes em Hamburgo. A empresa teve um crescimento considerável. Em 1882, um documento que acusa a entrada do sócio Ludwig Krüder também sinalizou a situação da empresa já constituída por "várias fábricas de charutos e [de] compra e venda de fumos em S. Félix e na Muritiba, comarca da Cachoeira, e uma loja de charutos" na cidade de Salvador.[30] Em 1894, a firma foi a maior contribuinte do município de São Félix, marcando sua posição a frente das outras manufaturas da cidade. Da mesma forma, se tem notícias das atividades fabris a partir das filiais nas cidades de Muritiba, de Maragogipe e no distrito de Nagé.[31] Em 1913, além dos prédios já mencionados, possuía ainda a sua própria divisão de embarcações com rebocadores, saveiros e lanchas para transportar os charutos pelo Rio Paraguaçu do porto de São Félix ao porto da Bahia, em Salvador. Viagem que ficava em torno de seis horas de navegação.[32] Em 1923, a *Cia. de Charutos Dannemann* havia colocado no mercado "mais de duzentas marcas de charutos."[33] Abaixo deixo uma fotografia de dois dos prédios da *Cia. de Charutos Dannemann* em São Félix. Na fotografia foi enquadrada a casa matriz com escritório e na lateral esquerda do prédio, há um depósito de materiais. Defronte ao prédio, algumas crianças possivelmente esperavam a saída das operárias e a possibilidades de venda de algum quitute, ou assediavam a empresa em busca de pequenos serviços.[34]

[30] Presidência da província – Relatório. *Diário da Bahia*, Salvador, Ano XXVIII, N.103, p.1, 10 de Maio. 1882.
[31] ALMEIDA, Júlio Ramos de. 1953, op. cit.
[32] PORTO FILHO, Ubaldo Marques. op. cit. p. 28-31.
[33] BONDAR, Gregório. op. cit. p. 292.
[34] A identificação do prédio foi possível graças à legenda contida em um cartaz da *Cia. de Charutos Dannemann.* Consta em Anexo.

Imagem 1: Prédio da *Cia. de Charutos Dannemann*, primeira metade do séc. XX[35]



Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fotografias da família Dannemann

A *Costa Penna & Cia* e a *Cia. de Charutos Dannemann* ilustram a consolidação e o crescimento das casas exportadoras e sua expressiva concentração de capital no setor manufatureiro do complexo fumageiro na virada do século XIX para o XX. Possivelmente esse foi o momento áureo para a vitalidade econômica das empresas manufatureiras de charutos, como atestam os dados a seguir. Foi observado que em 1920, dos 164 estabelecimentos que funcionavam na Bahia, especializados em beneficiar o fumo, cinco deles dominavam 48% do mercado.[36] Estes estabelecimentos estavam localizados precisamente nas cidades de São Félix com a *Cia. de Charutos Dannemann*, *Costa Penna & Cia* e a *Stender & Cia*; de Maragogipe com a *Suerdieck & Cia*, a *Vieira de Mello* e uma filial da *Cia. de Charutos Dannemann*; de Muritiba com duas filiais das já citadas *Cia. de Charutos Dannemann* e a *Costa Penna & Cia*[37]; e também, de Cachoeira com uma filial da *Suerdieck*.[38] Esse setor industrial regional era também responsável por fornecer à boa parte das

[35] Essa mesma imagem foi reproduzida na revista *Bahia Ilustrada* de 1918. Ver: A maior fábrica de charutos do Brasil. *Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, Ano II, N.7, p.2, jun. 1918.
[36] CARVALHO, Hugo Adão de Bittencourt. op. cit.
[37] BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas Villas Boas, 1922, p.432.
[38] BONDAR, Gregório. op. cit. p. 292.

manufaturas de outras cidades do estado a matéria prima, bem como seus capitais somados eram superiores ao de todas as outras firmas sediadas na Bahia.[39]

No cenário nacional, a produção baiana até então concorria facilmente com o mercado de outras regiões do Brasil. Em 1917, um excerto do jornal *A Noite* informou que no Rio de Janeiro havia três manufaturas importantes a *Rosas,* a *Senin* e a *Martinez* todas de capital espanhol; no Rio Grande do Sul, a já mencionada *Poock e Cia* de capital alemão e a *Araújo & Cia.* de capital brasileiro; e em Santa Catarina uma pequena produção de charutos baratos, quase todas em mãos de alemães. Vale dizer que nenhuma delas ultrapassava mais de 400 operários em suas firmas. No mesmo período somente a *Cia. de Charutos Dannemann* concentrava mais de 3.000 trabalhadoras. Ainda informa o jornal que "todas essas casas e outras espalhadas pelo Brasil produziram em 1916, 91.479.573 charutos, dos quais cerca de uma sexta parte era fabricada pela *Dannemann* e *Stender.*"[40] Dessa forma, o numerário de trabalhadoras empregadas nestas firmas do Recôncavo Baiano, possivelmente refletia o peso destas empresas diante o setor nacional.

O relatório *Aspectos da economia rural brasileira* de 1922 é o que informa melhor sobre os valores dos capitais dessas grandes empresas. No relatório constam para a *Cia. de Charutos Dannemann* o valor de 1.200:000$000 (um mil e duzentos contos de réis); para a *Costa Penna & Cia* 750:000$000 (setecentos e cinquenta contos de réis); para a *Stender e Cia* 384:000,000 (trezentos e oitenta e quatro contos de réis); e finalmente para a *Suerdieck* o valor de 373:491$600 (trezentos e setenta e três contos, quatrocentos e noventa e um réis).[41] Convém informar que os valores desses capitais podem apresentar distorções na percepção, por permanecerem os mesmos durante muitos anos. Atualização desses dados esteve à mercê dos interesses dos empresários nos negócios ou quando necessário em tempos de associação das firmas. O congelamento aparente não representou um período longo de estabilidade ou não crescimento da empresa, mas uma adulteração da situação real em que desfrutavam as companhias em termos de valores de capitais.[42] Não descarto a hipótese que esses poderiam ser ainda maiores do que aqueles informados pelo relatório.

Dessa forma, consultamos o recenseamento industrial de 1920 para inserir e contrabalançar esses dados dentro do cenário nacional. Para o ano de 1907, o documento levantou 107 estabelecimentos para a indústria do fumo, concentrando o capital

[39] BORBA, Silza Fraga Costa. op. cit. p. 45.
[40] *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano VII, N. 2122, p.2, 11 de Nov. 1917.
[41] BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas Villas Boas, 1922, p. 432.
[42] BORBA, Silza. op. cit. p.118.121.

12.950:919$000 (doze mil, novecentos e cinquenta contos, novecentos e dezenove réis). Para o ano de 1912, o mesmo relatório diz terem sido recenseadas 1.251 fábricas, crescimento aparentemente incongruente em comparação com o levantamento anterior. Mas juntas empregavam um capital de 19.080:921$000.[43] Para 1920, tenho a informação de 296 manufaturas em funcionamento, e mesmo sendo um número muito menor ao de 1912, apresentou um total de capitais superior de 49:857:407$000.[44] Essa amostragem coletada pelo recenseamento merece um comentário. O contraste apontado entre o número de estabelecimentos e o valor de capitais, principalmente analisados diacronicamente, aparenta ter uma alteração substancial nos seus números graças à aplicação de diferentes métodos na sua elaboração. A alternância em considerar ou não, as pequenas oficinas de fabricos de charutos, fez crescer o número conflitante de estabelecimentos para o ano de 1912 sem acompanhamento relativo dos valores dos capitais informados. Portanto, a queda de firmas recenseadas e o aumento do valor do capital para o ano 1920 podem ser resultados desta adulteração. Mesmo assim, em vista de aproximação com os valores das firmas analisadas, escolhi o resultado do ano de 1920.[45] Então somei o capital das quatros firmas do Recôncavo Baiano para estimar a participação em torno de 17% do total dos estabelecimentos do mesmo ramo industrial no Brasil.

A concentração do capital no setor manufatureiro não deve desviar a atenção das atividades de exportação de fumo, que continuavam centrais e somadas à produção de charutos, garantiram que essas empresas tivessem longevidade nos negócios e dominassem o mercado. Os dados levantados pelo agrônomo Arthur Torres Filho em 1934 sinalizaram que o Brasil foi responsável por 4,30% da produção mundial, ocupando o quarto lugar atrás somente dos Estados Unidos (29,54%), da Índia (27,47%) e da antiga União Soviética (5,40%). Na análise para o período entre 1929 e 1933 a Bahia ocupou o primeiro lugar nas exportações e Salvador foi o principal porto por onde escoou 80% da produção brasileira

[43] Esse mesmo valor aparece em outro relatório, entretanto, apontado como referente ao ano de 1917. Ver: PORTO, Hannibal. *O Brasil Econômico em 1920 – 1921*: Atuação da sua Delegação na Quinta Exposição Internacional de Borracha e Outros Produtos Tropicais, Realizada em Londres, em Junho de 1921, Rio de Janeiro: Tipografia do Anuário do Brasil, 1922.p.11.

[44] BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920.* Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927, v. V (1º parte – Indústria). p.40.

[45] Diferentes pesquisadoras e pesquisadores se esbarraram nas dificuldades de analisar estes dados. Não são claros os reais métodos usados para os três resultados. Castellucci chamou a atenção para essa disposição dos dados, através do estudo da historiadora Maria Cecília Velasco e Cruz que identificou as possíveis causas dessa distorção. Ver: CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise* (1914-1921). Salvador: Fieb, 2004. P.59-60; Ver também as considerações de: FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres*: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p.21-34.

acompanhada de longe por Porto Alegre (12%). A Alemanha, que desde 1844 foi o principal destino dos fumos baianos, liderou seguida pela Holanda, Argentina, Uruguai e a Bélgica.[46] As exportações em 1934 da *Cia. de Charutos Dannemann* chegaram ao total de 18.161 fardos (de 75 kg cada) ocupando a sétima posição entre as principais firmas exportadoras do país. O destino dessa produção atingiu as cidades de Brémen (11.435 fardos), de Amsterdam (3.002 fardos), de Hamburgo (1.821 fardos) e de Rotterdam (1.668 fardos). A *Costa Penna & Cia* teve uma participação relativamente menor com o envio para Amsterdã de 1.048 fardos e de 460 fardos para Hamburgo, além de outros destinos totalizando a exportação de 1.524 fardos naquele ano.[47]

Na Bahia, devo lembrar também o alargamento do complexo fumageiro para um sentido regional mais amplo, a partir do aparecimento de novos centros produtores e da difusão de suas redes que expandiram significativamente durante o final do século XIX. Em 1929, as plantações das cidades de Cruz das Almas, de São Felipe, de Santo Antônio de Jesus e de Nazaré já eram relevantes no mercado, além da dispersão da produção de fumo para 101 municípios dos 152 do Estado da Bahia.[48] Essas plantações eram dividas em cinco zonas de acordo com o tipo de fumo cultivado: Mata fina,[49] Mata Sul,[50] Mata Norte,[51] Sertão,[52] e Feira.[53] Essas divisões definiam os destinos da produção, se para a exportação ou para a produção de charutos, cigarrilhas e em menor grau para a de cigarros. As exportações anuais acusadas em 1911 foram de 18.094.995 quilos, seguidas pelo crescimento gradual nos anos posteriores: em 1915, 26.659.985 quilos; em 1920 de 30.284.880 quilos;[54] e para o ano de 1921 podemos acompanhar detalhadamente as exportações por munícipio através da Tabela 1:

---

[46] TORRES FILHO, Arthur. Fumo - grande riqueza agrícola. *O Campo*, São Paulo, v.VI, n. 8, p.33, Ago.1935.
[47] *Retrospecto comercial do jornal do comércio*. Volume LXI. Rio de Janeiro. Typ. Do Jornal do Comercio Rodrigues & C. 1935. p.717-722.
[48] BORBA, Silza Fraga Costa. op. cit. p.18.
[49] São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira, Cachoeira, São Félix, Muritiba, Governador Mangabeira, Cruz das Almas, Sapeaçu, Conceição do Almeida, São Felipe, Maragogipe.
[50] Castro Alves, Santa Terezinha, Elísio Medrado, Amargosa, Santo Antônio de Jesus.
[51] Santo Amaro, Teodoro Sampaio, Coração de Maria, Conceição do Jacuípe e Santo Estevão.
[52] Santa Inês, Brejões, Itaberaba e Rui Barbosa.
[53] Alagoinhas; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Suerdieck:* epopeia do gigante. 1892-1999. Salvador: Ubaldo Marques Porto Filho, 2003, p.272.
[54] BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Villas Boas, 1922, p. 432.

Tabela 1: Produção anual de tabaco por munícipios em 1921[55]

Arrobas[56]	Cidades	Arrobas	Cidades
500.000	Feira de Santana	**50.000**	Inhambupe, Castro Alves, Coração de Maria e Mundo Novo
300.000	Afonso Pena (atual Conceição do Almeida)	**40.000**	Maragogipe, Itaberaba, Capivari, Jequié e Camisão (atual Ipirá)
200.000	Cruz das Almas	**35.000**	São Miguel
150.000	Amargosa	**30.000**	Jequiriçá e Lage
150.000	Areia	**20.000**	São Félix
150.000	Jaguaquara	**15.000**	Muritiba e Santo Antônio de Jesus
120.000	São Gonçalo dos Campos e Alagoinhas	**12.000**	Coité
100.000	Santo Amaro e Monte Alegre	**10.000**	Nazareth
80.000	Cachoeira, São Felipe e Serrinha	**5.000**	Entre Rios
Total[57]			**27.030.000 Quilos**

A tabela sinaliza a emergência e dispersão de novos centros da plantação fumageira, mas essas produções eram absorvidas pelas empresas exportadoras através da intermediação favorecida pela posição central das cidades de São Félix e de Cachoeira como importantes entrepostos comerciais para o escoamento da produção de fumo do interior do estado, o conhecido sertão, até os portos de Salvador. Especialmente pela presença de duas linhas da *Estrada de Ferro Central da Bahia*. Uma delas ligou São Félix às cidades da região da Chapada Diamantina e a outra conectou Cachoeira à Feira de Santana. Em importante estudo sobre os trabalhadores da ferrovia, o historiador Luan Lima Batista demonstrou através dos balanços da *Estrada de Ferro Central da Bahia* (1875-1909) que o fumo foi o principal produto transportado pelos trens em direção à Cachoeira, principalmente aqueles saídos da cidade de Feira de Santana.[58] Uma vez que as mercadorias chegavam às estações, a saída dos artigos ao mercado exterior era feita pela *Companhia Bahia de Navegação* pelo Rio Paraguaçu, que atrelou os portos de São Félix e Cachoeira ao de Salvador.[59] Isso informa, por exemplo, a alteração entre as cidades receptadoras das plantações de fumo e seus caminhos

[55] BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Villas Boas, 1922, p. 432.
[56] 1 arroba equivale a 14,746 quilogramas.
[57] Não foram incluídos outros municípios de menor produção.
[58] BATISTA, Luan Lima. *"E... Cuidado com o estômago! É uma víscera intolerante."*: experiências de trabalho, carestia e as lutas dos ferroviários da Estrada de Ferro Central da Bahia. (1875-1909). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2017, p.45-52.
[59] PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1896. p.13; VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Bahia: Typ. E Enc. do Diário da Bahia, 1893, p.467.

até à capital que encontrei em outra tabela, dessa vez no *Anuário Estatístico dos anos de 1924-25*:

Tabela 2: Procedências do fumo chegado em Salvador (1925) *Fardos 50 kg*[60]

Municípios	Entradas	Nº de estabelecimentos	Área cultivada	Valor médio dos hectares
São Félix	173.360	206	179	111$
Nazaré	103.384	5	3	96$
Cachoeira	50.060	346	579	96$
Alagoinhas	38.169	306	499	71$
Santo Amaro	21.250	448	1.081	113$
Serrinha	14.392	486	444	41$
Maragogipe	13.380	896	524	125$
Catu	12.468	265	400	53$
Irará[61]	10.451	980	1.682	47$

A tabela 2 favorece uma visualização da importância das cidades portuárias e daquelas que possuíam um sistema ferroviário instalado como os principais meios do tráfego do fumo até Salvador. São Félix, Nazaré e Cachoeira postas no topo da lista ilustram exatamente isso, pois conciliavam os dois sistemas de transporte. A falta de correlação dos números de estabelecimentos e área cultivada apontada na tabela com a quantidade recebida de fumo na capital é outro informativo que aquelas cidades recebiam suas mercadorias de outros lugares. Contudo, o transporte através dos rios e dos caminhos de ferro intermediários para o movimento das economias dessas cidades só foram essenciais até meados dos anos 1930. Não por acaso, que o início da "era do caminhão" como transporte mais barato e acessível aos comerciantes da capital e a expansão das estradas de rodagens que ligavam outros núcleos urbanos diretamente à Salvador, coincidiu e favoreceu para a perda da vitalidade econômica das cidades mencionadas. São Félix, Cachoeira, Maragogipe e Muritiba, que dependiam fundamentalmente do comércio e das atividades ligadas ao fumo, viram o fechamento e a redução das atividades fabris a partir dos anos 1950 como agravante profundo nas suas dinâmicas econômicas bem como na organização social que aquelas atividades eram

[60] LACERDA, M. Messias de. *Anuário estatístico anos de 1924 e 1925 – economia e finanças.* Vol. II, Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1926. p.30.

[61] Optei por colocar apenas os 10 munícipios que encabeçavam a produção. A tabela do anuário é mais completa, tratando também das seguintes cidades: Pojuca, Castro Alves, São Francisco, Bomfim, São José de porto Alegre, Jacobina, Juazeiro, Minas do Rio de Contas, Camamú, Santarém, Miguel Calmon, Canavieiras, Mundo Novo, Matta de São João. Juntos correspondem menos de 1% da produção.

exercidas.[62] Em 1942, uma publicação já informava alguns efeitos desse fenômeno sentido em Cachoeira:

> Embora no município se encontrem as mais importantes indústrias do fumo com as fábricas de charutos e cigarros de *Leite & Alves* e *Suerdieck*, além de outras pequenas fábricas, a produção de fumo em folha é modesta, sendo os industriais obrigados a importarem aquele produto dos munícipios de S. Félix, Muritiba, São Gonçalo, Cruz das Almas, etc. Em relação aos transportes infelizmente tudo é muito primitivo: carro de boi, cangalha, barco e raramente estrada de ferro. Os preços de transporte dependem das distâncias e das condições e conservação das estradas de rodagem e caminhos vicinais.[63]

Portanto, não se deve desprezar os interesses que levaram Gehard Dannemann e Manuel Costa Penna a atuarem na vida política de São Félix no início da instalação das manufaturas. A participação do empresário Gehard Dannemann no processo de emancipação de São Félix em 1889 culminou em sua nomeação como primeiro intendente da cidade pelo governador Manoel Victorino Pereira. Sua gestão foi marcada por diversas alterações na cidade, julgadas modernizadoras pela imprensa local. Além do Paço Municipal, da Biblioteca Pública Municipal e da construção de novas escolas, também iniciou a implantação da rede de esgotos, retificou córregos, calçou logradouros públicos e modificou o serviço de iluminação pública. Houve também o alargamento do cais do porto, a construção de estradas e da linha telegráfica, elementos que permitiram a cidade de São Félix lidar com as atividades industriais e comerciais. A escolha para os membros do primeiro Conselho Municipal da Vila de São Félix recaiu sobre muitas personalidades da elite sanfelixta, dentre eles, o nosso já conhecido Manuel Costa Penna, que do próprio bolso adiantou dezesseis contos de réis para as obras do caís. Ao que parece não foi um ato tão "desinteressado" do industriário, como afirmou o jornal *O Propulsor*[64], mas fruto de uma demanda para o maior dinamismo das atividades fabris, a partir das redes de comunicações e de transportes com a capital, que Manuel Costa Penna e Gehard Dannemann muito se interessaram.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, a conciliação das atividades de exportação de fumo e de seus artigos manufaturados, somadas às vantagens locais – proximidade com a matéria prima; a proximidade com o porto, rede ferroviária e infraestrutura adequada – garantiram a possibilidade das manufaturas do Recôncavo Baiano

---

[62] A formação e a hierarquia dos núcleos urbanos, suas relações e dinâmicas mantidas com a cidade de Salvador, bem como, uma análise sobre as redes urbanas do Recôncavo Baiano são muito bem analisados por Milton Santos: SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. *In*: BRANDÃO, M de A. (org.) *Recôncavo da Bahia*: Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997.

[63] *A Manhã*, Rio de Janeiro, Ano II, N.428, p.4, 30 de Dez. 1942.

[64] *O Propulsor*, p.4, 15 de Out. 1911; ALMEIDA, Júlio Ramos de. 1944. op. cit.: PORTO FILHO, Ubaldo Marques. op. cit. p.23-24.

competirem com outras empresas de capitais nacionais e internacionais com algum sucesso, longevidade de seus negócios e maior possibilidade de responder as adversidades do mercado.[65] Pode se dizer que este sistema funcionou especialmente bem para aquelas empresas de capital alemão, pois elas permaneceram ao longo do século XX como as principais do setor de exportação de fumos e fabricação de charutos e cigarrilhas. Contudo, os ganhos avultados destas companhias foram possíveis graças ao papel da força de trabalho disponível em escala suficiente, nutrida pela liberação da economia dos pequenos agricultores e pela produção açucareira em crise que se formou no Recôncavo Baiano. A seguir, quero analisar especialmente a composição social destas trabalhadoras.

Composição social e trabalho no pós-abolição

Imagem 2: Ficha de registro da operária Maria Roberta da Silva

30 Ag 393760
Lauro de Oliveira

REGISTRO DOS EMPREGADOS

DA FIRMA Companhia de Charutos Dannemann N. 741

O Snr.ª Maria Roberta da Silva nacionalidade Brasileira
Estado civil Casada com 68 annos de idade, nascido na
cidade Jacobina em 9 de Fevereiro de 1870
filiação { Paterna Antonio Benedicto
Materna Maria Moncca
residente a rua Da Estação n. - na cidade São Felix portador da
Carteira Profissional n. - serie - foi admittido em 14 de Dezembro de 1915 na qualidade
de Distalladeira com os vencimentos de Rs. $ Tarefeira,
(Tarefa variavel)
para trabalhar normalmente das 8 ás 17 horas, com os intervallos de 1 horas para refeição e descanço
beneficiarios

Observações

São Felix, 28 de Janeiro de 1938

Assignatura do Empregado
Arogo de Maria R. Silva
Bartholomeu Mattos

Procure a fixa de anotações

Fonte: AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*

Na imagem acima, trago um dos *Registros dos Empregados da firma Cia. de Charutos Dannemann*. Este pertenceu a operária Maria Roberta da Silva, nascida na cidade de Jacobina aos nove dias do mês de fevereiro de 1870, filha de Antônio Benedicto e Maria Moncca (?).

[65] BORBA, Silza Fraga Costa. op. cit. p. 37.; ALMEIDA, Paulo Henrique. op. cit. p.28.

Na ocasião do registro, em 1938, Maria Roberta informou ser casada, ter 68 anos e morar na Rua da Estação, em São Félix. Pela fotografia presente, percebo ser ela de cor preta e os demais dados dizem ter sido empregada como *destaladeira de fumos* aos 45 anos em 1915. As anotações do verso da ficha dizem respeito aos pagamentos das férias dos anos de 1937, 1938 e 1939 e a ausência de quaisquer informações para os anos seguintes sugere seu desligamento da empresa a partir dos anos 1940.

Em outra caixa, onde se avolumavam mais algumas dezenas de registros, identifiquei a ficha de outra operária, pertencente a Augusta Roberta da Silva, nascida em Mundo Novo aos vinte e três dias do mês de agosto de 1894, filha de Manoel Fillipe da Anunciação e de Maria Roberta da Silva, que suspeito ser aquela mesma do documento em tela. Augusta foi admitida pela empresa aos 12 anos de idade como *charuteira* e por sua fotografia também a percebi ser de cor preta. No protocolo de preenchimento da ficha em 1938, ela informou ter 44 anos, ser casada e residir na Ladeira da Misericórdia, número 14, na cidade de São Félix.

Outra moradora deste mesmo endereço foi sua filha Enedina Silva, que em 1930 também foi admitida pela *Cia. de Charutos Dannemann* na função de *charuteira*, ano que completaria 14 anos e diferente de sua avó e de sua mãe, apresentou a assinatura de próprio punho. Ela informou ser solteira, ter 21 anos e ter nascido em São Félix aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1916, ser filha de Joaquim Francisco de Araújo e da operária Augusta Roberta da Silva. No rodapé do registro, foi escrito à lápis "Rua Avenida São Diogo". A recorrência de muitas dessas notas em outras fichas, me fez acreditar ter mudado de endereço e informado algum tempo depois, a fim de atualizar a firma. Na leitura das anotações do verso do documento percebi que a regularidade do pagamento das férias e do imposto sindical sugere que a operária pode ter permanecido no trabalho pelo menos até os idos de 1946.[66]

A primeira da família que teve ocupação na *Cia. de Charutos Dannemann* foi Augusta R. Silva em 1906. Foi preciso esperar quase uma década para que a sua mãe, Maria Roberta, também fosse empregada. Não deve ter passado despercebido aos patrões o aparente comportamento exemplar na ficha de Augusta. A ausência de quaisquer anotações de desagrado ou suspensões talvez tivesse sido traduzida como boa reputação construída pela trabalhadora. Ao longo dos anos de trabalho, imagino que criou ali redes de sociabilidades suficientes para garantir o contrato de sua mãe e mais tarde de sua filha Enedina. Observei que as fichas de Augusta e de Enedina da Silva, por exemplo, foram preenchidas no mesmo dia, aos 25 de fevereiro de 1938. A ficha de Maria R. da Silva, fora feita um mês antes. Se por

[66] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*.

um lado, os laços construídos nas relações de trabalho possibilitaram as operárias garantirem a permanência e o acesso ao trabalho aos outros membros da família, por outro, a empresa poderia identificar essas ações com bons olhos, ao empregar pessoas "conhecidas" ou do mesmo grupo familiar. Talvez, indícios também das expectativas patronais de controle social através da família.

A escolha dessas três fichas para abrir esta seção teve o propósito de demonstrar como diferentes gerações de trabalhadoras tiveram experiências comuns no trabalho fumageiro. Em especial, levando em consideração o contexto do pós-abolição. O acesso aos mundos do trabalho, a busca pela autonomia, sobrevivência e a organização da família faziam parte dos diversos projetos de liberdade da população negra liberta nos processos de lutas que culminaram na abolição do regime escravista. A esse respeito, chama a atenção o caso de Maria Roberta da Silva, nascida em 1870, um ano antes da *Lei do Ventre Livre*. Isto pode indicar alguma probabilidade de ter sido vítima da escravidão. De qualquer forma, por razão desconhecida, em algum momento entre o nascimento em 1894 e a admissão de Augusta Roberta em 1906, a operária Maria Roberta da Silva migrou de Mundo Novo para a cidade de São Félix. O que ela esperava encontrar por lá?

O historiador Walter Fraga Filho, em importante estudo sobre as experiências migratórias de ex-escravizados e seus descendentes no pós-abolição, demonstrou que os centros urbanos se constituíram numa das formas de sobrevivência, mas também de expectativa de liberdade para a população negra egressa do cativeiro. Isso porque em alguma medida, se buscou a autonomia através do trabalho oferecido naquelas cidades. No Recôncavo Baiano, Cachoeira, São Félix, Santo Amaro e Maragogipe eram importantes polos atrativos. O autor ressalta que as possibilidades de escolha para migrar ou permanecer eram mais reduzidas para as mulheres, por conta dos significados revestidos para o feminino produzidos naquela sociedade. Ser uma mulher de idade avançada ou ter de cuidar dos filhos e de parentes idosos, por exemplo, poderia conotar fortes fatores para que diminuíssem essa margem de escolha.[67] Os marcadores sociais que pairavam sobre as mulheres negras foram fatores que pesaram para a decisão de partida, mas não desencorajaram a operária Maria Roberta e sua filha. Um levantamento que fiz de 107 fichas, somente referente às pessoas nascidas no século XIX, revelou ter entre elas 79 operárias e 28 operários. Todas essas pessoas migraram rumo à São Félix. Provavelmente carregadas de expectativas, mas também

[67] FRAGA FILHO, Walter. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição. Cadernos AEL, Campinas, v. 14, n. 26, 16 set. 2010, p.98.

de incertezas, para enfrentar os desafios de uma conjuntura de reorganização do trabalho livre e de precariedade das condições raciais hierarquizantes.[68]

Em outro levantamento, elaborei uma segunda amostragem com o propósito de sinalizar o fluxo de operárias que migraram durante o século XX. Dos 1.511 registros dos empregados da *Cia. de Charutos Dannemann* localizados no Arquivo Municipal de São Félix aproveitei 1.467 fichas para analisar a composição social das trabalhadoras fumageiras. Todas as fichas selecionadas eram da manufatura com sede em São Félix e da filial em Muritiba, preenchidas entre os anos de 1935 e 1948.[69] Identifiquei 499 registros pertencentes às pessoas migrantes, que nasceram fora dos munícipios de Muritiba, de São Félix e ou de Cachoeira. Considerei o número substancial, pois representa 34%. Tirei uma primeira amostragem do perfil social da força de trabalho migratória, que foi caracterizada pela presença de 22% da força de trabalho masculina junto à presença esmagadora de 78% das mulheres das 499 fichas. Ao que tange a cor, infelizmente poucas fotos foram conservadas nas fichas, mas a partir das que constavam pude refinar e fazer a identificação de 227 fotos. Destas, identifiquei serem 86% de cor preta e parda, representando substancialmente o contingente negro e 14% de cor branca. Embora o contingente de trabalhadoras nascidas na região fosse peso majoritário, me parece importante considerar que os 66% da força de trabalho local pudesse se remeter às trabalhadoras e trabalhadores oriundos das zonas rurais das cidades ou de distritos próximos, cuja informação pode estar subsumida nas fichas, pois foram raras as vezes que este tipo menção apareceu na documentação.[70]

De outra forma, analisei o total de fichas e o perfil social das operárias. A partir dessa base de informações a presença das mulheres foi majoritária, registrada pela importante cifra de 74% das 1.467 fichas catalogadas. Mais uma vez, por meio do reconhecimento da cor das 397 fotografias disponíveis nas fichas, a força de trabalho feminina foi estimada em 80% de mulheres de cor preta, 13% de cor parda, e 7% de cor branca. A presença masculina no setor fumageiro, das 209 fichas com fotografias, correspondeu em termos de cor em 66% de cor preta, 11% de cor parda, 23% de cor branca. Embora tenha encontrado a presença de alemães e em menor grau de suíços, sempre na gerência e nos altos cargos da firma, não encontrei operários imigrantes nas fichas.

---

[68] Amostragem feita a partir de: AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*.

[69] As demais fichas foram dispensadas desta análise por trazerem dados de outras filiais ou lojas que eram localizadas fora do eixo de recorte espacial escolhido para pensar a migração.

[70] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*.

Essa composição social da população do Recôncavo Baiano, e da força de trabalho empregada no complexo fumageiro teve um perfil diferente da imagem clássica criada para a classe trabalhadora brasileira. A historiografia do trabalho há muito vem alertando que é preciso romper com noções cristalizadas sobre a história dos trabalhadores e já sabemos que falar em uma classe operária, branca, masculina e fabril, para o Brasil do início do século XX é falsear a realidade histórica.[71] O contexto que encontrei passou longe do processo imigratório de trabalhadoras e trabalhadores europeus,[72] que visavam substituir a força de trabalho nacional no pós-abolição[73] e atendiam ao projeto de embranquecimento[74] da população.

O grande número de migrantes e de remanescentes do século XIX na composição social da força de trabalho fumageira pode ser devedor da economia do açúcar, que esteve em crise nos anos finais do século XIX, acentuada pela emancipação. Esta economia liberou grande número de trabalhadoras e trabalhadores, boa parte delas advindas do cativeiro das *plantations.*[75] Como já indiquei, o complexo fumageiro tem sua formação no Recôncavo desde o século XVII, com origens assentadas nas pequenas plantações de fumo. Segundo B. J. Barickman, o uso generalizado da força de trabalho cativa, originou no Recôncavo Baiano uma das mais densas populações escravizadas encontradas no Brasil, que ao início do século XIX, estipulou o historiador, chegou à cifra de 89 mil, e continuaria em números elevados em 1872-73 entre 72 e 81 mil. Portanto, as *plantations* de açúcar tornaram numerosa a presença de trabalhadoras e trabalhadores escravizados, mas não se deve minimizar o peso da fumicultura. Barickman adverte que durante o século XIX, também se utilizou quantidades consideráveis de trabalhadores escravizados no cultivo do fumo, embora não fosse totalmente

[71] BATALHA, Cláudio H. M. "Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva". *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo oligárquico*: da Proclamação da República à Revolução de 30 – Primeira República (1889-1930). 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 165.

[72] CASTELLUCCI, Aldrin A. S. op. cit. p. 75-77.

[73] A tese da "substituição" é questionada pela historiadora Silvia H. Lara, ver a discussão em: LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, v.116, p. 25-38, 1998.

[74] SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. *In*: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org). *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 173-244.

[75] BARICKMAN, Bart Jude. Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881*). Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p.177-238. 1998.

dependente do tráfico atlântico, a garantia esteve sustentada na reprodução ao longo prazo desta força de trabalho.[76]

Nos centros urbanos a absorção da força de trabalho nas empresas fumageiras já pode ser encontrada também desde o século XIX. E nas manufaturas os indícios indicam que havia várias formas de exploração do trabalho. Em nota, o memorialista Ubaldo Marques Porto Filho reproduz um trecho do jornal *O Guarany* de Cachoeira do dia 16 de maio de 1878 onde diz que "despareceu da *Fábrica S. Carlos*, na noite de 29, a escrava Izabel, crioula, baixa, seca, tipo africano – isto é, parecendo nagô. Levou saia de yayá de ouro, e muita roupa em uma grande trouxa. Recompensa-se a quem a pegar, conforme a distância."[77]

O historiador Clíssio S. Santana analisou as experiências de trabalhadores escravizados e libertos na comarca da Cachoeira ao longo do século XIX e nos deixa também bem informados. Foi observado que o emprego nas manufaturas e nos armazéns articulou diferentes formas de exploração do trabalho e absorveu boa parte dos trabalhadores escravizados e livres que viviam nas províncias rurais e nos centros urbanos de Cachoeira e São Félix. Debruçado sobre um infeliz episódio do espancamento do garoto Vicente, livre e pardo, menor de 14 anos, caso ocorrido em São Félix no ano de 1854, pelo português Antônio Inácio de Magalhães, o historiador Clíssio Santana percebeu através do processo-crime, que as testemunhas presentes, todas elas trabalhando na fábrica de charutos do mencionado português, não se restringiam ao trabalho livre, e concluiu "que escravos e libertos também fizeram parte daquele universo trabalhista das fábricas oitocentistas."[78] Dessa forma, o contexto do final do século XIX deixa legados importantes em termos de composição da força de trabalho e também de experiências negras com os mundos do trabalho livre e da escravidão.

As cidades de São Félix e Cachoeira também despontaram como conhecidos entrepostos comerciais no final do século XIX localizados nos limite das zonas do açúcar e do fumo. Mesmo que as fronteiras entre o trabalho escravo e livre não estivessem tão definidas, as atividades do porto via navegação a vapor, a construção da ponte que conecta até hoje as duas cidades, a instalação da *Estrada de Ferro Central da Bahia* e mais tarde a circulação das pessoas e mercadorias facilitadas através dela, além das muitas possibilidades de trabalho

[76] BARICKMAN, Bert Jude. (2003) op. cit. p.216; 259-261: para uma análise detida na formação demográfica no âmbito do processo de crioulização no Recôncavo Baiano, ver também: PARÉS, Luis Nicolau. O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, Salvador, n.33, p.87-132. 2005.
[77] *O Guarany.* Apud PORTO FILHO, Ubaldo Marques. op.cit. p. 12
[78] SANTANA, Clíssio Santos. *"Ele queria viver como se fosse homem livre":* escravidão e liberdade no Termo de Cachoeira (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014, p.45-52.

formal no comércio e informal nas ruas foram importantes elementos que atraíram diversos trabalhadores e trabalhadoras em busca de oportunidades.[79]

Alguns observadores contemporâneos deixaram indícios importantes sobre os mundos do trabalho nas cidades de Cachoeira e São Félix. Indicativos que poderiam motivar trabalhadoras e trabalhadores negros a mirarem estes centros urbanos. O geógrafo Alfredo Moreira Pinto, na ocasião que visitou Cachoeira e São Félix, na última década do século XIX, mesmo achando ser Cachoeira uma cidade "decadente e velha" diz ele ter encontrado lá, além das 171 casas comerciais, as fábricas alemãs de charutos *Poock & Cia*. com sessenta operários, a fábrica de charutos e serraria *Jezler Hoening* localizada no bairro da Pitanga e outra manufatura de charutos pertencente a *Zacharias Mílhazes*. O geógrafo também indicou como principais lavouras do munícipio as de "fumo, cerais, algum café e cana de açúcar."[80] Outro levantamento feito por Francisco Vianna listou a presença de duas serrarias e a *fábrica de tecidos S. Carlos* situada na *Fazenda Tororó*, com 53 teares e 125 operários.[81] Em São Félix, Moreira Pinto registrou cinco fábricas de charutos, citou as "mais importantes as de G. Dannemann e Luiz Krueder, a 'Utilidade' de Costa Ferreira & Penna e a de Rodemburg & C." além de ter encontrado dezesseis armazéns de fumo, uma fábrica de cerveja, cinco fábricas de sabão, um curtume, três olarias, uma serraria e trinta e oito casas de diferentes negócios.[82]

Dentro deste universo dos mundos do trabalho, foram as atividades ligadas ao complexo fumageiro que, em termos de concentração de força de trabalho, demonstraram as mais significativas nas cidades. Interessante, portanto, observar como o fluxo de operárias mobilizadas neste setor industrial aumenta gradualmente durante o desenrolar do século XX. Através dos armazéns de enfardamento, nos trapiches das firmas exportadoras, nas casas comerciais, nas manufaturas de charutos, esses espaços se tornaram importantes centros de absorção de trabalhadoras, sobretudo, para as mulheres negras. Moreira Pinto estimou que a *Cia. de Charutos Dannemann*, por exemplo, ao final do século XIX teria entre o "pessoal ocupado na fábrica e nos armazéns" a "cifra de 400 operários" e operárias, a *Costa Penna &*

---

[79] Para mais informações sobre a construção da ferrovia, e posteriormente a experiência dos trabalhadores da *Estrada de Ferro Central da Bahia*. Ver: BATISTA, Luan Lima. op. cit. p.27-29; Para o tema das migrações de ex-escravizados ver: FRAGA FILHO, Walter. op. cit. p.114-115.

[80] Embora date de 1935, esse *Suplemento aos apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil* são os manuscritos póstumos de Alfredo Pinto publicados por seu filho Justiniano Moreira Pinto. O historiador Edmar Ferreira localizou algumas dessas mesmas passagens no jornal *A Ordem* em 1902. Os primeiros volumes dos *Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil* foram publicadas entre 1894 e 1896. Consultar: PINTO, Alfredo Moreira. *Suplemento aos apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil.* Imprensa Nacional, Rio De Janeiro, 1935. p.71-72; SANTOS, Edmar Ferreira. *O Poder dos Candomblés*: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia. Edufba, Salvador. p. 33

[81] VIANNA, Francisco Vicente. op. cit. p. 273.

[82] PINTO, Alfredo Moreira. op.cit. p.121.

Cia possuía cerca de 300 trabalhadoras.[83] Testemunhou o viajante para as outras fábricas de São Félix "mais de 3.000 operários, além dos que se empregam nos armazéns onde se beneficia o fumo, fazendo a escolha para as fábricas e para o embarque".[84]

Em 1911, uma propaganda presente no periódico *O Propulsor* informou que *Cia. de Charutos Dannemann* teve início com seis operárias e que se encontravam trabalhando 2.200.[85] Em 1921, os dados fornecidos pela *Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícola* demostraram números consideráveis de trabalhadoras empregadas nas manufaturas em relação ao final do século anterior. A *Cia. de Charutos Dannemann* liderou com a presença de 1.200 operárias contratadas, seguida pela *Costa Penna & Cia* com a cifra de 1.000 incluindo aquelas da filial de Muritiba. Deve ser mencionada também a fábrica *Stender & Cia* com suas 400 operárias, e acompanhar os números da *Suerdieck* em Maragogipe, pois em 1916 possuía 400 trabalhadoras e em 1921 havia mais que dobrado a quantidade, com suas impressionantes 900 operárias sob o regime de trabalho.[86] Mais uma vez, Gregório Bondar deixou um registro digno de nota. Em 1923,

> nas três cidades mencionadas [São Félix, Maragogipe e Cachoeira] as fábricas de charutos dão trabalho acerca de sete mil operárias; delas as de Dannemann ocupam mais de três mil pessoas, Costa Ferreira e Penna mais de mil, Suerdieck mais de mil e duzentas pessoas. As duas mil restantes se distribuem entre fábricas menores e a confecção caseira.[87]

Cabe também mencionar a cidade de Muritiba, que o escritor Anfilófio de Castro, na primeira metade do século XX, informou ter "quatro grandes fábricas de charutos, e de várias pequenas; de seis armazéns de beneficiamento de fumo e café". Continuou:

> A indústria do fumo é a ocupação de quase a totalidade do seu povo, o qual, embora com qualidades apreciáveis, é pouco instruído e pouco afeiçoado às letras. O efetivo do pessoal com que concorre para as fábricas e armazéns, na cidade e fora dela, calculando entre quatro mil, não há exagero.[88]

---

[83] Ibidem.
[84] PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil* (F-O). Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1896. p.13.
[85] *O Propulsor*, p. 17, 15 de Out. 1911.
[86] BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Villas Boas, 1922, p. 433-435.
[87] Em princípio, o aumento repentino das cifras apresentada pelo autor, em comparação as supracitadas, parece refletir para o caso da *Cia. de Charutos Dannemann* o resultado da fusão entre ela e a *Stender & Cia.* Lembro que ocorreu no ano de 1922 a fusão entre as empresas *Stender & Cia* pertencente ao grupo *Herm. Stoltz & Cia* e a *Cia. de Charutos Dannemann*: BONDAR, Gregório. op. cit. p. 292.
[88] CASTRO, Anfilófio de. *Muritiba:* sua história e seus fados 1559 - 1941. Digressões - Notas à Bahia. Bahia: Tipografia Naval, 1941. p.5;88.

Em outro trecho o autor lamentou a saída das famílias abastadas, enquanto deixou escapar seu desprezo e inconformidade com a chegada da população pobre na primeira metade do século XX:

> há transferido residência deste município [Muritiba], principalmente para a capital do Estado, muitas famílias do seu escol social. Infelizmente, têm sido substituídas por humildes vindos de toda parte à busca de meios de vida nos serviços da Indústria do fumo.[89]

Se por um lado, um dos representantes das elites locais deixou registrado a sua visão sobre a população negra, por outro, ele informou como até meados dos anos 1940 havia migrações que buscavam nas fábricas de charutos expectativas de trabalho. Este aumento do contingente operário naquelas cidades teve interpretações ambíguas de seus contemporâneos e esse fluxo de trabalhadoras e trabalhadores negros não passou despercebido pelas elites locais. Na visão delas, aquilo constituía cada vez mais um problema que deveria ser resolvido o quanto antes.

A historiadora Wlamyra Albuquerque, bem demonstrou que o contexto da abolição do regime escravista foi tomado também pelo temor das elites baianas, que enxergavam a população liberta como desobediente e um risco às hierarquias sociais daquela ordem vigente. Foi cultivada entre ex-senhores de engenhos ou homens de estado uma esperança de controle social incisiva sobre a população negra.[90] Dessa forma, o historiador Eliseu Silva, em instigante estudo sobre as práticas de roubos e furtos em Cachoeira, percebeu que a movimentação de trabalhadores refletiu no aumento geral da população cachoeirana, mas também nas queixas do corpo da polícia e dos periódicos locais, uma vez que essas elites atribuíram a elevação da criminalidade no final do século XIX ao aumento da população negra na cidade.[91] Também nos idos de 1915, o historiador Edmar Ferreira diz que alguns setores letrados de Cachoeira associavam a população pobre à ociosidade, à incivilidade e à criminalidade. Estes setores achavam "necessário vigiar cuidadosamente o povo e, quando preciso, aplicar punições que levassem os indivíduos à disciplina do trabalho, fazendo-os deixar de lado os vícios nos quais estavam imersos."[92]

Isto parece iluminar a criminalização que as elites locais lançavam diante das práticas culturais da população negra, das quais estão também envolvidas as operárias das fábricas.

---

[89] Ibidem, p.151.
[90] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 98-137.
[91] SILVA, Eliseu. *Roubos e salteadores na Bahia no tempo da abolição* (Recôncavo, década de 1880). Salvador: EDUFBA, 2019, p.39.
[92] FERREIRA, Edmar. op. cit. p.24.

Em São Félix, por exemplo, o tom dado pelo periódico *O Propulsor* sobre "os sambas e os desordeiros" parece emblemático. A publicação buscou noticiar um conflito entre dois homens, que "pelas 3 horas da madrugada" se enfrentaram. Acusou o jornal que o caso terminou a "facadas no perigoso subúrbio". Para o periódico, o confronto físico entre aqueles homens esteve muito mais associado ao samba e com "aquele pessoal da zona do Salva-vida, subúrbio desta cidade [que] anda sempre às voltas com a polícia, pelos desatinos cometidos, e não se corrige". Ainda segundo o periódico sanfelixta, os sambas "acaba[va]m sempre assim".[93] Acontece que o bairro do Salva-vida, onde "o samba retumbava!", era também onde se concentrou a maior parte das operárias da *Cia. de Charutos Dannemann*. Segundo os *Registros dos Empregados* havia mais de 160 fumageiras que indicaram residir naquele bairro.

É compreensível que as perseguições a população negra estejam afetadas pela exigência e pelo desacordo das elites locais com a suposta incivilidade dos de baixo, a partir de uma interpretação racializada das práticas culturais. Em resposta, o trabalho foi uma das maneiras de disciplina e de controle social. Em 1916, algumas edições do jornal *O Propulsor* anunciavam ao público leitor sanfelixta publicações que elegeram o trabalho como "a mais poderosa arma contra a ociosidade que corrompe a alma e debilita o corpo, tornando-o inútil a qualquer mister, incapaz de praticar qualquer ato que continua para o seu aperfeiçoamento"[94], "a página mais bela e sublime do contingente humano" que "glorifica, honra e enobrece". Não foi ao acaso, que um destes artigos recebeu a assinatura do conhecido ensaísta racialista Sylvio Romero.[95] A referência é exemplar da interceptação de classe e definições raciais como destinos combinados no imaginário das elites sanfelixtas. Com esse sentimento, o mesmo jornal considerou que "com a nova orientação que Geraldo Dannemann imprimiu em S. Félix, empregando as suas fábricas mais de mil pessoas, a população modificou para melhor os seus hábitos de vida; S. Félix cresceu e prosperou."[96]

Aparentemente, o discurso contra ociosidade escondeu a necessidade do patronato submeter a população negra ao controle, à espoliação do trabalho sob sua guarda e garantir a permanência das hierarquias raciais. O trabalho operou como espaço, dispositivo, e também como justificativa social para trazer o disciplinamento e a ordem moral desejada pelos setores da elite branca baiana. Sinais dos imperativos de classe e de racialização, quase sempre

[93] Os sambas e os desordeiros. *O Propulsor*, São Félix, Ano XX, N.102, p.1, 17 de Jul. 1916.
[94] O trabalho. *O Propulsor*, São Félix, Ano XX, N.109, p.1, 25 de Jul. 1916.
[95] O trabalho. *O Propulsor*, São Félix, Ano XX, N.117, p.3, 3 de Ago. 1916.
[96] Geraldo Dannemann. *O Propulsor*, p. 4, 15 de Out. 1911.

inseparáveis, como orientadores das perseguições das manifestações e das referências socioculturais da população negra.

Dessa forma, a ocupação dos altos cargos nas empresas também lançava sobre a sociedade expectativas sociais das masculinidades hegemônicas, das definições raciais e de prestígio para as classes abastadas – ser homem branco.[97] Isto pode indicar como o trabalho das mulheres aparece subsumido pela presença de um patronato predominantemente masculino e branco. Em edição especial pelo seu 15º ano de fundação, em 15 de Outubro de 1911, o periódico *O Propulsor* decidiu fazer uma homenagem aos homens "ilustres" e "honrados" da cidade de São Félix. Dentre estes, Geraldo Dannemann e Manoel da Costa Penna receberam significativa atenção. Com bastante entusiasmo, o jornal tratou de fazer uma breve biografia dos industriários, ao qual retirei alguns fragmentos para a análise:

> [Geraldo Dannemann] ao seu **labor contínuo**, a sua **inteligência esclarecida**, deveu a prosperidade do seu estabelecimento. Tornou-se um industrial poderoso e muitas centenas de **pessoas pobres**, **de ambos os sexos**, foram encontrar nas acreditadas fábricas de charutos que criou **os meios de subsistência**. Mostrou como se deve e se pode aproveitar o **trabalho da mulher, decentemente e sem explorá-la**. (...) Ao **honrado e inteligente industrial** que, atualmente se acha na sua pátria de nascimento, enviamos hoje sinceras saudações, estampando o seu retrato como justa homenagem ao seu merecimento.
>
> A princípio [Manoel Costa Penna] foi empresário na fábrica de charutos de Manoel da Costa Ferreira, revelando-se um moço **ativo, trabalhador, honesto e inteligente,** vindo mais tarde a ser, pelo seu merecimento real, um dos proprietários da referida fábrica. (...) A sua fábrica de charutos, uma das mais antigas e acreditadas de S. Félix, **dá trabalho a centenas de pessoas, homens e mulheres.** Ao Sr. Manoel da Costa Penna, que goza entre nós grande estima e respeito, apresentamos as nossas saudações, e em homenagem ao seu indiscutível merecimento, damos hoje o seu retrato. [Grifos meus][98]

O constrangimento de serem ambos estrangeiros, Geraldo Dannemann nascido em Brémen na Alemanha e Manoel da Costa *Penna* em Portugal, não foi um impeditivo para o jornal sanfelixta imprimir suas "sinceras saudações" aos industriários com "mais direito a tão elevada honra" de cidadãos sanfelixtas. O "grande amor a esta terra" de Dannemann, ou os sentimentos redobrados "de afetos" de Costa Penna à São Félix justificaram o impasse do patriotismo pelo do jornal. E ao descrever ambos empresários como homens honrados e trabalhadores, ativos e pais exemplares, honestos e inteligentes, se revelaram atributos,

---

[97] Para uma discussão sobre os limites do conceito de Masculinidade Hegemônica ver: CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis , v. 21, n. 1, p. 241-282, Apr. 2013.; FAUSTINO (NKOSI), Deivison. *In:* BLAY, Eva Alterman. *Feminismos e masculinidades*: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. 1. Ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.75-p.104.; Para a relação entre cor e prestígio ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Racismo e Antirracismo no Brasil.* 3ª ed. São Paulo: editora 34, 2019.

[98] Geraldo Dannemann. *O Propulsor*, p. 4, 15 de Out. 1911.

valores de distinção e deveres esperados dos homens brancos de alta classe naquele contexto histórico. Contudo, na publicação, os grifos que fiz representam aquilo que suspeitei serem as construções sociais e expectativas do discurso de mobilidade social através da meritocracia e da eleição das fábricas como benfeitorias sociais, almejados símbolos da prosperidade sanfelixta.

O historiador Alberto Heráclito F. Filho analisou os mundos femininos em Salvador entre 1890 e 1940 e demonstrou que embora fosse recorrente a busca pela domesticação das mulheres a partir de um modelo de feminilidade perseguido pela sociedade republicana, isso ocorreu em passos diferentes, sobretudo, a partir de diferentes marcadores sociais.[99] Dessa forma, os termos grifados também marcam a percepção de excepcionalidade do trabalho feminino pelo periódico e a necessidade de justificar a presença das mulheres negras nas fábricas, um espaço público por excelência, dentro dos padrões "decentes" e supostamente fora da "exploração". Sempre uma oposição de exaltação da honra dos homens em contraponto ao uso da força de trabalho das mulheres dentro de uma moral benfeitora.

O tema da "exploração" indicado no jornal pode esvanecer uma referência aos legados da exploração dos trabalhos manuais do período da escravidão, opondo estes ao modelo de emprego assalariado dos industriais sob a moral do trabalho erigido na fundação da República. Da mesma forma, não escapa a intenção do jornal que o trabalho das mulheres tinha menos brio em relação ao trabalho dos homens, e só atingiu algum reconhecimento sob o imperativo da "inteligência" do capitalista Geraldo Dannemann. Esteve afirmada ali a oposição das construções sociais sobre o trabalho feminino e trabalho masculino, mas também, a valorização dos empresários na ação de redenção da classe trabalhadora.

Portanto, o esboço em tela sinaliza os indícios da formação da composição social das fumageiras, em termos de gênero, de cor e definições raciais, também pelas migrações ou pela possibilidade dos legados da abolição, como referências das expressões de experiência das trabalhadoras do setor fumageiro. Nas primeiras décadas do século XX, as indústrias de charutos e cigarrilhas alcançaram a estabilidade de suas exportações, ao passo que também ocorreu, como apontam os relatos de viajantes, um gradativo aumento do número da força de trabalho. O peso desta força de trabalho foi significativa nas cidades de São Félix e Muritiba e indicou a mobilização das operárias que a *Cia. de Charutos Dannemann* e da *Costa Penna & Cia* poderiam causar nestas cidades. Embora os centros urbanos representassem novas expectativas de liberdade, a população negra teve de enfrentar o agenciamento dos setores

[99] FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance!* Mundos feminino, maternidade e pobreza, Salvador; 1890-1940. Salvador: Edufba, 2003, p.61-113.

abastados em busca do enrijecimento de controle social. De toda forma, o crescente número de trabalhadoras e trabalhadores formou as fileiras da classe trabalhadora da sociedade sanfelixta, cachoeirana e também muritibana. Dinâmicas das populações flutuantes, graças ao trânsito diário das trabalhadoras para as fábricas, saídos das cidades e das freguesias rurais.[100]

"A Crise dos Charutos": o caso da interdição dos negócios alemães

Diante da apresentação dos principais aspectos da estrutura do complexo fumageiro e da sua composição social, nesta seção busco examinar a conjuntura da Primeira Guerra Mundial vivida em particular pela *Cia. de Charutos Dannemann*. O objetivo consiste em aproveitar este episódio para jogar luz sobre a atuação da prática social dos empresários na organização do capital alemão. Acredito que o confronto beligerante entre as nações, principalmente, a declaração de guerra do Brasil à Tríplice Aliança, favoreceu a visualização das estruturas de coerção econômica postas pelos imperativos capitalistas das empresas alemãs no Recôncavo Baiano.

No dia 10 de novembro de 1917, o periódico *A Noite* anunciou a chamada "Fecham-se duas grandes fábricas de charutos" acompanhada do seguinte conteúdo:

> Devido às medidas tomadas pelo governo da República de referência aos bancos alemães, fecharam-se as fábricas de charutos de S. Félix, *Stender & C.* e *Dannemann & C.*, aquela, anteontem a tarde, e esta, hoje ao meio dia. Com o fechamento desses dois estabelecimentos fabris ficam sem trabalho mais de três mil operários nacionais.[101]

Em resposta aos torpedeamentos aos navios brasileiros, provocados por submarinos alemães, acirrou-se uma crise diplomática entre os dois países o que levou o Brasil a declarar guerra ao Império Alemão em outubro de 1917. Desde que sobreveio a declaração contra a Tríplice Aliança, os negócios alemães no Brasil foram diretamente afetados. Muitas empresas identificadas como germânicas tiveram que dispensar funcionários alemães e expulsar os "sócios boches" com receio de represálias; outras sofreram ataques sérios, como apedrejamentos às lojas e aos prédios alemães[102] e tantas outras tiveram que lidar com a hostilidade dos brasileiros em uma conjuntura polarizada entre os "aliadófilos", "neutrais" e "germanófilos" frente ao tema da guerra. A *Companhia Hanseática*, por exemplo, foi ao jornal *A Noite* constrangida a desfazer qualquer suspeita que fosse uma empresa alemã.

[100] FRAGA, Walter. op. cit. p.114.
[101] *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano VII, N. 2.121, p.1, 10 de Nov. 1917.
[102] Foi o caso de ter sido "duas casas alemãs incendiadas no Recife" ver: *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano VII N 2.120, p.3, 09 de Nov. 1917.

Publicou uma relação completa de seus acionistas e afirmou em sua defesa que "apenas 1% do nosso capital está em mãos de acionistas alemães ou austríacos, sendo todos os demais acionistas são brasileiros ou portugueses".[103] Nesta conjuntura, a imprensa esteve pujante nas publicações de "denúncias" aos empreendimentos alemães no Brasil.[104]

A *Cia. de Charutos Dannemann* não escapou aos ataques. A declaração de guerra resultou no cerceamento de transações comerciais aos bancos alemães, atingindo diretamente a empresa. Os jornais anunciaram existir "A Crise dos Charutos" ao comunicar "o fechamento de duas das mais importantes fábricas de charutos do Brasil: a *Dannemann* e a *Stender*, que pertenciam [a] alemães". O Sr. Antônio Carvalho, sócio da fábrica de charutos *Lealdade* (Rio de Janeiro), comentou o episódio: "a deliberação dos alemães – disse-nos o sr. Carvalho – não pode deixar de afetar grandemente essa indústria nacional. Falemos, especialmente, daqui do Rio, um dos melhores mercados para esse artigo. Os charutos das fábricas ontem fechadas tinham larga aceitação nessa capital." O fabricante também confessou que excetuando a *Senin & Cia* e a sua própria fábrica, nenhuma outra tinha "um número de operários superior a dez" e continuou a dizer que "não temos em todo o Rio quatrocentos operários charuteiros". Além de expor o peso das fábricas alemãs perante o setor nacional, manifestou dúvidas sobre o que deveria fazer "o governo diante do gesto dos alemães", mas concluiu que "o mais acertado seria a reabertura dessas fábricas."[105]

Os sócios das firmas alemãs, quando houve a interdição dos investimentos do capital financeiro através dos bancos, procuraram acionar os órgãos de classe. De acordo com as informações enviadas à *Associação Comercial da Bahia* (ACB), os empresários alegaram falta de numerário, sob a justificativa que os bancos brasileiros recusaram a prestação de fornecimentos por ordem do governo. A Associação buscou os governadores J.J. Seabra e Octávio Mangabeira e solicitou que providenciassem a transferência ao *Banco do Brasil* de todas as transações feitas entre os bancos alemães e as empresas de São Félix e de Maragogipe – *Cia. de Charutos Dannemann, Stender & Cia* e a *Suerdieck. Cia.* A expectativa era que as companhias retomassem logo suas atividades. Desperta interesse as consequências na estrutura fundiária do Recôncavo Baiano. As paralisações logo foram sentidas em outros setores do complexo fumageiro, pois suspensas as transações com os bancos, os adiantamentos que as empresas faziam aos pequenos lavradores também cessaram. O

[103] *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano VII, N.2.126, p.5, 15 de Nov. 1917.
[104] Por exemplo, "uma grave denúncia" dos "truques da *Companhia Brahma* para fingir de brasileira". Ver: *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano VII, N 2.121, p.3, 10 de Nov. 1917.
[105] *A Rua*, Rio de Janeiro, Ano IV, N.309, p.3, 11 de Nov. 1917.

resultado imediato foi a crise na lavoura do fumo. Ela ainda seria agravada, sobretudo, com o fechamento dos portos e com a interdição da exportação para a Alemanha via Amsterdã e outros intermediários dos países neutros.[106] Uma forma de contornar o cerceamento do envio dos fumos diretamente para a Alemanha durante a crise diplomática. O episódio expõe a aprofunda dependência que os lavradores tinham do mercado externo.

Na imprensa, a situação crítica das firmas fumageiras não foi poupada pelas páginas dos jornais brasileiros, que bradaram: "perdemos alguma coisa com isso? Qual! Se não fosse o fato de ficarem sem trabalho cerca de 3.000 operários [e operárias], poder-se-ia dizer que o fechamento de uma como de outra dessas fábricas é até motivo de regozijo". A empatia com as trabalhadoras e a apreensão com o desemprego discursada pela imprensa tentaram esconder a elaboração de um discurso contra o que eles chamavam de "germanismo."[107] Como se pode esperar, as firmas *Cia. de Charutos Dannemann, Suerdieck & Cia* e a *Stender & Cia* se encontravam em um contexto aberto ao discurso hostil aos empreendimentos alemães, dada a conjuntura de guerra. Na mesma publicação os periódicos com afinco e radicalidade faziam denúncias e expressavam que "o mal que *Dannemann* e *Stender* causavam à indústria genuinamente nacional de charutos é tamanho, devido à concorrência desleal e mesquinha, que só se deve lastimar uma coisa: não se terem fechado há mais tempo." Para os jornais, a lacuna aberta no mercado pela falta da produção das fábricas deveria ser preenchida pela indústria nacional, para que os lucros que os estabelecimentos alemães usufruíram fossem "repartidos pelos demais existentes no país, entre os quais muitos brasileiros."[108]A publicação foi concluída com a advertência, mais uma vez denunciando a "concorrência desleal":

> convém citar a maneira pela qual *Dannemann* e *Stender* guerreavam as fábricas brasileiras da Bahia. Quando uma desta última criava uma nova marca, para ser vendida ao negociante por 60 réis, os alemães criavam uma outra marca equivalente à brasileira por 59 réis. Os brasileiros cediam: baixavam também a 59 réis. Os alemães baixavam o preço para 58 réis. Os brasileiros eram obrigados a acompanhá-los, enquanto os alemães continuavam promovendo a baixa, até os brasileiros desistirem de lançar a marca interna. Dispondo de grandes capitais, os alemães perdiam dinheiro nessas guerrilhas, obrigando os brasileiros a perder também. Por fim, venciam sempre aqueles que tivessem maior capital: venciam os alemães *Dannemann* e *Stender*.[109]

---

[106] SANTOS, Mário Augusto Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República*: um grupo de pressão. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1972, p. 41; 256-257.
[107] *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano VII, N.2122, p.2, 11 de Nov. 1917.; Houve uma reprodução dessa mesma publicação feita no dia seguinte pelo jornal: *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXXIV, N.12.087, p.2, 12 de Nov. 1917.
[108] Ibidem.
[109] Ibidem.

Mesmo à sombra do antigermanismo, aflorado durante a guerra, acredito que os ataques dos redatores não podem ser completamente dispensados. As denúncias sinalizaram que as empresas interviram e operaram no mercado por meio de uma cooperação, mais ou menos alinhada, a partir de elementos nacionais. No dia 12 de novembro, a publicação "*Fecharam-se duas fábricas de Charutos na Bahia – Os operários Brasileiros sem Trabalho*" buscou provocar seus leitores e suas leitoras nesta direção:

> telegramas da Bahia trouxeram-nos a notícia (...) que [as fábricas] fecharam porque os seus proprietários não podem negociar sem o banco alemão. A firma *Stender & Cia* é uma fantasia – a fábrica pertence aos alemães [da empresa] *Herms Stoltz* desta praça [do Rio de Janeiro]. A firma *Dannemann & Cia*, é de brasileiros, pois o velho *Dannemann*, alemão, pai dos atuais proprietários da fábrica, está na Alemanha. Por que, então, os filhos de *Dannemann* não entram em transações com os outros bancos? Não é possível que o governo consinta no fechamento dessas fábricas, onde trabalham mais de três mil operários nacionais. **Urge mandar fiscalizá-las, se elas são, de fato, alemãs** [grifos meus].[110]

O capital financeiro alemão atuando através das indústrias no Recôncavo Baiano foram pontos chaves de ataque dos periódicos. Segundo *Gazeta de Notícias*, as fábricas dos "boches" que atiraram ao desemprego "5.000" operárias, "tinham um *trust* na fabricação dos charutos", e estavam fechadas por "ordens superiores". Diante disso, o jornal colocou em pauta a proposta de "tomar conta das fábricas fechadas", desapropriar, impor uma "administração especial" ou arrendá-las.[111] Deve se considerar que a exploração do fumo por empresas brasileiras foi uma preocupação compartilhada por muitos que acreditavam no fortalecimento das indústrias nacionais, principalmente durante o período da guerra, em que o estado brasileiro investiu na diminuição da importação de produtos manufaturados buscando aproveitar as fatias do mercado externo desorganizado pelos conflitos entre as potências mundiais. Foi recorrente nos jornais analisados a campanha sobre o fomento da produção nacional, sobretudo pelas iniciativas de criação de juntas e comitês em defesa da economia, a exemplo da existência do *Comitê Nacional de Produção*.[112]

A fabricação de charutos era uma indústria consolidada na Bahia, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro (DF). As fábricas baianas eram percebidas por seu desejoso destaque na produção, superior naquele momento ao de outras regiões. Além disso, vale informar que no ano anterior, em 1916, o tema da exploração do fumo havia ocupado muitas páginas da imprensa, a partir do polêmico debate de ordem fiscal que discutiu o projeto de lei do

---

[110] *A Razão*, Rio de Janeiro, Ano II, N.333, p.2, 12 de Nov. 1917.
[111] Os alemães atiram 5.000 operários. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Ano XLII, N.317, p.3, 14 de Nov. 1917.
[112] *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano VII, N.2.125, p.4, 14 de Nov. 1917.

deputado Alcindo Guanabara, que visou regulamentar a exploração do artigo a partir de um monopólio do fumo pelo estado. No enfrentamento da questão, muitos protestos contrários de políticos[113] e de comerciantes organizados na *Associação Comercial* buscaram barrar a proposta.[114] Campanhas favoráveis vieram dos operários cigarreiros, em que esteve a frente, o militante socialista Mariano Garcia.[115] Esses movimentos demonstram que a preocupação com os rumos da indústria nacional do fumo não era inédita em 1917. Parece compreensível que a exploração desse produto fosse de interesse nacional, e a intenção de exposição real da nacionalidade do capital das fábricas alemãs, não pode ser associada somente ao fenômeno do antigermanismo emergente no período da guerra, mas também de interesses políticos e econômicos nas disputas sobre a produção nacional.

Nos dias seguintes, em que perdurou o fechamento das fábricas, os jornais informavam pelas manchetes a mobilização das autoridades políticas pela reabertura. As empresas concorrentes ficaram atentas e logo ofereceram algumas soluções para superar a "Crise dos Charutos", termo batizado pelo Sr. Antônio Carvalho. Queriam eles alavancar a produção no Rio de Janeiro e "oferecer serviço para 200 operários-oficiais" que estavam sem emprego na Bahia, por conta da paralisação. O objetivo era remanejá-los para trabalharem na *Senin & Cia* e também na fábrica *Lealdade*.[116] Outro jornal anunciou que "cinco mil operários de S. Félix, Cachoeira, Muritiba e Maragogipe, achando-se à fome pedem providências urgentes".[117] Isto provavelmente mobilizou as autoridades de São Félix, incluindo o intendente e também vigário João Pedreira do Couto Ferraz, e mesmo os patrões da firma concorrente *Costa Penna & Cia* a promover "a todos os meios ao seu alcance aliviar da fome os cinco mil operários que as fábricas alemães despediram em massa, há dias."[118] Mas foi ao Ministro da Fazenda, o sr. Antônio Carlos, que foram endereçados a maioria dos telegramas e das publicações na imprensa cobrando urgência na resolução dos "prejuízos do comércio

[113] O senador do Rio Grande do Sul Wr. Soares dos Santos aderiu aos protestos contra a proposta e emenda do monopólio do fumo. *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano VI, N. 1720 p. 4, 30 de Nov. 1916.
[114] A campanha havia recebido "telegramas de solidariedade da Bahia, Minas e Rio Grande do Sul", mas o grande destaque ficou por conta da atuação do advogado Hebert Moses da *Companhia Souza Cruz.* Ver: *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano VI, N.1.711, p.3, 22 de Nov. 1916; *O Propulsor*, São Félix, Ano XXI, N. 206,p.3, 28 de Nov. 1916; *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano VI, N. 1.707, p.1, 18 de Nov. 1916.
[115] *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano VI, N.1.723, p.4, 4 de Dez. 1916.
[116] *A Rua*, Rio de Janeiro, Ano IV, N. 310, p.4, 12 de nov. 1917.; *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano VII, N. 2.123, p.4, 12 de nov. 1917.
[117] *A Rua*, Rio de Janeiro, Ano IV, N. 311, p.1,13 de Nov. 1917.
[118] *A Rua*, Rio de Janeiro, Ano IV, N.312, p.3, 14 de Nov. 1917.

baiano."[119] Finalmente, ao dia 14 de novembro as medidas que estavam no plano do governo foram informadas sem deixar de lado o ataque às empresas:

> A evidente pirraça alemã que traduz a paralisação da indústria charuteira vai, porém, ser acalmada por uma resolução do Sr. Ministro da Fazenda. S. Ex. ordenou à agência do *Banco do Brasil* na Bahia que tire aos fabricantes de charutos o pretexto deste novo e curioso gênero de "lock out": o estabelecimento nacional passará a fazer com os industriais germânicos as operações de crédito que estes realizavam com os bancos alemães e agora interrompidas pelo estado de guerra.[120]

O "lock out" – a greve dos patrões – informado pela publicação pareceu ser uma resposta dos capitalistas ao impedimento das redes comerciais alemães, principalmente em um contexto que a Primeira Guerra Mundial também se traduzia nas guerras de mercados. O nome das empresas *Suerdieck & Cia* e da *Cia. de Charutos Dannemann* estiveram indicadas como firmas "genuinamente germânicas" na "*black-list*" inglesa, a sua principal concorrente.[121] Contudo, as operárias teriam que esperar mais alguns dias para voltarem ao trabalho. Em 19 de novembro, *A Razão* publicou a chamada "reabrem-se hoje as fábricas de charutos da Bahia", e o motivo alegado pelo jornal foi curioso, pois se conseguiu provar que "o sr. Geraldo *Dannemann* Filho, um dos proprietários, e seus irmãos são brasileiros natos."[122]

Feita a exposição desta breve "crise dos charutos" quero lançar algumas questões de plano de fundo. O episódio do fechamento das fábricas foi emblemático para desvelar os imperativos econômicos mais profundos que as empresas operavam por meio do controle comercial das exportações de matérias primas; o controle da estrutura fundiária através da dependência dos fumicultores por meio dos créditos; o largo emprego da força de trabalho local, e com isso, a espoliação do trabalho; a penetração do capital financeiro alemão; e a manipulação na concorrência pelo mercado interno de charutos. Embora a imprensa tenha noticiado tudo ao tom calamitoso e com malhação pública, não pode passar despercebido que as companhias não sofreram consequências econômicas tão sérias. Lembro que o financiamento e a troca de câmbio ao final foram assumidos pelo *Banco do Brasil*[123] e posteriormente suas negociações com os bancos alemães foram retomadas após o término da

---

[119] *O Correio da Manhã*, Ano XVII, N. 6837, p.2, 13 de Nov. 1917.; *A Província*, Recife, Ano XL, N. 314, p.1, 14 de Nov. 1917.
[120] *Jornal do Comércio* (edição da tarde), Rio de Janeiro, Ano IX, N. 272, p.1,14 de Nov. 1917.
[121] *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Ano XLII, N.325, p.1, 22 de Nov. 1917.
[122] *A Razão*, Rio de Janeiro, Ano II, N. 340, p.5, 19 de Nov. 1917.
[123] "O Dr. Antônio Carlos ordenou então, a agência do Banco do Brasil, na Bahia, que fizesse as transações precisas pelas fábricas. Em vista dessa medida, as fábricas reabriram-se e continuam funcionando." Ver: As fábricas de charutos Dannemann e Suerdieck. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Ano XLII, N.324, p.1, 21 de Nov. 1917.

Primeira Grande Guerra o que amenizou seus prejuízos.[124] Possivelmente estas manifestações apontam uma atuação organizada e racionalizada das empresas de capital alemão, bem como a dependência do complexo fumageiro do Recôncavo Baiano ao mercado exterior.

Portanto, vale a pena retomar alguns elementos da atuação dos capitalistas estrangeiros na Bahia. Muitos destes homens de negócios ascenderam graças às vantagens conseguidas pelo controle das redes comerciais e pelo protecionismo de suas respectivas nações. Mesmo que houvesse importantes firmas brasileiras, pareceu ser fundamental ter acesso direto aos principais centros charuteiros da Europa, traduzidos nas redes comerciais das cidades hanseáticas, para que o capital alemão alcançasse hegemonia nos negócios do fumo na Bahia. A inexistência de colônias alemãs produtoras de fumo e a boa aceitação que os "fumos fortes" do Recôncavo alcançaram no mercado mundial desde os tempos coloniais podem sinalizar parte das razões que atraíram a atenção do Império Alemão pelo fumo brasileiro.

Outros motivos se esboçaram a partir da própria conjuntura econômica vivida no país europeu. A depressão que atingiu a Europa nos meados do século XIX acarretando o encolhimento de mercados, posteriormente o processo de unificação alemã (1871) e a revolução industrial experimentada naquele país, deram condições para a busca de novas zonas de influência, a procura de mercados para absorver as exportações manufaturadas e a aquisição de matérias primas a baixo custo, uma vez que não encontrava em seus territórios espaço desejado para o desenvolvimento que sua força econômica havia alcançado.[125] Da mesma forma, para aqueles exportadores, não pareceu só lucrativo exportar produtos primários para o mercado mundial, mas também se buscou aproveitar as condições regionais para produzir os produtos manufaturados e disputar o mercado de consumo aberto no Brasil. Dessa forma, talvez não fosse exagero que os jornais falassem em uma "concorrência desleal".

Na Bahia, os alemães já estavam presentes em antigas colônias no sul do estado desde o regime português, e na capital disputavam espaço com comerciantes ingleses, portugueses e norte-americanos. Todos eles interessados nas diversas transações comerciais, seja na venda de produtos manufaturados, seja na compra e na exportação de matérias primas. Os alemães se destacaram principalmente no envolvimento com a exportação do cacau e do tabaco.[126] A

[124] *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Ano XLII, N.325, p.1, 22 de Nov. 1917.
[125] MASKE, Wilson. Brasil e Alemanha: Imigração e Imperialismo (1871-1918). *História: debates e tendências.* v, 14, n.1, ago. 2014, p.183-184.
[126] Para maiores informações sobre a presença dos alemães na Bahia ver: SILVA, Maria Helena Chaves. op. cit.; RABELLO, Evandro Henrique. *Deutschtum na Bahia*: a trajetória dos imigrantes alemães em Salvador.

entrada do capital financeiro apoiando as empresas e a posição privilegiada observada como maiores distribuidores de charutos na Europa foram convenientes para seus negócios com o fumo baiano. Em 1907, por exemplo, os empresários Gerhard Dannemann e Ludwig Krüder retornaram para Alemanha provavelmente com esse tipo de expectativa, como sugere a revista sanfelixta *A Novidade:*

> Ajudado por seus compatriotas Luiz Krueder e João Adolfo Jonas, entrou a firma numa fase de fiança prosperidade até que, em 1908 afastaram-se da direção da fábrica os sócios Geraldo Dannemann e Luiz Krueder indo ambos para a Europa onde continuaram na Alemanha, à serviço da firma, no trabalho pela expansão do comércio do fumo baiano, contribuindo, com propaganda inteligente, para que os charutos brasileiros ganhassem fama e se tornassem mundialmente conhecidos.[127]

Na Alemanha, abriram duas empresas denominadas *Dannemann & Cia,* uma em Hamburgo e a outra em Brémen, cidade natal de Gerhard, com a finalidade de distribuir pela Europa os charutos produzidos no Brasil. A empresa instalada em São Félix ficou sob a responsabilidade administrativa do suíço João Adolfo Jonas (Joham Adolf Jonas) e o comando total nas mãos de Geraldo Dannemann Filho, uma vez que seu pai havia se tornado sócio comanditário, ou seja, apenas sócio capitalista da empresa. Na Alemanha, parte do excedente do capital das empresas foi aplicada em diferentes segmentos: sabe-se de uma fábrica de cimento, e principalmente na área imobiliária, ostentando o velho Dannemann uma das maiores fortunas de Freiburg im Breisgau, cidade alemã onde residiu.[128] Elementos que apontam que os empresários buscaram aproveitar seus lucros na economia em pleno "desenvolvimento" da Europa, mas também que a prática social dos capitalistas estava inserida no contexto de fidelidade com o espírito nacionalista, em uma época de ascensão do imperialismo. De outra maneira, a inexistência de concorrentes fortes até aquele momento e o domínio do mercado brasileiro, não motivaram o investimento dos excedentes nas bases produtivas: no melhoramento das técnicas de plantio e beneficiamento das folhas, por exemplo.

Percebe-se que a firma que permaneceu no Brasil continuou controlada pelos alemães, a despeito de seus fundadores terem se afastado delas. Em 1913, aparecem novas alterações do capital da *Cia. de Charutos Dannemann* onde se admitiu os sócios solidários Fritz Stepmann e Otto Geog, ambos alemães, além do outro filho de Gerahard, Carl Th. Dannemann. Na ocasião, o administrador João Adolfo Jonas havia passado de sócio solidário

---

Dissertação (Mestrado em Antropologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.182, 2009.

[127] ALMEIDA, Júlio Ramos de. op. cit. 1944.

[128] PORTO FILHO, Ubaldo Marques. op. cit. p. 28-53.

para comanditário.[129] Visto a realidade dos capitais de outras empresas, ficou claro que houve uma forma de divisão entre capitais nacionais e estrangeiros, que refletiu sobre quais negócios cada um desses operavam. De acordo com Jean B. Nardi, o capital brasileiro nas indústrias fumageiras esteve disperso em inúmeras firmas de pequeno porte e eram interessadas na produção para o mercado interno, enquanto o capital alemão esteve empregado de forma racionalizada em empreendimentos que buscavam a exportação para o mercado exterior, e recebia suportes logísticos de sua pátria.[130] Silza Borba, por outro lado, advertiu sobre a ilusão de perceber como capitais brasileiros as firmas assumidas pelos filhos de empresários estrangeiros nascidos no Brasil, cujo capital informado como brasileiro continuaria subordinado às nacionalidades de seus pais.[131]

Diante dessa trajetória, o indicativo que essa era uma fase de avanço das "economias nacionais" e na formação de uma divisão internacional do trabalho, para usar os pressupostos do historiador Eric Hobsbawm, nos ajuda a pensar a contextualização dessas empresas no âmbito da formação da mundialização do capital. De 1870 em diante, com a prosperidade da chamada *Belle Époque*, a Europa acentuou sua marcha de expansão política e econômica e se viu aumentar a rivalidade entre as principais potências mundiais, a Inglaterra e as emergentes economias industriais do Japão, dos Estados Unidos, das quais se destaca também a Alemanha. Embora, não seja possível falar de um monopólio alemão no sentido estrito (do controle do mercado por uma única empresa), os indícios permitem dizer que as empresas tiveram uma atuação conjunta a partir dos interesses nacionais alemães, que podem ser traduzidas nos termos do imperialismo.[132] Não estou sugerindo que teve no Recôncavo Baiano aquele tipo de imperialismo colonial, com administração direta, mas que se formou via instalação de uma rede comercial, do controle da produção de matérias primas na formação fundiária com base em uma monocultura, na produção dos manufaturados do fumo, bem como no mercado de venda de outros produtos manufaturados importados da Alemanha, uma zona de influência sob esse capital, com indícios de uma forma de um imperialismo capitalista.[133] Como veremos a seguir, o aprofundamento dos imperativos econômicos pelo capital alemão nos anos posteriores a Primeira Grande Guerra Mundial seria frustrado pela ação de uma forte concorrência. Afinal, a chegada da *Britsh American Tobacco Co*, este sim,

---

[129] *Gazeta de Notícias*, Salvador, Ano IV, N.19 p.2,30 de Set. 1913.
[130] NARDI, Jean Baptiste. op.cit. 100-101.
[131] BORBA, Silza Fraga Costa. op. cit. 116-138.
[132] HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914).* 15ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2015 p. 59-134.
[133] WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital.* Trad. Paulo Cezar Castanheira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p.21-31.

um poderoso conglomerado de empresas anglo-americanas na disputa pela monopolização do mercado de artigos de fumo no Brasil, iria afetar gravemente os negócios dos alemães no Recôncavo Baiano.

O truste anglo-americano no mercado de fumo brasileiro

A prosperidade que desfrutavam as firmas baianas e a hegemonia alemã nos negócios só parece ter sido confrontada seriamente a partir da introdução e da atuação de um truste econômico anglo-americano do fumo, principalmente sob as conjunturas das Grandes Guerras Mundiais. A instalação desse truste foi anunciada em "A terra clássica do fumo", título de um longo artigo sobre a fumicultura e a indústria fumageira, presente no primeiro número da revista *A Bahia Ilustrada,* em dezembro de 1917. O artigo debruçado sobre a história do cultivo do fumo no Estado buscou provocar nos leitores reflexões sobre a necessidade da Bahia acompanhar "a evolução econômica da fase simplesmente agrícola ou criadora para a industrial" e pôr um fim no "desprazer, doloroso para o patriotismo, de ver exportadas todas as nossas matérias-primas, para revê-las beneficiadas e industriadas em artigos de importação, vai acabando pouco a pouco na Bahia." Contudo, sem deixar de admitir que:

> As fábricas, as grandes fábricas *Dannemann* e *Stender*, *Suerdieck* honram a atividade industrial na Bahia, mas não são atuações industriais essencialmente baianas. Vimos que as suas transações se faziam por intermédio de banqueiros alemães, tanto que, fechada agência, na Bahia, desse estabelecimento de crédito foram também fechadas aquelas fábricas, só reabertas depois de providências federais emanadas em tempo do gabinete do sr. Ministro da fazenda. Isso não lhes tira a significação de valiosos manufatureiros em funcionamento e, portanto, de importantes elementos da prosperidade coletiva na Bahia.

Ainda no encalço da paralisação das fábricas alemãs, o artigo procura acender dúvidas aos baianos diante daqueles empreendimentos. Começa aqui o gancho da formulação discursiva: adaptar os sentimentos de valorização da produção nacional e o antigermanismo, como estratégia de instalação de outros capitais estrangeiros que visaram monopolizar o mercado de artigos de fumo no Brasil. Dessa forma, não descarto que os ataques promovidos pela imprensa abordados anteriormente, também fizessem parte de uma articulação financiada através do truste anglo-americano. O fechamento das fábricas foi uma ocasião oportuna para que esse capital pudesse ganhar respaldo na sociedade baiana e entregar uma solução supostamente mais viável:

> Os atuais estabelecimentos fabris de fumo na Bahia satisfazem completamente? A praça e o meio não comportam empreendimento mais amplo? A riqueza dos seus capitais e a grandeza daqueles relevantes cometimentos representam o *maximum*

> possível na normalidade econômica da Bahia? As respostas, a quem entender do assunto, ocorrem facílimas: aquelas fábricas são muito, mas não são tudo. A Bahia comporta muito mais! Eis a verdade. E por que não se faz mais? Perguntará o leitor. Revelações confortadoras – Ainda não se fez, mas vai-se fazer. **Podemos adiantar, pois o sabemos de fonte limpa e autorizada, que um poderoso grupo de industriais e capitalistas conhecidos organizou uma companhia, com fortes capitais brasileiros e estrangeiros para a fundação de uma fábrica de charutos na Bahia.** Nunca aí, ao que nos informam fidedignamente, nunca aí se conseguiu um aparelhamento industrial tão formidável. A fábrica dará ocupação remunerada a cerca de 3.000 operários. Só nisso, nesse fato de proporcionar trabalho a três milhares de homens válidos baianos, está um benefício social inestimável, feito à Bahia. Nos Estados Unidos os altos empreendimentos dessa ordem são como que equiparados aos serviços públicos: tem todas as facilidades e encorajamentos. [grifos meus][134]

É recorrente o apelo social acionado pelos capitalistas. Estes sempre sinalizam o papel das fábricas como empreendimento de supostos benefícios sociais, como o emprego da força de trabalho "abandonada" para receber apoio da sociedade. O recurso produzido nesse trecho, suponho, pode ter anunciado a instalação da *Companhia Souza Cruz* que só ocorreu na Bahia alguns anos depois em 1920. Essa firma era subsidiária do conhecido truste anglo-americano *British American Tobacco Co* (BAT) instalado no Brasil desde 1914. Esse conglomerado financeiro surgiu nos Estados Unidos nos anos 1890, primeiro sobre a formação da *American Tobacco Co.* com sede na cidade de Nova York. Naquele momento, o progresso técnico na fumicultura e das fábricas de artigos de fumo norte-americanas levou a concentração e centralização do capital na indústria, eliminando as manufaturas e consolidando um monopólio dos artigos de fumo dentro dos Estados Unidos. Desde então, ele absorveu ou destruiu importantes indústrias fumageiras como a de Cuba e da Argentina. No caso cubano, por exemplo, havia comprado de uma só vez as fábricas que reunidas em Havana tinham fornecido 75% da produção total da ilha, e as anexou na *Havan Cigar Co,* subsidiária de fachada do truste. Na Inglaterra, por conta da forte resistência dos capitalistas ingleses do ramo fumageiro, organizados em torno da *Imperial Tobacco Company*, a partir de 1906 ocorreu a fusão com a *American Tobacco Co* resultando na formação da *British American Tobacco Co*. No Brasil, além da incorporação da *Cia. Souza Cruz,* localizada no Rio de Janeiro, a BAT havia se instalado no Rio Grande do Sul, a partir da empresa fornecedora de insumos *Cia. Brasileira de Fumo em Folha*. Em 1920, ela já havia instalado fábricas em Salvador, em Porto Alegre, e absorveu outras pequenas empresas no Rio de Janeiro e em São Paulo, dominando o ramo da fabricação de cigarros.[135]

---

[134] A terra clássica do fumo. *A Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, Ano 1, n.1, p. 29, Dez. 1917.
[135] ALMEIDA, Paulo Henrique. op. cit. p.70-73; BORBA, Silza Fraga Costa. op. cit. p.64.

As intenções da BAT estiveram dentro de um plano estratégico de controle da totalidade do mercado nacional dos artigos de fumo sempre a partir de subsidiárias de fachadas, ditas nacionais. Pareceu-me que essa forma de atuação conservou diferenças com aquela observada pelas empresas alemãs. O conglomerado anglo-americano tinha estabelecido formas mais racionalizadas e padronizadas de atuação, em confronto com a experiência alemã, que tomou uma forma mais independente das empresas, tendo entre elas apenas um elo a partir dos elementos nacionais. Havia entre as empresas alemãs uma política "antitruste" em que pese as denúncias da imprensa brasileira.

De acordo com Silza Borba, que analisou os relatórios dos consulados encontrados na *Câmara de Comércio de Brémen* na Alemanha, produzidos nos idos 1912, ficou demonstrado que os capitalistas alemães haviam notado o interesse das empresas anglo-americanas nas suas principais firmas e buscavam saídas de enfrentamento ao truste. No relatório do consulado do Rio Grande do Sul, de 11 de abril de 1912 enviado à Brémen, Borba identificou que o grupo financeiro inglês, representado por Sr. Edgard Mayer esteve "trabalhando de modo intensivo sobre o alemão Sr. Poock" proprietário da fábrica *Poock & Cia.* com sede no Rio Grande do Sul, e uma filial em Cachoeira na Bahia. Ele havia recusado por ser "antitruste", mas o maior interesse dos ingleses segundo a autora residiu sobre a *Cia. de Charutos Dannemann*. Outro consulado alemão, dessa vez presente no Rio de Janeiro, também havia enviado um relatório demonstrando preocupações sobre o destino das relações entre a *Cia. de Charutos Dannemann* e o truste, que de acordo com Borba apontava os perigos da incorporação da firma pelo grupo financeiro, percebida como ofensa não só ao comércio alemão, mas também ao germanismo. Em resposta o Sr. Adolfo Jonas, administrador da *Cia. de Charutos Dannemann*, comunicou em protesto que aquelas notícias se tratavam de concorrentes de má fé, que se aproveitavam da situação para exageradamente tecer críticas à empresa. Disse ainda que "continuava alemão o quanto o era antes"[136] buscando desvincular qualquer comentário sobre a firma ter sido absorvida pelo truste.

Ao que parece as firmas fabricantes de charutos alemãs *Suerdieck & Cia, Stender & Cia, Poock & Cia* e a *Cia. de Charutos Dannemann* não fecharam as negociações com o truste anglo-americano. Até o momento, que desenvolvo essa pesquisa, não encontrei indícios sobre o envolvimento do truste com *Costa Penna* & *Cia*, provavelmente por ter ocupado diante do crescimento das empresas alemãs, lugar secundário no mercado. A estratégia do truste foi incorporar as maiores empresas, esperando que as menores não sobrevivessem à

[136] BORBA, Silza Fraga Costa. op. cit. p.56-59.

concorrência. A presença da *Britsh American Tobacco* na forma da *Companhia Souza Cruz* em poucos anos alterou o cenário das empresas brasileiras. No ramo de fabricantes de cigarros, a *Martins Fernandes & Cia* e a *Leite & Alves*, essa última paulista, mas com filiais em Salvador e também em Cachoeira, foram incorporadas. Em 1922, em provável resistência ao truste, a *Cia. de Charutos Dannemann* foi fusionada com a *Stender & Cia*.[137] Essa última controlada pelo grupo *Herm Stoltz & Cia.* com sede no Rio de Janeiro. Até então a firma conhecia por *Dannemann & Cia*, passou a se chamar *Cia. de Charutos Dannemann*, organizada na forma de sociedade anônima. Dessa vez, o maior representante jurídico da família Dannemann nos negócios seria Eduardo Dannemann, também filho de Gehard Dannemann. Para todos os efeitos o nome *Dannemann* foi conservado pelo prestígio alcançado no mercado.

Os negócios da *Cia. de Charutos Dannemann* passaram por algumas mudanças após a Primeira Guerra Mundial. João Adolfo Jonas que antes havia sido sócio na antiga empresa dessa vez assumiu a direção e a administração da firma. Seu retorno para o comando da *Cia. de Charutos Dannemann* foi reclamado pelo velho Gerhard Dannemann, para enfrentar o desafio de reerguer a empresa após o impacto da Primeira Guerra Mundial. Sua gestão foi a mais longa, levando-o até 1937. Gehard Dannemann faleceu um ano antes[138] da *Herm. Stoltz* ser a maior acionista da empresa com 3.579 das ações no total de 15.500, divididas entre 52 sócios nominativos e 5 jurídicos. Apesar do afastamento da administração, a família Dannemann ainda possuía cerca de 24,92% da posse da empresa.[139] Contudo, esteve encerrada a fase "familiar" dos negócios Dannemann.

De modo geral, a concorrência pelos mercados entre o truste anglo-americano e as fábricas de charutos do Recôncavo pode ser traduzida pela competição regional entre os fumos baianos absorvidos pela indústria de charutos e os fumos leves próprios para cigarros produzidos no sul do país. Pelo que se sabe, a introdução do grupo financeiro na Bahia não levou a uma mudança ou maior atenção na estrutura fundiária como aconteceu no Rio Grande

---

[137] A presença da *British American Tobacco Co* na cidade de Santa Cruz do Sul, no estado Rio Grande do Sul, também forçou que as médias e pequenas firmas (muitas delas nas mãos de empresários alemães) fusionassem-se sob a razão *Companhia de Fumos Santa Cruz S/A*, tornando sua principal concorrente no setor de cigarros. Para saber mais sobre a formação social do empresariado de origem alemã ver: NORONHA, Andrius Estevam. *Beneméritos empresários*: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.370. 2012.

[138] "Telegrama de Hamburgo noticia o falecimento do industrial Geraldo Dannemann, cujo nome está ligado às maiores iniciativas industriais no Estado da Bahia. [...] O Sr. Dannemann faleceu com a idade de 70 anos e deixa viúva e nove filhos, cuja maioria habita no Brasil, todos nascidos em nosso país." Ver: Morreu em Hamburgo o Industrial Dannemann. *O Combate*, Rio de Janeiro, Ano VI, N. 1762, p.3, 13 de Abr. 1921.

[139] PORTO FILHO, Ubaldo Marques. op .cit. p.61.

do Sul. A chegada da BAT em 1918 introduziu uma nova etapa na dinâmica da produção do tabaco em Santa Cruz do Sul (RS). [140] Na Bahia, não havia plantações significativas próprias para cigarros, salvo o caso dos fumos leves produzidos em Cruz das Almas. A fumicultura da BAT, de forma contínua, forneceu os fumos leves às fábricas concentradas no Rio de Janeiro e São Paulo, maiores produtores de cigarros pelo menos entre 1925 e 1939 e também aquelas instaladas na Bahia.[141]

A estrutura fundiária do fumo no Recôncavo Baiano, do ponto de vista técnico, continuava aquela mesma do final do século XIX. As empresas exportadoras eram as principais financiadoras de crédito e também responsáveis pela orientação do plantio dos pequenos lavradores. Adianto que as tentativas de programar um padrão tecnológico na estrutura fundiária do Recôncavo foi um campo cheio de tensões e disputas entre a classe trabalhadora do campo e os financiadores, principalmente acerca do controle do trabalho e da qualidade da matéria prima.[142] As exceções foram as plantações controladas diretamente por grandes manufaturas como a *Suerdieck & Cia,* que "manteve plantações próprias, com campos de experiências para a cultura de diversas variedades de fumos estrangeiros e nacionais"; a *Costa Penna & Cia* que "produziu fumo de plantações próprias, mas esta matéria prima lhe saia mais cara do que a que vinha ao mercado"[143]; e também a *Cia. de Charutos Dannemann* que tinha plantação de fumo com "campos de experimentação".[144] Esses campos de experimentação visavam contornar o constrangimento da importação de folhas para as capas de fumo, geralmente do tipo *Sumatra*, consideradas de superior qualidade, não encontradas na região. Contudo, até 1940 a importação continuava central, indicando que os campos de experimentação não cobriam as demandas das manufaturas.[145] Também esses experimentos, sobretudo, como se viu no caso da *Costa Penna & Cia,* nem sempre foram lucrativos. Uma mudança significativa só ocorreu em 1935:

---

[140] Segundo o historiador Andrius Noronha, lá se introduziu o fumo da classe *Virgínia* (norte-americano) em parceria com os pequenos agricultores, além de inserir um sistema integrado de produção, através da padronização das técnicas de plantação, aperfeiçoamento dos cuidados com o fumo, adubação, e após a colheita, as folhas eram enviadas à secagem artificial em estufas antes de serem beneficiadas. Ver: NORONHA, Andrius. op.cit. p.70.

[141] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Brasil. *Relação das condições geográficas, econômicas e sociais (1939-1940).* Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph, C. Mendes Junior, 1940, p.423.

[142] Consultar *Disputas sobre o controle: o caso dos fumicultores* no capítulo 3.

[143] BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Villas Boas, 1922, p. 433.

[144] BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.* Rio de Janeiro: tipografia da Estatística, 1927, v. V (1ª parte – Indústria). p.483.

[145] ZWEIG, Stefan. op. cit. p.242.

> Com o intuito de melhorar a produção, criar novos tipos de fumo e fiscalizar o comércio local e a exportação, o Governo desse Estado instalou, em março de 1935, o *Instituo Baiano do Fumo*. Os agricultores de tabaco nesse Estado se limitam a produzir as folhas e vendê-las em bruto às casas comerciais que se encarregam da classificação e distribuição para os mercados internos e externos.[146]

O instituto nasceu em um contexto que o governo federal buscou exercer maior controle sobre a produção e comercialização dos principais produtos agrícolas nacionais,[147] e esteve responsável pela distribuição de sementes e mudas selecionadas e pela orientação técnica no cultivo e beneficiamento das folhas.[148] Embora o instituto não tenha conseguido o sucesso esperado em assistir os fumicultores baianos,[149] parece ter sido uma importante ação diante das lavouras do estado.

Alguns dados dão conta da competição regional. Em 1928, por exemplo, se produziu 33.411 toneladas de fumo na Bahia. No Rio Grande do Sul foram produzidas 11.737 toneladas. No ano seguinte 52.855 toneladas na Bahia, enquanto o Rio Grande do Sul apresentou impressionantes 30.200 toneladas. O aumento vertiginoso da exportação do Rio Grande do Sul pode indicar o avanço sobre o mercado aberto para fumos leves, pelo aumento do consumo dos cigarros durante e após a Primeira Grande Guerra Mundial e demonstra atuação do truste na organização daquele setor. A tabela a seguir fornece números que apontam para o acirramento regional nos anos seguintes a década de 1930:

Tabela 3: Fumo em folha – Produção do Brasil por Estado em toneladas[150]

Estados	1931/35	1936	1937	1938	1939	1940
Rio Grande do Sul	30.222	33.650	25.000	26.880	32.806	33_00
Bahia	30.593	28.114	27.486	34.155	36.686	---
Minais Gerais	15.601	10.032	14.000	12.219	10.763	11.160
Santa Catarina	3.349	2.800	2.900	3.870	4.520	---
Pernambuco	3.043	2.800	2.400	2.700	2.200	---
Ceará	1.690	1.750	1.650	1.700	1.710	---
Paraíba	2.951	2.000	2.200	1.600	1.700	1.650
Goiás	1.440	1.500	1.550	1.520	1.523	---
São Paulo	2.717	1.912	2.800	1.517	1.600	1.600
Sergipe	1.258	750	800	750	770	404

Os dados demonstram que a região do Rio Grande do Sul especializada nos fumos leves havia finalmente concorrido com a hegemonia dos fumos pesados da Bahia. Embora

[146] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relação das condições geográficas, econômicas e sociais (1939-1940)*. Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph, C. Mendes Junior, 1940, p.153.
[147] PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O tempo do nacional-estatismo*: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.14-37.
[148] ALMEIDA, Paulo Henrique. op. cit. p. 66.
[149] NARDI, Jean Baptiste. op. cit. p.90.
[150] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relação das condições geográficas, econômicas e sociais (1940-1941).* Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph, C. Mendes Junior, 1941, p.140.

esses dois complexos regionais ocupassem o topo da lista, considero que para as taxas da produção baiana, representa um achatamento pela entrada de um novo produto no mercado, o cigarro. Além disso, a concentração da produção nas duas regiões tiveram diferentes destinos. Se entre 1929 e 1933 o porto de Salvador foi responsável pelo escoamento de 80% da produção seguida por Porto Alegre (12%)[151] como vimos antes, isso significa que a produção baiana continuou dependendo do mercado exterior, enquanto a produção do Sul encontrava os mercados nacionais. Outro registro deixa isso mais evidente, pois as importações do fumo em folha próprio para a mistura de cigarros haviam diminuído 95% entre 1923 e 1940. Tudo isso devido a diversificação dos tipos cultivados em terras brasileiras principalmente na região centro-sul do país. A proximidade com os grandes centros cigarreiros provavelmente resultavam em vantagens na concorrência, através dos baixos custos do transporte da matéria prima. Além das empresas nacionais situadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, o mercado cigarreiro argentino – também sob a influência da BAT – esteve aberto aos fumos leves brasileiros. Os números da produção baiana não apresentaram novidades, entre 1925 até o ano de 1939, a Bahia continuava a principal produtora de charutos do país responsável por 74,29% do total, dominando essa faixa do mercado.[152]

Dessa forma, através dos dados apresentados sobre competição regional, tem sob seu plano de fundo a atuação e as disputas pelo controle dos artigos de fumo no Brasil. A produção do Rio Grande do Sul, por conta da presença da *Companhia de Fumos Santa Cruz S/A*, não pode ser atribuída somente a BAT, mas o papel de sua influência deve ser levado em consideração pelo forte alcance com que os cigarros chegaram no mercado nacional. Nos termos da produção da fumicultura, a experiência técnica introduzida pela empresa anglo-americana forneceu as bases estruturais para superar o obstáculo das importações, o que não aconteceu na Bahia, abrindo vantagens na concorrência com os fumos baianos. Diante da retomada dos conflitos entre as potências mundiais durante a Segunda Grande Guerra Mundial houve consequências ainda mais graves para as empresas baianas do que aquelas sofridas na conjuntura da Primeira Guerra. Ela asfixiou especialmente o comércio de exportação dos fumos baianos que tinha como principal mercado a Alemanha. Na tabela 4 os dados demonstram que toda aquela produção durante o período entre guerras teria alcançado uma queda mais significativa a partir dos anos 1940:

[151] TORRES FILHO, Arthur. op.cit.p.33.
[152] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relação das condições geográficas, econômicas e sociais (1940-1941).* Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph, C. Mendes Junior, 1941, p.423-424.

Tabela 4: Exportações de Fumo em Folha por país de destino (1936-1940)[153]

Países	Unidade	1936	1937	1938	1939	1940
Argentina	Quilos	5.239773	5.270.419	4.694.092	5.991.821	6.042.976
	Mil Réis	10.907.235	12.325.031	13.315.617	16.428.305	17.201.991
Uruguai	Quilos	915.643	974.025	1.472.695	869.407	2.245.238
	Mil Réis	2.130.463	2.209.061	3.634.172	2.021.257	5.074.230
Holanda	Quilos	6.112.268	9.911.444	5.452.504	14.596.743	2.323.035
	Mil Réis	11.163.658	23.184.455	17.339.030	35.762.588	6.413.425
Alemanha	Quilos	15.894.329	15.153.853	12.844.322	7.839.101	1.020.330
	Mil Réis	34.618.289	37.503.305	44.055.119	27.478.486	3.260.250

Outros dados fornecidos pelo *Boletim do Comércio* apresentaram valores semelhantes. Indicam a queda das exportações baianas à Alemanha entre os anos 1938 e 1940 que dialogam com aqueles apresentados na Tabela 4. Contudo, quero aproveitar as informações do relatório referentes às entradas e saídas de embarcações e do movimento marítimo do porto da capital baiana. O boletim apresentou o seguinte quadro tabelado: em 1938, 43 embarcações; em 1939, 95 embarcações; e 1940 não apresenta valor para entrada, apenas consta a saída de duas embarcações.[154] Essa interrupção entre o comércio baiano e Alemanha pode explicar em parte a acentuação da crise observada durante o período. Mas parece que os dados permitem dizer que a entrada do cigarro, como nova forma de consumo do tabaco, mais barata, produzida em maior escala para um mercado mundial – graças à mecanização e ao aparato técnico na produção das folhas – representou desafios que viriam a se tornar insuperáveis para as empresas fumageiras do Recôncavo Baiano.

Como veremos no próximo capítulo, no nível da produção, as empresas analisadas não responderam com a incorporação de máquinas para aumentar a produção, justamente, pelo motivo de que a fabricação manual dos charutos lhes garantia credibilidade diante do mercado consumidor. Charutos e cigarrilhas foram espremidos para uma fatia do mercado, a saber, aquela voltada para o consumo das classes abastadas, que pagavam altos valores pela mercadoria, a despeito dos custos reais da produção. A respeito da consideração da experiência da empresa *Suerdieck & Cia* que conseguiu contornar a crise provocada pela eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial e manteve-se no mercado até meados dos anos 1980, ainda disputando com *British American Tobacco Co*, me pareceu importante refletir de que maneira particular como essa mesma crise afetou as empresas *Costa Penna & Cia* e a

[153] Nessa tabela, encontrei dados sobre as exportações para a Espanha e os valores totais das exportações. Optei por retirar, para facilitar a visualização dos principais mercados. Consultar: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relação das condições geográficas, econômicas e sociais (1940-1941).* Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph, C. Mendes Junior, 1941, p.140.

[154] *Boletim do Comércio.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Estado da Bahia. Abril a Junho 1940, ano II, n. 2. Cidade do Salvador, p.14.

Cia. de Charutos Dannemann ao passo de encerrarem suas atividades, a primeira em 1955 e a segunda, em 1953.

Falência das fábricas de charutos

Segundo o economista Paulo Henrique de Almeida, os primeiros decênios do século XX podem ser divididos em dois momentos na história do complexo fumageiro baiano. Um primeiro de 1900 a 1930, com o crescimento lento e estabilidade das exportações, muito por consequência do alto consumo de charutos em todo mundo, e um segundo momento de 1930 a 1950 com a queda das exportações devido a fatores variados: o crescimento do consumo de cigarros; o impacto dos conflitos da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais, que atingiu os principais mercados para o fumo brasileiro na Europa; e as disputas com um truste anglo-americano em torno do controle do mercado interno. Pode ser observada inclusive a estagnação do setor de beneficiamento pouco crescente em termos de unidade de produção entre 1930 e 1950.[155] Embora a economista Silza Borba tenha feito uma pesquisa mais estrita até os anos 1930, ela contribui igualmente, quando diz que a crise mundial de 1929 não causou prejuízos para o mercado do fumo, e reforçou o peso do truste anglo-americano na competição, principalmente na fase dos fechamentos das fábricas.[156]

Retomo o caso da eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial. Como foi demonstrado, a queda substancial observada nos anos 1940 sinalizou a privação do principal mercado para os fumos baianos. Entretanto, houve outros desdobramentos, especialmente para a trajetória da *Cia. de Charutos Dannemann*. Segundo a historiadora Maria Helena C. Silva, a Bahia havia mergulhado numa crise profunda durante a II Guerra Mundial, principalmente por sua economia estar acentuada sobre uma base agroexportadora. O setor fumageiro não escapou dessa realidade. Controlado principalmente por firmas de propriedades de alemães, os conflitos étnicos entre estrangeiros e nacionais, acirrados durante o período da guerra, levaram a consequências mais profundas, do que aqueles ocorridos em 1917. Como no caso do processo de demissão dos empregados originários dos países do Eixo, que mediante a aprovação do decreto-lei nº. 4.638 de 31 de agosto de 1942, que orientou as firmas a apresentarem provas de que os empregados constituíssem alguma ameaça, mas na prática sustentou demissões de forma indiscriminada, a despeito das orientações da lei.[157]

[155] ALMEIDA, Paulo Henrique de. op.cit. p.66.
[156] BORBA, Silza Fraga Costa. op.cit. p.73.
[157] HELENA, Maria. op.cit.

A estrutura organizacional e técnica da *Cia. de Charutos Dannemann*, no que diz respeito aos cargos ocupados pelos alemães, não ficaram isenta e foram desmanteladas. Entre os *Registros dos Empregados da Firma Cia. de Charutos Dannemann* encontrei as fichas dos alemães, Albert Voigt, branco, casado, 25 anos, empregado comercial; de Karl Ernest Elil, branco, casado, 32 anos e empregado; e a ficha de Carl Drechiler, branco, solteiro, 25 anos, que ocupou a função de caixa. Nas três fichas consta a mesma anotação: "em virtude de não comparecer ao trabalho desde 18 de Agosto de 1942, considerado demitido dos nossos serviços desde 18 de setembro de 1942, por abandono de emprego. Comunicado ao interessado em 21 de Agosto de 1943."[158] A leitura dessas notas indica o hiato de um ano. Pode se esperar que os alemães tenham ficado isolados, ou afastados efetivamente dos negócios. Ao menos, segundo o processo policial encontrado por Maria Helena Silva, Albert Voigt havia se entregado à polícia, logo "que sendo avisado por um amigo que o povo estava promovendo manifestações de desagrado em virtude do torpedeamento dos navios brasileiros, recolheu-se em casa de parentes no dia dezoito próximo passado e no dia seguinte apresentou-se espontaneamente à Delegacia de Polícia."[159] A coincidência dos três funcionários terem abandonado o trabalho no mesmo dia me fez supor que os outros dois alemães também foram orientados da mesma maneira. Outra anotação corresponde somente a ficha de Albert Voigt. Consta que o alemão "apresentou ao Juízo de Direito da Comarca reclamação, na qual pleiteava sua volta ao serviço, pagamento de salários vencidos." A solicitação foi reconhecida um ano depois da prisão e diz na mesma ficha que lhe foi "celebrado conciliação em audiência de 04/12/1943, sendo-lhe pago, em 06/12/1943 à importância de acordo de Cr 9.000,00." Outros dois acordos desse tipo dizem respeito aos funcionários Frilz Rudert e Joham Jacob Sentges: "rescindido o contrato de trabalho por conciliação na 2º junta de Conciliação e Julgamento, Bahia, em 27 de agosto de 1943."[160]

Para a *Cia de Charutos Dannemann* o afastamento dos funcionários não foi o único problema. Pouco tempo depois os redatores do *Correio de São Félix* bradaram a chamada "A necessária intervenção do governo na Companhia de Charutos Dannemann." Ao dia 4 de outubro de 1942, o jornal informou aos seus leitores que sob a orientação do Ministro da Justiça o Governo da Bahia interviu na empesa, por meio do *Instituto Baiano do Fumo*, sob a

[158] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*.
[159] Processo nº. 3234. TSN. Rio de Janeiro: ANRJ Apud SILVA, Maria Helena Chaves. op. cit. p. 229
[160] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*.

direção do engenheiro agrônomo Aníbal Gonçalves de Oliveira. O periódico sanfelixta justificou e ponderou o ato, pois:

> primeiramente, que o governo não poderia deixar de intervir na *Companhia de Charutos Dannemann*, porque ela suspendeu os seus serviços, deixando uns 2.500 operários sem emprego, e sua direção foi afastada, devendo, entretanto, colaborar com os novos dirigentes – Que vai-se proceder ao inventário e ao balanço, coisas imprescindíveis, neste caso.[161]

Antes da intervenção a firma estava sob a gerência de João Adolfo Jonas Filho. Esse tinha o mesmo nome do pai, antigo gerente da firma falecido em Hamburgo em 1937. Outro diretor foi o suíço Ernest Tobler, também sócio da *Cia. de Charutos Dannemann* desde a fusão de 1922. No levantamento que fiz das fichas consta ainda a presença de outro alemão, Joham Jacob Sentges, na função de gerente, entretanto, atuante nas lojas em Salvador.[162] Em termos de ações, ocorre que o maior acionista da empresa continuava a ser o grupo *Herm. Stoltz & Cia*, uma filial da *Hermann Stoltz Hamnurg* distribuidora dos charutos *Dannemann* na Alemanha.[163] Os alemães participaram da estrutura organizacional da *Cia. de Charutos Dannemann* sempre nos cargos de controle, técnicos ou na gestão organizacional. Em resposta, a consequência direta foi a paralisação das empresas, o que provocou por parte do interventor Landulfo Alves a justificativa para agir sobre a *Cia. de Charutos Dannemann*. Segundo o jornal *A Noite*, havia ocorrido o "afastamento de dez alemães que ocupavam cargos de direção nas fábricas. Os operários ameaçados de desemprego receberam a medida com satisfação."[164] Em 11 de outubro de 1942, o *Correio de São Félix* atualizou a população sobre a intervenção, a volta ao trabalho, e apresentou devidamente os novos diretores: srs. Francisco Fernandes Tavares para gerir a Matriz em S. Félix; Osvaldo Dunham para Maragogipe; Siocalo Bastos para Muritiba; Alberto Assis e Eustaquio Duarte para Nagé.[165]

A intervenção estadual durou menos de um ano. A criação da *Comissão de Defesa Econômica* pelo governo Vargas havia nomeado um interventor federal, oriundo do *Banco do Brasil*. A nova administração de Paulino Jaguaribe de Oliveira também seria substituída. Dessa vez o nomeado foi o sr Lafaiete Alvares Lima em 1944 pelo presidente "Getúlio Vargas, para as funções de administrador dessa companhia, que ficará subordinada à Agência Especial de Defesa Econômica" como publicou o *Correio de São Félix*.[166] A essa altura a

[161] *Correio de São Félix*, São Félix, Ano IX, N.75, p.1, 4 de out. 1942.
[162] *Registros dos Empregados da Cia. de Charutos Dannemann.*
[163] PORTO FILHO, Ubaldo Marques. 2014 op. cit.
[164] *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano XXXII, N. 11.014, p.4, 8 de Out. 1942.
[165] *Correio de São Félix*, São Félix, Ano IX, N. 81, p.1, 11 de Out. 1942.
[166] *Correio de São Félix*, São Félix, Ano XI, N. 51, p.1, 23 de Abr. 1944.

firma já era conhecida por *Cia. Brasileira de Charutos Dannemann.* Até sua principal acionista a *Herm. Stoltz & Cia* não escapou. Explicou o jornal *A Noite* que em 28 de junho de 1943 "o chefe da Nação assinou ontem decreto, pela pasta da Fazenda, mandando liquidar as firmas *Theodor Wille & Cia. Ltda*. e *Herm. Stoltz & Cia*., desta praça e das de S. Paulo, Santos e Espírito Santo, a primeira, e do Rio, S. Paulo e Recife a última." Ambas as firmas eram conhecidas pela sua origem alemã e como intermediárias nas transações econômicas entre o Brasil e Alemanha em tempos de "paz". O jornal concluiu que "a liquidação se processará de acordo com os contratos sociais respectivos e a legislação em vigor. Assim desaparecerão, para sempre, duas das mais antigas firmas de origem alemã, em nosso país, por força das consequências da luta contra o nazismo, que tantas vítimas imolou aos seus métodos, no mundo inteiro."[167] Alguns meses depois o mesmo jornal comunicou o aviso encaminhado da *Cia. de Charutos Dannemann* relatando a sua situação que "a firma *Herm. Stoltz & Cia*, em liquidação, deixou de ser sua representante no Distrito Federal e [no] Estado do Rio, passando a distribuição dos afamados charutos '*Dannemann'* a ser feita pela própria Filial da Companhia, no Rio de Janeiro."[168]

As intervenções foram diferentes e mais profundas que em 1917. O movimento de incorporação e desmantelamento dos negócios alemães não ocorreu de forma isolada. Ele foi sistematicamente operado no território brasileiro e também resultado de uma operação que englobou toda a América latina. A *Cia. de Charutos Dannemann* havia sido inscrita novamente na "lista negra" elaborada pelo governo Roosevelt dos Estados Unidos, que bloqueou comercialmente a firma. Isto mesmo sob intervenção estatal, uma vez que ela havia sido classificada como simpatizante do eixo.[169] Esse fato deixou sinais das ações norte americanas para destruir as redes comerciais de alemães, no bojo da concorrência capitalista, naquele momento, expressas sobre as disputas entre as potências mundiais em guerra.

Dessa forma, o retorno para as iniciativa privada ocorreu somente em 1945. Ao final do ano de 1944, já havia por parte do governo uma proposta de compra para várias organizações eixistas em liquidação. A única proposta acusada pelo jornal *Correio de São Félix* se referiu ao capital de 1.668 ações da *Cia. de Charutos Dannemann* aberta a venda pela *Agência Especial de Defesa Econômica*. A manifestação para a compra da firma foi feita por João Adolfo Jonas, que se dispôs a comprar cada ação pela quantia de $205,00.[170] Somente

[167] *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano XXXIII, N.11300, p.12, 28 de Jul. 1943.
[168] *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano XXXIII, N.11417, p.5, 23 de Nov. 1943.
[169] *O Radical*, Rio de Janeiro, Ano X, N. 3.339, p. 4, 18 de Jul. 1941.; *Correio de São Félix*, São Félix, Ano XXI, N. 394, p.1,7 de Ago. 1954.
[170] *Correio de São Félix*, São Félix, Ano IX, N.30, p.1, 24 de Dez. 1944.

em 1945, ficou explícito por publicação no mesmo jornal que a *Cia. de Charutos Dannemann* já se encontrava "excluída do regime de administração" pelo governo, após decreto.[171] No ano seguinte, a movimentação dos empresários para uma assembleia dos acionistas no escritório da *Cia. de Charutos Dannemann*, convocada por Adolfo Jonas Filho e Júlio Cezar Leite, indica que o governo aceitou a proposta.[172] O *Correio de São Félix* anunciou os novos quadros da firma: os diretores Júlio Cezar Leite, João Adolfo Jonas e Lafaiete Alvares Lima; e os procuradores Francisco Aragão e João Candido da Silva.[173]

Entretanto, a inciativa privada não foi suficiente para driblar a crise que a firma enfrentou desde os anos 1940. Mesmo com a tentativa, através da instalação de lojas no Recife (1946)[174] e no Rio de Janeiro (1947),[175] importantes centros comerciais para os artigos de fumos, a companhia não foi capaz de retomar a sua posição no mercado de charutos e cigarrilhas de outrora.[176] Além disso, acredito que o desmantelamento do corpo administrativo e técnico da empresa, bem como, a intervenção sobre a *Herm. Stoltz & Cia*, arrancou a possibilidade retorno da empresa às redes comerciais de exportação com Alemanha, mesmo depois do final da guerra. Em 1948, as atividades das fábricas de charutos da *Cia. de Charutos Dannemann* foram encerradas. Sua falência ganhou contornos dramáticos com manifestações do operariado das cidades de São Félix, Muritiba, Nagé e Maragogipe. Isso levou até mesmo inciativas do Governo do Estado da Bahia para conceder "transporte gratuito na Navegação Baiana para os gêneros alimentícios que forem despachados pelo SESI, com destino aos operários das fábricas de charutos de Dannemann, que ficaram sem trabalho enquanto aqueles estabelecimentos fabris não voltem a funcionar".[177]

Durante a pesquisa, a documentação para analisar a *Costa Penna & Cia* foi bastante escassa, mas se pode dizer que desde a década de 1930 a companhia não acompanhou os vultosos lucros compartilhados pelas empresas alemãs, justamente por essa ter participado marginalmente das redes comerciais com as cidades hanseáticas de forma diminuta.

---

[171] *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Ano XVI, N.6972, p.4,17 de Jul. 1945.
[172] *Correio de São Félix*, São Félix, Ano XI, N.568, p.1, 27 de Abril. 1946.
[173] *Correio de São Félix*, São Félix, Ano XI, N.577, p.2, 29 de Jun. 1946.
[174] *Diário de Pernambuco*, Recife, Ano 121, N.117, p.2, 21 de Maio. 1946.
[175] *O Jornal*, Rio de Janeiro, Ano XXIX, N.8286, p.11, 7 de Maio. 1947.
[176] "Além da Matriz, instalada em São Félix, há, ainda, as Fábricas-filiais de Maragogipe, Muritiba, e Nagé, cidades florescentes do Recôncavo, e as filias-depósitos nas cidades de Recife, Salvador e Rio de Janeiro. A *Companhia de Charutos Dannemann* possui, finalmente, agentes em todas as Metrópole dos Estados Brasileiros e em várias cidades do interior dos mesmos." Ver: *A Noite Ilustrada* (suplemento), Rio de Janeiro, N. 886, p.28,19. Fev. 1946.
[177] *A União*, Rio de Janeiro, Ano XLIII, N.32, p. 8, 12 de Set. 1948; *A União*, Rio de Janeiro, Ano XLIII, N.38, p.8, 31 de Out. 1948.

Continuou a produzir charutos para o mercado interno, e mesmo no período de guerra, teve a chance de atingir maiores taxas de lucro com a venda de charutos para os setores aliados. Contudo, isso não resultou no desenvolvimento da empresa no mercado nacional, provavelmente, pelo estreitamento causado pela presença do capital monopolista exercido pela *British American Tobacco Co*.

Embora a *Costa Penna & Cia* não tenha recebido intervenções como observada na *Cia. de Charutos Dannemann*, ela também havia sofrido desajustes gerenciais profundos. Ubaldo Marques Porto filho, através das correspondências da *Suerdieck & Cia*, acompanhou o desenrolar dos desentendimentos entre os empresários Luiz da Costa Penna e o financista Manoel da Costa Ferreira Júnior. Em carta apresentada pelo escritor, Geraldo Meyer Suerdieck[178] havia informado que os sócios estavam em inimizades, a ponto de se separar. Acontece que em 1948, Manoel Costa havia cometido uma tentativa de suicídio, se jogando do primeiro andar da fábrica, sofrendo ferimentos graves. Luiz Costa também não estava bem de saúde em decorrência de um derrame que havia sofrido. Com o afastamento do antigo sócio, Luiz conseguiu se tornar dono absoluto da empresa e segundo Ubaldo Porto partiu para programar a maximização na produção de charutos populares através de altos investimentos na produção mecanizada com empréstimos do banco. Este se revelou um fracasso para os negócios da empresa, pois os altos encargos financeiros e a má gestão dos recursos minaram a *Costa Penna & Cia*. Ainda segundo Porto filho, sem capital de giro e soterrada por dívidas com os empregados, fornecedores de matéria-prima e credores diversos, a *Costa Penna & Cia* encerrou as atividades em agosto de 1955.[179]

A *Cia. de Charutos Dannemann* também pediu empréstimo, concedido pelo *Banco do Brasil*, com vistas de retomar as atividades.[180] Elas voltariam a partir de 1951, contudo, de forma parcial. A fábrica passou a produzir charutos e garantir as exportações, somente com a produção de Muritiba e São Félix. A essa altura a fábrica de Maragogipe já havia sido liquidada para atender as dívidas com as operárias daquela cidade. O empréstimo concedido pareceu apenas um paliativo, pois a firma não conseguiu entrar novamente no mercado, e junto com *Costa Penna & Cia* também fechou suas portas em 1955.

De certo, os episódios de desorganização administrativa, ocorrida pela intervenção estadual e depois federal na *Cia. de Charutos Dannemann*, e os desentendimentos dos sócios

[178] Empresário da *Suerdieck & Cia*.
[179] PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *O fim dos gigantes dos charutos brasileiros*. Salvador: Ed. do Autor, 2014. p.16-17.
[180] *Correio de São Félix*, São Félix, Ano XVII, N. 897, p.1, 16 de Dez. 1950.

da *Costa Penna & Cia* tiveram um peso incontornável. No caso da *Cia. de Charutos Dannemann*, a intervenção não só operou uma desorganização dos negócios, mas impediu que a empresa gozasse de suas prerrogativas oferecidas pelas redes comerciais com Alemanha e o apoio dos importantes bancos financeiros alemães. A firma ficou impossibilitada, mesmo quando voltou a iniciativa privada, de estabelecer tais relações. A falta de mercado, não poderia explicar a falência sozinha. Por isso chamo a atenção para a trajetória da *Suerdieck & Cia*[181] que diferente da *Cia. de Charutos Dannemann*, conseguiu driblar as ações do governo federal e não sofreu intervenção em seus negócios. Isso possibilitou a esta firma, alcançar hegemonia sobre os negócios de charutos, tomando boa parte das redes comerciais ocupadas antes pela *Cia. de Charutos Dannemann*.

A partir da análise feita ao longo deste capítulo, quero fazer algumas considerações. Identifico que os imperativos econômicos, principalmente dos empresários alemães, tornou o Recôncavo Baiano uma zona de influência do mercado de artigos de fumo que foi ao longo da primeira metade do século XX satisfatoriamente lucrativa para as empresas – acesso matéria prima barata, a força de trabalho de baixo custo, mercados estabelecidos. Dessa forma, inseriu o Recôncavo Baiano em um fragmento de uma história mais geral do desenvolvimento do capitalismo e de uma divisão internacional do trabalho. Não se pode subestimar a atuação dos empresários alemães na organização dos capitais e do controle técnico das empresas localizadas na Bahia, a partir de formas de exploração do trabalho nos moldes do imperialismo capitalista. Esses capitalistas submeteram não somente a força de trabalho direta nas manufaturas, mas também fizeram largo uso da exploração do trabalho das famílias fumiculturas, de forma indireta, a partir da dependência dos créditos.

De outra maneira, sinalizo que a instabilidade vivida pelas empresas causada pelas grandes guerras mundiais foi sintomática da natureza dos conflitos entre os estados-nacionais pelas colônias em África, mas também traduzem as disputas entre os mercados de outras regiões do globo. O caso analisado consta essas reverberações através das disputas pelo monopólio da produção e do mercado dos artigos de fumo no Brasil entre o conglomerado da BAT e as empresas alemãs. Diante do exposto até o momento, a capacidade das empresas se relacionou com diferentes tipos de capitais – financeiro, comercial e industrial – e garantiu a longevidade de seus negócios e eliminação de grande parte das pequenas manufaturas que surgiram ao final do século XIX. Dessa forma, pode se observar no caso da *Cia. de Charutos*

[181] Para ver com maiores detalhes: ALMEIDA, Paulo Henrique. op. cit.; BORBA, Silza Fraga Costa. op. cit.; NARDI, Jean Baptiste. op. cit.; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Suerdieck, epopeia do gigante.* Salvador: Ed. do autor 2003.

Dannemann, a formação social dos capitalistas como intermediários que assumiram as operações e a gestão das empresas no Recôncavo baiano em favor do capital externo. A saída destes viabilizada pela nacionalização da empresa cortou as relações com estes capitais favorecendo a significativa perda em sua posição no mercado internacional das exportações de fumo em folha e no mercado nacional de venda de charutos e cigarrilhas. De qualquer forma, resta analisar por meio de quais maneiras esse modelo de produção conseguiu disputar e resolver os problemas inerentes às relações entre capital e trabalho. Portanto, é preciso proceder a uma segunda análise a partir do chão de fábrica. Esse modelo não pode ser visto como resultado somente da competição entre mercados, sem que respondesse a realidade social forjada também pelas trabalhadoras inseridas nessas relações. A seguir, quero me debruçar especificamente sobre a organização do trabalho nessas fábricas.

Capítulo 2

Feito à mão: a organização do trabalho nas manufaturas de charutos e cigarrilhas

Nos idos dos anos 1890, o geógrafo Alfredo Moreira Pinto visitou as cidades de Cachoeira e São Félix disposto a coletar dados para os seus *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil* lançado em 1896. Sobre as cidades o autor deixou registradas impressões e descrições e no verbete *São Félix* testemunhou que "do mesmo modo que a civilização do Paraguaçu está na Cachoeira, a indústria está em S. Félix em maiores proporções."[1] Animado, o geógrafo cativou interesse suficiente para ir ele mesmo fazer uma inspeção naquelas manufaturas, digna de um breve comentário:

> das fábricas de charutos, a mais importante e talvez a primeira do Brasil é a *Dannemann & C*. A fábrica fora situada no interior da cidade e os armazéns no litoral. Tive ocasião de percorrer a fábrica, que dispõe de uns 200 operários. Foi agradabilíssima a impressão que recebi, vendo homens, mulheres e crianças, todos ocupados, uns na separação e escolha do fumo, outros na manipulação de charutos de marcas diversas, outros na fabricação de caixas, outros finalmente, em diversos outros misteres, que dão à fábrica a imponência das grandes oficinas de trabalho.[2]

Já sabemos que a *Cia. de Charutos Dannemann* não foi a primeira manufatura de charutos, embora seja verdade que em seu auge foi uma das mais importantes do país. Outro viajante a fazer um comentário parecido, igualmente animador, foi sem dúvidas o austríaco Stefan Zweig. Nos idos dos anos 1940, o escritor também esteve nas cidades de Cachoeira e de São Félix como parte do roteiro de viajem que ele conduziu para conhecer o país e escrever o livro *Brasil, o país do futuro?* (1942). Zweig tomou o conhecimento que aquela região era bastante apreciada pela sua atividade com o fumo desde os tempos coloniais. Para ele, que afirmou ser um "velho devoto de *Santa Nicotina*", sua passagem pelas cidades era oportuna para "agradecer o prazer" que "haviam dado muito charutos deliciosos" em virtude de "consciente de minha culpa, em silêncio calcular quantas dessas plantações com milhares e milhares de folhas eu, em todos os anos de meu vício, havia transformado em fumaça". Com tamanho desejo por charutos, não se furtou a uma visita às "três fábricas" das "maiores e mais afamadas fábricas de charutos do país." O viajante advertiu que defini-las como "fábricas" era

---

[1] PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p.13.

[2] PINTO, Alfredo Moreira. *Suplemento aos apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p.121.

um exagero para o que encontrou. Provável que ao escutar que havia as tais fábricas de charutos, o autor alimentou o receio de deparar-se com "possantes máquinas de aço" por onde fossem colocadas as folhas de fumo em uma de suas extremidades, recolher na outra os charutos encapados e se possível arrumados em suas tradicionais caixinhas de madeira. E não se tratou disso. Observou que a fabricação dos charutos não era feita por procedimentos autômatos e sua preocupação de início logo desapareceu quando viu que "nada disso existe nas fábricas de Cachoeira" e sim um "verdadeiro processo de transformação." Chamou de "verdadeiro" por acreditar que a fabricação de charutos de excelência deveria ser manual. Celebrou o escritor que, como em outras partes do mundo, "no Brasil, o fabrico de charutos também não é mecanizado". Constatou que "todo charuto nesse país é feito à mão, ou melhor, na feitura de cada um, quarenta a oitenta mãos hábeis" estavam a laborar. E admirado pôde observar o "quanto trabalho se oculta sob a fina capa dum charuto".[3]

Os visitantes tinham bons motivos para se animar com o que viram. Já é conhecido que a fabricação de cigarros fez uso de máquinas desde o final do século XIX, e que essas se faziam dispensáveis quando se tratava de charutos até metade do século XX. Como afirmou Silza Borba era "comum a opinião que os charutos fabricados à mão são de superior qualidade."[4] Encontrar máquinas nesse processo deixaria um "velho devoto de *Santa Nicotina*" realmente frustrado. O escritor havia testemunhado ser verdadeira a procedência do trabalho manual sobre os charutos e cigarrilhas, mas não só isso. No caso do austríaco, saltou aos olhos que charutos eram feitos por "centenas de moças morenas." Observou que "centenas de dorsos curvados de tantas raparigas" laboravam os finos charutos dos quais o patronato o presentou "com caixas de seus excelentes produtos".[5] A menção dos sujeitos femininos e da codificação "morenas" para indicar a cor das operárias não deve ser levada apenas como recurso narrativo neutro no registro literário. Resguardam-se aí motivos latentes da admiração do austríaco: a noção que os charutos eram laborados por mãos "femininas" e o discurso de elogio à miscigenação brasileira como projeto de nação.

Os laivos de um sistema de organização do trabalho fragmentado, manufaturado, disciplinado e a construção social do trabalho feminino e seus significados, responsáveis por uma divisão do trabalho traduzidas em hierarquias de gênero ficam sinalizados através desses relatos. O desdobramento desse capítulo foi motivado pela necessidade de separar os dois

[3] ZWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Trad. Odilon Gallotti. Rio de Janeiro: Guanabara, 1941. p. 291-293.
[4] BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação do fumo na Bahia*, 1870-1930. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975, p.44.
[5] ZWEIG, Stefan. op. cit. p.292.

níveis de estrutura e organização do complexo fumageiro. Nesse momento, quero propor uma análise mais dedicada aos processos de trabalho e os lugares ocupados pelas mulheres e pelos homens nas manufaturas de charutos e cigarrilhas. Estou interessado em perceber as relações sociais dentro das manufaturas, as hierarquias, como se buscou a repartição das tarefas, os lugares ocupados na produção, as diferenças salariais e demais desdobramentos que envolveram a atividade laboral. Também me preocupei em relacionar os imperativos da racialização e/do gênero na organização dessas atividades, e finalmente, sinalizar como as representações do trabalho feminino foram manipuladas pelas empresas na propaganda de seus produtos.

A hora do trabalho e a proletarização das charuteiras

Nesta seção analisarei como o trabalho foi efetivamente organizado nas empresas manufatureiras, a partir da problemática: quais as estratégias patronais para aproveitar o rendimento máximo do trabalho manual e de controle das operárias visando intensificar a extração de mais valor?

O excerto do geógrafo Moreira Pinto que abre esse capítulo sinaliza alguns pontos de partida. Ele observou que a *Cia. de Charutos Dannemann* era "situada no interior da cidade e os armazéns no litoral"[6], pistas sobre como a empresa organizou seus espaços físicos. Nesses armazéns de fumo os insumos eram preparados para a produção e um grande número deles estavam realmente situados na Avenida Salvador Pinto, margeada pelo Rio Paraguaçu, ou em ruas adjacentes de fácil acesso ao porto de São Félix. Pode se esperar que os capitalistas buscassem tirar vantagens da proximidade com o porto.[7] Ali não só estavam os prédios da *Cia. de Charutos Dannemann,* mas também o principal prédio da *Costa Penna & Cia* e muitos outros armazéns.[8] Mas nos interessa saber sobre a distinção das etapas de produção e a divisão social do trabalho. Existiam duas etapas diferentes no trato com as folhas de fumo

[6] PINTO, Alfredo Moreira. 1896, op. cit. p.13.

[7] Em verdade, essa estratégia poderia acarretar prejuízos mais sérios. As cheias do Rio Paraguaçu assolavam a população sanfelixta e cachoeirana. De exemplo, trago essa publicação do jornal *A Razão* de 1930: "os rios na Bahia, começaram a transbordar. [...] Chove torrencialmente em todo o Estado transbordando todos os rios. Telegramas alarmantes informam que se acham inundadas as cidades de Cachoeira e S. Félix, em virtude da enchente do rio Paraguaçu. Em S. Félix, os armazéns de fumo de conhecida e afamada fábrica *Dannemann,* da firma *Costa Penna & Cia*, estão cobertos pelas águas. É uma verdadeira catástrofe. Milhares de pessoas estão desabrigadas. Das casas atingidas pelas águas, saem mobílias inteiras, carregas pela correnteza." *A Razão,* Rio de Janeiro, N.311b, p.5, 3 de Abr. de 1930.

[8] Atualmente é possível visitar um dos prédios da *Cia. de Charutos Dannemann* transformado na *Casa de Cultura Dannemann*. Por sua vez, o prédio da *Costa Penna & Cia* não existe mais, deu lugar a uma praça e para a atual rodoviária de São Félix.

quando elas chegavam às empresas fumageiras: o uso para o enfardamento para exportação e o uso para confecção de charutos e cigarrilhas.

Nos armazéns começavam os trabalhos responsáveis pela recepção das folhas das plantações, pela limpeza, pelo beneficiamento e pelo enfardamento. A este respeito, aproveito as considerações do memorialista Anfilófio de Castro. Ele observou que em Muritiba se procedia da seguinte maneira: os armazéns "adquirem, em grande quantidade, os melhores fumos, a que submetem a rigorosa escolha, enfardando a 'mata' chamada, e armazenando-a para ser utilizada após de completa a cura, vendendo o demais." Nestes mesmos armazéns o autor sinaliza que "a produção diária, sujeita a pedidos da freguesia, monta, ordinariamente, em média, a cem mil unidades" onde ocupam "seiscentos operários vencendo de quatro a cinco mil réis diários cada um."[9] Esse processo era acompanhado pela primeira limpeza onde se ocupavam as mulheres na função de **raloeiras**. O sistema de classificação parece ter sido ocupado por ambos os sexos, uma vez que encontrei tanto **passadeiras** e **passadores de fumo** entre as fichas de registros. Adiante, as folhas eram preparadas para o acondicionamento e beneficiamento para atingir o processo de fermentação-maturação. Os enfardadores buscavam uniformizar a cor das folhas, reduzir sua toxidez e aumentar seu aroma e combustibilidade.[10] Todo esse trabalho era ainda finalizado junto às prensas. De acordo com os *Registros dos Empregados* essa função era ocupada exclusivamente por homens, na função de **prenseiro** ou **na prensa**.[11] Após o enfardamento, a matéria-prima estava pronta para a exportação ou para o uso nas manufaturas.

Conforme demonstrado, observa-se uma etapa intermediária entre a saída das folhas das plantações e o emprego delas na fabricação de charutos e cigarrilhas. Eram reunidos grupos de trabalhadoras e trabalhadores, semelhante nas manufaturas, mas aparentemente com algumas diferenças. Os armazéns eram estruturados por grandes salões, com arquitetura simples, onde operárias e operários ocupavam quase sempre o mesmo espaço de trabalho, em alguns casos, até a mesma função. Aqui temos uma divisão do trabalho incipiente, localizada em poucas tarefas, geralmente relacionadas às formas da cooperação. Uso esta categoria conforme foi expressa por Karl Marx. Não me refiro à força de trabalho que coopera livremente e autoorganizada, mas a cooperação e coordenação entre as tarefas do trabalho

[9] CASTRO, Anfilófio de. *Muritiba:* sua história e seus fados 1559 - 1941. Digressões - Notas à Bahia. Bahia: Tipografia Naval, 1941, p.108.
[10] ALMEIDA, Paulo Henrique. *A manufatura do fumo na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Economia e Planejamento Econômico) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983, p. 21-23.
[11] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*.

subordinada a um capitalista. A cooperação, portanto, é uma organização em proveito do aumento da capacidade de produção, na diminuição do tempo empregado, e assentada na concentração de turmas de trabalhadores e trabalhadoras em um mesmo local de trabalho, frequentemente sob uma direção. Para Marx, essa seria "como uma forma histórica peculiar do processo de produção capitalista."[12]

Por sua vez, a fabricação dos charutos e cigarrilhas esteve organizada de outra maneira, como deixou registrado o relatório *Aspectos da economia rural brasileira de 1922*, cujo autor, em visita a *Cia. de Charutos Dannemann*, observou que as atividades eram constituídas pelas seguintes etapas:

> separar as folhas de fumo para torcida, envolve-la no capote, enformar, aparar as pontas e encapar. Feitos os charutos, uma turma os recebe para fazer a escolha dos tamanhos e das cores, que se dividem em castanho claro, e castanho escuro, enquanto outra se encarrega da selagem, da rotulagem e do encaixotamento. O serviço é mais manual do que por maquinismos complicados. Só há formas e prensas. Quanto ao fabrico de caixas, consiste apenas no ajuste das peças que já vêm preparadas com as dimensões para cada formato de caixa.[13]

Chama a atenção à sinalização do fracionamento da confecção do charuto em diferentes momentos e o percurso dos charutos por diferentes turmas de trabalho para realização de outras etapas. Separados por mais de vinte anos, os escritos de Stefan Zweig também jogam luz sobre as atividades. Seu testemunho sobre os processos de trabalho nos entrega o fracionamento das atividades laborais em mais detalhes:

> Centenas de moças morenas acham-se sentadas nas salas da fábrica uma ao lado da outra e cada grupo delas exerce uma atividade diferente. Percorrendo essas salas, podemos assistir à evolução inteira dum charuto. Na primeira sala vemos o fumo como chega da plantação, em grandes folhas já secas, que exalam um cheiro forte, penetrante. Após a primeira escolha, feita por mulheres, sentadas entre montões de folhas de fumo, são retirados os talos. Só depois, começa o enrolamento das folhas para formarem os charutos. Outro grupo de operárias corta com facas os charutos de acordo com uma medida. Mas por enquanto os charutos estão nus, falta-lhes ainda a capa, que lhe vai dar forma e sabor. [...] Revestido afinal o charuto da capa, outra operária tem que lhe fazer a ponta, outros dedos morenos colocam-lhe a cinta e ainda outros colam o selo [...]. Só então são os charutos envolvidos em celofane e colocados nas caixas, que recebem uma marca feita a fogo.[14]

Zweig provavelmente visitou grandes manufaturas como a *Cia. de Charutos Dannemann* ou a *Costa Penna & Cia*, uma vez que ficou deslumbrado com as "mais afamadas". Pode se observar a centralidade do trabalho das mulheres na confecção,

---

[12] MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro primeiro, o processo do capital, Vol. I. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda. 1996.
[13] BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Villas Boas, 1922, p.423.
[14] ZWEIG, Stefan. op. cit. p. 292-293.

localizadas em todas as atividades diretas da elaboração dos charutos. A noção de "moças morenas" usada pelo escritor não informa uma descrição objetiva da cor das operárias. Essa expressão é sintomática das categorias que ele usa no livro, representando uma noção alinhada ao projeto do mito da democracia racial, frequentemente elogiada pelo autor. De outra maneira, ela também informa os marcadores sociais nas estratégias de demarcação dos lugares do trabalho que iriei aprofundar mais adiante. O excerto sugere ainda que o cenário entre as atividades dos armazéns e das manufaturas era bem diferente em termos das divisões das tarefas e das ocupações, mesmo quando abrigadas sob o controle da mesma empresa.[15]

Essas companhias eram onde se concentravam um maior número de trabalhadoras e por sinal, uma maior racionalização do modelo de produção. Sobre esse assunto consta no relatório já citado a avaliação que em 1921, 1.200 operárias na matriz e na filial da *Cia. de Charutos Dannemann,* por exemplo, foram capazes de "uma produção total de 18-20 milhões de charutos" sem auxílio de máquinas. Da mesma forma, apontou que *Costa Penna & Cia* teve uma "produção anual de 15.000.000 de charutos e cinco milhões de cigarrilhas". O mesmo documento destaca a marca do trabalho manual e diz que "quanto à aparelhagem dessas fábricas" eram "muito simples, como simples é o fabrico do charuto feito à mão e por meio de formas de madeira." Além disso, diferentemente do que se encontravam nos armazéns o documento indicou que "no recinto destas fábricas acham-se colocadas as grades de separação das diversas seções, os balcões, os estrados, as mesas grandes e pequenas, num conjunto que compõe a vasta tenda de trabalho de centenas de operários, cada qual entregue a um determinado serviço."[16]

Nas empresas os ambientes eram tecnicamente organizados de acordo com as necessidades da produção. Isso significa que para uma manufatura alcançar avultadas quantidades de mercadorias, era preciso uma organização espacial capaz de alinhar e dar celeridade entre as seções de produção de cada estágio do trabalho. Essa organização era fundamental, em virtude do trabalho que cada operária exercia dependente das etapas anteriores, de acordo com a própria essência das operações de uma manufatura, quando a matéria prima sofre a transformação percorrendo todas as partes da produção. Isso significou

[15] Não somente em termos de etapas de trabalho, mas, sobretudo em status social e em condições de trabalho. Os armazéns eram lugares insalubres e de ares pesados por conta dos processos de maturação das folhas. As operárias apontavam que o trabalho nos armazéns era o mais "baixo", diferente daqueles ocorridos nas manufaturas. Consultar: BRAGA, Carlos Augusto S. N. *Uma história do trabalho no Recôncavo Fumageiro*: controle, lutas e resistências na Cia. de Charutos Dannemann (1919-1948). Monografia (Graduação em Licenciatura de História) Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2016, p.31.

[16] BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Villas Boas, 1922.

a recorrência da especialização das operárias e o distanciamento do trabalho artesanal, quero dizer, do processo produtivo em que uma charuteira executava e controlava plenamente toda a fabricação de um charuto, de seu início até o acabamento. Trago a seguir uma tabela com as ocupações. Elas sinalizam as diversas operações realizadas no fabrico dos charutos, aprofundando as evidências sobre o trabalho parcial:

Tabela 5: Relações das ocupações da *Cia. de Charutos Dannemann*.[17]

Ano	Ocupação	Ano	Ocupação
1892	Destaladeira de Fumo	**1936**	Planeador de Caixas
1895	Charuteira	**1936**	Embalador
1897	Escolhedor de Fumo	**1936**	Carapina Serrador
1900	Encaixadeira	**1937**	Contador de Charutos
1902	Empapeladeira	**1937**	Servente na Selagem
1903	Raloeira	**1937**	Servente (em caixa)
1905	Carpinteiro	**1937**	Ferrador de Caixas
1907	Prenseiro/Na prensa	**1937**	Pregador
1908	Seladeira	**1938**	Carregador
1909	Encaixador	**1938**	Distribuidor de Aviamentos
1912	Aneladeira	**1939**	Pedreiro (Carapina)
1915	Passadeira	**1929**	Cigarreira
1921	Grampeador de Caixa	**1940**	Operária de fumo
1923	Servente	**1940**	Operário em fumo
1925	Ajudante da Embalagem	**1942**	Ferrador de Caixas
1929	Catadeira	**1942**	Aprendiz
1930	Apontador	**1943**	Banca de Capa
1933	Carapina/Carpinteiro	**1943**	Carregador Braçal
1936	Perfurador (de selos)		

A tabela permite uma visualização mais objetiva sobre as operações e as funções reconhecidas efetivamente pelas fábricas, sobretudo pela *Cia. de Charutos Dannemann*, cuja documentação foi usada para a sua elaboração. Tive o cuidado de organizá-las de forma diacrônica e somente aquelas que considerei tratarem dos trabalhos diretos com as folhas de fumo até a mercadoria manufaturada pronta para o mercado, de acordo com os relatos anteriores. Convém informar que os anos informados são equivalentes a data de admissão que consta em cada registro. Essas datas podem não representar o surgimento da função, mas achei útil para pensar a divisão integrada da produção e sugerir a sua expressão acentuada conforme os anos. A partir do indicativo das funções da *Cia. de Charutos Dannemann* pode-se perceber uma difusão da organização também compartilhada pelas demais manufaturas do Recôncavo Baiano, inclusive com a *Costa Penna & Cia*.[18] Mais uma vez, recorro aos escritos

[17] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*.

[18] A partir dos registros das fábricas *Suerdieck* e *C. Pimentel* a historiadora Elizabete Rodrigues da Silva elaborou um quadro com as funções exercidas nessas manufaturas. Uma rápida comparação entre as tabelas sugere que os padrões de organização das manufaturas no Recôncavo Baiano eram bastante similares. Consultar: SILVA, Elizabete Rodrigues da. *As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres*: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres,

de Anfilófio de Castro. Ao comentar as atividades laborais, o escritor também reconhece a existência de profissões de acordo com os lugares abertos pelo fracionamento das atividades fabris ocorrido nas empresas. Observou que nas "fábricas legalizadas" existiu um grande número

> de passadores do fumo, molhadores, destaladores, secadores de torcida, espalmadores e selecionadores de capa, abridores de capote, entregadores de fumo nas charutarias, charuteiras, formeiras, prensadores, carimbadores de selos, cortadores de selos, seladores, aneladores, selecionadores de charutos, enroladores, encaixadores empapeladores, ferradores de tampos, estufadores, embaladores, faxineiros, raloeiros, serventes e mestres das diversas secções.[19]

Não obstante, um dado da tabela parece ser a exceção. Comento a ocorrência da função **operária do fumo** que sugere uma não especialização em uma atividade específica. Ela aparece pela primeira vez em abril dos anos 1940. Encontrei 47 registros de admissões nesta função a partir daquele mês e somente quatro deles eram funções ocupadas por homens. Estimo que essa categoria aparentemente genérica, ou seja, não informada como um dos trabalhos parciais de acordo com o conjunto de categorias que demonstramos, pode ilustrar novas estratégias de organização do trabalho. Indica alguma aposta na polivalência das trabalhadoras. Contudo, de acordo com a mesma fonte, cada operária admitida na função **operária do fumo** não permaneceu no trabalho até o final daquele mesmo ano. Também não encontrei nenhuma ficha que indica a função para qualquer outro período. Isso assinala seu caráter excepcional, experimental e que aparentemente foi abandonada. Além disso, convém lembrar que esse período foi marcado pela queda das exportações de fumo diante da conjuntura da Segunda Grande Guerra Mundial. Em alguma medida deixa indicativos da correspondência das expectativas e estratégias gerenciais da produção para contornar a crise vivida na *Cia. de Charutos Dannemann*.

Na tabela esteve indicada a função de **escolhedor de fumo.** A primeira separação das folhas de fumo nas manufaturas era atividade majoritariamente ocupada por homens. Os operários recebiam os fardos que chegavam aos armazéns e separavam as folhas por um processo de discriminação entre capas, capotes e buchas para a preparação dos charutos.[20] A seguir trago outro vestígio para analisar a chegada dos fumos nas manufaturas, mas também os agentes envolvidos nesta atividade.

---

gênero e feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.254. 2011.

[19] CASTRO, Anfilófio de. op. cit. p.104.

[20] LESSA, Rosana Falcão. *Mulheres na indústria fumageira de São Gonçalo dos Campos-Bahia*: cotidiano e memórias 1950-1980. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2010, p.80.

Imagem 3: Escolhedores de fumo na Cia. de Charutos Dannemann

Fonte: AMSF. Série: Fotos da Família *Dannemann* Interior da *Cia. de Charutos Dannemann*.

Além das manchas e das marcas do tempo, a fotografia apresenta borrões em alguns trabalhadores que indicam algum movimento diante da lente da câmera, e uma perfomace que sinaliza o "trabalho" dos operários nessa etapa da produção. A imagem retrata uma turma de **escolhedores de fumo**. Os trabalhadores foram flagrados na "quebragem",[21] ou seja, no processo de abertura dos fardos e separação das folhas que chegaram dos armazéns. Desperta interesse a concentração dos homens negros nesta etapa do trabalho. No levantamento feito a partir dos *Registros dos Empregados*, constatei a cifra de 110 operários nesta função. Outras atividades ocupadas por homens não chegaram a marcar a casa da dezena. Essa função também é marcada pela sazonalidade dos contratos, geralmente a partir do primeiro semestre do ano. Nas fichas correspondentes é muito comum encontrar saídas e entradas e a inscrição "fim da escolha". Do mesmo modo, a função de **destaladeira do fumo** acumula o número avultoso de operárias admitidas e "dispensadas" de forma coletiva, geralmente ao final do primeiro semestre do ano, conforme os ocorridos nas fichas dos escolhedores. Isso demonstra

[21] PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Suerdieck, epopeia do gigante*. Salvador: Ubaldo Marques Porto Filho, 2003, p.278.

que algumas atividades nas manufaturas eram sazonais e dependiam do volume de matéria prima nos estoques das empresas.

Ao fundo da imagem, observei a presença de duas crianças. Elas estão de aventais e sem camisa, diferente da aparente uniformização dos homens sentados, todos trajados de calças e camisas de cores combinadas. Provavelmente os jovens eram os **serventes**, responsáveis por carregar as folhas escolhidas para as bancas de fumo onde as **destaladeiras do fumo** tiravam os talos e outra discriminação ocorria. Os insumos eram separados para compor cada parte do charuto, aqueles quebrados ou de folhas imperfeitas serviam para a torcida ou bucha, destinados ao miolo do charuto; as folhas menores ou muito rugosas para o capote, a parte que encobria a torcida feita pelas **capoteiras**; e as folhas maiores e consideradas de alta qualidade eram tratadas como capas que envolviam todo o charuto. As capas eram chamadas de "primeira folha" e segundo a sugestão de Stefan Zweig eram "as que dão forma e sabor" aos charutos.[22]

A função de **charuteira** ainda guardava centralidade nas manufaturas, apesar dos trabalhos parciais. Era ela que conduzia a atividade de enchimento do capote, passando a capa envolta do charuto, ajustando-o até o acabamento final. Essa etapa exigiu perícia e habilidade das operárias. A **cigarreira** promovia a mesma atividade das charuteiras, entretanto, ajustando a sua confecção à cigarrilha. A **passadeira,** por sua vez, tem a tarefa de "passar" os charutos, isso quer dizer, ajustar os charutos na "bitola" – um molde com as medidas do charuto – para conferir as medidas e retirar as peças defeituosas. A **cortadora de selos** recortava em folha única os selos, para que a **aneladeira** ou **seladeira** colocassem nos charutos em forma de anel. A **empapeladeira** ou **celofanista** conduzia o charuto envolvendo-o em papel de celofane para a conservação do aroma e proteção contra fungos. O fim do processo era com a **encaixadeira** que arrumava os charutos em suas respectivas caixas, conforme a marca, o tipo e a quantidade desejada.[23]

A partir do conjunto das fontes é possível dizer que desde o final do século XIX e durante todo o período da primeira metade do século XX a organização do trabalho nas manufaturas foi marcada pela decomposição das tarefas. O resultado prático foi o parcelamento das operações em sucessivas etapas para fabricação de um único charuto por várias trabalhadoras diferentes. Isto deu centralidade ao trabalho coletivo das mulheres nas empresas fumageiras e resultou na especialização das operárias em funções exclusivas incorporado por um modelo de produção industrial em grandes quantidades para o mercado.

[22] ZWEIG, Stefan. op. cit. p.292.
[23] Estes processos também foram descritos em SILVA, Elizabete. op. cit. p. 137; LESSA, Rosana. op. cit. p.80.

Esse modelo permitiu o aumento da perícia e da segurança que cada trabalhadora construiu em torno do seu trabalho parcial resultando em aumento expressivo da produtividade.[24] Dessa forma, ocorreu uma proletarização das charuteiras não somente nas condições de dependência da venda da força de trabalho das mulheres negras do Recôncavo Baiano às indústrias fumageiras, mas no aparato técnico-organizativo que buscou minar o controle das operárias sobre a fabricação de charutos. O desaparecimento do trabalho artesanal nas manufaturas foram as expressões mais significativas da proletarização de uma atividade marcada pela virtuosidade das trabalhadoras.

Desta maneira, a organização do trabalho expõe também os esforços dos capitalistas em apropriarem-se do saber adquirido pelas trabalhadoras. Fazer charutos era uma atividade que exigia conhecimento prático, tempo de aprendizado e experiência em sua elaboração. Frequentemente esse saber era compartilhado e praticado nos pequenos fabricos organizados pelas mulheres fora das fábricas dos patrões. O patronato tinha organizado sistematicamente a produção a partir do acúmulo de capitais obtido nas atividades de exportações, mas havia limites sobre o controle das potencialidades e capacidades das charuteiras em produzir vastas quantidades de charutos. Portanto, houve tentativas do contorno desta situação e da dependência da perícia a partir dos esforços de incorporação tecnológica das formas de madeira na fabricação. Em grande parte, os limites eram postos pela própria subjetividade das operárias, como veremos adiante,[25] mas o uso dessas formas criou uma diferenciação dos produtos, digna de nota pelo técnico Gregório Bondar. Em 1923, ele expressava suas opiniões a respeito e mensurava a qualidade dos charutos:

> A casa Dannemann introduziu o processo – fabrico à pau, uma espécie de prensas, nas quais os charutos feitos à mão são apertados e uniformizados. A prensa permite aproveitar na confecção dos charutos as operárias menos adestradas, tornando o trabalho mais rápido e barato. As melhores marcas de charutos continuam ser feitos exclusivamente à mão, pelas operárias peritas, sem intervenção da prensa. [...] Há uns cinquenta anos atrás as charuteiras recebiam de quatrocentos réis a mil quinhentos por cem charutos fazendo de duzentos a trezentos charutos por dia. Atualmente paga-se de um a quatro mil réis por cem charutos, fazendo-se de cem a duzentos e quarenta charutos por dia. A pau uma charuteira recebe de quinhentos réis a mil duzentos por uma centena de charutos.[26]

O apoio e o uso de formas de madeira, que facilitavam o processo de acabamento dos charutos, retirou a singularidade dos produtos diante da opinião dos consumidores. O balanço salarial feito por Bondar de cada atividade também sinalizou a valorização da firma diante da

[24] MARX, Karl. op. cit. p.453-482.
[25] Ver o Capítulo 3 *As lutas operárias*.
[26] BONDAR, Gregório. O Fumo na Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 292. Edição Especial do Centenário, 1923.

confecção feita à mão, e expressa a ambiguidade de se fazer o trabalho "mais rápido e barato". O trabalho manual foi aquilo que tornou indispensável o fabrico de charutos, a habilidade e segurança que as charuteiras acumularam como saber durante anos de trabalho nas fábricas e de aprendizado umas com as outras. Qualquer medida que desprezasse o trabalho manual poderia colocar também em risco a qualidade esperada pelos consumidores. A fabricação dos charutos à pau, aparentemente, teve caráter secundário nas manufaturas, sobretudo se observado as seções próprias para este tipo de manufatura. Vejamos os detalhes dessa produção em contraste com a de charutos todo feito à mão na comparação das duas seções. Sinalizo o tamanho dos salões e para o número de operárias empregadas nesta fabricação:

Imagem 4: Charuteiras nas bancas de charutos "à pau"

Fonte: AMSF. Série: Fotos da Família Interior da *Cia. de Charutos Dannemann*. *Dannemann*.

As fotografias permitem descortinar os sujeitos sociais envolvidos nas atividades laborais. Acima, a marca da presença das trabalhadoras pode ser observada, bem como suas expressões sérias e desconfortáveis diante da presença do fotógrafo. As janelas fechadas favorecem o controle da luz para melhor visibilidade dos sujeitos. As mulheres e os homens bem vestidos e arrumados pousaram para o fotógrafo e são sinais que a visita não foi somente esperada, mas planejada para uma sessão de fotos. A disposição das **charuteiras** alocadas nas bancas em contraposição aos homens em pé segue um rigoroso padrão narrativo dessas

fotografias. O registro dos salões não só permite analisar o tipo localizado da produção de cada setor, mas também são pistas dos processos de hierarquização a partir das definições raciais e de gênero na disciplina das trabalhadoras. Pelo visto, a organização técnica não apenas tentou organizar a circulação das matérias-primas, mas também repercutiu na reprodução de espaços que facilitavam a vigilância constante dessas atividades e, sobretudo, das operárias.

A presença das crianças em pé ao lado das bancas sugere que foi deliberadamente posicionada pelo fotógrafo. A presença delas também sinaliza as expectativas de celeridade dessa fabricação. Elas são repositoras das formas de madeira que se encontram na imagem em cima das bancas de charutos. Estimo que sejam os **serventes** daquela seção. Um levantamento a partir das fichas indicam a predominância masculina na faixa etária de 12 à 20 anos nesta função. Os **serventes** executam um trabalho parcial, paralelo aos trabalhos diretos com os charutos, o que permite a concentração das charuteiras em apenas uma atividade. Ao fundo, não se pode perder de vista o destaque dado pelo fotógrafo à presença do mestre de seção sempre a observar os trabalhos e as trabalhadoras. Foi intencionalmente posicionado ao centro, um código que realça a posição de poder que ele ocupa naquele espaço. A imagem também permite visualizar processos mais técnicos do trabalho. Diferentemente das grandes prensas localizadas nos armazéns, aquelas usadas para os charutos eram menores. Na fotografia identifico no primeiro plano, desfocada, uma prensa manual no formato de um "T". Sobre as bancas de charutos, diante das mulheres, as formas aparecem tanto abertas quanto fechadas. Um ajudante de mestre ou um **contramestre**, o homem localizado na esquerda da imagem posa com algumas delas ajustadas sob seu braço esquerdo. Essas formas eram sobrepostas uma sobre as outras daquela maneira, e prensadas juntas por um período estipulado até que os charutos ganhassem sua forma desejada. Isto fica sugerido na documentação da relação de mercadorias para a *Cia. de Charutos Dannemann* em 1924 que consta uma "prensa de ferro para apertar paus" e a "prensa de madeira para apertar charutos".[27]

A confecção dos charutos de alto padrão, aqueles todos feitos à mão, esteve localizada em espaços específicos e organizada de maneira diferente da seção dos charutos à pau. A esse respeito, trago outra fotografia, e a partir dela a ilustração do trabalho das charuteiras no fabrico dos charutos:

[27] AMSF. Série: Fábricas de Charutos. *Correspondências internas da Cia. Dannemann*.

Imagem 5: Seção de banca de charutos, primeira metade do século XX

Fonte: AMSF. Série: Fotos da Família *Dannemann* Interior da *Cia. de Charutos Dannemann*.

Dessa vez, as operárias estão localizadas em um salão maior que o anterior. Elas aparecem sentadas nas bancas de charutos, de cabelos presos e a predominância das roupas brancas sugere uma uniformização, quebrada pelo agasalho dos xales. A composição escolhida pelo fotógrafo privilegia o espaço da seção. Novamente o destaque do mestre e um contramestre entre as trabalhadoras. Ao fundo da imagem a reunião de alguns homens que acompanham o evento da fotografia, podem ser possíveis serventes a levar insumos para as charuteiras. As operárias no primeiro plano da imagem não deixam de encarar a lente do fotógrafo e novamente reproduzem expressões sérias. Além disso, a fonte ilustra outro padrão das bancas de charutos: as operárias se encontram perfilhadas e umas de frente para as outras. As bancas estão equipadas com um suporte de madeira, com moldes de charutos, para que cada operária tivesse o controle visual do formato e da quantidade de charutos produzidos. Isso permitiu comparação da produção feita com expectativas de padronização. A fotografia dessa seção melhor exemplifica a concentração, e consequentemente, a centralidade da atividade das charuteiras na produção. A partir do balanço que fiz da quantidade de trabalhadoras na função de charuteiras nos *Registros dos Empregados* constatei o

significativo número de 395 operárias na função de **charuteiras**. De longe, o maior contingente ocupando um trabalho parcial na empresa da *Cia. de Charutos Dannemann*.[28]

Ao longo desse percurso sobre o trabalho e sua organização, ficou demonstrado a proletarização das charuteiras, ou seja, a instalação de um modelo de produção com trabalho parcial, intensivo, especializado e repetitivo. Da mesma forma, ficou expressa a características da confecção de charutos nas manufaturas do Recôncavo Baiano, e efetivamente, figurou ali, o principal sujeito da produção, a saber, a coletividade operária.[29] O saber das operárias sobre a elaboração de charutos não passou por um processo de apropriação ou incorporação por mecanismos ou máquinas, como observado em inúmeros setores no desenvolvimento da indústria capitalista. De maneira distinta, para superar a fabricação "artesanal" os fabricantes apostaram na parcialização dos processos de trabalho, integrando-os em etapas constantemente fiscalizadas e controladas pela presença de mestres. Essa busca pelo controle não só esteve associado ao imperativo de poder, mas, sobretudo, permaneceu como estratégia devido a rentabilidade que elas proporcionavam na produção capitalista. Faço então a indicação de um processo de proletarização como empenho efetivo do esforço patronal sobre as operárias, mas que não conseguiu minar plenamente as habilidades das operárias, pois elas continuaram centrais nas manufaturas.

É interessante notar que o incremento ou não da tecnologia, a partir do desenvolvimento técnico da produção, esteve submetido à lógica da extração de mais valor do trabalho. A presença do trabalho manual foi uma opção de difícil contorno para os capitalistas, uma vez que reproduzir gestos e movimentos através de máquinas poderia retirar dos produtos sua singularidade exigida pelo nicho de mercado consumidor. Dia a dia tiveram que confrontar as operárias. Dessa maneira, a organização do trabalho de forma parcelada se mostrou útil. Ela significou alinhamento com as expectativas do capitalismo em fracionar os ofícios para o barateamento da força de trabalho utilizada; também garantiu o aumento da capacidade produtiva ao mesmo tempo em que o fracionamento criou uma menor qualificação para a execução dos trabalhos parciais. O limite verificado foi em operacionalizar as últimas etapas da produção de charutos e cigarrilhas. Essas etapas abriam margens para maior habilidade e virtuosidade das operárias, que em última instância, garantiu a qualidade e padrão dos produtos no mercado. Sendo assim, as tecnologias de controle do trabalho

[28] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos empregados da Companhia de Charutos Dannemann*.
[29] CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.112-115.

operadas pelos mestres e contramestre na organização capitalista se tornam centrais para pensar essa atividade produtiva, que dedicarei atenção mais adiante.

A força de trabalho feminina e a "tarefeira, tarefa variável"

As charuteiras foi uma crônica escrita por Mariá Costa Penna, com base nas suas memórias da infância a autora deixou um interessante registro literário. No trecho abaixo, aproveito a narrativa sobre o caminho percorrido pelas trabalhadoras para as manufaturas e sobre as agruras vividas pela personagem Cantídia, operária charuteira:

> O xale envolvendo os ombros, a lata que servia de marmita dependurada com um cordão num dos dedos da mão esquerda, ela andava com lepidez, arrastando as tamancas no cascalho seco da estrada, o pensamento vagando, os olhos presos no chão. [...] Adiante, alcançou outras companheiras que tinham o mesmo destino de luta para sobreviverem. Desciam a ladeira íngreme e calçada de pedras lisas e escorregadias. Precisavam equilibrar os corpos para evitarem tombos, o que conseguiam porque eram sempre escanzeladas pela falta de alimento e por causa do cansaço que lhes maltratava as carnes exíguas.
> No sopé da ladeira, as ruas se bifurcavam. Os operários tomavam o rumo que lhes convinha. Cantídia e algumas companheiras dobravam à esquerda e iam esperar em frente à fábrica, que ficava situada à avenida que marginava o rio caudaloso que banhava a cidade. Agrupavam-se em frente ao edifício e esperavam que o sino tocasse, anunciando a entrada.
> Homens e mulheres começavam a trabalhar às setes horas da manhã, havendo um intervalo de quinze minutos, e depois continuavam até o meio dia. Novamente o sino tocava, para o descanso de uma hora, que era destinada ao almoço.[30]

Nas fichas há muitas trabalhadoras como a personagem Cantídia – que moravam em Muritiba e trabalhavam em São Félix ou o contrário. Mas o excerto é ilustrativo do peso da força de trabalho feminina que circulava entre as cidades de Cachoeira, São Félix e Muritiba e da jornada de trabalho que as operárias enfrentavam. Nesta seção quero analisar alguns indícios que nos informam sobre o conteúdo desta jornada de trabalho e suas formas de pagamento. Alguns destes temas foram abordados por distintos pesquisadores e pesquisadoras de forma direta e indireta que investigaram o trabalho com o fumo. Portanto, fiz um balanço de alguns destes estudos e de seus pressupostos e quero apresentar uma análise empírica das fontes. Para este exame foi incontornável as discussões sobre a presença feminina no trabalho, o que percebi como um problema histórico.

As pesquisas do sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto[31] estavam interessadas nas transformações sociais no Recôncavo Baiano.[32] Para o sociólogo, as condições encontradas

[30] PENNA, Mariá Costa. *Vidas da vida - aos Humildes e Humilhados*. Brasília: Horizonte Editora Ltda, 1989, p.143-144.

eram enquadradas como "tradicionais e arcaicas" o que fez caracterizar a crescente força de trabalho feminina como "desqualificada e barata". Isto por conta da origem rural das operárias, que chamou de emergente "das atividades tradicionais".[33] Para a economista Silza Borba, analisando o complexo fumageiro do Recôncavo, a necessidade de pequenos capitais e a pouca exigência quanto à força de trabalho seriam as justificativas do predomínio da ocupação feminina. Estes elementos que já eram presentes em Bremen, na Alemanha, que possuía uma quantidade considerável de fábricas de charutos situadas em sua maioria às margens do Rio Weser e empregavam grande número de mulheres ao lado de crianças. Havia neste tipo de indústria a possibilidade de ser realizada em instalações simples, em pequenas casas e por círculos familiares que endossavam a baixa remuneração do setor pela facilidade de abertura.[34] Da mesma forma, o economista Paulo Almeida tratou a questão indicando que o investimento inicial das manufaturas na segunda metade do século XIX foi relativamente pequeno, visto que demandou o mínimo de ferramentas, dispensava o uso de máquinas e dependeu de instalações simples. O autor informa que a entrada de capital concentrou-se na formação de estoques de fumo e de materiais para embalagem, a compra ou o aluguel de trabalhadoras e trabalhadores escravizados e depois para o pagamento de salários, este último, segundo Almeida, foi suavizado com o barateamento do emprego de mulheres e de crianças.[35] Essa proposta também aparece no estudo de Elizabete Barbosa quando analisou a infância no Recôncavo fumageiro.[36]

A historiografia sobre as relações de gênero e do trabalho fumageiro sinalizaram outros componentes para análise. Para a historiadora Elizabete Silva, que analisou a presença feminina no complexo fumageiro na primeira metade do século XX nas cidades do

---

[31] PINTO, Luís Aguiar Costa (1959). "Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana." In: BRANDÃO, M de A. (org.) *Recôncavo da Bahia*: Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997.

[32] Os limites desta análise se apresentam quando Costa Pinto reproduziu a tese de que a mentalidade rural seria um fantasma que impediria novas formas de agir da classe trabalhadora apesar das novas relações de trabalho. O autor esvazia uma noção de classe trabalhadora como agente histórico. Consultar: PAOLI, Maria Célia; SÁDER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.3, n.6, 1983, p.133-134.

[33] O autor se refere às atividades rurais, segundo ele, ainda herdeiras do regime escravista. Ele observou que no campo o predomínio da "quase completa servidão" estava presente na forma do regime de arrendamento de terras para as famílias de trabalhadores rurais. As relações contratuais de assalariamento foram tomadas como novas e modernas formas de relações pelo autor. A oposição entre estruturas arcaicas e novas é frequentemente usada para analisar a região, como indiquei na nota anterior, o que prejudicou a análise do autor. Ver em: PINTO, Luis Aguiar Costa. op. cit. p.128.

[34] BORBA, Silza Fraga Costa. op. cit. p.37.

[35] ALMEIDA, Paulo Henrique de. op. cit. p. 29.

[36] BARBOSA, Elizabete Pereira. *A fábrica, a casa e a escola*: as políticas de educação para a infância no Recôncavo Fumageiro da Bahia (1925 -1946). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p.53-74.

Recôncavo Baiano, além das vantagens disponíveis para o patronato a partir do barateamento da força de trabalho, também foi construído no imaginário social daquela "população (homens e mulheres), o estereótipo de que o trabalho com o fumo, especialmente o processo de escolha e a fabricação de charutos era 'essencialmente um trabalho feminino'". A autora conclui: "não resta dúvida de que o estereótipo da sensibilidade e da docilidade como qualidades inerentes à mulher e não ao homem estava presente na visão dos empresários do fumo e da própria sociedade" influenciando "na preferência das mulheres para lidar com o fumo e fabricar os charutos."[37] O historiador Fábio Santos e a pesquisadora Luciana Mota sinalizaram que ocorreu um barateamento e rebaixamento dos salários das operárias em relação aos homens, como forma de intensificar a exploração.[38] Analisando a segunda metade do século XX, as historiadoras Cristina Assis e Margarete Gomes também encontraram um cenário semelhante para as cidades de Santo Antônio de Jesus e Conceição do Almeida no Recôncavo Baiano, demonstrando também a simultaneidade e continuidade entre barateamento da força de trabalho ao lado da naturalização dos lugares do trabalho ocupado pelas mulheres a partir das hierarquias de gênero.[39]

Levando em consideração outras experiências históricas, essas dimensões também foram tratadas por diferentes pesquisadoras interessadas nos trabalhos das mulheres no setor fumageiro. Segundo Vanessa Teitelbaum e Florencia Gutiérrez, a presença feminina no século XIX definiu a composição dos mundos fabris do tabaco no México, onde também havia predominado o trabalho manual. Elas sinalizaram que a perícia e experiência adquiridas pelas operárias foram os componentes fundamentais para a formação desses processos de trabalho.[40] Na Espanha, María Jesús Otto e Teresa Soriano observaram a presença das

---

[37] SILVA, Elizabete Rodrigues da. op. cit. p. 124-127.

[38] SANTOS, Fábio Américo Reis. *Trabalho e racialização em São Félix*: o caso Dannemann (1889-1940). Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, p.160. 2018, p.63; MOTA, Luciana Guerra Santos. *Manufaturas de fumo do Recôncavo Baiano*: vestígios de patrimônio industrial. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014, p.79.

[39] ASSIS, Cristina da Anunciação da Silva. *Memórias e narrativas dos trabalhadores dos armazéns de fumo* – Santo Antônio de Jesus, Bahia (1950-1960). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, p.129. 2015.: GOMES, Margarete Nunes Santos. *Caprichos e trapiches*: memórias das ex-trabalhadoras da atividade fumageira em Conceição do Almeida-BA, (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas/Campus V, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, p.158. 2010.

[40] Esse cenário foi concreto até 1890. O processo de industrialização ameaçou constantemente a centralidade do trabalho manual, e consequentemente o trabalho das mulheres, mas não sem antes as operárias instrumentalizarem várias formas de lutas "de la representación a la huelga" para enfrentar a mecanização. Ver: TEITELBAUM, Vanessa; GUTIÉRREZ, Florencia. De la representación a la huelga. Las trabalhadoras del tabaco (Ciudad de México, segunda mitad del siglo XIX). *Boletim americanista*, Barcelona, n.59, p.265-288. 2009.

mulheres desde 1731, primeiramente na manufatura *Cádiz*, mas somente a partir do século XIX que as trabalhadoras estavam plenamente integradas na indústria tabaqueira com sua presença em todas as fábricas existentes na península. As autoras analisaram que juntamente com o barateamento da força de trabalho se difundiu uma noção compartilhada pelos empregadores da época que a habilidade, o esmero e o cuidado eram qualidades que as mulheres estariam supostamente mais capacitadas, justificando a existência da presença e da designação de tarefas e lugares específicos nos processos de trabalho.[41] Na França do século XIX, a historiadora Louise Tilly também informou que a fabricação dos charutos foi frequentemente ocupada por mulheres e o saber passado pelas famílias operárias qualificou as trabalhadoras e influenciou a preferência dos patrões. A historiadora averiguou que entre os empregos ditos femininos, o trabalho com os charutos eram o mais bem remunerado por conta desta qualificação.[42]

Para Cuba, o pensador Fernando Ortiz justificou que para o trabalho nas indústrias do tabaco era preciso ter mãos delicadas, de mulher, de homem ou "feminina figura". O registro do autor indica naturalização destes arquétipos também naquela região. Ortiz informou que embora as operárias estivessem frequentemente presentes no trabalho domiciliar, enrolando e empacotando à mão, somente depois de 1878 passaram a ocupar o trabalho nas fábricas, com destaque para manufatura *La Africana*. Fernando Ortiz argumentou que o fim do regime escravista em Cuba coincidiu com a formação do proletariado feminino e a substituição por uma força de trabalho mais barata.[43] Ainda sobre Cuba, a historiadora Rosana Lessa constatou que as atividades laborais com o fumo tiveram a participação significativa da presença masculina, não havendo estritamente uma divisão sexual das tarefas na produção. Chamou a atenção que analisando as atividades fumageiras em São Gonçalo dos Campos entre 1950 e 1980, a autora demonstrou que mesmo na *Menendez e Amerino*, fábrica organizada por empresários cubanos, foi encontrada a presença esmagadora dos 90% das mulheres diante do labor com os charutos. Para a historiadora "as representações de gênero que norteiam a mentalidade da região afastaram os homens dos trabalhos minuciosos do beneficiamento e da confecção de charutos".[44]

---

[41] OTTO, María Jesús Teixidor de; SORIANO, Teresa Hernández. El trabajo de la mujer em las labores del tabaco. La fábrica de Valéncia (1887-1-1914). *Cuad. de Geodr*, Valência, n.64, p.339-354.1998.

[42] TILLY, Louise A. Paths of Proletarianization: Organization of Production, Sexual Division of Labor, and Women's Collective Action. In: LEACOCK, Eleanor; SAFA, Helen I. (org) Women's Work. Development and the division of Labor by gender. New York, Westport, Connecticut, London: Bergin & Garvey Publishers, 1986. p.25-41.

[43] ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azucar*. Barcelona: Ariel. 1973. p.42;79.

[44] LESSA, Rosana Falcão. op.cit.

Este breve balanço demonstra que diferentes pesquisadoras e pesquisadores observaram o trabalho nas manufaturas de fumo marcado pela presença feminina. Em que pese os diferentes argumentos, podemos dizer que sinalizaram que os baixos custos de produção motivaram a preferência dos patrões pela força de trabalho das mulheres e também não escapou às análises que identificaram o uso da apropriação dos arquétipos de gênero que frequentemente associou o cuidado com as folhas com capacidades supostamente femininas. Além do apelo ao barateamento da força de trabalho, em alguns lugares a historiografia percebeu o papel do saber adquirido pelas operárias no meio familiar, o que garantiu também a presença e qualificação destas mulheres nas fábricas. Achei importante retomar alguns destes argumentos para analisá-los em conjunto com as problematizações levantadas nesta seção. O meu ponto de partida será a presença feminina.

Aparentemente, a presença majoritariamente feminina na fabricação de charutos e cigarrilhas no Recôncavo Baiano tem uma historicidade ainda não explorada. Retomo aqui o estudo do historiador Clíssio Santana. Pareceu-me bastante interessante que analisando os trabalhadores da cidade de Cachoeira no século XIX, o historiador tenha encontrado um registro de um processo-crime com seis trabalhadores de uma fábrica de charutos. Neste documento esteve indicado que os testemunhos presentes eram todos de homens e que disseram "viver de ser charuteiro".[45] Da mesma maneira, o historiador Walter Fraga encontrou no livro de registro de prisão da alfândega (1889-90) o charuteiro Miguel Vicente, de 69 anos, africano nagô, preso pelo chefe de polícia. Diz Fraga ter sido provável que afligido pelas condições de desamparo nas ruas, tenha motivado o delegado de Cachoeira a levá-lo para a capital em 20 de agosto de 1889 e entregá-lo ao chefe de polícia em Salvador.[46]

Bem, as profissões destes homens negros são vestígios que ajudam a iluminar outro. Em 1882, um relatório enviado à Presidência da Província reproduzido no jornal *Diário da Bahia* sinalizou o seguinte quadro de operários e de operárias nas fábricas de São Félix: na *Fragância* foram observados "em número de 70 – 40 homens, 20 mulheres e 10 meninos" e na *Juventude* "80 homens, 20 meninos e 30 mulheres". Foi também registrado que nestas fábricas "não se serve de maquinismo, e o trabalho é a mão."[sic.][47] Os indícios da profissão

[45] SANTANA, Clíssio Santos. *"Ele queria viver como se fosse homem livre":* escravidão e liberdade no Termo de Cachoeira (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014, p.45-52.

[46] "O cotidiano movediço do pós-abolição: ex-escravizados na cidade de Salvador, 1889-1890." *In*. DOMINGUES, Petrônio; e GOMES, Flávio (org). *Política da Raça*: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p.155-172.

[47] Presidência da província – Relatório. *Diário da Bahia*, Salvador, ano XXVIII, N. 103, p.1, 10 de maio de 1882.

de charuteiro por sujeitos masculinos e a presença majoritária deles nas fábricas permitem confrontar o discurso patronal da naturalização desta atividade como feminina; também estes dados marcam a presença das mulheres e das crianças, mas não permitem formular a preferência dos patrões pela composição da força de trabalho feminina, pelo menos no primeiro momento de organização do trabalho nestas fábricas. Os números e a existência do trabalho manual presentes no jornal deixam sinalizados que o discurso do trabalho dito delicado, ainda não estava totalmente relacionado com sujeitos femininos. Ao que parece, existiu ali uma dinâmica de racialização do gênero indicados na prática organizacional do trabalho nas fábricas durante o regime da escravidão.[48] Muito diferente daquelas encontradas no século XX.

Contudo, considerando que estes dados podem camuflar a massa de trabalhadoras que recebiam encomendas das fábricas e que trabalhavam em domicílio, eles indicam a preferência patronal no contrato da força de trabalho de homens negros, seja pelo trabalho livre ou ele escravizado. Isto como uma primeira estratégia de barateamento dos custos de produção. Por último, desperta o interesse o vocabulário. "Charuteiro" é uma expressão encontrada mais facilmente para o período anterior ao século XX. Da mesma forma que a pesquisadora Elizabete Silva, também não encontrei a expressão fumageira ou charuteira no masculino em toda a documentação consultada para o século XX. Por isso o dado que esta fosse ocupada e reivindicada por homens no século anterior seja significativo.[49] Isto faz pensar melhor que o barateamento da força de trabalho esteve primeiramente indicado por um processo de racialização do trabalho, emergente no século XIX, e só depois encontrou motivação para um processo histórico de feminização das tarefas.

A presença feminina nas manufaturas de charutos e cigarrilhas parece ter sido mais bem definida a partir da abolição do cativeiro da escravidão. Como demonstrado, os registros das fotografias da seção anterior ou a análise da composição social das manufaturas[50] nos deixou devidamente informados sobre o peso da força de trabalho feminina no início do século XX. A *Cia. de Charutos Dannemann*, por exemplo, entre 1892 e 1900 contratou as operárias Alexandrina Carvalho, Eufrozina Rosa da Silva, Leopoldina Moreira e Laurinda Santos para as funções de charuteira; Antônia Adelina Dias, Bellarmina Magalhães Laffeit e

[48] Isto me fez relacionar com as reflexões da historiadora Adriana Dantas. Ela adverte que "na escravidão, o escravo como categoria social é explicitamente a metáfora do feminino. O escravizado do gênero masculino é emasculado, desvirilizado e submetido, como o feminino, ao poder do senhor, seja ele homem ou mulher." Ver: REIS, Adriana Dantas. Gênero: uma categoria útil para a história da escravidão. *Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, Aracaju. v.6, n.2, p.11-28, 2017, p.11-28.
[49] Ver; SILVA, Elizabete Rodrigues da. op. cit.
[50] Ver a seção *Composição social e Trabalho no Pós-Abolição* no capítulo 1.

Tarcilla Ferreira Santos para a função de encaixadeira; e ainda Theodora Alves de Souza como destaladeira de fumo e Maria Carolina da Anunciação da qual não consta designado a sua função.[51] Estas admissões permitem localizar as mulheres pelo menos dentro dos quadros da empresa, nas funções centrais da confecção de charutos e em maior número em comparação aos homens, visto a ocorrência de apenas três escolhedores de fumo. A partir de 1901, consta nas fichas o crescimento gradual da quantidade de operárias. Por ora, trago as observações contidas no *Diário Oficial* de 1922, a partir do artigo *Fumo na Bahia* do técnico agrônomo, o russo Gregório Bondar. O técnico analisou como esteve estabelecida a cultura do fumo na Bahia e a partir de suas considerações é possível perceber uma divisão do trabalho organizada com expressões de ocupações com base nas construções de gênero. Bondar observou que nas manufaturas de charutos a força de trabalho foi "quase exclusivamente nacional" e ocupada inteiramente pelos "moradores" das cidades de São Félix, Maragogipe e Cachoeira, à medida que "os charutos são feitos quase exclusivamente pelo braço feminino". Ele definiu que o "braço masculino" foi destinado à "seleção e enfardamento do fumo, na confecção das caixas e embalagem dos charutos".[52]

Pode-se observar que o contrato de uma força de trabalho na preferência do patronato foi marcado por um aparecimento da divisão das tarefas por gênero, nestes marcos que demonstrei. Aparentemente, modelos de feminilidade orientavam a associação do trabalho direto com os charutos como algo próprio das mulheres, e modelos de masculinidade, por sua vez, indicavam os trabalhos braçais e de exigência física como ocupações supostamente dos homens. Isto teve consequências profundas na divisão do trabalho que analisarei na próxima seção. A partir daqui, duas perguntas orientam meus interesses, quero analisar: qual a remuneração da força de trabalho feminina, e qual o conteúdo do trabalho designado às mulheres? O objetivo é verificar se o barateamento da força de trabalho esteve como motivação principal dos capitalistas para a exploração do trabalho das mulheres.

Achei oportuno analisar o sistema de assalariamento das empresas fumageiras comparadas com outros ramos industriais. A tabela abaixo apresenta um panorama sobre o peso do salário médio das indústrias de fumo em relação ao quadro dos setores da indústria nacional para o ano de 1938:

[51] Infelizmente essas fichas não possuíam fotografias que pudessem identificar a cor das operárias: AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*.
[52] BONDAR, Gregório. op. cit. p.292.

Tabela 6: salário médio mensal das indústrias (1938)[53]

Espécie de Indústria	Salário	Espécie de Indústria	Salário
Transporte	306$000	**Olarias e Cerâmica**	212$000
Fabricação de material e aparelhos elétricos	306$000	**Alimentação e subsidiária**	205$000
Siderurgia e Metalurgia	269$000	**Extrativa c/beneficiamento**	204$000
Gráfica	265$000	**Vestuário**	202$000
Objeto de Luxo	264$000	**Couros e Peles**	191$000
Mobiliário	252$000	**Têxtil**	161$000
Madeira	223$000	**Fumo**	110$000
Diversas	218$000		

Segundo o relatório *Relação das condições geográficas, econômicas e sociais* (1940-41) essa tabela foi construída através dos dados compilados e coletados no *Instituto de Aposentadoria Previdenciário Industrial* (I.A.P.I.) referente ao ano de 1938. Ela permite considerar que trabalhar nas indústrias fumageiras representou ser remunerado pelo mais baixo salário em comparação aos outros ramos industriais. De maneira geral, consta também a indicação que setores ocupados majoritariamente pelas mulheres apresentavam remuneração mais baixa. Segundo a historiadora Glaucia Fraccaro, entre os anos 1917 a 1937, pode se observar que o crescimento da classe trabalhadora urbana, boa parte dela, de origem rural, também foi acompanhada pela existência de uma segmentação do mercado de trabalho por sexo.[54] O recenseamento geral do Brasil de 1920, por exemplo, indicou que os setores de "fiação e tecelagem de algodão" eram ocupados 51% por mulheres, bem como no setor de "cigarros, charutos e outros preparados do fumo" elas foram estimadas em 68,1% da categoria.[55] Essas evidências apontam que nas relações de trabalho o sexismo esteve organizando as formas salariais, colocando desvantagens para a experiência das trabalhadoras, uma remuneração a partir das hierarquias de gênero refletido na forma dos mais baixos salários.

Ainda referente aos salários e sem precisar reproduzir mais uma tabela, trago outros dados que constam no mesmo relatório indicado. Em 1938, para a Bahia, o documento apresentou um salário médio de 105$439 superior apenas ao estado de Sergipe, até então com o salário médio 82$950. Os três maiores valores foram encontrados para o Rio de Janeiro (DF) (270$667), Mato Grosso (229$484) e São Paulo (223$000). Desta forma, comparando

[53] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relação das condições geográficas, econômicas e sociais (1940-1941).* Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph, C. Mendes Junior, 1941, p.209.
[54] FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres*: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p.21-34.
[55] BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.* Rio de Janeiro: tipografia da Estatística, 1927, v. V (1ª parte – Indústria). p.75-76.

os salários médios entre os estados, se apresenta a especificidade regional como outro agravante das baixas remunerações. Tratando estritamente do cenário baiano o relatório também demonstrou a seguinte análise:

> No Estado da Bahia, onde as condições de vida se apresentam muito diversas de uma região para outra, foram fixados quatros salários mínimos, sendo de 150$ para a Capital e alguns municípios equiparados e de 120$, 110$ e 90$000 para outros municípios do interior. Nesse Estado, o salário médio encontrado no interior foi 114$800 e na Capital de 167$800. No salário mínimo da Capital, foram destinados 60% para alimentação, 20% para habitação, 8% para vestuário, 8% para higiene e 4% para o transporte.[56]

A fonte não fez a nomeação das regiões, mas aponta que fora da capital baiana não se encontravam rendimentos médios mais vultosos na indústria. Na Bahia, o recenseamento industrial feito em 1920 indicou o estado como o único a apresentar peso majoritário das mulheres nas oficinas e fábricas. Elas marcaram o equivalente a 65,7% do total das ocupações industriais diante da presença masculina.[57] Isto sinaliza para a formação de uma classe operária baiana com forte presença feminina nos trabalhos formais coletados pelo recenseamento no cenário brasileiro. O historiador Aldrin Castellucci atribuiu este fenômeno como definidor do padrão salarial extremamente baixo na Bahia, considerado por ele insuficiente até mesmo para a reprodução da força de trabalho.[58] Dados que podem apontar uma importante característica do processo de proletarização no início do século XX na Bahia. Buscou-se efetivamente a preferência pela exploração da força de trabalho das mulheres e a experiência das manufaturas fumageiras não foi neste aspecto nenhuma especificidade do setor no estado.

O argumento do barateamento da força de trabalho até aqui parece útil para explicar em parte uma frequente feminização do trabalho fumageiro, mas a partir deste contexto, me dispus a analisar a base salarial efetiva na *Cia. de Charutos Dannemann*. Embora seja recorrente o tema dos baixos salários, não encontrei na historiografia um levantamento empírico a partir dos pagamentos das operárias e nem uma análise das diferenças salariais entre homens e mulheres. Portanto, trago a seguinte tabela elaborada a partir dos *Registros dos Empregados da Cia. de Charutos Dannemann* com os indicativos de pagamento e as

---

[56] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relação das condições geográficas, econômicas e sociais (1940-1941).* Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph, C. Mendes Junior, 1941, p. 301-302.

[57] BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.* Rio de Janeiro: tipografia da Estatística, 1927, v. V (1ª parte – Indústria). p.75.

[58] CASTELLUCCI, Aldrin. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921).* Salvador: Fieb, 2004, p.70.

formas desta remuneração a partir das ocupações e do gênero identificado nas fichas com intenção de abrir o debate a respeito deste tema:

Tabela 7: **Salários e formas de pagamento da *Cia. de Charutos Dannemann*[59]**

Função/Gênero	Ocupação por Gênero	Salário	Forma de pagamento
Carapina	Masculino	272,040	Tarefa
Grampiador de Caixa/Pregador	Masculino	184,000	Tarefa
Empapelador	Masculino	158,800	Tarefa
Aneladeira	Feminino	143,000	Tarefa
Charuteira	Feminino	143,000	Tarefa
Cigarreira	Feminino	143,000	Tarefa
Empapeladeira	Feminino	143,000	Tarefa
Encaixadeira	Feminino	143,000	Tarefa
Ferrador de Caixas	Masculino	143,000	Tarefa
Seladeira	Feminino	143,000	Tarefa
Encaixador	Masculino	140,000	Tarefa
Catadeira	Feminino	110,000	Tarefa
Destaladeira de Fumo	Feminino	110,000	Tarefa
Perfurador de Selos	Masculino	72,000	Tarefa
Carregador	Masculino	31,000	Por Semana
Escolhedor de Fumo	Masculino	28,000	Por Semana
Prenseiro	Masculino	28,000	Por Semana
Aguadeiro	Masculino	26,000	Por Semana
Na Prensa	Masculino	26,000	Por Semana
Passador	Masculino	26,000	Por Semana
Operária do Fumo	Feminino	14,000	Por Semana
Raloeira	Feminino	12,000	Por Semana
Passadeira	Feminino	2,000	Por Semana
Ajudante de Caminhão	Masculino	5,000	Diária
Carpinteiro	Masculino	5,000	Diária
Ajudante da Embalagem	Masculino	4,400	Diária
Distribuidor de Aviamentos	Masculino	4,400	Diária
Apontador	Masculino	3,000	Diária
Planeador	Masculino	1,700	Diária
Servente	Masculino	1,000	Diária

Ao preencher as colunas dos salários encontrei um desafio. Os valores eram bastantes variáveis. Tive que escolher apenas os mais recorrentes nas fichas e em alguns momentos optei pelo salário mais alto, principalmente nas funções que havia apenas duas fichas correspondentes. Estes registros estavam longe de apresentar indicativos padronizados do sistema de pagamento de trabalho. Os valores indicados na tabela são referentes aos anos de

[59] *Registro dos Empregados da Cia. de Charutos Dannemann.*

preenchimento das fichas entre 1935 e 1946. Eventualmente, isto sugere que as remunerações sofreram alterações conforme as conjunturas políticas e econômicas, mas estimo que múltiplos valores em fichas de anos e atividades correspondentes também sinalizam um sistema de pagamentos que ultrapassava o marco de acordos coletivos salariais e aparentemente variou conforme os interesses e disputas entre trabalhadoras e patrões.

No conjunto das funções informadas, obtive os valores e suas formas do tipo de pagamento, seja ele por tempo ou por tarefa. Diferentes formas de salários indicam a existência de um dispositivo estratégico operado pelos capitalistas para estimular o empenho e a produção das operárias como contorno aos desafios colocados pelo controle do trabalho que dedicarei maior atenção adiante. Agora importa analisar o conteúdo dessas formas de pagamento para iniciar uma investida sobre a análise da diferenciação salarial. Embora, formalmente as empresas estipulassem essa diferenciação por tempo e por tarefa, sabe-se que são apenas formas aparentes. Segundo Marx, os valores atribuídos ao trabalho apresentam como medida final sempre informada pelo tempo em que dura a atividade.[60] Aviso que este tempo não esteve a *priori* determinado, seja por leis econômicas ou pelo desejo deliberado dos patrões, mas sim como resultado de uma luta implícita e latente presente na atividade produtiva, isto é, trabalhadoras e capitalistas disputando a quantidade de trabalho incorporado em uma jornada de trabalho.[61] Sendo assim, em que pese o pagamento por "tarefa" ou por "hora/dia/semana", no fundo, sempre se trata da disputa em torno da extração de mais valor dentro de uma quantidade determinada de tempo. Posso interpretar suas formas aparentes de remuneração como resultados destes conflitos em que os capitalistas lançam mão dessas diferenciações, como estímulos para calcular essa medida. [62]

Em que pese o trabalho manual generalizado nas empresas fumageiras, a etiquetação sob o termo "tarefeira, tarefa variável" encontrada nas fichas sugere que algumas dessas funções exigiam maior controle do tempo e destreza manual por parte das operárias. Requereu por parte dos empresários contratarem trabalhadoras que possuíam uma maior demonstração de trabalho aprimorado e tempo de aprendizado, o que em alguma medida dificulta aos capitalistas maior margem para a troca desta força de trabalho qualificada. Estes fatores indicam a preferência e a centralidade na orientação da remuneração observada como

[60] Ainda sob o fluxo do pensamento de Marx, o valor das mercadorias tem sua origem justamente na incorporação de tempo de trabalho social necessário para a sua produção. MARX, Karl. op. cit. p.92.
[61] CASTORIADIS, Cornelius. op. cit. p.81.
[62] Segundo o historiador Vinícius de Rezende estas formas eram muito bem conhecidas por capitalistas de diversos ramos empresariais, mas estavam longe de arrancar a máxima produtividade da classe trabalhadora. REZENDE, Vinícius. *Vidas Fabris*: trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980). São Paulo: Alameda, 2017, p.151-161.

melhores salários justamente por sua qualificação. Isto colocou o setor das "tarefas" mais bem remunerado diante dos trabalhos indicados por "diária" e "semanal", e essas últimas, em contrapartida, eram de pouca exigência de qualificação técnica, ao passo que foram tarefas parcializadas na produção, pressupõe maior controle da fiscalização sobre estas funções e de substituição desta força de trabalho. Isto implica em afirmar a sua desvalorização em termos salariais, e provavelmente, maior possibilidade de substituição da força de trabalho.

Os trabalhos diretos com os charutos e cigarrilhas eram as atividades que mais ocuparam os salões com a presença das operárias. Neste sentido, embora as atividades da carpintaria tivessem melhores ganhos, o número de trabalhadores era ínfimo. Talvez seja útil informar que ao contrário dos carapinas, onde o número de fichas encontradas não chegou a uma dezena, as tarefas ocupadas pelas charuteiras (395 fichas), destaladeiras de fumo (110 fichas), aneladeiras (108 fichas) e cigarreiras (77 fichas) lançaram as maiores cifras. A importância destas atividades, examinadas a partir do número de operárias mobilizadas na execução, indica que elas percebiam melhores ganhos do quadro salarial, mesmo diante do seu peso numérico. Há uma interceptação entre qualificação para as tarefas e gênero, uma vez que no quadro geral da sociedade, o setor fumageiro continua com baixos salários se comparado aos outros setores industriais.

Contudo, a análise indica que é possível uma relativização das afirmações historiográficas que colocaram as trabalhadoras do complexo fumageiro como desqualificadas e empregadas por baixos salários. Isto não foi verificável. Existiu no setor ocupações que estavam abaixo dos ganhos salariais das operárias, ocupados por homens e por mulheres. De toda forma, para que a análise não se restrinja apenas ao quadro salarial da *Cia. de Charutos Dannemann* trago outro dado interessante. Foi emblemático que o plano emergencial para salvar as finanças da *Suerdieck & Cia* na década de 1960 tenha entre seus itens a "redução, ao máximo possível, do número de operários do sexo feminino, cujo custo era superior ao da mão-de-obra masculina".[63] Essa evidência sugere que as bases salariais da *Cia. de Charutos Dannemann* podem ser generalizadas para outras manufaturas, e não apresentavam uma especificidade de uma empresa.

Sendo assim, achei necessário investigar o conteúdo desta "tarefa". Bondar registrou que em 1923 "paga-se de um a quatro mil réis por cem charutos, fazendo-se de cem a duzentos e quarenta charutos por dia".[64] Essa informação pareceu relevante diante de uma

[63] Também chama a atenção que esta indústria, em resposta a crise fumageira, passou a incorporar máquinas para a confecção de charutos e eram operadas por homens. Ver: PORTO FILHO, Ubaldo Marques. op. cit. p.188.
[64] BONDAR, Gregório. op. cit. p.294.

anotação que encontrei nos *Registros dos Empregados da Cia. de Charuto Dannemann*. Nessas fichas, como mencionei antes, não consta de forma muito clara como o pagamento era efetivado. Elas indicavam somente na parte dos "vencimentos" os valores, que aparecem com anotações de punho, eventualmente a moeda e seguidas de expressões "por hora" ou "tarefa variável". Curiosamente, encontrei duas fichas que estavam fora destes padrões e iluminam melhor nosso anseio.

O primeiro registro que analiso pertenceu a operária Laurentina Lopes, 15 anos, admitida em 16 de agosto de 1938 na função de charuteira.[65] Consta no documento que em 16 de maio de 1942 a trabalhadora "saiu por livre e espontânea vontade". Esta expressão foi comum, e deve indicar a demissão a pedido de Laurentina Lopes. Entretanto, importa saber que na ocasião de ser readmitida pela empresa, em 21 de setembro de 1943, foi feita uma anotação a lápis no verso do documento informando o seguinte: "23/09/1943 experiência com Candido, quinta, sexta e sábado. Prod. 200 charutos 110."[66] Estimo que a nota indique a abreviação de "produção 200 charutos 110 réis".

Com os indícios deixados por Bondar, se sabe que era possível uma trabalhadora ter uma produção diária medida em 200 charutos. Também me atentei à recorrência do salário de 110 réis em muitas fichas analisadas, embora não sinalizei na tabela acima – por não ultrapassar a recorrência do valor de 143 réis que foi significativamente mais encontrado. Sendo assim, esta breve nota incorpora uma evidência pertinente para mensurar o conteúdo de uma "tarefa exigida" pelo patronato. Sugiro que 110 réis por 200 charutos era um dos conteúdos possíveis de uma "tarefa" por dia de trabalho. Estes salários indicados como "tarefa variável" remetem que o número de charutos produzidos por dia também dependia das capacidades laborais das operárias, bem como de sua subjetividade.[67] Antes de ir ao próximo parágrafo, o nome Candido informado na nota pode ser referência ao mestre de seção, colocado ali para fiscalizar os primeiros dias de "experiência" da jovem Laurentina. Encontrei um mestre de seção chamado Cândido Francisco dos Santos registrado como um dos empregados da Matriz da *Cia. de Charutos Dannemann* em São Félix. Onde também foi

[65] Ao longo da análise fica cada vez mais evidente que o uso do trabalho infantil esteve presente no universo fumageiro. Embora seja tema relevante para a análise da formação social do complexo fumageiro não busco aprofundar o tema do trabalho infantil. Para uma pesquisa que aponta elementos centrais da infância, ver: BARBOSA, Elizabete Pereira. op. cit.

[66] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*.

[67] Adianto que em tempos de crise o conteúdo destas "tarefas" ganharam outros contornos de disputas quando as empresas decidem limitar os insumos. Com parco material, as operárias não poderiam produzir o quanto gostariam para atingir o valor de um salário digno. Ver: *As lutas abertas* no Capítulo 3.

registrada a operária.[68] Fica então recomendada uma das tarefas do mestre de seção, ocupação ali responsável por garantir a diligência da produção.

O segundo registro que encontrei sinaliza como ocorria o pagamento. Ela foi registrada em nome da operária Maria Coutinho, 12 anos, negra, admitida em 29 de janeiro de 1937 na função de cigarreira. Na verdade, esta ficha veio acompanhada com outro documento datado de 30 de janeiro de 1937, um dia depois do contrato da jovem cigarreira. Lamento não ter sido possível identificá-lo melhor, e nem as razões dele ser o único encontrado arrolado as centenas de fichas. O documento reforçou as demais informações referentes às operárias, mas ao contrário das fichas, contém mais subsídios sobre o salário. Informa que a "categoria e ocupação habitual" da trabalhadora era "charuteira", o "salário" como "tarefa variável" e a forma do pagamento "semanal". Também consta um quadro de horário não registrado nas demais fichas. Diz que Maria Coutinho esteve a "trabalhar das 8 às 17 horas, com o intervalo de 1 hora para refeição e descanso, e aos sábados das 8 às 17 horas, num total de 48 horas semanais".[69] Estes dados indicam o conteúdo de horas da jornada de trabalho e quando eram feitos os pagamentos. Aparentemente o salário de uma operária por "tarefa variável" era pago de forma parcelada por semana, e em nossa tabela consta seu valor total, provavelmente na forma mensal.

Estes são rastros que fornecem elementos para mensurarmos a questão das formas de pagamento. Os valores dos salários na tabela (143,00 réis) divididos pelo número de semanas no mês provavelmente pode sugerir o valor pago semanalmente. O resultado desta operação é o valor de 35,75 réis, por semana, com valor diário de aproximadamente seis réis. Ao transformar esses valores da "Tarefeira, tarefa variável" em valores semanais e diários, estes continuam prevalecendo sobre os demais pagamentos. Aparentemente a incorporação da força de trabalho feminina não esteve diretamente conectada com os piores salários e sua suposta desqualificação, mas sugere que o conhecimento adquirido, a destreza no trabalho com os charutos, apareciam como formas sociais de qualificação, elementos fundamentais em um ramo industrial que predominou o trabalho manual. Retomo aqui os dados que apresentei para uma comparação. Lembro que os "salários mínimos, sendo de 150$ para a Capital e alguns municípios equiparados e de 120$, 110$ e 90$000 para outros municípios do interior. Nesse Estado [da Bahia], o salário médio encontrado no interior foi 114$800 e na Capital de

[68] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*.
[69] Ibidem.

167$800." Os salários percebidos pelas operárias eram acima do valor do salário mínimo médio do interior da Bahia, em desvantagem somente em comparação à Salvador.

Por outro lado, não deixei escapar um segundo dado. Um último exame da tabela 7 indica ainda as marcas das hierarquias de gênero deixadas, sobretudo, nas funções remuneradas por "diária" ou "por semana". Nestas ocupações, as trabalhadoras se localizaram na base conforme o ganho salarial. Operárias do fumo, raloeiras e passadeiras são os indicativos emblemáticos da desvalorização da força de trabalho com base nos critérios de gênero. De maneira distinta com a análise anterior, os dados sinalizam que quando se tratou de funções remuneradas por tempo, aparentemente atividades que não exigiam habilidades específicas ou tempo largo de aprendizado, o resultado foi piores ganhos para as mulheres. As atividades correlatas ocupadas por homens foram mais bem valorizadas. Isto ganha mais respaldo empírico no caso das passadeiras e passadores de fumo que ocupavam as mesmas tarefas de triagem, separação e escolha das folhas de fumo nos armazéns, e a diferença salarial entre os dois indica a desvantagem para as mulheres. Neste sentido, as empresas aplicaram remunerações por gênero e não por atividade exercida.

Dessa forma, ficou demonstrada a centralidade da qualificação do trabalho. Até agora tentei explicar que o avanço patronal sobre o controle do trabalho encontrou uma barreira fundamental, a saber, a destreza das operárias. Com a predominância do trabalho manual, mesmo um sistema produtivo fracionado, os empresários continuaram lidando com a dependência da habilidade das operárias. A partir disto foi observado as atividades de concentração da ocupação das mulheres esteve correlacionada dentro do setor com as melhores remunerações, na contramão de outras experiências históricas. Dessa forma, é preciso dizer que os melhores salários não representaram privilégios das mulheres no trabalho fumageiro, mas os indícios de um estímulo para driblar o controle operário e incentivar a máxima produção.[70] Portanto, acho importante retomar alguns dos argumentos que apresentamos do balanço historiográfico. Ao que parece, no Recôncavo Baiano, a experiência de aprendizado das mulheres, provavelmente adquirido nos seios das famílias operárias e nas redes de solidariedade de mulheres negras, estava ali marcada como qualificações para o tipo de trabalho daquele setor industrial. As expectativas de gênero compartilhadas naquela sociedade, que o trabalho com as folhas de fumo fossem atividades supostamente femininas, indicaram um dos possíveis elementos que abriram a possibilidade de uma feminização das

[70] Também na direção oposta. Quando foi preciso as empresas diminuir os encargos salariais, bastou controlar os insumos necessários para a fabricação de charutos, para reduzir drasticamente os salários das operárias. Isto pode ser notado nas pautas das operárias analisadas adiante no Capítulo 3 na seção *As lutas abertas*.

tarefas no início do século XX. Entretanto, a fixação das operárias na confecção de charutos teve consequências nas formas de opressão na experiência de trabalho das mulheres. Essas opressões foram mais significativas nas formas de divisão entre direção e execução que quero aprofundar na análise a seguir.

A divisão racial e sexual do trabalho

Imagem 6: Operárias em frente a filial da *Cia. de Charutos Dannemann* em Muritiba

Fonte: AMSF. Série: Fotos da Família *Dannemann* Prédio da *Cia. de Charutos Dannemann*.

Acima trago uma fotografia da filial da *Cia. de Charutos Dannemann* na cidade de Muritiba do início do século XX. No arranjo em tela aparecem mulheres avolumadas em frente ao portão da fábrica ocupando o centro da imagem e quase sem deixar ferir o enquadramento do prédio em toda a sua a extensão e imponência. Elas são pouco mais de doze operárias. Seu pequeno número sugere que passaram pela escolha ou agrado de alguém, com o propósito de compor o cenário, mas a imagem expõe a tensão entre mando e desobediências. Elas pousam bem vestidas e suas expressões corporais denunciam e encenam o desconforto com aquele evento. Dois homens encontram-se entre elas. Por suas vestimentas, padrão de outras fotografias, fica a indicação de serem mestres e contramestres de alguma seção. Quem sabe aquela mesma das trabalhadoras? E como quem parece avançar para o centro da imagem, outro personagem surge. Trata-se de um pequeno vendedor com seu

tabuleiro à cabeça, que olha em direção ao aglomerado em frente à fábrica. Talvez o desejo de encontrar ali novas *freguesas* poderia tê-lo distraído e passou despercebida a presença do fotógrafo. Mas me parece mais justo que se tratou de um adereço humano. Deliberadamente alocado ali por quem fez a composição da foto. Embora a qualidade da imagem esteja escurecida e comprometida pelo tempo, a fonte não nos deixa de informar algo fundamental, a saber, a presença negra e feminina dessa pequena fração de operárias.[71]

Imagem 7: Operárias nas bancas de charutos da *Cia. de Charutos Dannemann*.

Fonte: AMSF. Série: Fotos da Família *Dannemann*. Salão da *Cia. de Charutos Dannemann*

Essa segunda fotografia mostra a área interna de outro prédio *Cia. de Charutos Dannemann*, dessa vez, em São Félix. Ela contempla preferencialmente o proletariado feminino e o laborar nas bancas de charutos. A imagem congelada não foi eficiente para capturar os movimentos engenhosos e a destreza para a finalização dos charutos, mas nos deixou bem informados sobre os trajes das operárias quase uniformizadas, e os adereços dos brincos e as roupas estampadas sugerem uma preparação anterior para essa fotografia. Isso pode sugerir orientação da empresa ou a vontade das operárias em se apresentarem bem

[71] Esta imagem foi reproduzida pela revista *Bahia Ilustrada* em 1918. Na revista há um tratamento de imagem que melhor favorece a identificação da cor das operárias, mesmo assim, optei por essa encontrada no AMSF. Aquela que está presente na revista é bem menor e sobreposta por uma logomarca da *Cia. de Charutos Dannemann* e ficou ruim no corpo do texto. Ver no Anexo: A maior fábrica de charutos do Brasil. *Bahia Ilustrada*, ano II, n.7, p.2, jun. de 1918.

vestidas para a produção da foto. A fonte também permite visualizar os assentos sem encosto, provavelmente desconfortáveis para longas jornadas de trabalho. No canto esquerdo da foto há um interessante detalhe. Uma das operárias pareceu não conter o riso diante do evento e a companheira ao seu lado de cabeça erguida encarou diretamente a câmera. Talvez, sinal de desatenção, de descaso com a situação ou desobediência. De qualquer forma, causou um desajuste e ruptura com os desejos de garantir um perfilamento das operárias no salão na encenação para uma narrativa fotográfica que informe a quem observa como e quem faz os charutos e cigarrilhas. Afinal, a composição dessa fotografia está em perspectiva linear, que conduz o olhar do observador ao fundo da imagem. E com algum esforço é possível notar ao final da coluna das bancas de charutos, à esquerda, um homem em pé que sinaliza a fiscalização pujante do trabalho das operárias: o mestre de seção. De todo modo, essa fotografia privilegia outro dado importante, novamente, a identificação da cor dessas trabalhadoras. São majoritariamente negras.

Meu ponto de partida neste momento é depurar a organização dos processos de trabalho a partir de uma perspectiva sensível as definições raciais e de gênero traduzidas em um pensamento divisório das tarefas, expresso nas operações práticas e nas alocações dos sujeitos na organização do trabalho nas manufaturas fumageiras.

Ao chafurdar as caixas empoeiradas e as centenas de *Registros dos Empregados*, encontrei duas fichas avulsas produzidas pelo *Serviço Médico da Companhia Brasileira de Charutos Dannemann*. Elas pertencem às operárias Benedita Conceição Marques e Edinéa Marques dos Santos, ambas identificadas como charuteiras na categoria de profissão industriário. Benedita Conceição Marques informou ser semianalfabeta, ser solteira, ter 17 anos e residir na Rua Mundo Novo, em Muritiba, na mesma cidade em que nasceu. Por sua vez, Edinéa Marques dos Santos comunicou ser casada, ter 19 anos, ter a *Instrução Primeira*, ser residente na Rua Manoel Vitorino, n. 99, em São Félix, e natural de Feira de Santana. Na ocasião da inspeção de saúde, em 1946-47, elas foram consideradas aptas ao trabalho, sem defeitos físicos, sem doença profissional e sem moléstias contagiosas. No item correspondente a cor, as duas foram identificadas como *pardas*. O acesso em quantidade igual, ou parecida aos 1.511 registros dos empregados, com a informação da cor seria mais que suficientes para pensar as dinâmicas da racialização do gênero nos mundos do trabalho fumageiro como categorias emergentes daquela realidade social. Todavia, apenas duas fichas deste tipo são insuficientes para uma análise quantitativa, mas informam qualitativamente que categorias de cor eram usuais naquele contexto histórico.

O contraponto ao silêncio institucional são as fotografias. Essas fontes, de forma involuntária, permitem a identificação da cor das operárias ao tempo que dão material para analisar empiricamente como os marcadores raciais estiveram orientando a prática organizacional das empresas. Dessa forma, o uso da categoria cor faz parte de um exercício descontínuo e oscila entre a identificação do pesquisador e como linguagem que emergem das fontes.

A historiadora Hebe Mattos, muito bem conhecida por encontrar no *Silêncio da Cor* um problema histórico, nos informa que a falta de menção da cor em documentos institucionais pode não corresponder a falta de discriminação em critérios baseados em definições raciais e de cor na sociedade do século XIX e mesmo depois dela.[72] Sabendo que cor foi um marcador que remontava a papéis sociais em uma sociedade extremamente estamental, haveria ali também um exercício de fuga e resistência de trabalhadores e trabalhadoras escravizadas, libertas e livres dessas definições imperativas. Eram os de baixo negando serem lidos em terceira pessoa,[73] quero dizer, serem racializados. De outro modo, Flávio Gomes e Marcelo Paixão advertem que haveria uma "ideologia da desracialização" compartilhada pelos de cima. Na medida em que ela foi responsável pelas formas discursivas, nem sempre abertamente definidas a partir de argumentos raciais ou alusões a cor, mas que resultaram na prática social de exclusão racial e em impeditivos para a população negra alcançar a plena cidadania.[74] Dessa forma, compreendemos como um modelo de processos de discriminações raciais ambíguo operou nas fontes empresariais para fornecer silêncios falaciosos. Alargando para o social, podemos dizer que elas também indicam não somente o tipo do racismo de exclusão, mas de exploração.[75]

Desta maneira, optei pelas fotografias como testemunhas involuntárias da cor das operárias e os meios que pudessem transpassar os silêncios das fontes. Levando isso em consideração, elaborei a seguinte tabela a partir da interpretação das fotografias dos *Registros dos Empregados*:

---

[72] MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013, p.102-111.
[73] FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato Silveira. Salvador: Edufba, 2008.
[74] GOMES, Flávio e PAIXÃO, Marcelo. "Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil." In. DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. *Da nitidez e invisibilidade*: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2013, p.307.
[75] MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo*: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EDUFSCAR, 2016, p.54-58.

Tabela 8: Quadro organizacional da empresa *Cia. de Charutos Dannemann*

		Sem fotografias	Negras(os)	Brancas(os)	Total
Ocupações no trabalho	Mulheres	**63%** (692)	**34%** (370)	**3%** (31)	1.093
	Homens	**46%** (169)	**43%** (158)	**11%** (41)	368
Ocupações na gerência	Mulheres	-	-	-	0
	Homens	**46%** (23)	**12%** (6)	**42%** (21)	50
Total		**884**	**534**	**93**	**1.511**

Diferente da amostragem demonstrada na seção *Composição social e trabalho no pós-abolição*, para a organização desta tabela, usei todas as fichas encontradas. Isto significa que não fiz distinção do local de trabalho, considerando, todas as lojas, filiais e casas de negócio da *Cia. de Charutos Dannemann*. Também preciso informar que a quantidade de funcionários de outras localidades foi risória, mas me permitiu visualizar a recorrência da divisão racial e de gênero no trabalho como parte estrutural da empresa.[76]

O planejamento e o controle dos processos de trabalho nas manufaturas recorrentemente impôs uma divisão estrita das ocupações ao longo das atividades produtivas que demarcaram lugares raciais e de gênero nas empresas fumageiras. A despeito dos rendimentos salariais, o que esteve central na divisão sexual e também racial do trabalho na fabricação de charutos foi a separação entre execução e concepção do trabalho. Ocorreu nestas empresas a formação de um *aparelho burocrático de direção* como prática social dos capitalistas em resposta ao conflito implícito da produção: o conteúdo da hora do trabalho. Isto, sobretudo pode ser observado através da organização técnica-organizativa dos lugares sociais conforme a tabela supracitada.

Como demonstrei anteriormente, a organização técnica dos espaços físicos, a fragmentação integrada da produção e a redução do trabalho ao nível parcial dentro das empresas foram tentativas constantes de controle capitalista do tempo de trabalho no espaço fabril. Mesmo a divisão horizontal dos processos laborais não foi suficiente para que as operárias pudessem fornecer o "conteúdo de trabalho" esperado pelos capitalistas, mas sua existência expõe a expectativa patronal de racionalização para o aumento da produção e também para o disciplinamento da força de trabalho. Para Harry Braverman, isto ocorreu fundamentalmente diante do problema colocado aos patrões quando contratam a força de trabalho, pois nela a trabalhadora continua a reter sua capacidade de trabalho para si, que por sinal, é inalienável. Isso significa que uma charuteira, por exemplo, ao vender ao capitalista sua força de trabalho não pressupõe uma quantidade ou conteúdo de trabalho definido a *priori*, mas vende sua capacidade para trabalhar por um período determinado de tempo. O

[76] Consultar a seção no capítulo 1.

resultado da compra dessa força pode sim ser infinito em seu potencial, mas é limitado em sua concretização pela vontade subjetiva da trabalhadora. Diante desse fenômeno, torna-se fundamental para o capitalista o "controle sobre o processo de trabalho", exercido pela "gerência".[77]

Segundo Elisabeth Souza-Lobo, o objetivo da divisão do trabalho pode não residir na divisão das tarefas, mas essencialmente na divisão entre a concepção e a execução do trabalho que acontece simultaneamente com estabelecimento da hierarquia, do controle e da diferenciação das funções, em benefício da produção e dos menores custos que poderiam derivar desta, para produzir de forma qualitativa em maior quantidade e menor tempo[78] mas principalmente para o seu controle. Da mesma forma, a historiadora Michele Perrot advertiu que para os capitalistas a intenção da organização da produção foi retirar das operárias o domínio sobre as várias faces da concepção do trabalho, da iniciativa, do controle sobre o tempo e dos ritmos, e frequentemente sobre os gestos. Idealmente esperavam reduzir as operárias a executoras.[79] O historiador Vinícius de Rezende aprofunda a análise ao postular que ocupar os cargos de gerência fez emergir a categoria dos *gestores*, que a partir do controle do tempo de trabalho alheio acabam por se apropriar de uma parte do mais valor gerado pela classe trabalhadora. Isto significa, que embora distintos da burguesia que possuem a propriedade dos meios de produção, os gestores formam uma terceira classe. Essas duas classes vivem da exploração e do controle do trabalho e juntas formam as classes capitalistas.[80]

Para o filósofo Cornelius Castoriadis, esse foi o fenômeno do surgimento da formação de um *corpo burocrático de direção*. Um aparelho de direção que pressupõe o desejo que só ele deva tomar para si toda e qualquer decisão sobre os atos produtivos e que a execução fosse a única tarefa do proletariado. O aparelho burocrático de direção na formação do capitalismo, portanto, tem significado em sua forma concreta, pois ele emerge como uma prática social capitalista na divisão de classes definida não só pela posse jurídica dos meios de produção, mas também a partir de seu traço profundo, segundo Castoriadis, na divisão entre "*dirigentes* e *executantes* no processo de produção." Essa demanda do capitalismo aparece como resultado da crítica prática operária que insistiu em subverter o controle para si, rejeitando o

[77] BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 56-59.
[78] SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p.55.
[79] PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.80.
[80] REZENDE, Vinícius de. op. cit. p.168.

lugar de execução e ajustando, por exemplo, o trabalho parcial aos seus próprios interesses de trabalho: o fenômeno representou um dos fracassos das tentativas de racionalizar a produção pela a "resistência encarniçada" que se tornou uma luta permanente no capitalismo.[81]

Feitas estas considerações observa-se que as funções distribuídas entre os homens e mulheres são confirmadas como um planejamento divisório das tarefas tanto em termos de gênero como raciais. As atividades ocupadas por homens eram mais diversificadas em relação às funções conforme a tabela 7, mas também atravessavam toda a hierarquia fabril. Excetuando a ocupação dos escolhedores de fumo, todas as atividades em que se encontram homens são caracterizadas pela baixa incorporação desta força de trabalho. O contraponto são as ocupações destinadas às mulheres, sempre agrupadas exclusivamente com os trabalhos manuais e em contato direto com as folhas de fumo. Para os homens negros foi garantida a possibilidade de atravessar a linha de cor pela via da masculinidade, que fixava as mulheres negras na execução, e conquistar espaços no controle do trabalho. Isto revela a possibilidade aberta aos homens em construir carreiras dentro das empresas fumageiras, embora para os homens negros os limites fossem os cargos de mestres e contramestres, da pequena gerência, pois não encontrei homens negros como gestores de alto escalão das fábricas. Dessa forma, fica identificado um sexismo da gerência organizacional da *Cia. de Charutos Dannemann* e a racialização do gênero na formação de homens negros no controle de outros sujeitos subalternizados.[82]

Embora estejam fora do escopo espacial desta pesquisa, preciso mencionar algumas importantes exceções. Nas atividades do secretariado das empresas consta a existência de Lenira Fialho de Oliveira, branca, 25 anos, na função de escritório na filial da loja *Cia. de Charutos Dannemann* em Recife, Pernambuco, percebendo mensalmente 400,000 réis, e também Jucedy Calvacanti de Melo e Silva, 20 anos, branca, na função de escritório (caixa), percebendo 400,000 réis na loja presente no Rio de Janeiro.[83] Estes eram os cargos mais altos que as mulheres poderiam ocupar, ainda que sejam também de execução, eles demonstram um substancial rendimento. Ao que pese a qualificação dessas trabalhadoras, não podemos diminuir o seu acesso ao serviço de secretariado, que embora tenha consigo aspectos históricos de feminização, explicita a preferência das empresas no contrato dessas moças a

[81] CASTORIADIS, Cornelius. op. cit. p.81;107;123.
[82] Ver outro exemplo desta "linha intermediária" entre patrões e trabalhadores em: SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre!*: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909) Salvador: EDUFBA/FAPESB, 2011, p.72-82.
[83] Há também o registro de uma enfermeira entre as fichas, mas infelizmente não há fotografia que permita a incorporação nesta análise.: AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann.*

partir de sua cor da pele. As mulheres brancas atingiram cargos feminizados com altas remunerações pela via raça, ainda que esses cargos continuassem submetidos ao controle masculino dos homens brancos.

Uma expressão dos racismos de gênero que afetaram as experiências das mulheres negras excluindo-as dos modelos de feminilidade compartilhadas pelas mulheres brancas.[84] Como bem alertou Luiza Bairros, esses trabalhos dados como supostamente femininos, geralmente vêm acompanhados da justificativa da "boa aparência" como código que esconde critérios raciais.[85] A interceptação de definições raciais e de gênero impediu que mulheres negras conhecessem outros espaços de experiência na *Cia. de Charutos Dannemann* no período analisado. Segundo Kimberlé Crenshaw, mulheres racializadas têm suas experiências confrontadas pela discriminação, quando são consideradas inapropriadas para empregos dados como femininos, ou também encontram limites de acesso a ocupações ditas masculinas.[86]

Desta maneira, o conjunto de fichas analisadas permite afirmar que distintos marcadores sociais foram combinados e sinalizam a fixação das mulheres negras na execução que garantiu a exploração das suas forças de trabalho e impediu a mobilidade das operárias nas empresas fumageiras. Os racismos de gênero operaram da seguinte forma: admitiram pela via racial acesso a melhores rendimentos, no caso das mulheres brancas e pela via do gênero permitiram a mobilidade social dos homens negros nas atividades de gerência. Dessa forma, os imperativos de racialização do gênero mediaram as experiências de classe das mulheres negras neste setor analisado. Segundo Luiza Bairros, a divisão racial do trabalho e a sua manutenção é garantida pela criação e recriação de lugares subalternos dentro da estrutura produtiva, que são essenciais ao processo de exploração e ainda que trabalhadores brancos tenham sofridos os impulsos de sua incorporação pelo capitalismo, isto é compensado pelo encontro de posições privilegiadas diante da situação do trabalhador negro.[87]

Outro movimento de análise é o exame das justificativas patronais para o contrato da força de trabalho. Segundo Elizabete Souza-Lobo, o trabalho dito "delicado", "leve" ou que "exige dedos finos" surgem como "qualificação" sugerida pelas empresas interessadas pela

---

[84] DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe.* trad. Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.15-41.

[85] BAIRROS, Luiza. Pecados no "paraíso racial": o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980. In: REIS, João José (org). *Escravidão & Invenção da Liberdade:* estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: ed. Brasiliense, 1988, p.319.; Ver também: GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *In:* LIMA, Márcia; e RIOS, Flávia. (org). *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.20-38.

[86] CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Revista de Estudos Feministas*, v.10, n.1, 2002, p.179.

[87] BAIRROS, Luiza. op. cit. p.302.

suposta disposição das mulheres a adquirir socialmente essas características, justificando o contrato de seu trabalho; e os homens são preferidos para as atividades que exigem força física, por serem considerados mais aptos para esta. Fica explícito que as empresas passam a conferir "capacidades" a partir de construções de gênero para aperfeiçoar a sua produção a partir do recrutamento de trabalhadoras e de trabalhadores, entretanto, adverte a autora, geralmente essas atividades são estimuladas através de uma diferenciação salarial ou de carreira. Elizabete Souza-Lobo então conclui que "mesmo trabalhando com os critérios naturais que definem 'masculino' e 'feminino', as implicações remetem a uma hierarquia que não está contida na diferença dos dois conceitos, mas na relação social neles embutida."[88]

Dessa forma, a análise de Elizabeth Souza-Lobo é pertinente para a realidade das empresas fumageiras. Em termos de fragmentação do processo produtivo, se fossem ocupadas apenas por homens brancos, a crítica poderia ser feita somente considerando a produção capitalista, ou seja, a fragmentação na manufatura tem como principal função aumentar a produtividade visando o lucro. Entretanto, a partir dos racismos de gênero, sabe-se que essa divisão estabeleceu linhas rígidas entre quem concebe e controla e quem executa o trabalho, sempre fixando as mulheres negras neste último. Novamente, segundo Souza-Lobo, esses movimentos organizativos não são "imprescindíveis à produção", mas obedecem a tradições e hierarquias já estabelecidas nas dimensões sociais mais amplas, e reproduzidas na "Cultura do Trabalho".[89] Dessa forma, fica localizado o indicativo que os critérios patronais que justificam a presença das mulheres como as mais "aptas" ao trabalho com as folhas de fumo são superficiais.

Uma divisão sexual do trabalho mais ampla também atinge a experiência de classe das operárias. Uma leitura a partir das definições de gênero é possível localizar outro tipo de acumulação feita pelo patronato. Para isto, faço uso do excerto da crônica *As charuteiras* da escritora Mariá Costa Penna para analisar a questão. O trecho é sobre a personagem principal Cantídia, uma charuteira de São Félix, mãe de três filhos e duas filhas, que também retrata um universo rotineiro de trabalho e denuncia o cotidiano laboral:

> Quantos dias, nas horas do trabalho, ao manejar as folhas do tabaco entre os dedos, que se adormeciam no serviço rotineiro, os seus olhos se fechavam, por causa das vigílias permanentes para dar conta das ocupações que encontrava em casa, quando retornava do trabalho na fábrica. [...] Um monte de roupa lavada pelas filhas estava ainda por engomar, pés de fumo pendentes do teto da sala para secar, destalar e fazer charutos, o cansaço da estirada até a fábrica, a volta galgando a ladeira íngreme,

[88] SOUZA-LOBO, Elizabeth. op. cit. p.63-64.
[89] Ibidem. p.65.

> porque, pra baixo, todos os santos ajudam, tudo isso estava dando cabo da sua saúde, botando a sua alma pela boca.[90]

A escritora Mariá Costa Penna parece captar dois movimentos importantes operados pelas empresas. Primeiro, a extensão do trabalho em domicílio, que sinaliza as estratégias do patronato fumageiro em aumentar as taxas de mais valor, através da extensão da jornada de trabalho, sobretudo, com o agravamento da exploração da força de trabalho feminina. Segundo, a representação dos mundos do trabalho fumageiro não deixou escapar o ocultamento do trabalho de reprodução, aquele da vida doméstica e da manutenção das condições para se viver, como trabalho ao encargo das mulheres. Segundo Silvia Federici, essa associação aparece de maneira fundamental na formação do capitalismo, pois os custos da regeneração (produção e reprodução) da força de trabalho também formam as bases do estágio de acumulação primitiva do capital, sustentado pela extensão da força de trabalho das mulheres. O trabalho gratuito aparece disfarçado como supostamente biológico e é atribuído às mulheres.[91]

Angela Davis também observou que o empregador só está interessado em contratar a força de trabalho disponível, sem se responsabilizar por como essa mesma força de trabalho é produzida e mantida. Portanto, a burguesia forjou um modelo de feminilidade universal que confunde os trabalhos da esfera da reprodução como exclusivamente das mulheres. Ainda segundo a autora, a experiência da escravidão informa que esse modelo atingiu de maneira mais específica as mulheres negras e da classe trabalhadora. Essas mulheres além de trabalharem lado a lado dos homens na esfera da produção também enfrentam a jornada de trabalho do lar.[92] De outra maneira, o sujeitamento dos membros da família às demandas de produção das empresas manufatureiras ou do comércio fizeram parte das estratégias empresariais em diminuir os encargos com os direitos trabalhistas, ao criarem uma extensão do espaço produtivo para os lares das operárias.

O sujeitamento dos lugares da "execução" imposto às mulheres negras no trabalho fizeram parte de um pensamento estratégico racional, que tentou reproduzir as dinâmicas de diferenciação e hierarquias sociais de gênero e também raciais, como parte de um planejamento de gestão da força de trabalho. Portanto, o discurso da "destreza" ou do trabalho "delicado" é superficial e usa as identidades de gênero como ocultamento das reais intenções do patronato: aproveitar a força de trabalho de sujeitos subalternos. Dessa forma, a partir dos

---

[90] PENNA, Mariá Costa. op. cit. p.142-149.
[91] FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
[92] DAVIS, Angela. op. cit. p.213-244.

lugares de gênero observados, se buscou aprofundar e ocultar dimensões da exploração do trabalho em termos do impedimento de uma mobilidade social para as mulheres, mas também, como complexificação dos modelos de exploração de forma simultânea a partir da extensão do trabalho em domicílio, da intensificação do trabalho dentro das fábricas e dos encargos sobre o trabalho de reprodução. As definições raciais também funcionaram como mediadoras para aprofundar a exploração e subalternização, aperfeiçoando mecanismos de fixação das mulheres negras dos lugares de execução do trabalho. O modelo de produção capitalista estabeleceu sobre si atravessamentos dos eixos de opressões de racialização do gênero, como tecnologias de dominação diante das resistências da classe trabalhadora. Para isto, a recriação das hierarquias sociais são manifestações do desejo patronal em se fazer valer das assimetrias de seu tempo como garantias da maximização dos lucros.

O aparelho burocrático de direção

O objetivo desta seção é descrever e analisar de forma mais concreta a emergência de um aparelho de direção nas empresas fumageiras. Retomo novamente a organização das manufaturas para analisar esse corpo burocrático de direção em sua empiria. A gerência dos processos de trabalho que estavam no campo da racionalização, aprimoramento dos gestos e das técnicas de organização foi pensada como forma de driblar, controlar e se apropriar dos saberes adquiridos pelas operárias. A este respeito, os comentários do memorialista Anfilófio de Castro sinalizam como o problema do controle do trabalho era percebido pelos contemporâneos. Seus escritos, que datam de 1942, deixaram expressos os dilemas e anseios de um aparelho de direção, quando o escritor buscou definir a melhor forma de produzir charutos e explicar os impedimentos das manufaturas para alcançar grandes lucros. Ao comparar as folhas de fumo encontradas no Recôncavo Baiano com outras usadas no mercado internacional, Castro declarou:

> Um quilo de capas das matas de Muritiba, que o seu fumo tem a folha larga, é leve e suporta bem o humedecimento indispensável, não se parte ao espalmar, nem ao polimento do charuto, nem ainda ao fazer do bico, seja até o talho de "bandeira", a **charuteira**, sendo **honesta e prática** dá de mil a mil e quinhentos charutos médios perfeitos; isto é, sem "pistolas", nem sujeito a ela ao ser estufado, ou a desenrolamento à queima, nem a pé ou a bico postiço. [grifos meus][93]

A intenção do autor era constantemente referenciar a qualidade das folhas de fumos de sua terra diante dos consumidores, mas não deixou de localizar a importância da perícia das trabalhadoras para garantir o efeito esperado pelos industriários. Ao eleger os atributos

[93] CASTRO, Anfilófio. op. cit. p.105.

almejados para uma boa charuteira, também deixou escapar os dilemas em adquirir o saldo conciliado entre qualidade e quantidade, que no fundo dependia da honestidade e praticidade da operária. Lido a contrapelo, o inverso também era uma possibilidade real: uma charuteira que não fosse "prática" e nem "honesta" poderia trazer prejuízos substanciais com resultados fora dos padrões esperados. Portanto, essa dimensão esteve sempre em contínua disputa com os gestores, pois as operárias continuavam a reter parte do controle do processo produtivo. Para os capitalistas, não bastava deter a posse jurídica dos meios da produção para que pudessem conseguir extrair o máximo de produtividade e qualidade que almejavam, mas tiveram que enfrentar frequentemente o dilema da gestão da força de trabalho.

Para o contorno dos eventuais desperdícios, o escritor defendeu que o fumo fosse "tratado adequadamente, e por processos acomodados à razão e à inteligência". Essa passagem ilumina no vocabulário de Castro o aparecimento do ideal de uma gestão sobre o trabalho supostamente racionalizada, com interesse de retirar das trabalhadoras o controle que detinham sobre os processos produtivos. Em outra passagem ele atribuiu o fracasso de perder avultosos ganhos ao fato dos charutos estarem submetido a "aferrados maus processos, e pela falta dos sentimentos de rivalidade, tão comuns na luta da vida, entre os povos instruídos e educados." O escritor não poupou expectativas políticas e econômicas alinhadas aos valores capitalistas da concorrência, sem perder de vista a sua vontade de "modernidade" como meta para os processos de trabalho. Para ele, não bastava "portanto, a nosso favor, a graça, a generosidade e opulência naturais, que são tudo, cumpre-nos consorciá-las com o trabalho dirigido pela inteligência e pelo escrúpulo, e deixaremos de conduzir aos ombros a responsabilidade dos maus preços."[94] Nesse sentido, Anfilófio de Castro, importante interlocutor das elites locais, deixou registrado as instruções que deveriam ser seguidas diante da *crítica prática das operárias*.[95]

Novamente os *Registros dos Empregados* são úteis para sinalizar o aparecimento de um aparelho de direção e suas estruturas concretas no cotidiano fabril. Na tabela a seguir apresento as indicações dos lugares ocupados no aparelho de direção.

[94] CASTRO, Anfilófio. op. cit. p.105-106.
[95] Ver o próximo capítulo.

Tabela 9: Gerência do trabalho[96]

Ano	Ocupação
1889	Mestre
1904	Gerente
1909	Mestre do Almoxarifado
1915	Passador de Charuto
1919	Comércio
1921	Ajudante de Mestre
1922	Diretor
1923	Mestre de Anelamento
1931	Mestre de Lancha
1932	Contínuo
1936	Empregado
1936	Empregado Comercial
1936	Mestre de Barco
1939	Mestre de Seção de Encaixe

As datas indicadas são correspondentes às admissões de cada função e elas sinalizam o caráter expansivo e diacrônico dessas atividades dirigentes, ainda que a existência dessas admissões possam não condizer com o surgimento real da função. Conforme ocorreu o fracionamento dos processos de trabalho, pode ser observada a disseminação das tecnologias de controle através da emergência dos mestres de seção. No labor diário, como se ressalta na tabela, a função de **mestre** foi central para exercer a fiscalização direta das atividades produtivas. Essa função aparece diversas vezes, sinalizando suas posições de acordo com o trabalho parcial executado nas diversas etapas e seções das manufaturas. A descrição de Anfilófio de Castro serve para enfatizar sua utilidade nas fábricas, quando anunciou que eram "observados escrupulosamente os princípios higiênicos; e a fiscalização não cede na exigência do apuro de todo o trabalho, da 'molhação' do fumo até o arranjo das caixas."[97] Nota-se a presença da coordenação dos trabalhos na forma de cooperação nos armazéns até a concepção dos trabalhos parciais nas manufaturas. Outro exemplo aparece nas fotografias analisadas neste capítulo. Dificilmente a presença dos mestres escapou da captura das lentes dos fotógrafos. Provavelmente sua frequente aparição não foi ocasional, mas um registro deliberado. Percebo que através de uma narrativa fotográfica esses mestres ganharam ênfase na composição das fotografias dada a importância desta função pelos requerentes das fotos. Sobretudo se observado a composição estética, quase sempre a presença dos mestres situa-se em pé entre as operárias. Desconfio que também intercepta uma vontade do fotógrafo em

[96] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann.*
[97] CASTRO, Anfilófio. op. cit. p.108.

apresentar o masculino como tutor das mulheres, dando a ocupação de mestre arranjos que reproduzem também hierarquias de gênero nas manufaturas.

Os registros dos empregados são indicativos precisos da presença numérica e masculina dos mestres. De acordo com o levantamento que fiz a partir das fichas, encontrei quinze registros. Essa ocupação foi exclusivamente masculina, com um perfil padrão de homens entre 34 e 66 anos, majoritariamente casados. Em suas fichas frequentemente constam nomes de beneficiários e dependentes, contendo nomes de esposas, filhos e filhas, demarcando a expectativa social de homem provedor da família.[98] Encontrei seis fotografias presentes nas fichas, elas correspondem a quatro homens de cor preta, um de cor parda, perfazendo cinco negros, e outro de cor branca. A masculinidade neste caso foi a porta de entrada para os homens negros alcançarem a mobilidade social dentro das empresas. As fichas sinalizam que eram todos nacionais e apresentaram assinatura de próprio punho, indicando alguma instrução. A função também foi marcada pela permanência e longevidade na atividade, bem como o aumento gradativo dos salários.

O mestre Fausto Ribeiro da Costa, de cor preta, casado, nascido em 1880 em Nazaré, admitido na *Cia. de Charutos Dannemann* em 1909 na qualidade de mestre de almoxarifado esteve ocupado no cargo até o dia 10 de setembro de 1940, dia que foi registrado o seu falecimento. Laurentino Martins Cavalcante, também casado, de cor preta, nascido em 1872 em Cachoeira, admitido na qualidade de mestre em 15 de setembro de 1889, permaneceu ao serviço da empresa até o dia 2 de Janeiro de 1941, data que foi aposentado.[99] Esses dois são exemplos de trajetórias que permaneceram no cargo durante décadas até a aposentadoria ou falecimento.

Conforme Braverman, o advento da indústria capitalista exigiu funções cada vez mais diversificadas de concepção e coordenação das empresas que foram assumidas pela gerência. O autor sinalizou que além do controle dos processos de trabalho, a gerência também se preocupou em planejar e cuidar da organização das operações, da centralização do suprimento de materiais, estabelecer um escalonamento mínimo de prioridades, atribuição de funções, manutenção dos registros de custos, folhas de pagamento, distribuição das matérias-primas, verificação dos produtos acabados, vendas, cadastros de crédito e os cálculos de lucros e

[98] Interessante que esses mesmos dados são raríssimos no caso das mulheres. Foram poucas vezes que encontrei como beneficiários outros membros da família, e quando isto ocorreu, tratavam-se de filhos e filhas ou de outras mulheres, sempre a mãe. Isto exemplifica na documentação as diferentes expectativas de gênero daquela sociedade.

[99] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann* .

perdas.[100] Assim, verifica-se que além dos mestres, o aparelho de direção era ocupado por outras funções que não estavam no controle direto dos processos de trabalho.

Na tabela acima, a indicação da função de **passador de charutos** merece atenção. Diferente dos passadores nos armazéns – homens e mulheres –, essa função foi ocupada somente por homens dentro das manufaturas e também é de natureza diferente. Cabia ao passador avaliar a qualidade e fidelidade dos charutos. Ele era responsável pela aprovação final das mercadorias. Os passadores poderiam até mesmo experimentar os charutos para notar a queimação do produto, a cor da fumaça, o tempo de combustão e o sabor. Eles eram responsáveis pelo controle de qualidade.

Da mesma forma, a tabela indica a existência da função **empregado, empregado comercial** e **viajante**. A empresa em seu cotidiano também fazia uma distinção entre funcionários da gerência e as trabalhadoras, como uma diferenciação que operava no nível das fontes. Isto fica registrado, por exemplo, nas correspondências internas da *Cia. de Charutos Dannemann*, o documento da *Estatística sobre empregados e operários das filiais de Maragogipe e Nagé* de dezembro de 1948 informou o seguinte quadro para Maragogipe: empregados maiores masculinos, 17; empregados maiores femininos, 1; operários maiores masculinos, 4; operárias maiores femininos, 23. Para o distrito de Nagé o documento informa: empregos maiores masculinos, 4: operários maiores masculinos, 1. Essa estatística foi elaborada na conjuntura de 1948 na ocasião da falência da *Cia. de Charutos Dannemann*.[101] As filiais de Maragogipe e Nagé já haviam sido fechadas e vendidas para resolução dos encargos salariais das operárias. Isso explica o baixo número de trabalhadoras diante do grande número dos empregados. Desconfio que número de empregados destacado no documento corresponda à existência de alguma loja comercial naquela cidade. Os empregados poderiam ainda ser agentes comerciais, trapicheiros, ou caixeiros como fica sugerido no seguinte bilhete:

> Illno Snrº E. Tobler
> M. II. Secretário da *Cia. De Charutos Dannemann*
> Nesta.
> Nós abaixo assinado, empregados desta mui digna firma, viemos por meio deste pedir a V.Sª uma gratificação para o dia 30 do corrente em que se comemora o "dia do caixeiro" dia este que precisamos passar folgadamente em nossas casas lembrando-nos de V.ª para quem apelamos.[102]

[100] BRAVERMAN, Harry. op. cit. p.61-62.
[101] AMSF. Série: Fábricas de Charutos. *Correspondências Internas da Cia. de Charutos Dannemann*.
[102] Há nesse documento quatro assinaturas rubricadas. Identifiquei apenas três: Oscar Barbosa de Oliveira, Antônio Miranda e Antônio Moreira. Contudo, não encontrei outras correspondências desses funcionários na

Outros importantes membros do aparelho de direção eram os da grande gerência. Em 1922, com a transformação da empresa para o capital aberto, antigos empregados passaram também a ser proprietários na forma de acionistas. João Adolfo Jonas foi o que mais se destacou até o ano de 1937, quando em decorrência de seu falecimento foi substituído por Adolfo Jonas filho que a partir de 1948 passaria a ser o principal acionista da empresa. O suíço Ernest Tobler também teve trajetória similar nos negócios da *Cia. de Charutos Dannemann.* Tornou-se acionista e também diretor da firma a partir de 1922. Essa talvez seja uma diferenciação importante a ser feita. Tanto Tobler quanto Jonas Filho, além de proprietários, cuidavam pessoalmente das funções de gestão, experiência adquirida desde o período em que a empresa esteve sob a jurisdição da família Dannemann. Nota-se que para este tipo de lugar social, uma linha de cor e de nacionalidade estava subscrita, inclusive com abertura para que as funções fossem herdadas e concentradas entre as famílias. Como demonstrei no primeiro capítulo, inúmeros alemães estavam dispostos nas atividades técnico-organizativas e comerciais da empresa, formando uma cúpula de estrangeiros, homens e brancos no controle das empresas.

Ao passo que levantei os aspectos da organização técnico-organizativa concreta das empresas, não espero reproduzir uma perspectiva cristalizada da vida cotidiana do trabalho fumageiro. Esse exercício foi somente útil para acessar as expectativas patronais de organização dos processos de trabalho, pois a organização formal da produção esconde a real organização do trabalho. Aquela sugerida por Castoriadis como a organização informal. Já que é nesse nível que a luta de classes aparece em sua forma mais elementar. Todo o elemento formal da empresa capitalista são expectativas que ao serem levadas para o chão das fábricas encontraram desafios maiores. Aqui não estamos sugerindo que as operárias apenas reagiram cegamente às ordens dos gestores, como uma prática inata, mas se trata de saber que os resultados de uma determinada forma de organização do trabalho são originados na tensão entre os desejos pelo controle do trabalho, tema de conflito entre as trabalhadoras e os capitalistas, que analisarei no próximo capítulo. Antes, preciso analisar como o trabalho das mulheres negras foi utilizado pelas empresas como propaganda para o seu mercado consumidor.

---

documentação. AMSF. Série: Fábricas de Charutos. *Correspondências Internas da Cia. de Charutos Dannemann.*

O charuto feito pelas mulheres negras

A participação majoritária das mulheres na produção de charutos também foi aproveitada pela indústria fumageira para a propaganda de seus produtos. Nesta seção, meu propósito é perscrutar os rastros das construções de gênero e também suas manifestações em discursos racializados através destas imagens lançadas sobre as mulheres negras pelas empresas e por outros observadores contemporâneos. Ambos buscaram "naturalizar" os lugares sociais ocupados pelas mulheres e pelos homens, que podem ser observadas pelas estratégias discursivas e narrativas quando diferentes agentes sociais retrataram as trabalhadoras fumageiras. Da mesma forma, pareceu-me apropriado investigar como essas operárias, não só nas atividades laborais diárias, foram vítimas dos imperativos raciais e de gênero, estes usados para incorporar aos charutos singularidades de distinção diante de outros artigos de fumo. Isto faz abrir a questão: como a noção de trabalho feminino habitou o imaginário social do patronato e foi articulada pelas empresas?

Apresento primeiramente um trecho do livro *Jubiabá* (1935) de Jorge Amado. Trata-se de um romance proletário com intenções de retratar a partir da realidade social a luta de classes e as condições de vida do proletariado orientada pelo movimento do Realismo Socialista.[103] O trecho que me interessa é aquele que o escritor narra a viagem dos personagens Antônio Balduíno e Gordo para a cidade de Cachoeira. Ao chegarem, eles foram surpreendidos pelo "cheiro adocicado de fumo que vinha de São Félix defronte, das fábricas brancas que tomavam quarteirões inteiros e que eram gordas como seus donos" e se decepcionaram ao serem advertidos por um trabalhador local que naquelas "fábricas de charutos não havia trabalho. Ali quase que só mulheres, pálidas e macilentas, mulheres de olhos compridos, fabricavam charutos caros para fins de banquetes ministeriais." A justificativa dada era que "os homens não tinham jeito, possuíam as mãos grossas demais para aquele trabalho que, no entanto era pesado e difícil".[104]

[103] O Realismo Socialista foi um movimento estético adotado pelo regime stalinista a partir dos anos 1930, consolidado a partir do manifesto apresentado por Zidanov e Górki. A base desta proposta era uma representação que valorizasse a cultura operária e a apresentação artística fiel à realidade do proletariado. Esse movimento influenciou diversos artistas pelo mundo, incluindo o próprio Jorge Amado. *Jubiabá* estaria assim por dizer, dentro da fase dos "romances proletários" no conjunto da obra amadiana. Ver: SANTANA, Geferson. *O combate das ideias*: estratégias culturais dos intelectuais comunistas baianos na produção de um novo conhecimento sobre o Brasil (1920-1937). Dissertação (Mestrado em História) – EFLCH-UNESP, 2007.; MATTOS, Marcelo Badaró. *E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012, p.143-150.

[104] AMADO, Jorge. *Jubiabá*. São Paulo: Companhia das letras, 2008. p.148.

A exploração e o apelo da naturalização aos “dedos finos” como habilidades necessárias para a fabricação de charutos e cigarrilhas não foi somente um recurso narrativo criado por Jorge Amado. Ali, o autor deixa escapar noções que circulavam no imaginário social, em que o saber aprendido, a destreza com o trabalho adquirido no esforço laboral, aparecem como características supostamente naturais e essencialmente femininas. Não por acaso, observando a fixação das mulheres apenas nos trabalhos manuais nas fábricas, podemos saber que planejadas e organizadas sobre um olhar disciplinar, a execução direta com a confecção de charutos sofreu um efeito de feminização das tarefas. Este fenômeno dava referências por meio de uma linguagem do trabalho aos conteúdos das representações sociais. Dessa forma, uma análise de um conjunto de propagandas que circulou na imprensa dão os recursos para analisar o manuseamento destes artifícios pelas empresas fumageiras.

Em 1944, os periódicos *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias* ocuparam importante espaço da diagramação de suas páginas para a publicação das propagandas da *Cia. de Charutos Dannemann*:

Imagem 8: reprodução da propaganda da *Cia. de Charutos Dannemann* (1944)

Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XLIV, N.15.383, p.5, 23 de Dez. 1944.

> SEMPRE RECEBIDO COM AGRADO nas reuniões masculinas
> Uma caixa de charutos finos é o presente de classe, nitidamente masculino, que causa sempre boa impressão. E tenha a certeza de oferecer *bons* charutos só oferecendo charutos DANNEMANN. Fabricados com fumos escolhidos da melhor qualidade, por operárias peritas, têm um delicioso e delicado aroma.
> DANNEMANN apresenta vários tipos especiais de lindos estojos próprios para presentes. O seu charuteiro lh'os mostrará com prazer.
> DANNEMANN, o charuto que é o prazer de quem saber viver. [*Sic*.][105]

O recurso estético da imagem utilizada se faz valer pelo uso de figuras que representam homens brancos de alta classe, em ambiente requintado e dado a entender como próprio para o uso de charutos. Pode se observar o registro da aposta do público alvo almejado pelas empresas. O texto escrito acompanha o arranjo da mensagem visual em tela. Ele faz a evocação do charuto como um presente de luxo e reforçou o seu uso como exclusivamente masculino e de classe, e isto não somente indica o nicho de mercado desejado pelas firmas, mas os valores e significados que as empresas precisam perseguir para atingir o interesse de consumo deste grupo. Não obstante, o empenho em demonstrar as qualidades da mercadoria se apoiou no alto padrão da matéria prima, mas não deixou escapar a necessidade de remeter a quem foram os sujeitos responsáveis pela fabricação esmerada de sua marca. Quero enfatizar que "operárias peritas" não foi uma expressão ingênua, e faz parte do conjunto de imagens que associavam mulheres às habilidades manuais em diversas propagandas.

A *Cia. de Charutos Dannemann* insistiu em mencionar que seus "*bons* charutos"[sic] eram "caprichosamente fabricados."[106] Da mesma forma a *Costa Penna & Cia* tratou da "destreza e perfeição, com que manejam" os charutos sob sua guarda como referência as habilidades manuais. Na ocasião que a *Costa Penna & Cia* divulgou suas diversas marcas de charutos "*Princípe de Gales, Violeta, Stela, Glória de S. Félix"*, a empresa também buscou reforçar: "o charuto de classe para os homens de classe".[107] E mesmo outras empresas, como a *Suerdieck & Cia*, também reivindicaram "distinção e qualidade" para seus produtos a partir do trabalho manual.[108] A revista *A Manhã* ocupou meia página de sua edição com fotografias que destacaram as operárias laboriosas e as legendas despertam meu interesse:

---

[105] Sempre recebido com agrado nas reuniões masculinas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XLIV, N.15.383, p.5, 23 de Dez. 1944; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Ano IV, N.6.805, p.5, 23 de Dez. de 1944.
[106] Complete a satisfação de uma boa ceia... com o prazer de um bom charuto. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XLVI, N.15.843, p. 5, 28 de Jun. 1946.
[107] Cem anos de existência pelo progresso da indústria brasileira 1851-1951. *A Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XI, N.3.307, p.2, 18 de Maio. 1952.
[108] Distinção e alta qualidade. *A Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XI, N. 3.377, p.7, 10 de Ago. 1952.

> A SINFONIA DAS CHARUTEIRAS – cantarolando, milhares de operárias em algumas dezenas de bancas das fábricas *Suerdieck*, na Bahia, fazem com suas **mãos de fadas** charutos que honram a importante indústria do fumo.
> **SIMPATIA, APLICAÇÃO E HABILIDADE** – Quem resistirá ao encanto dessas criaturinhas que trabalham satisfeitas, fortalecendo o bom nome de tão importante indústria? O flagrante que apresentamos ainda é das instalações *Suerdieck* na Bahia, na Fábrica de Maragogipe.[109] [meus grifos]

A construção de uma imagem das trabalhadoras afeitas ao trabalho manual de um produto marcadamente consumido por homens das altas classes assinalam operações discursivas utilizadas pelos empresários para produzir uma distinção de suas mercadorias. Portanto, os arranjos informados pelo conjunto das propagandas lançaram mão das referências de feminilidades, daquela realidade social, a exemplo do cuidado, da fragilidade, da sensibilidade como elementos substanciais que envolveram toda a fabricação dos charutos. Estes ideais de feminilidades foram adaptados e criaram novos arranjos de imagens para as mulheres trabalhadoras que figuraram grande parte do léxico usado nas propagandas das empresas fumageiras, apropriando-se de uma prática social e a naturalizando como feminina. Como ficaram indicadas no texto de Jorge Amado, essas noções não estavam restritas ao discurso patronal, eram compartilhadas por diferentes setores sociais.

Da mesma forma, as empresas fizeram a oposição entre esses modelos de feminilidades e a construção de masculinidades dos homens da alta classe. Por isso, não podemos perder de vista que os charutos eram "para fins de banquetes ministeriais" para retomar algo dito por Jorge Amado.[110] Isto justifica outra manobra da *Cia. de Charutos Dannemann* e da *Costa Penna & Cia*. As empresas buscaram reiterar em suas propagandas o consumo das altas classes, usando a ideia de uma suposta "sensação de superioridade" que deveria ter um "exigente paladar de bom fumante" quando se "fuma um charuto *Cruzeiro*."[111] Uma propaganda sinaliza as intenções da *Cia. de Charutos Dannemann* nesta direção: "Sim! Ele sente-se feliz entre os demais, porque possui o 'complexo de superioridade' próprio dos que fumam charutos Cruzeiro. Inclua-se nesta 'rol' das felizes, saboreando o charuto Cruzeiro, criado para o seu apurado gosto de bom fumante!"[112] Em outra propaganda, se afirmou que "em qualquer circunstância, o Sr. se sentirá um 'HOMEM SUPERIOR', fumando um charuto Cruzeiro. A rigorosa seleção do fumo empregado faz dos charutos Cruzeiro uma nova sensação de bem-estar que envolve todos os sentidos."[sic.][113]

---

[109] *Suerdieck & Cia. A Manhã,* Rio de Janeiro, Ano VI, N.1.164, p.2, 10 de Nov. 1946.
[110] AMADO, Jorge. op. cit. p.148.
[111] A marca *Cruzeiro* pertenceu à *Cia. de Charutos Dannemann.* Ver: Ah! Que delicioso Cruzeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XLVI, N.16.045, p.3, 25 de Fev. 1947.
[112] Ah! Que delicioso Cruzeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XLVI, N. 16.037, p.11, 13 de Fev.1947.
[113] Ah! Que delicioso Cruzeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XLVI, N.16.047, p.13, 27 de Fev.1947.

A manutenção das operárias no labor direto com os charutos tem sentidos ambivalentes. Como já foi dito, as empresas buscaram construir e relacionar o discurso do trabalho manual feminino com produtos refinados e distintos de outros artigos de fumo, como o cigarro, por exemplo – fabricação mecanizada e de consumo popular. Em segundo lugar, as empresas não deixaram de contrapor produtor e consumidor manifestado na exaltação das qualidades de "superioridade" destes últimos, criando também imagens de masculinidades. Uma separação entre o trabalho prático das mulheres e o consumo apurado dos homens. Buscaram reiterar que fumar charutos foi, sobretudo, uma atividade de distinção social em termos de classe, das raças sociais e do reforço de masculinidades hegemônicas.

A este respeito, impressiona um tratado escrito pelo memorialista Anfilófio de Castro que ilustra como a elite letrada em torno destas empresas compartilhava dos artifícios discursivos operados por elas e traça uma linha que define a legitimidade de fumar charutos como espaço masculino. Trago uma longa passagem:

> O Médico e o Doente – A Mulher e o vício – O HÁBITO DE FUMAR, outro manancial de saber, verdade e bens. "Sem saúde não pode haver elegância". Esta a chave de ouro de alto quilate que o fecha, a propósito da mulher fumar para emagrecer; e, magra, tornar-se elegante. Atacar o vício e acatar a virtude, deve ser a missão precípua da mulher. Somente na virtude ela encontra beleza e elegância; porque a virtude, sobre ser saúde da alma, é o ombro que sustenta a sua grandeza. Há simples gestos que lhe maculam o candor, como o látex da mancenilheira, ulcera a pele. Que diremos então de um vício? Mas a mulher hodierna, como as eólias de há dois milênios, introduziu-se na sociedade masculina; e nesta, loucamente, dá-se ao culto dos vícios e das paixões, que depravam, anemizam, deformam, consomem e mata. Desatentas à saúde, fonte de beleza, e aos olhos, que atrai, que, pasmos e penalizados, se fitam nos farelos de sua carne, no lixo de sua pudicícia, no horrível da sua desventura, vende-se e revende-se, e, depois, num leito de hospital, já mortos os sentimentos cândidos, arruinado o espírito, e se lhe da boca não escorrer então sangue e pus, escorrerá o nojento e miserável coprolalia. Desta feição, infrutíferas a ciências e a caridade ao seu infortúnio. Ontem, Maria Ifigênia ao saber da sentença condenatória de seu pai-Alvarenga Peixoto, morreu de dor; dor das que no crisol do coração purificaram para o céu. Qual a que hoje, introduzida na sociedade masculina, cativa do vício, para haver elegância, não rirá ao padecimento alheio, e chorará à morte dos pais?[114][sic]

Anfilófio de Castro esteve atento sobre o que tratava as tais reuniões masculinas. Seu enunciado nos informa qualitativamente do que esperavam do "hábito de fumar" sobre a perspectiva do público. Ao abordar do tema o escritor demonstra dois modelos de feminilidades, aquele degenerado pelo vício, associado ao hábito de fumar, e suas expectativas de um ideal do feminino portador de virtude imaculada. Provavelmente, o esforço de Castro respondeu às mulheres que insistiam em romper tais padrões. O repúdio do escritor termina por demonstrar quais sujeitos poderiam se inserir legitimamente nestes

[114] CASTRO, Anfilófio de. op. cit. p.86.

espaços: aos homens brancos das altas classes. Não obstante a isto, os charutos estiveram associados a figuras políticas e economicamente poderosas, algumas delas são frequentemente lembradas pelo seu hábito de fumar charutos, bons exemplos, foram o presidente brasileiro Getúlio Vargas e o primeiro ministro do Reino Unido Winston Churchil.[115] Isto pode indicar a expectativa do próprio Anfilófio de Casto. Ele era um admirador exemplar do consumo de charutos,[116] e em seu tratado não esteve preocupado com a saúde de modo geral, mas reforçou seus interesses em preservar os espaços das reuniões como exclusivamente masculinas. Isto torna emblemático o espaço que o autor esperava ocupar as mulheres e o seu desejo de uma moral feminina forjada em oposição e submissão à moral masculina. Como se percebe, enquanto fumar charutos para uns era um ato "superior", para as mulheres a "virtude" era degenerada pelo vício.

Os anúncios e o registro memorialístico demonstram que havia amplas correspondências entre aquilo que foi articulado como uma semiótica das propagandas e os modelos de feminilidades e masculinidades daquela sociedade. Desta forma, Joan Scott insistiu que as relações de poder podem não estar sobre o que é dito recorrentemente sobre as mulheres, mas o sentido das atividades que as mulheres fazem em dadas realidades.[117] Interpreto o conjunto destes termos discursivos como metáforas das hierarquias de poder em arranjos históricos na vida social do trabalho fumageiro. A orientação das preferências dos empresários no emprego massivo das mulheres e na restrição aos trabalhos manuais supostamente estavam envolvidas sobre estes significados lançados sobre o trabalho das operárias. Além disto, a presença destas mulheres no labor direto dos charutos representaram demais usos para o patronato fumageiro, tanto em uma linguagem do trabalho em termos técnico-organizativos, como no uso disto em termos de representações sociais por meio das propagandas sobre o trabalho feminino com supostas qualidades para garantir o esmero e alto padrão dos charutos.

---

[115] Esses dois políticos foram lembrados em algumas ocasiões por outro memorialista, o Ubaldo Marques Porto Filho. Eles receberam mais de uma vez caixa de charutos de empresas do Recôncavo Baiano. O Primeiro Ministro Britânico foi reconhecido como um dos mais famosos fumantes de charutos de sua época. Ver: PORTO FILHO, Ubaldo Marques. op. cit. p. 125-160.

[116] Sobre o fumo de Muritiba o autor exalta: "claro, aroma delicioso, fino, leve, elástico e resistente; folhas de limbos largos, nervação delicada, lisas, ora apresentando pelos granulosos a que chamamos em vulgar – 'carrosquilhos', é o fumo das nossas boas "malhadas". Sobre tão preciosos atributos, - não amarga. Ao fogo, ó docilidade admirável! Queima bem, certo; não enruga; isto é, não 'faz beiço'. A fumaça é azulada e tênue, e não ataca a pituitária, como nos sucede com a de fumos outros. Além disso é adocicada e solta. A alvura da cinza encanta; como o aroma delícia!" [116] CASTRO, Anfilófio de. op.cit. p.104.

[117] SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=39565>. p. 21.

Esta análise ainda não estaria completa sem expor o conteúdo racializado em que as referências às trabalhadoras fumageiras foram representadas. Para este segundo movimento analítico, trago outro conjunto de fontes. Na ocasião do *I Congresso Nacional do Fumo* ocorrido em Salvador, a *Cia. de Charutos Dannemann* recebeu atenção especial da revista ilustrada *A Manhã*. Em um dossiê recheado de informações sobre os trabalhos ocorridos neste "acontecimento de relevo na vida econômico-social do país", o evento, que teve colaboração do *Instituto Baiano de Fumo* e patrocínio do Governo do Estado, recebeu os principais centros fumageiros do país. Buscaram debater aspectos técnicos, processos científicos e métodos racionais para melhor aproveitamento e aumento da qualidade das folhas, também se debruçaram sobre o campo da economia, comércio e indústria e inúmeros outros assuntos do interesse dos empresários do ramo.[118] Destaquei, sobretudo, a exposição que foi conferida ao estande da *Cia. de Charutos Dannemann* como segue:

Imagem 9: Sessão de fotos da visitação ao estande da *Cia. de Charutos Dannemann*

O chefe do Executivo da «Boa Terra» deixa-se fotografar entre autênticas baianas, vindas da fábrica especialmente para manufaturarem os excelentes produtos da «Dannemann», no «stand» da Exposição.

Fonte: O I Congresso Nacional do Fumo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XII, N.3.378, p.2, 10 de ago. 1952.

[118] O I Congresso Nacional do Fumo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XII, N. 3.378, p.2, 10 de ago. 1952.

Na imagem escolhida pela revista está o governador da Bahia Regis Pacheco e demais visitantes do estande da *Cia. de Charutos Dannemann*. Não pode se deixar de notar, a presença de quatro trabalhadoras. Elas estão vestidas propositalmente de forma padronizada para o evento com o indicativo de encenarem, conforme a legenda, a imagem de "autênticas baianas". Para isto, elas vestem saias estampadas, camisas brancas, colares e turbante à cabeça. A composição das vestimentas lançada às operárias faz referências ao imaginário construído acerca das mulheres negras na Bahia, reproduzido por inúmeros viajantes em gravuras e fotografias, e também em registros históricos, sociológicos e literários.[119] Além de representarem tais imagens, elas também chegaram a performar a fabricação de charutos em tempo real nos estandes, conforme indica a imagem a seguir:

Imagem 10: Sessão de fotos da visitação do estande da *Cia. de Charutos Dannemann*

Drs. Regis Pacheco e Nonato Marques, respectivamente governador e secretário da Agricultura da Bahia, quando apreciavam a feitura de charutos a mão, no «stand» da Cia. Brasileira de Charutos Dannemann.

Fonte: O I Congresso Nacional do Fumo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XII, N. 3.378, p.2, 10 de ago. 1952.

[119] FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance!* Mundos femininos, maternidade e pobreza, Salvador: 1890-1940. Salvador: Edufba, 2003.; SOARES, Cecília. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.132. 1994.

Este último conjunto de fontes permite aprofundar a investigação das manipulações das categorias raciais nas manufaturas. Como busco argumentar, as empresas fumageiras não manifestaram discursos raciais abertos, nem mesmo nas documentações internas consultadas. Dessa forma, a análise da organização dos processos produtivos sinalizou que apesar do silêncio sistêmico na documentação, as empresas operaram com hierarquias raciais a partir da organização das estruturas de exploração do trabalho, buscando a fixação das mulheres negras no trabalho manual. Entretanto, este último conjunto de fontes permitem indagar quais eram as outras possibilidades e consequências dessa divisão racial do trabalho e como elas se conectavam ao público consumidor dos charutos baianos.

O periódico apresentou imagens racializadas das trabalhadoras sob a mediação do termo "baiana" como conectivo racial. O meu argumento é que essas fontes permitem interpretar que esteve subsumido ali um ocultamento racial, próprio da ideologia da "democracia racial", que sendo o discurso vigente da construção de nação só permitiria uma referência às raças sociais das operárias através do silenciamento das mesmas, substituído por uma codificação supostamente cultural e neutra de "baianas".[120] Permite também observar como essa manobra esteve combinada com a racialização das diferenças regionais.[121] Dessa maneira, encenar a vestimenta que faziam alusão à identidade "baiana" foi conectar as operárias aos estereótipos construídos sobre as mulheres negras. Se por um lado, as empresas se utilizavam desse vocabulário e semiótica para proliferar um imaginário racializados sobre "operárias negras", uma rápida leitura dos textos dos escritores que visitaram as manufaturas ou fizeram referência às trabalhadoras também são indicativos de que esses estereótipos eram correspondidos em outras dimensões "fora" das fábricas analisadas.

Os visitantes que chegaram à São Félix e a Cachoeira e observaram as trabalhadoras de charutos e cigarrilhas também fizeram produzir e reproduzir representações raciais das operárias no imaginário social. Os enunciados desses observadores do século XX, não são interpretados como dados objetivos, descritivos, como testemunho imparcial ou uma escrita ingênua, mas pela chave que seus usos e definições trazem significados raciais e de gênero compartilhados. Esses escritos carregam um "esquema histórico-racial" para lembrar algo dito

[120] GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: editora 34, 2019, p. 51-58.

[121] Diferente de São Paulo, o discurso da democracia racial na Bahia buscou reiteradamente admitir os elementos afro-brasileiros como partes inclusivas de sua identidade regional, a contrapelo, da desigualdade racial e social. Um estudo para outra região ver: WEINSTEIN, Barbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. *Esboços*, Florianópolis, v.13, n.16, p.281-303. 2006.; GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. op. cit.

por Frantz Fanon.[122] São sinais de que se operavam discursos e representações racializadas que não escaparam da interceptação do gênero.

Stefan Zweig, por exemplo, em seus registros trouxe um tipo de codificação racial, quando não deixou de notar que nas fábricas de charutos "centenas de moças morenas acha[va]m-se sentadas nas salas da fábrica uma ao lado da outra e cada grupo delas exerc[iam] uma atividade diferente." A categoria "morenas" ao decorrer do livro fez parte de um repertório de nomeações que o autor usou e pode ser lida através da chave do elogio a mestiçagem brasileira, pois para o austríaco "o Brasil tornou absurdo – e a importância desse experimento parece-me modelar – o problema racial que perturba o mundo europeu [a ascensão do nazi-fascimo], ignorando simplesmente o presumido valor de tal problema". Zweig esteve atento aos círculos intelectuais brasileiros de sua época, principalmente a influente interpretação da mestiçagem racial feita por Gilberto Freyre como aspecto fundador e conciliador da nação brasileira que funcionou de inspiração para que o autor pudesse escrever e fazer propaganda da suposta democracia racial no Brasil.[123]

Outro exemplo é a obra *Jubiabá* (1935) de Jorge Amado. Uma análise mais extensiva do texto literário sinalizou que, embora a temática do racismo seja abordada com intenções de ser combatida, o autor operou na sua escrita com essas codificações. Não deixou de reproduzir na narrativa diferentes arquétipos: a existência da negra/*mulata*, em lugar secundário, fixada como "puro corpo ou sexo" construída como objeto sob o olhar dos homens.[124]

O "cheiro doce de fumo" foi a expressão que deu nome ao título do capítulo das façanhas de Antônio Balduíno e seu camarada Gordo, cujo cenário foi Cachoeira e São Félix. As cidades foram apresentadas pelo autor, sem deixar escapar a presença das fumageiras:

> das fábricas vem esse cheiro que entontece. Os homens que pescavam estão se recolhendo e conduzem peixes para o jantar magro. Das fábricas sai, ao mesmo tempo, um apito fino, prolongado. É o fim da jornada do dia. Antônio Balduíno foi para arranjar uma mulher, uma ***mulata*** a quem amar, no meio das operárias das fábricas. E ficou na esquina, rindo a sua gargalhada para as histórias do Gordo, esperando a passagem das mulheres. [grifos meus] [125]

---

[122] FANON, Frantz. op. cit.

[123] ZWEIG, Stefan. op.cit. p. 15-16;136. Para ver balanços sobre as ideias de exaltação a mestiçagem ver: VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Editora da Unicamp, São Paulo, Campinas, 2007. p.21-42; GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. op. cit.

[124] CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 6/7, 1996, p.40; ABREU, Martha Campos. Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920). *Tempo*, nº 16, Rio de Janeiro, pp. 143-173.

[125] AMADO, Jorge. op. cit. p.150.

Segundo o escritor, o cheiro do fumo "se impregnou nelas, que está nas suas mãos, nos seus vestidos, nos seus corpos, nos seus sexos." Daquelas mulheres que saíram cansadas após a jornada de trabalho, o personagem Antônio Balduíno fez o seguinte comentário: "aquela é a única que é comível... Mas já tá com o gerente", em seguida apontou para uma "mulatinha" que conversava com um homem loiro das fábricas – este seria assassinado no final desse arco por um homem negro revoltado com o alemão, por ter deixado "Mariinha" com um filho e sem emprego.

Mais a frente na história, Antônio e Gordo foram para um samba em Cachoeira. Neste samba são retratados os "negros fortes", também os "mulatos", as "negras", e as descrições do autor sinalizam um suposto "cheiro característico de negro" que se escondia sob o "cheiro doce do fumo." A materialidade dos corpos foi objeto de muitas linhas escritas por Jorge Amado. Escreveu que embalados pelo samba: "umbigos batiam nos umbigos, as cabeças se tocavam"; "os corpos se uniam pelas cinturas e depois se soltavam, giravam sozinhos e voltavam a se encontrar, barriga com barriga, sexo com sexo". E mais uma vez se diz sobre as mulheres: "as mulheres eram de mola, quebravam o corpo todo no mexido, as ancas aumentavam, as nádegas remexiam sozinhas, como se tivessem uma vida à parte do corpo".

O cheiro forte dos fumos do Recôncavo Baiano se tornou doce na escrita de Jorge Amado e se confundiu com o próprio corpo das mulheres, ou como se aqueles personagens pudessem supostamente compartilhar algum tipo de cheiro inato a partir da sua cor. A antropóloga Mariza Corrêa diz que poderia se fazer uma rica coleção apenas para as alusões metafóricas sobre o cheiro ou o gosto evocadas para descrever a *mulata*, compartilhada por inúmeros escritores, incluindo o próprio Jorge Amado.[126] Da mesma forma que na escrita se referiu ao cheiro, também se enunciou sobre o corpo uma suposta lubricidade, animalidade e conduta da mulher negra, sempre submetida à ação do desejo dos homens. Portanto, emerge da literatura amadiana uma concepção de acordo com assertiva da pesquisadora Ângela Figueiredo, de que a *mulata* não é uma variação de cor objetiva ou uma categoria racial, e sim, construções sociais em que cor e fenótipos são associados à comportamentos e o corpo da *mulata* é sexualizado sempre a partir do olhar dos outros.[127]

[126] CORRÊA, Mariza. op.cit. p. 39; O historiador Alberto Heráclito lembra como "morenas cor de canela" ou "cor de jambo" eram presentes no cancioneiro popular, alusões aos símbolos imaginários do erótico baiano sobre as mulheres negras.: FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. op. cit. p.87.

[127] FIGUEIREDO, Ângela. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. *In:* PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. *Raça*: novas perspectivas antropológicas. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA. 2008, p.242;246; GUIMARÃES, Antônio Sérgio. op.cit. p.76-77.

Os excertos que selecionei da obra *Jubiabá* são demonstrativos do olhar racial e de gênero do autor. A leitura atenta dos trechos sinaliza como Jorge Amado reforçou a construção mítica da *mulata*, em definições racializadas, de gênero, de classe e sexualidade, localizada no campo do desejo sexual, do corpo, do violável e do descartável. Sendo assim, o que foi dito sobre a *mulata* nos diz menos sobre a cor daquelas mulheres, e mais sobre o uso da categoria compartilhada pelos sujeitos daquela sociedade. A literatura dessa forma informa como concepções hierarquizantes de racialização do gênero operavam. Como observou o historiador Alberto Heráclito, que frequentemente na imprensa, nos relatos de viajantes, nos escritos históricos e literários, as categorias de *morenas* e *mulatas* aparecem referindo às mulheres negras como alusões ao imaginário do que chamou de erótico baiano.[128] Além da problematização feita é necessário perceber outra ambiguidade encontrada no uso do termo *mulata* em *Jubiabá*. Mais do que o projeto literário do Realismo Socialista adotado pelo autor, a obra também é carregada de dualidades entre "estruturas feudais arcaicas e burguesas modernizadoras" como afirmou a pesquisadora Laura Moutinho, e isto remete a ruptura com o discurso racial do racismo científico – considerado arcaico – do início do século XX, e a aproximação de Jorge Amado com o discurso da democracia racial como antítese, tendo como principal interlocutor Gilberto Freyre.[129] Essa contextualização da obra é fundamental. Lélia González sinaliza e critica o profundo conteúdo da categoria *mulata* que surge como símbolo do mito da democracia racial, emergente como um produto de exportação na cultura brasileira, e que por outro lado, silencia o cotidiano de exploração do trabalho das mulheres negras.[130]

No conjunto da análise, o cruzamento das fotografias com as propagandas e a literatura permitiu aprofundar os conteúdos de uma narrativa racializada sobre o gênero que extrapolavam a organização do trabalho e os muros das empresas. As imagens das charuteiras estavam inseridas em um processo mais amplo de sexualização das mulheres negras e as firmas não abriram mão de utilizar estes estereótipos, sobretudo, para mais uma vez atribuir

[128] FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. op. cit. p.87.

[129] MOUTINHO, Laura. Entre o realismo e o ficcional: Representações sobre "raça", sexualidade e classe em dois romances paradigmáticos de Jorge Amado. *PHYSIS*: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14. n.2, p.307-327, 2004.

[130] Para Lélia, *mulata* e *doméstica* é a ocupação de um mesmo sujeito histórico, enquanto a primeira é exaltada, a segunda sofre as consequências de uma divisão racial e sexual do trabalho. A autora sintetiza essas duas categorias na figura da *mucama*, indicando as continuidades dos lugares sociais ocupado pelas mulheres negras na estrutura social dos tempos coloniais até contemporaneidade.: GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs. p.223-244. 1984.

singularidades aos charutos manufaturados.[131] Isto permite refletir sobre um paradoxo das experiências de gênero e de raça destas operárias. Se por vezes são negadas às mulheres negras os atributos de feminilidades, outras vezes, essas mesmas mulheres sofreram processos de hipersexualização de seus corpos.[132] Assim, as propagandas e o discurso patronal buscaram manipular os modelos de feminilidades, bem como sua versão racializada, para explorar as imagens das operárias, ora naturalizando, ora objetificando-as e sexualizando-as. Isto com intenções de mexer com o universo masculino dos consumidores de seus charutos.[133] Dessa forma, o aparente silêncio institucional da cor das operárias, o que poderia inviabilizar uma análise do racismo como aspecto da exploração de classe, sinalizou que as construções da ideologia racial estavam referidas pelas empresas por termos intermediários, com consequências no planejamento divisório da prática organizacional, mas também como nos usos simbólicos da prática laboral das mulheres negras para construção do contexto social do imaginário racial brasileiro.

[131] Atualmente, o visitante do *Centro de Cultura Dannemann*, dentre outras coisas, pode acompanhar o processo de manufatura de charutos e observar a exposição de mulheres negras trajadas de "autênticas baianas" através de uma vitrine. Talvez as expectativas do laborar das operárias negras estejam ainda lançadas e manipuladas pelos patrões conforme analisei. O centro se localiza na Av. Salvador Pinto, n. 29, São Félix, Bahia.

[132] Ver: DAVIS, Angela. op. cit. p.19; FANON, Frantz. op. cit.; MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. (org) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Ed. 1 Reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019, p. 27-53.

[133] Muitas vezes que apresentei partes desta pesquisa em eventos acadêmicos, outros homens me perguntaram se as mulheres "enrolavam os charutos nas coxas", algo que até o momento não foi possível verificar, mas situa de forma mais ampla quais imagens o senso comum tem do trabalho dessas mulheres negras e como isso se manteve até os dias atuais.

Capítulo 3

As lutas operárias

O objeto central de análise neste capítulo é a luta de classes. A partir da problemática de pesquisa, irei analisar a seguir as interações, as resistências e as lutas desenvolvidas pelas trabalhadoras contra um modelo de produção capitalista. Para analisar estas lutas busquei os laivos das agências das operárias no dia a dia do trabalho propondo modelos próprios de lutas e resistências, ao passo que também interpretei as repostas patronais para perpetuar a exploração. Dessa forma, um dos aspectos centrais neste capítulo é a investigação sobre as investidas de controle do trabalho praticadas pelo patronato fumageiro, sem deixar escapar a dimensão da disputa. Essas disputas nem sempre ficaram explícitas nas fontes, e demandam um esforço metodológico de encontrar estes rastros tanto no discurso patronal, quanto no discurso da imprensa operária. Para tanto, muitas vezes o patronato recorreu aos imperativos extraeconômicos, articulando modelos de controle social dentro e fora das fábricas para garantir a diligência da produção. Por sua vez, as operárias demonstraram uma longa tradição de lutas abertas articuladas com diversas tendências do movimento operário em diferentes conjunturas históricas. Assim, procedi a uma investigação das agências das operárias e suas várias expressões de lutas de classe.

Disputas sobre controle do trabalho: o caso dos fumicultores

Nesta seção quero investigar especialmente as disputas sobre o controle do trabalho na produção da matéria prima, geralmente, produzida fora das manufaturas de charutos e cigarrilhas. O objetivo é sinalizar as várias expressões de conflitos de classe no setor, e indicar que os processos de racionalização do trabalho nas manufaturas que investiguei não foram generalizados para todo o complexo fumageiro. A metodologia que apliquei foi indagar a através de alguns fragmentos e indícios das fontes sobre agência das trabalhadoras, a partir de uma leitura, por vezes, a contrapelo. As lutas implícitas, essas sim, estavam generalizadas e podem ter informado ao conjunto das experiências operárias um repertório de atitudes, de lutas e de resistências.

A força de trabalho fumageira foi composta por trabalhadoras que atravessaram diversas conjunturas, especialmente aquela da reorganização do trabalho no pós-abolição.

Mesmo que a presença das manufaturas nos centros urbanos do Recôncavo Baiano possa ser observada desde os meados do século XIX, não descarto a possibilidade de muitas destas trabalhadoras fumageiras terem tido experiência anterior de origem rural. Conforme observou o sociólogo Costa Pinto, era frequente encontrar uma "aspiração comum entre [filhas e] filhos de [trabalhadoras e] trabalhadores rurais, virem para a cidade e ingressarem nas fábricas de charutos como [operárias e] operários."[1] Mesmo quando as trabalhadoras se encontravam diante do trabalho formal das manufaturas, aquela experiência das famílias fumicultoras poderia estar ali como repertório de suas resistências.

No campo, o trabalho esteve organizado a partir da propriedade da terra. A exploração direta das famílias pobres esteve principalmente a partir da forma de arrendamento das propriedades. De acordo com a descrição do engenheiro agrônomo Gregório Bondar, pode se saber mais sobre esta organização:

> Grandes plantações de fumo não existem. Os fazendeiros "graúdos", possuidores de terrenos extensos, dedicam-se à criação, não achando vantagem na cultura do fumo pela mão de obra paga, pois as despesas nem sempre são compensadas. O fumo é cultivado exclusivamente pelas famílias de pequenos proprietários ou simples moradores, proletariado do campo, que, sem ter animais nem instrumentos necessários para o trabalho, só com a foice e enxada fazem pequenos roçados, às vezes de 40-50 metros quadrados e neles plantam o fumo, pagando ao dono da terra um sexto ou mesmo um quinto da sua colheita como preço de arrendamento (uma arroba de fumo por tarefa). Plantações de dois a três hectares (4 – 6 tarefas são raras, ou excepcionais).[2]

Alguns pequenos lavradores com alguma disponibilidade de capital, em pequenas propriedades, poderiam plantar o fumo, estimulados pelo pouco investimento necessário para o seu cultivo, mas isto os deixava em uma situação de dependência em relação aos comerciantes e aos exportadores. O fumo bruto que saia dos plantéis era vendido por baixos preços aos enfardadores, dando pouca margem de lucro, acentuado ainda mais no caso dos meeiros.[3] Frequentemente as propriedades eram arrendadas sob o sistema de meação, cujo aluguel da terra era pago através da entrega da metade da produção, pelo pagamento direto através dos lucros ou ainda através do trabalho nas lavouras de grandes proprietários.[4] Além dos proprietários, os lavradores se tornaram reféns das condições dos imperativos econômicos

---

[1] PINTO, Luís Aguiar Costa (1959). Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de A. (org.) *Recôncavo da Bahia*: Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997, p.127.

[2] BONDAR, Gregório. *O Fumo na Bahia*. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia. Edição Especial do Centenário. 1923, p. 295.

[3] BORBA, Silza Fraga Costa. Industrialização e exportação do fumo na Bahia, 1870-1930. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.328. 1975, p.15-17.

[4] PINTO, Luís Aguiar Costa. op. cit. p. 124-125.

imposto pelo capital comercial e o rendimento nas negociações serviu para aquisição de roupas, calçados, produtos manufaturados e outros alimentos como a carne seca e o sal, favorecendo mais uma vez o comércio de importação e exportação dos armazéns.[5]

Dessa forma, essa experiência de exploração diante do capital comercial, aparentemente ficou anunciada a partir do apelo enviado ao jornal *A Classe Operária* (1925). Esta publicação, ainda que um importante indício da solidariedade entre os setores da classe trabalhadora, também sinalizou a situação da organização do trabalho e das experiências de exploração da população do campo. Assinada pelo operário Antônio Massaranduba, o periódico disparou:

> PELOS TRABALHADORES DOS CAMPOS
> S. Felix, 9 de junho – Os trabalhadores dos campos da Bahia vem pedir a liberdade da terra. Estamos morrendo de fome. A terra está nas mãos dos ricos, que não precisam dela. Compram todos os terrenos só com o intuito de interromper o expediente dos pobres trabalhadores. Só os pobres precisam de terra para trabalhar, para assim manter a família. Entre nós há grande número de crianças analfabetas, por causa da pobreza do país. Compreendendo que a nossa situação só melhorará quando tivermos um governo de pobres, um governo de trabalhadores, e compreendendo que o maná não cairá do alto, vamos organizar-nos em sindicato de resistência para assim defendermos os nossos direitos. - Antônio Massaranduba.[6]

Em que pese os desejos políticos e ideológicos que o articulista sobrepõe na organização de seu discurso, esteve ali também marcada os vestígios das contradições sociais da realidade do trabalho no campo. São os indícios dos processos de proletarização das famílias fumicultoras, através da separação do produtor e dos meios de produção. O uso do termo proletarização é somente para sinalizar os processos de expropriação das famílias pelos imperativos econômicos, coagidas a viverem exclusivamente da venda da sua força de trabalho. Em especial, no caso analisado, isto nem sempre foi reduzido ao pagamento de salários, mas nas formas de arrendamento. Contudo, a chave interpretativa desta seção é a suspeita que os processos de controle do trabalho estiveram retidos em posse dos pequenos agricultores. Apesar da falta de fontes sobre isto, me parece que a despeito dos sistemas de exploração, seja pelo arrendamento das terras, ou pelos baixos rendimentos nas negociações com os enfardadores de fumo, a família fumicultora manteve algum controle sobre a rotinização do trabalho ao seu desejo. Sobre isto, quero sumariar algumas opiniões de

[5] ALMEIDA, Paulo Henrique. A manufatura do fumo na Bahia. Dissertação (Mestrado em Economia e Planejamento Econômico) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p.192. 1983, p. 24-25.
[6] MASSARANDUBA, Antônio. Pelos trabalhadores dos campos. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.10, p.2, 4 de Jul. de 1925.

diferentes observadores contemporâneos que buscaram vincular a suposta má qualidades das folhas de fumo exportadas à crítica da gestão em poder das famílias fumicultoras.

Com o parco proveito, as pequenas lavouras não puderam investir no desenvolvimento técnico e isto em particular foi ponto de interesse dos jornais, conforme a publicação do periódico sanfelixta *O propulsor* (1916): "hoje, como ontem, como há um ou dois séculos atrás, o processo do plantio, da colheita e do preparo do fumo é o mesmo." O articulista ainda apontou que não havia "nenhum cuidado na escolha das sementes que são apanhadas nas lavouras já em abandono pelo esgotamento." Além da suposta estagnação, o jornal condenou os "terrenos mal escolhidos, mal preparados e sem adubos apropriados, quando os têm, são cavadas, a enxada, as 'mussicas' e as 'covas viradas' para as quais são transplantadas as 'plantas'." Admitiu o jornal que após a colheita, as folhas passavam ainda pelo processo de secagem, que "nas terras de S. Gonçalo dos Campos, S. Estevão de Jacuípe, S. Félix, Cruz das Almas, Affonso Penna [atual Conceição do Almeida], S. Amaro, Feira [de Santana], etc." eram frequentemente colocadas "as hastes penduradas uma a uma secas no 'coberto'" sob algum cuidado, fato que o mesmo jornal não constatou em "Orobó, S. Luiz, Camisão, Monte Alegre" onde "secam-se, exposta ao sol e à chuva".[7]

Defendeu ainda que essa pouca disposição de recursos técnicos, o manejo precário das sementes e a negligência com o preparo da secagem das folhas resultaram na "inferioridade das safras destes últimos municípios e adjacências" e naquele ano "parece não haver artigo de boa qualidade se não em muito poucas zonas produtoras". A publicação associou que a esperança dos lavradores residiu nos fatores naturais com as chuvas e as "trovoadas" de outubro que pudessem favorecer a colheita, afastar as pragas, e melhorar a qualidade das folhas.[8] Outro a compartilhar tais opiniões foi o técnico agrícola Gregório Bondar, que também atribuiu à natureza a permanência da boa qualidade do fumo baiano. Segundo o técnico "a lavoura primitiva, [na] ausência completa da seleção racional, todas as variedades ficam logo niveladas, voltando ao tipo atávico, enobrecido pelas condições naturais favoráveis do nosso solo e clima". Além disso, Bondar sinalizou as limitações técnicas já que "o único instrumento da lavoura é a enxada" na falta do "arado, a grade, o extirpador" para a produção e criticou: "lavra-se a mais pequena área possível e dá-se à terra o mínimo de cuidados.[9]

[7] O cultivo de fumo no Estado. *O propulsor*, São Félix, Ano XX, N.154, p.2, 2 de Out. 1916.
[8] Ibidem.
[9] BONDAR, Gregório. op. cit. p.295.

Quase vinte anos depois, o escritor Anfilófio de Castro reiterou estes pressupostos. Ele diz que o lavrador muritibano continuou a trabalhar com "enxada, facão, foice e a machado" e argumentou que graças ao solo rico de húmus era possível colher boas safras, "apesar do rudimentar dos meios empregados pelos seus lavradores, geralmente analfabetos e pobres, ela o produz com grande resultado".[10] Em 1944, outro jornal sanfelixta, dessa vez o *Correio de São Félix*, expressou os reclames de Oldemar Santos. Menos interessado na análise técnica sobre o plantio do tabaco e mais preocupado com o mercado, o colunista mudou um pouco o tom, mas terminou por endossar os argumentos anteriores:

> O mais grave de todos os problemas é o da cultura. Os plantadores rendeiros na sua maioria lidam com terras imprestáveis, sementes inferiores e processos de cultura obsoletos. A ignorância de uma parte e a exploração de que são vítimas da outra, impedem a apresentação dum produto melhorado o que reverte em prejuízo geral: dele, do enfardador e do fabricante.[11]

Além disso, Oldemar sinalizou outros elementos que contribuíram para impedir melhores resultados das safras, e me pareceu ilustrativo para aprofundar a questão da qualidade dos fumos:

> O mercado entre os enfardadores e produtores, que se baseia unicamente na cotação do produto, sem serem levados em conta os gastos da plantação e transporte, concorre, ainda, para a inferioridade a safra. É o regime de cada qual que cuide de si. Para um comércio de aventura esta seria a conduta indicada. O fumo, porém, pelo tempo que é explorado e comerciado na Bahia já merece melhor sorte; tanto em benefício do negociante como do produtor.[12]

A coleção de indícios que selecionei permite analisar como os contemporâneos desaprovaram a suposta falta de instrução e a insistência no uso de métodos tradicionais dos fumicultores como fundamentais para a depreciação da qualidade do fumo baiano. Entretanto, o que parece estar sublinhado nestes textos é o silenciamento dos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo. Uma vez que as fontes acompanham algumas ambiguidades sobre o trabalho das famílias fumicultoras. Quando o resultado esperado foi notado, a maioria destes observadores associou às condições naturais para o enobrecimento da matéria prima, embora, Gregório Bondar, por exemplo, chegasse a admitir que "a maioria dos lavradores prestam ao fumo um trato regular, secando-o na sombra, dando uma fermentação cuidadosa, obtendo assim um produto fino, que atinge aos melhores preços."[13] Em que pese os limites das fontes para emergir os interesses dos de baixo, penso que a partir das tensões sociais, do

---

[10] CASTRO, Anfilófio de. *Muritiba:* sua história e seus fados 1559 - 1941. Digressões - Notas à Bahia. Bahia: Tipografia Naval, 1941, p.104.
[11] SANTOS, Oldemar. Fumos e Charutos. *Correio de São Félix*, São Félix, Ano X, N.22, p.1, 15 de Out. 1944.
[12] Ibidem.
[13] BONDAR, Gregório. op. cit. p.296.

cenário de pauperização e de exploração no campo, a qualidade destas folhas de fumo esteve aos desejos e sob o controle das famílias fumicultoras, a despeito das demandas e dos interesses dos enfardadores de fumo e do capital comercial.

Ao que parece, as limitações técnicas embalaram as condições de produção, entretanto, não impediram para que durante a primeira metade do século XX, o Recôncavo Baiano fosse um dos centros fumageiros mais importantes do país. Uma leitura a contrapelo destes reclames das elites letradas podem sinalizar os rastros de que esses trabalhadores e trabalhadoras do campo forjaram interesses avessos aos dos enfardadores, principalmente, acerca do controle sobre os processos de trabalho que possuíam sobre o plantio, a colheita, o preparo e a secagem do fumo, antes de serem vendidos aos enfardadores. Isto recebeu a seguinte leitura do economista Jean Baptiste Nardi: "em realidade, o produtor pouco se preocupou com a qualidade. Só lhe interessava a quantidade e o preço." O comentário do economista foi em tom depreciativo, uma vez que essas ações resultavam em prejuízo para a fama dos fumos baianos.[14] Isto também aparece na interpretação do contemporâneo Oldemar Santos que identificou ser um problema que a "cultura entregue a pequenos agricultores, que pouco se preocupam com a qualidade, em vista da fluidez do mercado de preços e da procura."[15]

A interpretação que sugiro é visualizar que a luta pelo maior rendimento era a luta pelo trabalho justo. Isto sinaliza a profunda disputa em jogo em torno das estratégias para os enfrentamentos das famílias fumicultoras contra a extração de mais valor pelos capitalistas. Trabalhadoras e trabalhadores do campo atingidos pela organização e separação da estrutura fundiária, através da existência de atravessadores que compravam e ditavam o valor das safras a partir da quantidade, podem ter criado "descuidados" deliberados para que a quantidade fosse mais importante que a qualidade. Assim, colocavam uma oposição de interesses em relação ao comércio exportador, dada a permanente frustração dos lavradores expropriados nas negociações e seu deslocamento frente à finalidade da matéria prima. Acredito que não se poderia esperar que trabalhadoras e trabalhadores alinhassem seus desejos aos do mercado externo, uma vez que não ocorreu uma contrapartida em termos de ganho econômico para todos os setores. Como demonstrei ao longo da pesquisa, somente os empresários vinculados às exportações de fumo em folha conseguiram auferir lucros o suficiente para organizar e controlar a produção manufaturada de charutos e cigarrilhas. Este processo foi sustentado, sobretudo, pela exploração do proletariado do campo e da cidade.

[14] NARDI, Jean Baptiste. *Análise da cadeia produtiva do tabaco da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2013, p.88.
[15] SANTOS, Oldemar. Fumos e Charutos. *Correio de São Félix*, São Félix, Ano X, N.21, p.1, 8 de out. 1944.

Em outras palavras, a busca pelo rendimento, como finalidade imediata e estratégia de sobrevivência, é a tradução para revelar as lutas implícitas contra o capital, conforme os indícios registrados por Gregório Bondar que permitem visualizar o caráter deliberativo destes supostos "descuidados":

> Alguns roceiros, **para aumentar o peso do fardo** ou amassar as folhas demasiadamente secas ao sol, **molham o fumo com água**, no momento de enfardar. É uma prática condenável, pois o fumo torna-se preto, mofa e mesmo apodrece. O **lavrador fraudulento**, em vez do lucro almejado sofre um prejuízo. [grifos meus][16]

Ações como essa podem indicar que a sabotagem era uma das ferramentas para diminuir a discrepância dos baixos valores percebidos nas vendas que os lavradores faziam aos armazéns. Para além do aparente desleixo denunciado pelos articulistas anteriormente, os indícios podem informar que a dita má qualidade dos fumos esteve disposta e provavelmente deliberada por trabalhadoras e trabalhadores do campo. Um aspecto das resistências operadas e manipuladas diante da exploração expressas como uma das maneiras possíveis de luta de classes.

Dessa forma, o tema do controle sobre os processos de trabalho da população do campo esteve na pauta dos interessados na lavoura do fumo. Isto se pode observar, principalmente, nas tentativas de racionalização das lavouras de fumo ao longo de toda a primeira metade do século XX. Gregório Bondar sinaliza que "por diversas vezes o governo se interessou pela lavoura do fumo, procurando guiar o lavrador no cultivo e preparo do mesmo. Em 1903, pelo Governo do Estado foi contratado um especialista em fumo das ilhas de Cuba", e novamente "em 1914, o Governador Federal convidou dois americanos para orientar a lavoura e o preparo do fumo. Eles permaneceram por diversos anos em Cruz das Almas, sem ter meios suficientes para montar uma lavoura exemplar e sem poder ser úteis praticamente."[17]

A criação do *Instituto Baiano do Fumo* (IBF) em 1935 demonstra a insistência do estado em se responsabilizar pela produção e distribuição de sementes e mudas selecionadas, bem como pela orientação técnica no cultivo de beneficiamento da folha.[18] As orientações técnicas já eram tarefas dos armazéns de enfardamento, e a introdução de um órgão estatal para tal sugere que os esforços dos enfardadores não eram suficientes para garantir a diligência qualitativa da produção. A assistência técnica do Instituto criado pelo governador Juraci Magalhães, também não conseguiu assistir os fumicultores como se esperava e após

[16] BONDAR, Gregório. op. cit. p.296.
[17] Ibidem.
[18] ALMEIDA, Paulo Henrique. op. cit. p. 66.

dez anos, já em posição de autarquia, só assistiu 300 produtores, equivalente 0,1% dos fumicultores baianos. O governo federal também agiu, emitiu decretos em 1933, 1938 e 1940. Apesar de levar em consideração apenas a realidade do sul do país, em detrimento da baiana, buscou a padronização pelas normas, principalmente ao que tangia a zona de produção, o processo de secagem, preparo e beneficiamento, o comprimento das folhas e sua qualidade. Conforme Nardi, a introdução dos processos de racionalização a partir da legislação não alcançou resultados significativos.[19]

Ainda que a ação do estado não encontrasse o sucesso esperado por seus contemporâneos, outra solução foi o controle direto da produção da matéria prima através das grandes plantações organizadas pelas próprias empresas. Oldemar em seu quarto artigo sobre a situação do tabaco na Bahia propôs:

> Haverá solução para o problema da padronização da matéria prima? De certo que há. Praticamente é impossível às fábricas manterem plantações que produzam um volume de matéria prima indispensável às suas necessidades. Mas um campo de experimentação, modesto e dirigido por pessoas competentes, bem que poderia selecionar sementes a serem distribuídas aos plantadores. Tal solução pode ser até obtida com a colaboração financeira de todas às fábricas. E isso porque, em última análise, o mal atinge à todos, indistintamente.[20]

Como demonstrei no Capítulo 1, a *Cia. de Charutos Dannemann* e a *Costa Penna* buscaram manter suas próprias plantações, sem sucesso. A relação entre exportadores e pequenos plantadores continuava vantajosa na perspectiva dos empresários, mesmo com a falta da padronização da matéria prima. Estes conflitos entre os lavradores e exportadores não levaram o complexo fumageiro ao colapso, mas provocou sérias dificuldades para o comércio, uma vez que as condições "da lavoura, o plantio e o preparo de fumo são extremamente variáveis e em consequência variam os preços do produto"[21]; e também para as manufaturas que por diversas vezes foram constrangidas a suspender "a produção de uma marca para não desacreditá-la. Tudo porque naquele ano não conseguiu fumo de qualidade necessária à manufatura do produto já conhecido e acreditado".[22]

O conjunto destes indícios permite interpretar que o discurso sobre a suposta falta de métodos das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo, escondia a necessidade de disputar o controle sobre estes processos de trabalho, que em alguma medida, em que pese os baixos rendimentos percebidos pelos lavradores, mantinham sobre si a produção aos seus desejos.

---

[19] NARDI, Jean Baptiste. op. cit. p.90.
[20] SANTOS, Oldemar. Fumos e Charutos. *Correio de São Félix*, São Félix, Ano X, n. 24, p.1, 29 de Out. 1944.
[21] BONDAR, Gregório. op. cit. p.296.
[22] SANTOS, Oldemar. Fumos e Charutos. *Correio de São Félix*, São Félix, Ano X, n. 24, p.1, 29 de Out. 1944.

Por vezes, a má qualidade destas folhas de fumo foi resultado deliberado, demonstrando assim os antagonismos dos interesses de classe. Dessa forma, suponho que as sabotagens e provavelmente a releitura dos pequenos agricultores diante dos cuidados desejados com as folhas pelos enfardadores foram frequentemente subvertidas na esperança de diminuir a exploração. E não descarto a possibilidade destas disputas informarem referências ao conjunto de trabalhadoras localizadas nos outros setores da produção de artigos de fumo. Conforme veremos a seguir, a luta pelo controle dos processos de trabalho esteve generalizada no complexo fumageiro.

A crítica prática das operárias ou as lutas implícitas

O tema que busco aprofundar desta vez é o da crítica prática das operárias ao modelo de produção capitalista nas manufaturas de charutos e cigarrilhas. Retomo a organização da produção a partir de outro movimento analítico que privilegia a determinação das normas, do controle sobre os processos de trabalho, da disciplina e da fiscalização, bem como, da negação e das estratégias de interação das trabalhadoras com essas dimensões do capital. Não quero causar um *dèjá-vu* ao executar este exercício, mas fazer um esforço para pensar o lado da organização informal desta produção. Diferentemente do capítulo 2, quero interpretar o aspecto estrutural daquele modelo produtivo a partir de sua contraorganização – que é aquela manifestada no desejo rebelde das operárias. Afinal, é importante para que não se possa confundir o modelo produtivo somente como efeito direto dos desejos patronais.

A organização fabril remete aos resultados, sempre passageiros, dos conflitos entre o operariado executante do trabalho e os capitalistas que buscam dirigir e garantir a diligência da produção. Dessa forma, a estrutura dos processos de trabalho pode ser avaliada a partir de sua plasticidade diante dos desafios encontrados em sua dimensão da contraorganização protagonizada pela classe trabalhadora. Melhor, quero explorar os deslocamentos de temas e fronteiras entre o aparelho de direção e a crítica prática operária em um terreno de lutas latentes, que localizo como "lutas implícitas". Para obter algum êxito em tal empenho, busquei nos discursos da imprensa operária e nos registros dos empregados os rastros quase invisíveis destas lutas.

As operárias contra os dirigentes

Para aprofundar a discussão, um dos caminhos que escolhi foi explorar o antagonismo de classe forjado entre trabalhadoras e mestres, e a partir disto depurar o tema das resistências.

Como busco argumentar ao longo desta dissertação, o controle sobre a força de trabalho também é interpretado como atividade dos capitalistas. Portanto, a gerência do trabalho executada por um aparelho de direção concentrou as ações e as práticas dos interesses patronais, buscando frequentemente concretizar suas vontades. Essa também parece ter sido a interpretação das trabalhadoras, como sugiro a seguir.

Anteriormente, demonstrei que o fracionamento integrado do trabalho nas manufaturas de charutos e cigarrilhas foi um movimento patronal que buscou garantir a maximização da produção. Contudo, este processo de proletarização ainda conservou a dependência que os patrões tinham diante do controle das operárias na confecção dos charutos. Dependentes da destreza manual e da subjetividade das operárias, os mestres e os contramestres funcionaram como dispositivos vivos para vigiar e fiscalizar o trabalho das mulheres, interessados em discipliná-las para o capital. Eles eram a materialização direta da separação entre quem concebe e quem executa as atividades produtivas; entre tudo aquilo que era planejado e tudo o que era feito nas seções e nas bancas de charutos. Basta lembrar que a "fiscalização não cede na exigência do apuro de todo o trabalho" nestas fábricas de charutos.[23]

Na imprensa operária, constantemente a imagem dos mestres e contramestres aparecem como algozes a mando dos patrões sempre a explorar as trabalhadoras. Em 1920, *O Germinal* com a chamada "como são perseguidos e explorados os operários de Muritiba" divulgou diferentes estratégias de perseguições às operárias, como os "processos já muito conhecidos de espionagem, multas, suspensões, despedidas injustas, etc." Os articulistas na falta de levarem à exaustão o tema, prometeram que "no próximo número detalharemos as misérias que os mestres e contramestres das fábricas de Muritiba vêm praticando contra os operários" e as operárias.[24] De fato, no número seguinte houve a denúncia prometida, e os dirigentes da produção foram descritos pelo discurso operário da seguinte forma: "na sua quase totalidade, sujeitos de péssimos costumes, requinta[va]m as injustiças e os vexames infligidos desde muito aos que sob sua direção trabalha[va]am." Alguns destes mestres tiveram seus nomes expostos nestas revelações:

> Entre os salafrários que mais encarniçadamente cumprem o triste fadário de perseguidores dos seus companheiros de outrora, é mister salientar Adolpho Ribeiro, da Fábrica *Stender*; Ernestino Santiago, da Fábrica *Dannemann*; Laurindo Lago e

[23] CASTRO, Anfilófio. op. cit. p.108.
[24] Como são perseguidos e explorados os operários de Muritiba. *O Germinal*, Salvador, Ano 1, N.2, p.8, 3 de Abr. 1920.

> Umbelino de tal, por alcunha Caboclo, Marcionillo de Azevedo Nobre e Ernesto Pitanga, da Fábrica *Costa & Penna*.[25]

Além das fábricas e dos nomes de seus respectivos mestres, a fonte fornece indícios que permitem analisar a percepção do proletariado antagonizando seus interesses com aqueles homens que ocupavam o aparelho de direção. Como enfatizado no jornal, mesmo que estes fossem seus antigos companheiros de classe, já não eram mais reconhecidos como seus iguais. A remissão ao passado provavelmente pode incidir sobre a origem destes mestres como antigos trabalhadores, mas que não estão mais nesta situação. Assim, o discurso de estranhamento diante dos mestres não pode ser interpretado somente como mera retórica da imprensa operária; suspeito que as contradições vividas no dia a dia das lutas pelo controle do trabalho estavam sinalizadas ali nos momentos de lutas abertas. Os mestres foram interpretados como inimigos de classe. Principalmente nos reclames enviados aos jornais que cultivavam no operariado as expectativas de resoluções e solidariedade de outros setores da classe trabalhadora baiana: "essas e outras misérias nos comunicam os operários [e as operárias] de Muritiba e também os de S. Félix, solicitando-nos uma providência para o intolerável estado de coisas."[26]

Dessa forma, para ilustrar melhor o argumento, trago um caso de perseguição. Dessa vez farei um breve salto para o ocorrido na década de 1940. Diante do desafio de afastar a charuteira D. Luiza Matos, importante liderança do movimento operário,[27] o patronato buscou revestir a organização sindical com nomes de sua escolha. Todos os nomes escolhidos, claro, pertencentes às classes dirigentes:

> Não podendo, por outros meios, afastar a operária Luiza Matos do trabalho em favor da classe operária, o fiscal [Humberto] Correia apresentou, finalmente, os nomes das seguintes pessoas para dirigirem a entidade: Francisco Aragão, procurador de Dannemann; João Candido da Silva, então trabalhador graduado e hoje procurador de Dannemann; Mauricio Aguiar, que a esse tempo também era trunfo na fábrica, mas hoje está meio esquecido; Armando Monte[negro], viajante que passa a vida fora das duas cidades; Silva Irene Tobler, filha do ex-diretor-gerente da Dannemann; Cecílio Castro, empregado nos escritórios de Dannemann; Renato Rebouças, então mestre de serviço de Dannemann e hoje um dos "mandões" de lá; Clovis Candido da Silva, também empregado de escritório de Dannemann; Valeriano Freitas, gerente da Embalagem de Dannemann, e Hugo Faria Semtges, empregado graduado. Como se vê, a maioria dos nomes apresentados era da fábrica Dannemann, o que pouco importa; mas **nenhum deles introduziu jamais, as mãos no fumo, e pouco**

[25] O que sofrem os operários de Muritiba. *O Germinal*, Salvador, Ano 1, N. 3, p.9,1 de Maio. 1920.
[26] Ibidem.
[27] Tratarei da trajetória política da operária adiante. Ver: *O "espantalho do desemprego" e o trabalhismo no vale do fumo* da seção *As lutas abertas.*

> **sentiam as necessidades e reivindicações dos fumageiros. Eram nomes mais patronais do que trabalhadores.** [grifos meus][28]

Os nomes deliberados pelo fiscal do trabalho Humberto Correia estavam ao sabor dos interesses patronais, com intenções de minar a autonomia da organização das operárias, entretanto, o discurso operário esteve atento às diferenças de classe entre quem executa o trabalho e quem o gerencia. Estava indicada ali a operacionalização das lutas práticas reverberadas na imprensa. Analisar diferentes períodos, com contextos políticos distintos, permite escrutinar melhor as semelhanças nas ações e o reconhecimento de classe. Os homens que ocupavam a gerência do trabalho foram reconhecidos pelo patronato como partidários de seus interesses, que interpreto como interesse de classe. Dessa forma, sustento a noção de uma segunda classe capitalista, nos marcos desta pesquisa, estavam como estruturas duráveis e resistentes às conjunturas políticas.[29] O reconhecimento das trabalhadoras não é menos importante. Para elas, os dirigentes frequentemente estavam a frustrar seus interesses íntimos, seja para macerar no trabalho, seja nas perseguições. Então, indico que as disputas pelo controle do trabalho geraram antagonismos de classes nos termos dos próprios sujeitos históricos. Não por acaso, o conteúdo histórico que será analisado a seguir.

Surrupiando as folhas de fumo

As lutas implícitas foram a arena cotidiana das várias maneiras de luta de classes. Operárias e mestres protagonizaram boa parte destas lutas, e elas quase sempre demonstraram as contradições que estavam entre o "trabalho justo" e o "rendimento máximo" no chão de fábrica. Desta maneira, a crítica prática das operárias muitas vezes foi mobilizada através dos furtos de matéria prima das empresas capitalistas. Lutas silenciosas, mas que poderiam ganhar contornos abertos e de disputa, rastros que perscrutamos para alcança-las.

Em 1928, *A Classe Operária* publicou um episódio narrado pelas operárias da *Cia. de Charutos Dannemann* que novamente endossa o antagonismo de classe, mas informa melhor sobre as resistências das operárias:

> Levamos ao conhecimento do nosso jornal que o indivíduo Joaquim Leal, mestre da seção banca de capa, tendo encontrado uma operária com três folhas de capa na lata em que levava a merenda, conduziu-a ao escritório. A infeliz foi tangida como ladra.

[28] MURICI, Aral. Como se organizaram os operários fumageiros de S. Félix. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.

[29] Conforme analisado na seção *O aparelho burocrático de produção* do capítulo 2, essa concepção também está de acordo com os estudos de: CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985: REZENDE, Vinícius de. *Vidas Fabris*: trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980). São Paulo: Alameda, 2017.

> O próprio gerente burguês ficou indignado. Mas o capanga Joaquim Leal, virando-se para duas companheiras que assistiram à cena, disse que não tinha contemplação com os operários o que só precisava da proteção dos patrões. Belo cão de [ilegível]!... – As operárias da fábrica *Dannemann*.[30]

Logo se faz notar as tensões envolvidas no controle direto da força de trabalho. Eventualmente, a fiscalização poderia incidir com punições, principalmente diante de episódios de subversão das normas da empresa e o excerto aborda o controle da matéria prima, notadamente, uma das funções do aparelho de direção. A aplicação destas normas, aparentemente forjou valores antagônicos entre trabalhadoras e mestres. Em que pese a intenção das operárias da *Cia. de Charutos Dannemann* de levar à imprensa, a postura considerada traidora do Joaquim Leal, não houve lugar, por exemplo, para a condenação do suposto furto, salvo a aversão patronal. Isto aparece secundariamente ou ao menos de forma conveniente para as operárias e me parece um atraente indício do apoio mútuo entre as trabalhadoras. A centralidade dada contra a postura do mestre de seção, que buscou se afastar das suas origens e criou identificação com os interesses patronais, foi a chave da indignação das operárias, mas também a chave para a interpretação dos conflitos de classe. Sobre isto, os insultos escolhidos no excerto dão a dimensão da leitura e do vocabulário acionado pelas trabalhadoras dos seus repertórios socioculturais e de interpretação social da divisão de classe. Isto possibilitou atacar Joaquim Leal e buscar os interesses imediatos, expresso na solidariedade com a companheira delatada aos patrões.

A publicação da *Classe Operária* deixou os vestígios sobre uma das diferentes formas de resistências contra o controle patronal, a saber, o furto das matérias primas. Tidos como vigilantes, os mestres acompanhavam todos os detalhes dos processos de trabalho e a literatura de Mariá Costa Penna bem captou os rumores destas lutas. A escritora representou o cotidiano sofrido das trabalhadoras, mas também os antagonismos entre fiscalização e o furto praticado pelas operárias desta maneira:

> Às vezes, o vozeiro dos operários atordoava a sua cabeça [Cantídia]. Sentia latejo nas têmporas, um enjoo provocado pelo sarro do fumo na garganta. Algumas de suas companheiras queixavam-se de dores nas costas, no espinhaço, nas mãos cansadas pelo trabalho. Não queriam parar, para que a tarefa rendesse mais; precisavam do dinheiro e o fiscal rondava, para que não escondessem, debaixo das saias e pelos

[30] Trabalhadores das fábricas de charutos e dos armazéns de beneficiamento de fumos. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.3, p.2, 12 de Maio. 1928.

> decotes das blusas ou batas, o material para a confecção dos charutos. Nunca eram pegas em flagrante surrupiando folhas, mas se acontecia eram despedidas.[31]

No enredo ficcional proposto pela escritora, a personagem Cantídia, que protagoniza esta crônica, "conhecia algumas que se aproveitavam [para também furtar]; já vira Ambrosina, Nozinha Empapuçada, Clotilde, até a velha Zeferina" e tentou intervir, aconselhando as companheiras de trabalho: "vocês estão erradas. O fiscal novo não deixa passar nada. Depois, não vão ficar por aí, se queixando da falta de sorte. Nenhuma outra fábrica vai querer contratar operária com má fama." Algumas operárias da narrativa não concordavam com tal postura de Cantídia e criavam objeções, a exemplo de Nozinha Empapuçada: "guarde seus conselhos pro bispo, ou pra seus filhos". Outra personagem, a operária Ambrosina, manifestou um discurso em defesa da amiga: "Cantídia tá com a razão. Se a gente perder o emprego por motivo de furto, depois acaba morrendo de fome por aí. Não há de ser o meu marido, nem tampouco o seu, que vai guentá [*sic*] com as despesas da casa."[32]

Os furtos assombravam os patrões. Os trechos que selecionei sinalizam as representações feitas sobre a luta entre fiscais e operárias acerca do controle da matéria prima e elas trazem consigo um significado importante, pois surripiar os insumos para a confecção de charutos foi uma expressão de luta contra os níveis de mais valor retirados pelas empresas sobre o trabalho das operárias. E o teor dissimulado desta luta sugere um nível de solidariedade entre as operárias para torná-la conveniente. Sobre isto, talvez importe analisar que o tema escolhido pela escritora, bem como, a construção dos diálogos para compor parte do enredo de sua crônica não pode ser menosprezado como outro tipo de indício. Mariá Costa Penna era filha de Manoel Costa Pena, um dos fundadores da *Costa Penna & Cia.* Mesmo que a dedicação de seu livro seja aos "humildes e aos humilhados" como ela mesma referiu, e traga crônicas tematizando a vida da população pobre de São Félix, essas memórias estavam ali também atravessadas por valores morais da escritora. Mariá Costa Penna parece acreditar que "não é desumana a divisão de classe, porém o é a disparidade com que são tratados muitos seres humanos". Nesse sentido, a posição social da escritora justifica o caminho tomado pelo enredo ao seu desejo em condenar a prática através da fala da protagonista Cantídia. Não descarto a possibilidade destes diálogos construídos pela autora serem os laivos das ocorrências dos furtos, mas indico que eles podem carregar a agenda da moral patronal.

---

[31] PENNA, Mariá Costa. *Vidas da vida - aos Humildes e Humilhados*. Brasília: Horizonte Editora Ltda,1989. p.142.
[32] PENNA, Mariá Costa. op. cit. p.143

Além disso, os trechos destacados ainda abrem caminhos para outras direções, pois destaco também o esforço de Mariá Costa Pena de construir personagens a partir de arquétipos de gênero que contornaram o modelo de feminilidade das classes abastadas. Diferentemente, a autora operou neste registro literário estereótipos que colocaram as operárias como independentes em relação aos homens. Isto é crucial, pois são os sinais e os indícios da agência e das experiências das operárias nas fábricas, principalmente percebida no imaginário dos patrões. O que levanta a hipótese da desconfiança frequente do patronato, por sugerir uma correspondência entre feminilidades desviantes com o comportamento dos furtos praticado pelas trabalhadoras. Essas percebidas como potencialmente subversivas ou dissidentes de um modelo de feminilidade burguês. Sobre isto, retomarei a análise mais a frente. Por ora, indico que a herdeira da *Costa Penna & Cia* poderia estar munida por essas referências em suas memórias.

Como bem alertou a personagem Cantídia, a "má fama" das operárias surpreendidas na prática do furto poderia impedi-las de conseguir outro trabalho nas manufaturas vizinhas. Isto também foi percebido por Jorge Amado. Na sua obra também ficcional, outro personagem sinalizou que "quando uma mulher sai de uma fábrica, não arranja emprego na outra. Eles têm uma combinação..."[33] Na região, a concentração das manufaturas de fumo esteve nos aglomerados urbanos como Cachoeira, São Félix, Muritiba e Maragogipe, cidades relativamente próximas, e não surpreende que os patrões destas empresas compartilhassem tais informações. Além da demissão, as operárias poderiam encontrar nas estratégias patronais dificuldades de conseguir outro trabalho nas fábricas. Isto agravou o risco de "ser pega em flagrante surripiando as folhas de fumo".[34]

Contudo, havia ambiguidades sobre isto. Segundo a historiadora Glaucia Fraccaro, ao analisar listas que circulavam entre o patronato, com vistas a perseguir, monitorar e evitar a recontratação das trabalhadoras sinalizadas, dificilmente se pode aferir justiça das acusações de furto nas fontes patronais, uma vez que há margem para que as demissões com tais justificativas informem a vontade patronal em perseguir elementos agitadores ou "indesejáveis" entre o proletariado.[35] Este, por exemplo, foi o caso da perseguição a uma liderança operária da *Cia. de Charutos Dannemann.* D. Luiza Matos foi a principal responsável pela organização operária nos anos 1930, se tornou presidente do sindicato e

[33] AMADO, Jorge. *Jubiabá*. São Paulo: Companhia das letras, 2008, p. 102
[34] PENNA, Mariá Costa. op. cit. p.141.
[35] FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres:* feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.53-56.

atuou durante todo o período de 1937 até 1942. O articulista Aral Murici narrando sua trajetória deixou o seguinte relato:

> Os empregados de São Félix viam em d. Luiza Matos um perigo para a exploração de que eram vítimas os trabalhadores. A operária trabalhava em Dannemann, onde era alvo das piores perseguições. Um dia, quando ela saía tranquilamente para casa, um chefete chamou-a, pedindo para ver a sombrinha. Sem imaginar o que podia sair dali, a operária Luiza Matos viu o chefete arrancar de dentro de sua sombrinha 3 charutos. Uma nojenta manobra: haviam posto três charutos escondidos dentro da sombrinha, para acusá-la de ladroagem, como realmente acusaram, e ela foi despedida.[36]

A operária teve a chance de contornar a manobra dos empresários, pois "recorreu das autoridades e venceu a mentira dos patrões, conseguindo ser reintegrada. Não voltou, porém, a trabalhar em Dannemann e procurou trabalho em Suerdieck, onde ainda trabalha hoje."[37] As estratégias acionadas por D. Luiza Matos furaram a barreira patronal, e sua reabilitação diante da justiça indica a armação dos empresários. Dessa forma, no Recôncavo Baiano o patronato parece dirigir uma conduta parecida com aquelas apontadas por Glaucia Fraccaro. As acusações patronais poderiam refletir as perseguições e a busca por afastar as operárias consideradas agitadoras. Isto também fica subentendido no próximo caso. No dia 22 de maio de 1920, *A Ordem* fez a publicação *Ao comércio* com o seguinte conteúdo:

> Aos industriais, ao público cachoeirano e sanfelixta. A Companhia de Charutos da Bahia, estabelecida nesta cidade, faz ciente a todos em geral que dispensou dos seus serviços o sr. SILVERIO RODRIGUES, que, abusando da confiança que lhe depositávamos, desviou 72 QUILOS DE FUMO DE SUMATRA, tendo para esse fim se apossado dolosamente da chave de nosso depósito, afim de fazer recaírem as suspeitas ou culpa em outro nosso empregado. A polícia desta cidade já entregamo-lo para os devidos fins. Cachoeira, 21 de maio de 1920 – Pela Companhia de Charutos da Bahia, Jayme Salazar.[38]

Para as empresas fumageiras, noticiar o suposto desvio dos fardos de fumo pelo operário na primeira página de um dos principais órgãos da imprensa local tinha a finalidade de desestimular outra empresa a contratá-lo, além de também intimidar o conjunto das outras operárias frente aos riscos da prática. De outra forma, suspeito que o operário Silverio Rodrigues tenha sofrido algum tipo de represália patronal. Acontece que a notícia vinculada pelo *A Ordem* saiu no calor das greves ocorridas alguns dias antes. Embora dedique mais atenção à greve adiante, não foi possível encontrar mais informações sobre Silverio Rodrigues nem sobre a acusação. Contudo, a fonte ainda permite aprofundar outra questão. A demissão não era o limite da punição patronal, mas abria riscos de criar sanções mais severas fora da

---

[36] MURICI, Aral. Como se organizaram os operários fumageiros de S. Félix. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.
[37] Ibidem.
[38] Ao comércio. *A Ordem*, Cachoeira, Ano 1, N. 44, p.1, 22 de maio. 1920.

fábrica, isto é, poderia virar caso de polícia e estender a periculosidade para as operárias. O destaque da publicação para o fumo de *Sumatra* tem uma boa razão. Do ponto de vista dos patrões, algumas destas folhas de fumo eram extremamente valiosas, quanto a isto, deixo a opinião de um entendido sobre o tema:

> Mas, singular perversidade da natureza! O Brasil que há séculos é o país que mais fumo produz, tem todas as espécies deste vegetal, menos a que fornece as folhas com as quais se fazem capas, porque ela não existe aqui. Por isso as folhas de capas, dos bilhões, são importadas de Sumatra, e para todo charuto que despreocupadamente fumamos, concorrem dois continentes, a Ásia e a América, e nós, as mais das vezes, o fumamos num terceiro continente.[39]

De qualquer forma, as atitudes dos empresários ilustraram o conflito em torno dos furtos. Estes conflitos não somente eram circundados aos meandros das manufaturas, mas também em outros espaços das empresas. Nos armazéns, por exemplo, a prática também tinha sua forma própria. Como ficou informado pelo empresário e memorialista Hugo Carvalho:

> Os armazéns exportadores recorriam à mão-de-obra externa, para os serviços de retirada da veia central das folhas (destalo). Para tanto formavam pequenas trouxas de fumo, com peso que permitisse uma pessoa transportá-las. As mulheres levavam-nas para suas casas, onde em família, faziam o trabalho. Por outro lado, era de todos conhecida a porcentagem da quebra decorrente da operação. O peso das folhas desviadas era compensado pelo acréscimo de pedras, areia, etc.[40]

A falta de um fiscal que acompanhasse a extensão destes trabalhos para a casa das operárias era contornada pelos enfardadores pelo desconto direto na remuneração, como observou o mesmo autor, pois

> sendo centenas as trouxas devolvidas aos armazéns, não havia tempo de abrir, uma a uma, para conferência. Nem necessidade. Os exportadores não eram bobos. Conheciam a prática. Pagavam pelo serviço, um preço que, de antemão, lhes compensava o prejuízo.[41]

Outra possibilidade do furto pode está relacionada com a produção caseira de charutos. Por isso, uma das necessidades da fiscalização estava recorrentemente preocupada com os desvios da matéria prima ou dos charutos produzidos nas empresas. Pelo visto, surrupiar folhas de fumo de qualidade poderia fazer parte de uma tática dentro de uma estratégia maior das charuteiras. Como observou Karl Marx, a instalação de manufaturas e seu processo de fracionamento do trabalho poderia desenvolver por consequência a exclusão do trabalhador parcial, que retirado do trabalho coletivo das manufaturas, perderia seu status diante da produção social. Isto por não poder produzir os bens que fazia anteriormente na coletividade,

---

[39] ZWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Trad. Odilon Gallotti. Rio de Janeiro: Guanabara, 1941, p.292.
[40] CARVALHO, Hugo Adão de Bittencourt. *Livro dos Charutos Baianos*: Quadro das empresas Baianas. 2011. Disponível em http://livrodoscharutos.blogspot.com.br/. Acessado em 29 de março de 2020.
[41] Ibidem.

por falta do conhecimento e pelo não acesso à matéria prima.[42] Este não parece ter sido o caso das charuteiras, para as quais, o aprendizado da confecção dos charutos continuava central e sob o domínio das mulheres negras. Ao obter acesso a matéria prima, essas mulheres poderiam ser requisitadas para produzir charutos fora das fábricas, inclusive, criando versões "clandestinas" das grandes marcas. Ao mesmo tempo, elas poderiam organizar suas próprias produções caseiras e vendê-las para as fábricas, para atravessadores interessados, nas feiras da cidade ou alimentando também um mercado de charutos para o uso nas religiões de matriz africana. Mas o que me parece interessante é que esta fabricação, fora do controle dos processos de trabalho pela empresa capitalista, provocou uma quebra do monopólio de fabricação de charutos, o que muito preocupou os fabricantes.

Oldemar Santos, em publicação no *Correio de São Félix*, exclamou este como um problema a ser enfrentado pelo patronato, o caso da "concorrência subterrânea de produtos clandestinos vendidos à margem do fisco."[43] Também interpreto este aspecto, como parte das lutas pelo controle e de resistências das operárias, apesar dos encalços que esse tipo de atividade poderia ocasionar. Sobre isto, trago um trecho da observação feita por Oldemar Santos sobre os "charuteiros clandestinos":

> Um dos maiores inimigos do fabricante legalizado é a concorrência subterrânea exercida por fabricantes que vivem e proliferam à margem de todas às exigências legais. Eles imitam as marcas, não pagam impostos, desrespeitam o salário mínimo, ocultam-se das exigências trabalhistas e dentro do próprio Estado roubam um mercado importantíssimo aos fabricantes que são onerados com enormes despesas.[44]

Embora as operárias pudessem exercer maior controle sobre as operações e dos processos de trabalho, a sua força de trabalho ainda estava submetida ao capital comercial. Algumas vezes, também submetida ao capital industrial, já que as empresas também compravam os charutos produzidos de forma clandestina. De qualquer forma, se percebe que a perda do controle do trabalho pelo patronato, logo era contornada, pelo baixo custo de produção oferecida por esse modelo, uma vez que indicado pelo articulista, os custos com direitos trabalhistas e o salário mínimo eram evitados. Acredito que os indícios sinalizam que o controle sobre os processos de trabalho não pode ser lido como o único objetivo dos capitalistas, mas sim, quando a retirada do controle operário mostra-se mais lucrativa para a

[42] MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro primeiro, o processo do capital, Vol. I. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda. 1996, p.473.
[43] SANTOS, Oldemar. Fumos e Charutos. *Correio de São Félix*, São Félix, Ano X, N.21, p.1, 8 de out. 1944.
[44] Infelizmente, esse trecho se encontra incompleto na versão que encontrei por conta de um rasgo feito na página do jornal: SANTOS, Oldemar. Fumos e Charutos. *Correio de São Félix*. São Félix, Ano X, N.25, p.1, 5 de Nov. 1944.

produção, está última se torna central. Para as operárias, estavam alocados ali a oportunidade de organizar o próprio trabalho, bem como criar laços de solidariedade e aprendizado entre as diferentes gerações de trabalhadoras.

O furto foi a subversão das normas das empresas, e a busca pela restituição em termos de rendimento em favor das operárias. A interpretação que faço do furto é que ele foi uma das muitas maneiras de luta de classes. O enfrentamento quase sempre velado diante da extração de mais valor feita pelo patronato, e por outro lado, um fantasma que assombrou as empresas e os fiscais. Interesses antagônicos manifestados no chão de fábrica que parecem ter sido bem menos frequente como uma prática individual e mais dependente da cumplicidade das companheiras operárias. Assim, interpreto o furto como um tipo de ação coletiva, de classe.

A disciplina fabril e a crítica prática das operárias

Além do controle direto da matéria prima, a disciplina fabril sobre as operárias é outro tema crucial das divergências entre trabalhadoras e capitalistas. Segundo o historiador Luís Cláudio Nascimento, em 1882 os fabricantes de charutos das fábricas de São Félix *J. F. Simas* e a *Juventude*, no questionário solicitado pelo Palácio do Governo da Bahia por ordem do governo imperial, reclamavam sobre a constante "indisciplina" das operárias. Em nota, o patronato lamentava a falta de braços e justificava que "grande parte da população não se sujeita à disciplina e respeito que há nas horas de labor, nem temos leis policiais que obriguem-os a ocupações diversas."[45] Além dos industriais fazerem coro sobre a questão da "falta de braços" recorrente nos discursos dos senhores de engenho, também estão ali sinalizadas a crise e a perda da legitimidade da escravidão a partir das expectativas de controle sobre os libertos e as libertas, fenômeno das convulsões do sistema escravista.[46] Sugiro que também dizem respeito aos problemas inerentes da produção, quando a classe trabalhadora insiste em recusar ao seu próprio modo as formas de trabalho e concepção ditadas fora de seus interesses. Não por acaso, a disciplina penetra o cotidiano e se fixou como uma das estruturas de longa duração da organização da produção capitalista.

Nesse sentido, a partir da busca de um processo de racionalização, necessário para que o trabalho das operárias fosse exercido em sua capacidade máxima, a função dos mestres como árbitros das normas, da disciplina e do controle da produção toma mais centralidade. Na

[45] NASCIMENTO, Luís Cláudio. *Povoamento e formação social de Cachoeira*. Cachoeira, p. 65-66

[46] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 98-126; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

ausência de máquinas que ditassem os ritmos e a intensificação do trabalho, coube a constante fiscalização arrancar o mais valor. A busca destes dirigentes era reduzir ao máximo as operárias à execução. Qualquer gesto ou movimento fora do desejado poderiam acionar a atenção dos mestres, e resultar em multas. Neste sentido, as conversas entre as trabalhadoras e sua relação conflituosa com os mestres foram uma das dimensões que inspiraram o escritor Jorge Amado a representar em sua narrativa literária:

> As mulheres passam silenciosas como se estivessem bêbadas do cheiro de fumo, entram pelas ruas estreitas que já escurecem e rumam para os becos sem iluminação do fundo da cidade. Vão tristes assim, conversando em voz baixa, ainda com medo das multas por causa das conversas nas fábricas.[47]

Conforme narrativa de Jorge Amado, as multas, suspensões e outras sanções eram as manifestações dos dispositivos disciplinares que operavam em diferentes níveis de coerção. Para cada gesto considerado "supérfluo", como as conversas das operárias, as normas aparecem como forma de conduzi-las à obediência e combater as indisciplinas. Ao mesmo tempo, fica indicado o aspecto das resistências através dos desajustes que as operárias provocaram em relação à disciplina das empresas fumageiras. Contrariar medidas disciplinares não pode ser entendido como uma desobediência irrefletida, mas pode ser lida como fenômeno das vontades e interesses do proletariado em confronto aos valores patronais. A desobediência, o desacato parecem ser em parte manifestações de ruptura dos limites dessas relações, que colocam em evidência os instrumentos de coerção patronais e também de resistência das trabalhadoras.

Isto pode ser observado através das suspensões das trabalhadoras e do conteúdo de suas notas. Este pareceu ser o caso da charuteira Maria Francisca Pereira, negra, de 42 anos, suspensa por 2 dias em 11 de setembro de 1940; das charuteiras Enedina Oliveira, de 36 anos, Emília Ferreira da Silva, 37 anos e Noberta Machado da Silva, de 47 anos, suspensas por 3 dias em 30 de setembro de 1940; da cigarreira Celina Conceição, 24 anos, "suspensa por 15 dias por insubordinação em 23 de novembro de 1943"; do prenseiro Thiago Barboza, que foi "suspenso em 5 de abril de 1945 conforme carta: por Indisciplina"; da charuteira Elioteria de Jesus, de 19 anos, "suspensa por 2 dias por indisciplina em 18 de março de 1945", e novamente "suspensa em 06 de abril de 1945, conforme carta"; do servente Antônio Felippe Souza, negro, de 23 anos, "suspenso por 3 dias – 11[sábado], 13 [segunda-feira] e 14 [terça-feira] de agosto de 1945"; e, por último, da aneladeira Maria do Carmo Gomes, "suspensa por indisciplina nos dia 12, 13 e 14 de setembro de 1945".

[47] AMADO, Jorge. op. cit. p.101.

As notificações supracitadas permitem analisar que os dispositivos disciplinares das empresas agiram em diferentes graus de profundidade. Embora as notas não permitam um aprofundamento acerca das motivações dos envolvidos, elas estão racionalizadas por diferentes medidas e gravidades, variando entre dois ou três dias até quinze dias de suspensão. As suspensões não somente impediam as trabalhadoras de exercerem suas atividades laborais, mas resultavam diretamente na perda da remuneração dos dias de trabalho. Em atividades que o salário esteve associado à "tarefa variável", ou seja, ao pagamento pela quantidade produzida, as suspensões afetavam diretamente as operárias a partir das perdas salariais. De outro modo, ocorreram também suspensões coletivas, o que merece especular se elas não estiveram relacionadas ao "vozeiro" ou as "conversas nas fábricas" entre as operárias. E por último, a reincidência das suspensões merece também atenção, por sinalizar a busca dos empresários em produzir trabalhadoras adequadas aos regimes de trabalho e às normas da empresa, com métodos punitivos regulares.

A resposta patronal contra os atos de indisciplina não se encerrava com as suspensões. A demissão era potencialmente a arbitrariedade mais severa, visto que ela retira da trabalhadora a possibilidade de viver da sua força de trabalho, a partir de um sistema de expropriação das propriedades que é o capitalismo. A seguir fiz um levantamento das fichas que possuem algum tipo de anotação substancial a respeito de demissões, uma vez que esses registros geralmente apresentam anotações informando "dispensado", "despachado" ou a "data de saída", mas não constam os motivos ou as justificativas das demissões. Neste sentido, trago a ficha do prenseiro Florisvaldo Rodrigues, 23 anos, que consta em seu verso a anotação: "foi despachada do serviço no dia 17 de Março por ser muito malcriada. 13 de março de 1937".[48] Encontrei também o registro do servente Orlando Nascimento, de 16 anos, que foi "despachado por ter desrespeitado ao mestre em 23 de Julho de 1937". Outro servente que encontrou o mesmo destino foi Floriano Braga dos Santos, de 18 anos, negro, e que foi "dispensado do serviço por desobedecer ao mestre da repartição" em 17 de setembro de 1940. Floriano teve direito de receber "15 dias de férias p[ara] 1940 pg Rs: 21$000 em 21 de setembro de 1940", entretanto, uma anotação em vermelho na sua ficha indica que o operário "não teve aumento". Imagino que foi um agravamento da punição, por um veto às demais bonificações que o operário poderia ter tido acesso.

[48] Não sei dizer o motivo da escrita da anotação ter sido direcionada ao gênero feminino. Talvez um equívoco de fichas ou de escrita.

Além destas mencionadas, a anotação que mais chamou a minha atenção foi a dispensa da operária Maria de Lourdes Conceição, aneladeira, negra, de 19 anos. Foi a única notificação que encontrei com uma justificativa mais elaborada, e não sem motivo. Na sua ficha consta que ela foi

> demitida em 20 de março de 1945, por uma simples e justa reclamação do mestre Sr. Renato Rebouças, [Maria de Lourdes Conceição] cobriu-o de **"Impropérios"** em presença do nosso Diretor Sr. Jonas, que desse modo foi também desrespeitado em sua autoridade moral nesta Companhia. [Uma segunda anotação em cor vermelha informou que a operária] "recebeu indenização e aviso prévio, a importância de Cr. $1.108,60 (inclusive a lei de férias) em 16 de Junho de 1945. [grifos meus] [49]

A ficha da aneladeira Maria de Lourdes Conceição deixa indícios importantes. Ela ilumina o jogo em torno das normas e das desobediências fabris, ao sugerir que uma "simples e justa reclamação" pode surgir como primeira resposta a dissidência das operárias, mas poderia não se encerrar ali. Para Maria Conceição, existiu a possibilidade de emergir das lutas latentes, em um segundo enfrentamento, desta vez aberto, contra o controle patronal. Os "impropérios" foram lançados pela operária sem se intimidar em abrir o conflito direto contra o mestre de seção, mesmo sob a presença do diretor da fábrica. Sobre isto, há uma matização importante da luta de classes, informando também um enfrentamento da interceptação dos eixos de opressão da racialização do gênero. O significado disto reside na própria produção desta fonte como indício destes marcadores sociais, uma vez que a breve narrativa do evento foi motivada pela gravidade do ocorrido dada pelos patrões. Nenhuma das outras fichas recebeu tal precaução da empresa. O levante de mulheres racializadas, como Maria Conceição, poderia desarranjar as expectativas patronais de controle e dominação em uma estrutura de organização do trabalho que reproduziu os racismos de gênero. Neste sentido, a "autoridade moral da Companhia" esteve "desrespeitada" não somente pelas palavras proferidas pela operária, mas também a partir de quem agenciou aquelas palavras. Essa autoridade pode ser também interpretada como autoridade masculina questionada por uma mulher negra. Os "impropérios" estavam a avisar aos patrões o perigo dos desarranjos destas hierarquias, portanto, a empresa buscou operar uma resposta com a severidade da demissão.

O aproveitamento do conjunto das notas contidas nos *Registros dos Empregados* merece também atenção. Primeiro de fundo metodológico. Preciso relembrar que essas fichas foram produzidas entre o período de 1935 à 1948, com maior frequência e sistematização durante 1938. Embora os registros tratem de admissões muito anteriores a este período, nem

[49] AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*.

sempre as ocorrências e anotações contidas nestas fichas dão conta da trajetória de experiência de trabalho destas operárias. Isto sugere que as informações que trouxe das insubordinações e demissões estão dentro de um recorte histórico delimitado pela produção desta documentação. Entretanto, a interpretação que faço desta amostragem é que elas não sinalizam dados conjunturais, pelo contrário, a produção das fichas somente possibilitou a racionalização dos registros do fenômeno da desobediência pela empresa. Isto pode significar que muitas desobediências anteriores escaparam aos registros, mas não deixo de pensar que são indícios de uma luta profunda e cotidiana.

Em segundo lugar, quero fazer uma consideração interpretativa das fontes e também teórica. Ao insurgir contras as normas das empresas, as operárias foram flagradas como insubordinadas diante dos desejos patronais. Frequentemente, se poderia fazer uma interpretação deste tipo de fenômeno como lutas contra a exploração, entretanto, existe aí um profundo elemento para se analisar. Segundo Castoriadis, há uma tendência das lutas da classe trabalhadora que apontam em direção à gestão do próprio trabalho.[50] Ao tempo que o aparelho de direção foi a manifestação concreta das classes dirigentes, no chão de fábrica, praticada por mestres e contramestres, ele também sinaliza a constante busca pela imposição de um esquema racional de produção planejado antecipadamente pela cúpula gerencial. Isto coloca imperativos às operárias de como e o quanto se deve produzir em tempo determinado definido *a priori*. A desobediência aparece então como a manifestação viva da rejeição deste planejamento. Chamo a atenção para que as "lutas implícitas" nesta pesquisa são observadas como uma polarização íntima das relações de trabalho, que frequentemente apresentaram os choques de desejos e de interesses antagônicos, sobre o controle do trabalho. De outra forma, ao se defender dos mandos patronais, o conceito de "insubordinação" aparece como registro da defesa das operárias de reivindicar o controle sobre os ritmos, mas também a recusa de serem tratadas como "coisas" pelo capital.[51]

Racismos de gênero no modelo de produção capitalista

A defesa contra a exploração ou a busca pela gestão do trabalho são os elementos que ficam também informados pelas nomeações patronais diante destes fenômenos inerentes à produção. O uso recorrente de termos sempre na negação como "indisciplina", "insubordinação", "desobediência" ou "mal criada" fazem parte de uma linguagem patronal

[50] CASTORIADIS, Cornelius. op. cit. p.121.
[51] Ibidem. p.138.

viciada em definir qualquer flagrante na produção como desviante diante de seu planejamento. Todavia, também sinalizam expectativas de distinção social em termos de gênero e de definições raciais. Sobre isto, os termos supracitados não parecem somente informar sobre uma desobediência de classe, mas apontam condutas indesejadas acerca dos estereótipos que rondavam as mulheres negras no chão das fábricas nas manufaturas.

Dessa forma, recorro mais uma vez ao texto da escritora Mariá Costa Pena procurando resíduos das representações que ela fez das mulheres da classe trabalhadora e os recursos narrativos que escolheu que podem nos informar alguma coisa sobre tais expectativas patronais. Interessa pontuar que a autora buscou silenciar a cor das operárias conforme deu andamento a narrativa, embora a alusão e o uso de categorias raciais tenham sido manejados durante o texto principalmente nas representações dos homens negros.[52] De todo modo, escolhi um fragmento que conta sobre uma confusão ocorrida no horário de almoço, bem defronte às fábricas de charutos:

> As mulheres aglomeradas ali faziam uma algazarra incomodativa, algumas falavam gritando, sempre da vida alheia, ou dos patrões, sem se incomodarem que os empregados mais graduados escutassem e fossem fazer intrigas, pois eram independentes na maneira de pensar sobre as pessoas fora do meio em que viviam.
> Era ali, em frente ao edifício, que elas aproveitavam para os paleios. Na cidade, se dizia que gente decente não podia passar pelas redondezas das fábricas nestas horas. Provocavam quem por ali passa.
> - Azar de quem não gostar de ouvir lérias; essas que pensam que o mundo não vai se acabar e que não vão feder quando chegar o dia delas.
> - Fecha essa tramela e respeita quem passa, mulher, advertia Bonifácia, que vendia, na gamela, escaldado de fato e bucho com angu de farinha e leite. Quem quiser ser respeitada, que se respeite.
> - Tramela é a tua boca murrinheta. Se tu prestasse, não tava aí defendendo esses enfatiotados por fora e podres por dentro, falava Nozinha Empapuçada.
> - Língua de mulher corta mais que navalha de barbeiro, dizia Crescêncio Zuarte, que tinha tal apelido por só usar calça desse tecido.
> - Oxente! Quem te chamou na conversa, seu frouxo? Te guarda pra tua dona.
> - Eu nunca te convidei para nada; tu não vale uma pataca.[53]

O comentário de Crescêncio Zuarte não passou despercebido por Nozinha, que logo "meteu a mão na gamela" e com ela cheia de pirão atirou-a na cara do rapaz. A amásia de Zuarte foi quem interviu em defesa dele, esbofeteando Nozinha. A "rixa com Filó" só terminou nos parágrafos seguintes, com a intervenção do Urbano, marido de Nozinha. "Urbano agarrou a mulher pelo braço, arrastou-a e, com um safanão, empurrou-a dali" e disse

[52] Como o caso de Seu Tarcilo, que acreditava que para os trabalhos de moedura da cana de açúcar para fazer a água ardente "Pega-Fogo", precisava de um responsável que deva ser no mínimo "um negro grosso e musculoso, com cara de carrasco". PENNA, Mariá Costa. op. cit. p.143.
[53] Ibidem. p.144-145.

“vai pra casa, sua pilantra. Mais tarde eu te conserto, amarela sem-vergonha”. Cito ainda os trechos finais do caso:

> Os empregados dos escritórios chegaram às janelas, para indagar e reclamar. A secretária, feia e já velhota, disse pra dentro:
> - Que cambada sem classe. Além de não respeitarem as pessoas, não respeitam umas às outras.
> Jardelina dizia para Seu Menelau:
> - Por essas e outras, é que a gente leva fama de descarada.
> - Ora, comadre, gente ruim se encontra em toda parte.
> Num grupo, Urânia, Bertolino, Anacleta, Sabino, Balbino e Dizínia riam da briga. No fim, tudo dava certo, porque ninguém se inimizava. O sino tocava novamente, chamando todos para a faina.[54]

O enredo provoca algumas reflexões. A interpretação de Mariá Costa Penna lança mão da divisão de classe para criar diferentes valores morais entre trabalhadoras e os empregados da firma, o que facilita ao leitor ou à leitora identificá-los com essências antagônicas. Isto seguiu interceptado na visão da autora. As mulheres desaforadas não foi atributo de todas as mulheres, somente aquelas pobres e operárias. A rua, como espaço público, foi a localização escolhida para a cena, e a autora parece ter escolhido bem.

O historiador Alberto Heráclito, a partir da chave da “desafricanização” das ruas de Salvador, fez um caminho interessante para interpretar as ações e também os discursos sobre e contra as mulheres negras da capital baiana. O historiador sumariou manchetes de jornais que davam atenção as brigas entre mulheres negras pelos periódicos baianos, sempre a entregar as “descomposturas” diante dos códigos reguladores da paisagem urbana erguidos sob a égide republicana. Isto merece um especial interesse, pois as mulheres negras constantemente aparecem como “briguentas” e “desordeiras” diante do olhar das elites baianas.[55] Essas imagens não estão em desacordo com aquelas escolhidas por Mariá Costa Pena. A evocação feita pela escritora a fim de informar aos seus leitores e às suas leitoras os arquétipos que construiu é o tipo de referência ao imaginário que pairava na sua visão sobre as mulheres trabalhadoras e negras. *As charuteiras* faz referências a uma realidade histórica, ao mesmo tempo que também produz referência sobre ela, marcadas sempre pela mediação da autora.

Neste sentido, interpreto o conteúdo dos diálogos, mas também as estruturas dos personagens como fontes históricas neste gênero literário que a autora produziu, simultaneamente, memórias e ficção. A ficcionalização das suas memórias, como parte de seu processo criativo na produção do texto literário, permite interpretar também a ambivalência

[54] PENNA, Mariá Costa. op. cit. p.144-145.
[55] FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance!* Mundos femininos, maternidade e pobreza, Salvador; 1890-1940. Salvador: Edufba, 2003, p. 92-106.

dos recursos usados por Mariá Costa Penna. Mesmo que a autora tenha informado constantemente o paradigma referencial para as mulheres racializadas que estavam em desacordo constante com os modelos de feminilidade burguês, por vezes, suas desobediências são percebidas como pejorativas pelo olhar patronal. Para o propósito que estabeleço aqui, basta informar que entre a personagem Nozinha Empapuçada e a operária Maria de Lourdes Conceição, houve correspondências, no que tange a prática de desobediência que aparecem sempre atravessadas por eixos de classe, de gênero e também pelas definições raciais. Dessa forma, o conjunto de nomeações da linguagem patronal que abriu esta seção poderia designar esses desajustes das operárias em termos da disciplina fabril, mas também da agenda comportamental esperada pelos donos das fábricas, em algum limite, afetando o "ambiente de trabalho" ou a "produção". A partir disto desconfio os motivos de se ter deliberado o registro de "mal criada".

Dessa forma, quero sugerir mais uma reflexão sobre essas interceptações que matizam a luta de classes. A experiência das fumageiras diante do modelo de produção também pode ser interpretada a partir dos processos de racialização em que essas mulheres estavam envolvidas. Portanto, o elemento cor pode nos informar um repertório sociocultural que era acionado pelas operárias. Essas ações também informam sobre a crítica prática das operárias às formas de controle da produção. Sugiro para essa interpretação o caso narrado pelo memorialista Ubaldo Marques Porto Filho. Diz o autor que em Maragogipe, na manufatura *Suerdieck & Cia*:

> Logo ao assumir a gerência da fábrica, Gerhard [Meyer] foi informado pelos alemães sobre uma prática das mulheres, que eles respeitavam, decorrente do que denominavam "magia do candomblé". Vez por outra, uma operária entrava em estado de transe, o popular "deu o santo", e quando isto ocorria outras duas ou três também incorporavam o "santo", paralisando momentaneamente o setor, até a retirada das manifestadas, que naquele dia não mais trabalhavam, pois eram imediatamente retiradas da fábrica[56].

Mesmo que a narrativa trate de outra fábrica, e de uma cidade vizinha, não considero dispensável. Segundo o historiador Edmar Ferreira Santos, igualmente a *Cia. de Charutos Dannemann* ou a *Costa Penna & Cia*, outras "fábricas e casas de negócio, empregavam indivíduos" de São Félix, Cachoeira e Muritiba sendo muitos deles "sambadores e sambadoras, mães e pais-de-santo, ogans, equedes, filhas e filhos-de-santo" que experimentaram "seus dias em meio ao cheiro quente que exalava das folhas de fumo entre os

[56] PORTO FILHO, Ubaldo Marques *Suerdieck, epopeia do gigante*. Salvador: Ubaldo Marques Porto Filho, 2003, p. 101.

armazéns, as fábricas e o porto".[57] Segundo a historiadora Luciana Lessa, também em São Gonçalo dos Campos, entre os armazéns de fumo, houve a predominância das mulheres negras, que além de inseridas nos mundos do trabalho fumageiro, também tiveram presença significativa na formação da *Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos*. Esta irmandade, intimamente vinculada aos terreiros de Candomblé, havendo forte participação de mães de santos.[58] Seja pelas irmandades ou pelas religiões de matrizes africanas, a religiosidade foi um aspecto que atravessou os mundos do trabalho no Recôncavo Fumageiro. Não descarto, portanto, a probabilidade de que paralisações e suspensões no trabalho tivessem também motivos relacionados como aqueles acontecidos na *Suerdieck & Cia.*

Por ora, intencionalmente ou não, os transes causavam um transtorno à produção, ao ponto do empresário soltar uma circular contendo uma norma de procedimento para o caso específico. Gerhard Meyer determinou que as fumageiras que entrassem em transe seriam dispensadas do trabalho no dia seguinte, sem direito a remuneração referente ao dia não trabalhado. Segundo Ubaldo Porto Filho, após essa circular nenhuma outra operária foi encontrada manifestando o "santo" na produção[59]. Lembra James Scott que em contexto de dominação masculina, a existência de rituais e a possessão por espíritos poderiam abrir caminhos para sujeitos subalternizados, como as mulheres, para exprimir um tipo de protesto oblíquo, visando sempre atribuir reivindicações, contestações, exigências ou a violação de poderosas normas de dominação para algum poderoso espírito e não às mulheres em si.[60]

Segundo a historiadora Michelle Perrot, a "resistência não é espontânea nem cega. Muitas vezes organizada, modulada e seletiva" ela existe variavelmente de acordo com os diferentes aspectos das formas de controle, existindo "ainda uma diferença de posições e atitudes entre os operários de acordo com as posições na produção"[61] e, acrescento, também de acordo com as hierarquias raciais e de gênero. Dessa forma, para observar a prática das fumageiras, foi preciso perceber e fazer a crítica dos dispositivos disciplinares da fábrica. Esses dispositivos aparecem sempre como expectativas realizadas em caráter experimental, quero dizer, provisório, e alcançando resultados esperados, vão se tornando mais ou menos definitivos, até as operárias os tornarem obsoletos novamente. Embora a história não seja

[57] SANTOS, Edmar Ferreira. *O Poder dos Candomblés*: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 33-37.
[58] LESSA, Luciana Falcão. *Senhoras do Cajado*: a irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos. Salvador: Edufba, 2012, p.86-89.
[59] PORTO FILHO, Ubaldo Marques. op. cit. p.101.
[60] SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência*: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013, p.201-215.
[61] PERROT, Michele. *Os excluídos da história:* operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 25.

evolutiva, os dispositivos de controle e a sua crítica prática produzida pelas operárias, podem ser interpretados como formas melhoradas sempre em relação às antecessoras. O que permite afirmar que a força de trabalho se torna algo a mais. Não fica imóvel diante dos patrões, pronta a lhe deixar extrair todas as suas capacidades, mas é viva, dotada de interesses, disposta a encarar o trabalho da forma que a convém ser mais "justa" e elaborar estratégias que podem servir para barrar e impor limites à exploração, ou lançar investidas para gerir os processos de trabalho em contrassenso aos desejos patronais.

A beneficência patronal

Nesta seção busco analisar as expressões e agências patronais diante da capacidade de luta das operárias. Desta forma, se a disciplina foi a dimensão de dominação mais notória no chão de fábrica, ela não foi o único elemento que atravessou as relações entre patrões e operárias nas manufaturas de charutos e cigarrilhas. Para os empresários, foi preciso recrutar outros instrumentos para limitar o potencial de conflitos entre capital e trabalho. Mas não sem a agência das operárias em refazer estes instrumentos a sua maneira e desejos.

Ao longo da década de 1930 foi possível verificar, pelo menos na *Cia. de Charutos Dannemann*, um processo de racionalização e sistematização dos benefícios por meio de políticas assistenciais. Ao esmiuçar o dossiê produzido por Carreiro de Oliveira, enviado especial do *O Radical* (1938), é possível fazer um importante levantamento a respeito da política assistencial da empresa. Primeiramente, Oliveira atribuiu a "iniciativa particular" às raízes do "índice de progresso nacional" e buscou levar ao público "os heróis que não falam", "os heróis da produção", se referindo aos "dirigentes" e empresários das fábricas. Isto serve de aviso para relativizar o discurso da fonte, abertamente encantado pelos interesses patronais, e envolvido em um contexto de valorização da produção nacional sob o Estado Novo. No primeiro tópico de seu longo artigo, o articulista abordou:

> DENTRO DA LEI E SEM DISSÍDIOS
> Esses quatro mil manipuladores fazem o sucesso de Dannemann vivem na certeza de que o seu esforço é perfeitamente compreendido pelos empregadores. A legislação trabalhista, que veio ratificar oficialmente aquilo que a Cia. Dannemann já fazia, encontra ali o seu mais fiel cumprimento. O repouso anual das férias é regularmente concedido e os operários podem, nos quinze dias de completo lazer, fumar na calma ociosa do restabelecimento de forças, os Coronas que eles mesmo sabem fazer. Todos eles são segurados contra acidentes e a quantos tenham tido a desdita de sofrê-los foi dada assistência pronta e eficiente.[62]

[62] OLIVEIRA, Carreiro. Cia. de Charutos Dannemann. *O Radical*, Rio de Janeiro, Ano VII, N. 1.987, p.5, 25 de Set. 1938.

Além disto, mencionou a "Caixa de Pensão" mantida exclusivamente pela firma, o que daria o direito de aposentadoria por invalidez e por velhice às operárias. O articulista também informou que desde 1873 a empresa já oferecia o auxílio funeral, e era concedido para as operárias o direito a férias. A reportagem ainda deu conta de sumariar o "completo serviço de assistência médica", assistência dentária e farmacêutica, os quais "são inteiramente gratuitos, não sendo os operários onerados pelo seu uso". A educação dos filhos das operárias também merece atenção quando o jornal apontou a existência da "Escola Geral do Dannemann" em São Félix mantida pela própria firma, com capacidade para 150 alunos. As "despesas de assistência social" eram todas custeadas pela *Cia. de Charutos Dannemann* a fim de garantir o sustento de quatro médicos, um dentista e uma enfermeira. As mulheres gestantes gozariam ainda das "justas regalias favorecidas pela lei e os menores só trabalha[va]m em condições permitidas". E por fim, um sistema de gratificação às operárias estava organizado "desde a sua fundação, a *Cia. de Charutos Dannemann* interessa [...] resultados do seu ano financeiro, distribuindo gratificações a todos[as] eles[as] em função dos lucros do balanço".[63]

A expectativa de amortecimento das lutas sociais continuou a pairar no planejamento dos patrões, mas não somente isto, existiu o esforço do articulista em elevar o prestígio da empresa. As intenções que buscam recobrir o reconhecimento da empresa com "bons patrões" lançam luz sobre os interesses patronais. Para a *Cia. de Charutos Dannemann*, era importante passar para seus funcionários a segurança de estar vinculado a uma boa empresa que respeitava e funcionava "dentro da lei". O aparato assistencial da empresa abriu possibilidades para a ampliação e alcance de direitos sociais, o que sugere o empenho patronal na "modernização" das relações de trabalho. Neste modelo, direitos e benefícios se confundem, quando não, pode ser aceitável sugerir que a classe trabalhadora transformou um em outro. A leitura do dossiê jornalístico deve ser neste sentido cuidadosa. Há sutileza do redator em trazer ao público as negociações na forma de doação patronal. Penso ser plausível pensar o esforço das operárias em arrancar algumas dessas benécias na forma de conquistas ao longo das lutas.

Nas obras dos memorialistas, a visão de benfeitor esteve mais acentuada. Quase sempre, atribuindo as ações sociais das empresas à personalidade do burguês Geraldo Dannemann. Salientou, por exemplo, Ubaldo Marques Porto Filho que o empresário "instituiu várias ações sociais em benefício da classe operária. E uma delas foi a construção de uma vila

[63] OLIVEIRA, Carreiro. Cia. de Charutos Dannemann. *O Radical*, Rio de Janeiro, Ano VII, N. 1.987, p.5, 25 de Set. 1938.

operária, a primeira que surgiu no Recôncavo".[64] Outro memorialista, também ex-prefeito da cidade São Félix, Júlio Ramos de Almeida, registrou nas *Efemérides sanfelixtas* que Geraldo Dannemann "foi um dos pioneiros das leis trabalhistas atuais, ao lado de Luiz Tarquínio[65], construindo vilas operárias".[66]As poucas referências que encontrei sobre a referida vila operária, a situam na Rua do Dendê, onde Geraldo Dannemann ergueu sua primeira manufatura de fumos.

Aparentemente, a construção de um imaginário de prestígio e benevolência sobre o patronato é bem mais antiga. O caso da *Cia. de Charutos Dannemann*, novamente é bem significativo, devido ao papel político que Geraldo Dannemann exerceu sobre a cidade de São Félix. Não se pode esquecer que ele foi o primeiro intendente da cidade, responsável por diversas obras de modernização, e principal envolvido na emancipação de São Félix em 1889. Não raro, as homenagens ao Dannemann ressaltaram a sua condição de patrão e industrial. As memórias sobre ele foram acompanhadas por grande saudosismo dos escritores e jornais da região,[67] contemplando a construção de um imaginário de benevolência e do bom patrão. O que não pode escapar é que ao longo do tempo, essas relações que antes pareciam personificadas na imagem do industrial, tomaram caráter mais interpessoal, assumindo a empresa o prestígio herdado.

Os empréstimos de dinheiro, a doação de suplementos para a saúde dos operários, a construção da vila operária e a ajuda com os gastos funerários foram algumas das políticas empreendidas pela *Cia. de Charutos Dannemann* não restritas ao empresário Dannemann, mas adotadas sistematicamente pela empresa. Mesmo que tenha sido parte de uma realidade, não foram essas vantagens que constituíram completamente o cotidiano das relações entre capital e trabalho. Por um lado, a marca da seguridade de um pacto de bem estar social não encobrem as marcas da exploração. As trabalhadoras conviveram também com péssimas condições de trabalho e a precarização da vida social, o que demonstra que as relações de trabalho assumiram facetas complexas na realidade histórica do Recôncavo Baiano, conciliando as ações benfeitoras e aprofundamento das desigualdades.

A imprensa operária atuou de forma pujante contra as ações patronais na tentativa de envolver as trabalhadoras no jogo paternal. Cito *O Germinal* (1920):

---

[64] PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Geraldo Dannemann* – O Empreendedor. Salvador: Ed. do autor, 2014, p. 49.

[65]A referência foi ao empresário Luiz Tarquínio pioneiro da indústria têxtil na Bahia. Reconhecido pelo seu pioneirismo na construção de uma Vila Operária no ano de 1892 para abrigar os funcionários da Empresa.

[66] ALMEIDA, Júlio Ramos de. *Efemérides sanfelixta*. São Félix, 1953, p. 208.

[67] *O Propulsor*, p.4, 15 de Out. 1911.

> Ultimamente, os mestres das várias fábricas armaram uma arapuca de <<Beneficência>> e a ela querem atrair todos os operários, acenando-lhes com purgantes, clisteres, vomitórios para quando estiverem doentes, e prometendo-lhes um confortável caixão mortuário, ao soar para os incautos que se deixarem embair, o dia da viagem suprema.[68]

O alerta lançado pelo periódico não deve nos enganar. Se parece aceitável que o patronato tenha operado novas formas de controle social em resposta a organização sindical das fumageiras, é igualmente plausível a participação ativa das operárias interessadas na "beneficência" dos patrões. Um resultado possível da luta de classes se manifestando na busca pelo "trabalho justo" concebido pelas operárias que escolheram lançar mão do jogo paternal ao seu favor. De outra forma, a organização disciplinar das fábricas não parece ter sido suficiente para afastar o fantasma da luta de classe. Para o patronato foi necessário extrapolar as formas de controle da própria organização da produção, e estendê-la para a vida das trabalhadoras fora das fábricas. Isto sinaliza também que as ações de repressão direta – as perseguições, multas, demissões – têm em parte suas próprias limitações, o que pode ter motivado a prática de outras táticas como a busca pela deferência e do paternalismo, o que merece um comentário de advertência.

O historiador Edward Palmer Thompson considerou que "paternalismo" é uma categoria muito ampla de análise. Seu uso pode implicar em análises que visualizam a relação só a partir dos de cima, ignorando todas as ações dos de baixo, como sujeitos também dessa relação, sempre recíproca e mutuamente consentida.[69] Assim, é preciso reforçar que as fumageiras estavam jogando com o paternalismo para arrancar benefícios para além do salário contratual das relações do trabalho como tentativa de diminuir as taxas de mais valor arrancadas na produção. Por outro lado, no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, essa forma de controle social esteve muitas vezes presente. Para o historiador Sidney Chalhoub, ela mirava esvaziar o potencial dos conflitos inerentes à relação marcada por desigualdades entre aqueles que dela participavam.[70] Dessa forma, não pode ser descartado o desejo dos patrões em mitigar o potencial rebelde das operárias, e a escolha de confrontá-las na arena do paternalismo, recheada também de conflitos.

A deferência das trabalhadoras era a parte esperada pelos patrões, entretanto, muito frágil quando confrontada pelos levantes de classe. Em 1925, *A Classe Operária* lançou:

---

[68] O que sofrem os operários de Muritiba. *O Germinal*, Salvador, Ano 1, N. 3, p.9, 1 de Maio. 1920.
[69] THOMPSON, E. P. *Costumes em comum.* São Paulo: Companhia das Letras. p.29-30.
[70] CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.115.

> Em São Félix - O Burguês J. A. Jonas ficou raivoso com o n. 5 do nosso jornal. Fez um berreiro danado e alegou que não ajudaria mais os operários. Ora, Sr. Jones - lobo capitalista - não queria "bancar" de cordeiro! **Tudo quanto derdes aos Operários não é mais do que a restituição de uma parte insignificante do dinheiro que nos arrancais.** - Os operários de São Félix. [grifos meus][71]

As ligações das operárias com a imprensa comunista provavelmente constrangeu e decepcionou os interesses patronais. O que sinaliza as expectativas e as margens possíveis dos quais os empresários gostariam que as disputas entre capital e trabalho fossem mantidas. Em outro número, encontrei mais informações sobre o episódio:

> As charuteiras - Um dos proprietários da *Cia. Dannemann* ficou raivoso com o apelo que dirigimos, alegou que, quando morrer um filho ou parente nosso, a casa não emprestará mais dinheiro para o funeral. Este dinheiro era pago por nós, semanalmente, aos sábados. **Ora, nós todas bem sabemos que tal quantia era uma restituição indireta, restituição mínima dos milhares de contos que esses burgueses nos têm arrancado durante duas dezenas de anos.** [grifos meus][72]

Os grifos que fiz nesta e na publicação anterior sinalizam a percepção das operárias sobre o acúmulo da riqueza dos patrões e uma noção de "restituição" desta riqueza como resultado direto de seu próprio trabalho. As operárias estavam retirando o véu sobre os laivos da origem do lucro patronal questionando radicalmente as tensões assimétricas entre capital e trabalho. Além das informações já compartilhadas, em mais um excerto as operárias insistiram em mencionar o caso novamente:

> Nós, moças operárias charuteiras de S. Félix e Muritiba, vimos comovidas a publicação de apelo que dirigimos ao primeiro e único órgão da classe operária do Brasil. [...] Um dos proprietários da Companhia Dannemann ficou raivoso com o apelo que dirigimos. Convém dizer que o burguês acima possui ações dessa companhia, no valor de 445 contos. Há alguns anos, o capital dessa companhia era no valor de 3.100 contos arrancados dos seus dois mil e tantos operários de S. Félix, Muritiba, Maragogipe e Nagé. – As operárias charuteiras de São Félix.[73]

O conjunto das publicações apontou que para os patrões a deferência era o resultado esperado no jogo do paternalismo. O gerente da *Cia. de Charutos* Dannemann, João Adolfo Jonas não se furtou em ameaçar as operárias com o corte das beneficências, deu a isto caráter de perseguição às trabalhadoras por causa das denúncias da "exploração inominável" e pelas exigências envolvendo melhores salários, melhores condições de trabalho, direito de livre associação e liberdade para comemorar o 1º de maio. Todas presentes no número 5 do referido jornal.[74] O que demonstra que a tentativa das operárias para ampliar e definir o conteúdo das bandeiras de lutas e insistir no método das reivindicações como estratégia viável

[71] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.9, p.2, 27 de Jun. 1925.
[72] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.10, p.2, 4 de Jul. de 1925.
[73] As Charuteiras. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 10, p.4, 4 de Jul. 1925.
[74] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.5, p.1, 30 de Maio de 1925.

para arrancar os rendimentos e o "trabalho justo" dos patrões passou pela possibilidade de desmanche das relações paternalistas. Um setor das operárias abriu mão de uma forma de luta pela outra. Neste sentido, merece atenção o esforço de persuasão da imprensa operária para provavelmente convencer outras trabalhadoras do setor fumageiro das "armadilhas" dos interesses patronais e da importância das lutas abertas. Isto parece informar parte das dificuldades da militância comunista em integrar a totalidade das operárias aos seus interesses, e sinaliza a diversidade política entre as fumageiras.[75]

Uma segunda análise aponta em outra direção. Desta vez, ilustrando os compromissos e responsabilidades atribuídos aos patrões pelas operárias. Isto fica exemplificado pela decepção das fumageiras diante da quebra de acordo pelos patrões:

> NA FÁBRICA COSTA E PENNA
> Pelo que o leitor vai ler, avaliará dos sentimentos que animam Manoel Ferreira Costa Penna. À 19 do corrente, faleceu um operário que trabalhava na fábrica de fumos Costa Penna. A família do nosso camarada, à falta de recursos, dirigiu-se aquele industrial, pedindo recurso para fazer o enterro. A negativa foi a resposta dada, e como um ato de cavalheirismo, adiantou-se o negociante José Bento, fazendo por sua conta o enterro no qual gastou perto de 200$000. Ajuízem bem a **ingratidão** do primeiro, um industrial potentado e o altruísmo do segundo, um negociante de poucos recursos. [grifos meus][76]

A postura do Manoel Costa Penna mereceu uma publicação na imprensa operária, provavelmente, inspirou os redatores demonstrarem o antagonismo moral que compartilhavam seus inimigos de classe. Para efeito da nossa análise, a ideia de "ingratidão" sinaliza o saldo devedor que a classe trabalhadora ansiou que os empresários tinham que cumprir. Como em discursos anteriores, a ideia da "restituição" retorna para sinalizar as tensões e a obrigação dos patrões com aquelas pessoas que ajudaram a construir suas riquezas. Quando a *Costa Penna & Cia* não acatou o pedido feito pela família operária, colocou em risco seu prestígio diante das trabalhadoras.

De uma maneira ou de outra, os atores e as atrizes envolvidas nesta cena do paternalismo tinha deveres muito bem estabelecidos. Diante dos casos analisados, eles indicam que a troca de favores dependia da deferência das operárias por um lado e do comportamento de generosidade dos patrões de outra, sem deixar escapar as consequências sociais tributadas nesta relação em que se põe prestígio, obrigação, dependência ou controle social em jogo. Também pode se dizer que essas relações não eram estratégias homogêneas nem entre os capitalistas nem entre as operárias. Diferentes segmentos miravam estratégias de

[75] Tema que aprofundei mais adiante, ver: *As lutas abertas*
[76] SANTOS, Francisco E. Na fábrica Costa e Penna. *O Solidário*, Santos, Ano III, N.45, p.4, 27 de Jun. 1926.

rejeição ou acionavam o paternalismo o que indica a maneira heterogênea das estratégias e das qualidades dos conflitos de classe. No caso dos patrões, merece atenção como as duas fábricas analisadas eram distintas neste sentido. Apesar de ter analisado um material mais substancial para o assistencialismo da *Cia. de Charutos Dannemann*, do ponto de vista das operárias – como se sabe não somente nesta seção como nas próximas – as denúncias relativas às condições de trabalho e ao autoritarismo da *Costa Penna & Cia* permitem relativizar o caráter paternal das empresas de fumo.

Assim sendo, a imprensa operária novamente é protagonista para as denúncias das condições enfrentadas pelas fumageiras do Recôncavo Baiano. Em 1920, o periódico baiano *O Germinal* (1920) fez a seguinte acusação:

> Nesta última casa [Costa Penna & Cia] a situação dos operários é a da mais dolorosa servidão. Homens, mulheres e crianças que ali trabalham, são tratados como cães. Não há sequer um simulacro de higiene, e, quanto a conforto nem é bom falar. Até as torturas da sede sofrem os desventurados fatores da riqueza dos Costas e dos Pennas. Basta dizer que na fábrica desses senhores trabalham para mais de 300 pessoas e o fornecimento diário de água é de três cargas desse líquido.[77]

Em 1925, a situação não parece ter mudado: "bebemos água em uma caneca. A caneca é uma lata de creolina, que adaptamos. O depósito d'agua são duas jarras. [...] As companheiras grávidas continuam a sentar-se nos mesmos tamboretes de pau tosco."[78] As operárias acusam também que a "casa *Costa Ferreira & Penna* deita[va] as vasilhas no rigor do sol, junto à "privada".[79] As "torturas da sede" foram as expressões da submissão à disciplina de trabalho que as operárias enfrentavam. O rígido controle sobre as necessidades físicas e a insalubridade das condições de trabalho, dão conta dos aspectos da exploração do trabalho na confecção de charutos, e da atuação dos dispositivos disciplinares que agiam em proveito da fixação das operárias ao trabalho rotineiro de forma quase perpétua. Essa realidade foi muito distante das propagandas patronais que informaram que o fazer charutos era um trabalho delicado. Outro articulista ainda faz o seguinte relato:

> Para que tenham uma ideia da situação do operariado de São Félix, basta dizer que a grande parte dos trabalhadores, faz as suas refeições ao meio dia, com jacas, bananas e outras frutas baratas, porque não pode-se alimentar com comida sólidas e nutritivas. Muitas trabalhadoras, às vezes em estado de amamentação, tem o mesmo regime.[80]

---

[77] *O Germinal*, Salvador, Ano 1, N. 3, p.9,1 de Maio. 1920.
[78] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano I, N. 5, p.1, 30 de Maio. 1925.
[79] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 10, p.2, 4 de Jul. 1925.
[80] *O Solidário*, Santos, Ano III, N. 44, p.4,13 de maio. 1926.

A este respeito, parece que a fábrica de charutos *Costa Penna & Cia* só veio resolver a questão em 1945, quando inaugurou "um pequeno refeitório para os seus operários" e operárias. Júlio Ramos de Almeida afirmou que "merece registro este fato porque a maioria dos operários comem nas portas, ruas e muitas vezes em locais pouco asseados, dando um aspecto feio à cidade."[81]

Os indícios reunidos e analisados nesta seção permitem dizer que a *Cia. de Charutos Dannemann* investiu sistematicamente na "assistência" e "benfeitorias", provavelmente visando minimizar os conflitos de classe, recebendo por sua vez, uma contrapartida das operárias em termos de deferências. Ao menos essa parece ter sido sua principal intenção. Mas não deve ser minimizada a participação das operárias no jogo do "benefício patronal" como estratégia possível para alcançar o "trabalho justo". Contudo, toda essa estrutura erguida não foi suficiente para minar as lutas abertas, reivindicações diretas. Se as operárias lançavam mão de várias estratégias de lutas, os patrões também variaram as suas. Aparentemente a *Costa Penna & Cia* se diferenciou da posição da sua concorrente, propondo um modelo mais autoritário e rejeitando quando possível qualquer obrigação com as operárias. A recorrência das denúncias das operárias aos maus tratos ocorridos dentro da manufatura dos portugueses, e novamente, conforme as próximas análises, veremos como a *Costa Penna & Cia* se destacou em oferecer meios cada vez mais violentos de controle do trabalho e de perseguições ao movimento operário.

Feminilidades e masculinidades no movimento operário

Nesta seção quero me debruçar sobre as experiências de classe das operárias a partir de uma análise detida nos diferentes processos de hierarquização de gênero e na derivação de ideologias de feminilidades e masculinidades nas fábricas e no movimento sindical. Se o planejamento divisório das tarefas nas manufaturas de charutos seguiu uma lógica que recriou hierarquias sociais de gênero e inseriu-as como tecnologias de dominação e controle do trabalho das mulheres, é útil investigar como isto afetou as experiências das trabalhadoras e suas agências diante destas estruturas. Portanto, se as relações de trabalho são portadoras das relações de gênero[82] a investida sugere que a crítica prática das operárias pode ser lida como expressões de luta contra um modelo de produção interceptado pelas hierarquias de classe e de gênero, combinadas e exercida pela hegemonia masculina. De outra forma, o movimento

[81] ALMEIDA, Júlio Ramos de. op. cit. p.134.
[82] SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p.126.

operário não escapa da análise. Ele também redefiniu suas estruturas em divisões de gênero na política sindical, recriando espaços de hegemonia masculina que também afetaram a experiência e a participação das trabalhadoras. A seguir quero perscrutar os significados das experiências de classe das mulheres.

A historiadora Michelle Perrot, que analisou as relações de trabalho na França do século XIX, percebeu que a função clássica da vigilância, exercida geralmente por homens, resultou especialmente entre as mulheres da indústria têxtil em protestos das operárias contra as intimidades e exigências sexuais dos mestres.[83] Em outro estudo, a historiadora ressaltou o papel dos jornais operários do norte da França — *Le Forçat*, *Le cri du forçat...* — que serviram de "tribunas dos abusos" para denunciarem a "lubricidade dos porcos do capital".[84] Em alguma medida, as análises da historiadora têm similaridades com as experiências das fumageiras no Recôncavo Baiano. Os jornais operários grassaram denúncias sobre as violências contra as trabalhadoras nas fábricas e criaram verdadeiros púlpitos contra os abusos dos mestres. Em 1920, por exemplo, *O Germinal* lançou:

> Há mestres e contramestres que se dão ao luxo do donjuanismo e querem à força impor a sua lubricidade às pobres moças. Pretendem estas ser contempladas com uma melhor distribuição de tarefas, eximirem-se às descomposturas dos algozes? E ceder, por exemplo, aos baixos instintos do [Ernesto] Pitanga, a quem já apelidaram de Sultão, e, como as dignas operárias repelem o atrevido conquistador, passam a amargar as mais revoltantes humilhações, si é que logo não são despedidas por não haverem aceitado o lenço do caricato transformador de uma casa de labor em serralho [mesmo que harém]...[85]

O aparelho de direção, aparentemente, era o centro dos conflitos também em termos de gênero. Afinal, mesmo que uma primeira leitura do excerto permita interpretar que a inclinação dos mestres e contramestres sobre os corpos femininos nada tinha a ver com o aumento da produção de bens pela empresa capitalista, uma segunda leitura a contrapelo da fonte parece informar melhor como os interesses do capital e as formas de subordinação de gênero são efeitos combinados dentro das fábricas. Essas expressões de dominação estão longe de ser anomalias dentro das fábricas, pois elas amplificam as opressões de classe através das opressões de gênero, aumentando as margens de ameaças às mulheres na atividade produtiva. De uma maneira ou de outra, os assédios estavam além de um caráter "moral" como sugere o tom dado pelo jornal, pois ilustraram como o pensamento divisório das tarefas com base no gênero produziu tecnologias de dominação que poderiam afetar as subjetividades

[83] PERROT, Michele. op. cit. p.70.
[84] PERROT, Michele. *A minha história das mulheres***.** São Paulo: Contexto, 2007, p.76-69.
[85] O que sofrem os operários de Muritiba. *O Germinal*, Salvador, Ano 1, N. 3, p.9, 1 de Maio. 1920.

das operárias. Provavelmente a dimensão do assédio permitia aos mestres formas de ameaças que extrapolavam aquelas contidas nas normas da empresa. Esse tipo de configuração da realidade histórica exerceu sobre as mulheres um misto de opressão – aos seus corpos – e exploração – a sua força de trabalho.

Dessa forma, outra leitura do excerto aponta na direção dos operários. Ao denunciar as "lubricidades às pobres moças" o discurso operário faz emergir o ressentimento de classe, mas mais ainda, de suas próprias masculinidades ameaçadas. Pode se esperar que esta condenação pelo discurso operário buscasse se justificar através do desejo de sinalizar a presença de filhas, irmãs, mães ou esposas destes operários indignados,[86] principalmente se considerarmos a expressão "dignas operárias" ilustrativa dos modelos de feminilidades aceitos pelos trabalhadores. Nesse sentido, a publicação d'*O Germinal* deixou uma representação das mulheres como sujeitos passivos diante da opressão capitalista e de gênero, que elegeu a militância operária dos homens de forma heroica a proteger às operárias e combater as "descomposturas dos algozes" patronais. Nas denúncias classistas, os operários não perderam a oportunidade de construir uma masculinidade vanguardista e pretensamente revolucionária, enquanto lançavam sobre as mulheres uma suposta fragilidade.

A historiadora Margareth Rago argumentou que para o universo do mundo do trabalho dos operários, frequentemente pode se encontrar motivações de reprodução das masculinidades burguesas. Os homens da classe trabalhadora estiveram fortalecendo o modelo de feminilidade à esfera do trabalho do lar, sempre sob a guarda dos homens, discursivamente arrancando-as suas agências.[87] Assim, a percepção de que a fábrica estava se transformando em "serralho" pode indicar mais sobre a expectativa de proteção destes operários, ao estabelecer a oposição entre lar e fábrica, e a condenação moral da última. Isto ajuda a explicar os motivos contidos em outro trecho. Desta vez, na ocasião de uma greve ocorrida em 1920, as lideranças operárias clamaram: "temos fome e queremos que aqueles cuja fortuna fizemos e aumentamos não nos deixem faltar o pão para nós, para as nossas mulheres e para os nossos filhos".[88] O excerto demonstra como o gênero operava para definir os desejos de criar imagens do homem operário como provedor e da mulheres operárias como suas dependentes. Expectativas difíceis de verificar em um setor majoritariamente ocupado

[86] Ao catalogar os *Registros dos Empregados* e cruzar, por exemplo, os dados de filiação e moradia, não foi difícil notar a ocorrência de parentesco entre muitas operárias e operários da *Cia. de Charutos Dannemann*.
[87] RAGO, Margareth. *Do cabaré ao* lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil, 1890-1930. São Paulo: 4ª Ed. Paz & Terra, 2014. p.86-129.
[88] *A Ordem*, Cachoeira, Ano 1, N.59 , p.2, 19 de Maio. 1920.

por mulheres negras e cujas configurações históricas de família estavam distantes daquelas da burguesia branca, a qual parece inspirar os operários.

O sociólogo L. A. Costa Pinto chegou a observar que o "padrão de uniões conjugais extralegais" de "puro amasiado" entre as fumageiras quase institucionalizou a "prática da mulher operária sustentar o companheiro", este último taxado de vadio e vagabundo pelo autor. O sociólogo ainda argumentou que a característica das famílias do Recôncavo Baiano era o "matriarcado", uma vez que as relações afetivas eram "instáveis e precárias" visto que frequentemente as mulheres estavam a prover suas vidas e a criação de seus filhos sem a presença de um companheiro fixo.[89] O discurso sociológico e o operário parecem convergir sobre o modelo de masculinidade desejado, e embora Costa Pinto não soubesse reconhecer a independência e o protagonismo das mulheres negras como provedoras do lar, suas observações permitem contestar o discurso das lideranças operárias sobre o homem provedor.[90] Por outro lado, este matriarcado anunciado pelo sociólogo foi um efeito emblemático da conjugação dos processos de opressões conjuntas do racismo, do sexismo e da exploração de classe que aprofundam os processos de exclusão que marcaram as experiências históricas das mulheres negras, mais bem interpretada pela filósofa Sueli Carneiro a partir da noção de "matriarcado da miséria".[91]

As formas de lutas também estiveram marcadas pelo gênero. Parece que as muitas maneiras de lutas de classe protagonizadas pelas mulheres, como a *crítica prática* analisada neste capítulo, estiveram também subsumidas na percepção dos operários. Em 1926, pela chamada "NA FÁBRICA DE FUMOS MANOEL COSTA F. PENNA [*sic.*]", do periódico santista *O Solidário*, os trabalhadores do Recôncavo Baiano relataram as formas de exploração nas fábricas de charutos. O discurso, entretanto, traz mais alguns indícios sobre as mulheres no imaginário operário:

> No Brasil, a situação do operariado é ainda a dos escravos da idade média. Ser Operário em Cachoeira, na fábrica de Manoel Costa F. Penna, implica em submeter à condição de servo, sem direitos, e sem garantia, alguma. Impera ainda o regime do relho e do revólver. Nesta fábrica existe um tipo que tem a função de caixeiro que se chama Honório, e é um verdadeiro escravocrata, selvagem para os pobres operários e operárias. De revólver no bolso, é odioso. As infelizes mulheres que são forçadas a

[89] PINTO, Luís Aguiar Costa. op. cit. p.128.

[90] Nesta análise me aproveitei dos escritos de Angela Davis. A filósofa sinalizou que os arranjos familiares da população negra tiveram agência centrada nas mulheres negras. Isto foi quase sempre mal interpretado por sociólogos e historiadores, que acusam a família de uma suposta desestruturação pela falta da autoridade masculina do homem negro. Esses estudos são expressões da naturalização da supremacia masculina. O que me parece ter orientado Costa Pinto e os operários. Ver: DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe.* Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. p.15-41.

[91] CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro. 2011, p. 127-130.

> ir ali ganhar uns miseráveis mil réis, tem que aturar todos os desaforos desse fiel lacaio de Costa Penna. Por insignificâncias, pega pelo braço as pobres mulheres e joga-as à rua, conforme fez com a operária Balbina Moraes, só porque ela protestou contra o ato brutal desse "Urso Branco", que queria lançar pelas escadas abaixo um infeliz menor operário. [...] Podem continuar a maltratar as operárias de Cachoeira, miseráveis, desrespeitam as pobres viúvas, as indefesas mocinhas, as miseráveis mulheres casadas, e os inocentes menores, que não tardarão os trabalhadores do Brasil, unidos aos trabalhadores do mundo a dar-vos a merecida lição. Proletários de Cachoeira, fortalecei as vossas associações! Operários. Uni-vos![92]

A forma violenta de se conduzir os processos de vigilância dos trabalhos fumageiro deu o tom das denúncias operárias e dos arranjos que estruturavam a exploração capitalista nas fábricas de charutos. Contudo, a dimensão da luta de classes aparece no jornal operário como expressão da tarefa militante, masculinizada, e autoproclamada como sujeito revolucionário. A atitude de Balbina Moraes merece dupla atenção. Passou despercebido que a operária estava longe de ser uma das "indefesas mocinhas" que as lideranças operárias desejavam proteger. E também, esteve escamoteada as estratégias da operária de crítica prática aos representantes no chão de fábrica dos patrões. O não reconhecimento destas lutas provavelmente embaçou a visão dos comunistas sobre as contradições impostas pelas operárias como crítica radical ao modelo de produção.

Estas imagens sobre as operárias ajudam a apurar os motivos da divisão de gênero na vida da organização sindical. Os excertos da imprensa operária indicam que atividade sindical vista com centralidade e como expressão maior da luta de classes pela militância dos operários era a tarefa revolucionária, portanto, também dita masculina. Uma correspondência recebida pelo periódico do Partido Comunista do Brasil (PCB) *A Classe Operária* levantou algumas dificuldades dos militantes comunistas se organizarem no Recôncavo Baiano:

> O nosso jornal tem causado no seio das massas uma impressão enorme, porque não existia um jornal exclusivamente dirigido por trabalhadores. Desejávamos ter tempo para descrever o que sentimos; mas, o trabalho nos rouba o tempo. A maioria dos operários não sabe ler. Nas fábricas a maioria é de mulheres e crianças. Convidamos as moças operárias a vir à associação. Elas não vêm porque se o patrão souber serão despedidas. Em outro número falaremos sobre a greve de 1920. E aqui continuamos firmes, unidos em um só bloco ao lado dos companheiros de S. Félix, Cachoeira e da capital trabalhando e combatendo sob a bandeira da "A Classe Operária" - Os operários de Muritiba.[93]

Ocorre que os argumentos do articulista, indicando às perseguições ou a suposta baixa instrução das operárias, não podem explicar o afastamento das trabalhadoras do sindicato. Imagino que as lideranças sindicais subestimaram os interesses políticos das operárias buscando reduzir a única via de organização aquela instituída pelo sindicato ou pelo partido.

[92] *O Solidário*, Santos, Ano III, N. 44, p.4,13 de Maio. 1926.
[93] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 9, p.2, 27 de Jun. 1925.

Francisca Flora de Matos, que foi operária da *Cia. de Charutos Dannemann*, por exemplo, também ocupou a secretária da *Sociedade de Resistência Protetora dos Operários de São Félix*. Além da própria atuação da operária contestar os estereótipos de passividade e a falta de mulheres na associação sindical, a militante deixou indícios de que o sindicato tinha dificuldades de aumentar o vetor social de influência, pois parte da massa operária estava dividida entre a influência dos comunistas e de outras tendências socialistas.[94] Portanto, as divisões e a pluralidade ideológica entre as fumageiras parecem ser os indícios suficientes para complexificar as distâncias entre as operárias e o sindicato, e esvaziar os argumentos da baixa instrução ou da presença majoritária de "mulheres e crianças".

Outro argumento aparece nos próprios termos das operárias. Quando Francisca Matos, em uma correspondência que foi republicada no jornal *A Manhã*, atacou as tendências reformistas do movimento, defendendo a sua posição com os comunistas, informou que "Sim, dizem que mulher é parte fraca, mas quando no meio delas surge uma espirituosa é um caso sério."[95] As mulheres constrangeram de muitas formas a hegemonia dos homens nos sindicatos. E embora, Francisca sugira um tom de excepcionalidade, é importante ressaltar o interesse da operária em lançar um contra discurso as noções que pairavam no imaginário operário, refazendo ao seu próprio modo a sua feminilidade.

De toda forma, quando se tratou da presença no sindicato, um excerto do *O Solidário* (1926) permite relativizar a "falta de mulheres" quando registrou que

> A sociedade União de Defesa Operária içou seu pavilhão rubro-negro, na alvorada, e à noite houve sessão solene, na qual se apresentou a companheira Francisca Flora Mattos, secretária da Sociedade de São Félix, com um número avultado de outras operárias, que propositalmente vieram abrilhantar o ato.[96]

A força da agência das mulheres fez mais do que "abrilhantar" a organização sindical e deve ser percebida na penetração de pautas e reivindicações que aparecem em meio aos levantes, indicando a sua força política e de participação, que muitas vezes estão ofuscadas nos jornais. Por exemplo, em 1925, uma lista de reinvindicações deu atenção para "6ª - Licença de 15 dias para as companheiras no parto e pagamento integral" e também apontaram "8ª - Bancos especiais para as companheiras grávidas"[97] dando conta de alguns dos interesses das operárias. Haveria, portanto, uma experiência de classe feminina que lança luz sobre a pluralidade da classe trabalhadora. Segundo Elisabeth Souza-Lobo, é preciso superar o

[94] Irei aprofundar adiante em *O comunismo fumageiro* na seção *As lutas operárias.*
[95] *A Manhã*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.312, p.10,29 de dez. 1926.
[96] *O Solidário*, Santos, Ano III, N.45, p.4, 27 de Jun. 1926.
[97] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano I, N.5, p.1, 30 de Maio. 1925.

“espantalho da divisão de classe” e das lutas, que acusam aqueles que enxergam somente a determinação da estrutura produtiva de onde se deduz a classe como sujeito homogêneo e quase sempre masculino.[98]

Desse ponto de vista, fica sinalizado as formas de mobilização e de solidariedades de classe e feminina entre as fumageiras. Uma nota de apoio assinada pelas operárias de Muritiba contrasta com o tom das publicações anteriores:

> Pelos operários da Souza Cruz
> As operárias charuteiras de Muritiba, na Bahia, comovidas com a situação dos operários e das operárias da *Companhia Souza Cruz*, saúda-os e convida-os a lutar contra os exploradores. Somos exploradas de muitas formas. Deixamos dois dias na casa e mais um charuto em cada cento. Se fizemos 120, deixaremos 2. Somos mais de 700. Há dias, a casa Dannemann descontou 100 charutos de cada uma de nós. Manipulamos os charutos com uma marca e são postos aí com outra. Até agora ignoramos porque nos foram descontados esses 100 charutos. Somos mais, temos muitos filhos. Sofremos muito. Mas não perdemos a esperança de triunfar um dia. Vivam os operários e as operárias da Companhia Souza Cruz! - As operárias charuteiras de Muritiba.[99]

Além das denúncias das injustiças sofridas nas relações capitalistas, as operárias quando assumem a dianteira da militância demonstraram o quanto foram artificiais os discursos que as condenavam ao lugar da passividade. Chamo a atenção ao cuidado do excerto supracitado, em solidarizar e informar através dos substantivos masculinos e femininos a existência das mulheres no trabalho. Como em outros excertos analisados ao longo do texto, aqueles que foram assinados pelas “charuteiras” ou “operárias” de São Félix ou Muritiba não mobilizaram estereótipos de gênero, ao contrário das publicações assinadas pelos homens. Isso não pode passar despercebido, pois demonstra as distintas expectativas de gênero na experiência histórica da classe trabalhadora.

Dessa forma, um infeliz episódio ocorrido na fábrica *Costa Penna & Cia* dá conta de informar outra evidência do poder de mobilização e de estratégias acionadas pelas mulheres contra as agruras e as opressões das fábricas. O jornal *Voz Operária* (1952) lançou:

> Campo de Concentração – Uma operária da fábrica de Charutos “Costa Penna” em São Félix, grávida de sete meses, sentindo fortes dores e contrações, abandonou o trabalho, procurando sair da fábrica para ser assistida. Não pode, entretanto ir além do portão, uma vez que vigia lhe disse ter ordens para não deixar ninguém sair. De nada valeram as explicações da operária, que desesperada, correu à privada, abortando. Tomando conhecimento do fato, imediatamente suas companheiras de trabalho suspenderam as atividades e se dirigiram ao sr. Gilberto Costa Penna, um dos proprietários da fábrica, pedindo-lhe providências. Seca e friamente, como um monstro nazi-ianque, o explorador disse que nada tinha a ver com o caso, recusando-se ainda a continuar a ouvir as operárias. Deliberaram estas, então, numa demonstração de solidariedade bem característica da classe trabalhadora, cotizar-se a

[98] SOUZA-LOBO, Elizabeth. op. cit. p.125.
[99] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 9, p.2, 27 de Jun. 1925.

> fim de alugar um carro e conduzir a parturiente para sua residência. A repercussão do fato foi enorme não só na fábrica, como nas cidades de São Félix e Cachoeira, aumentando ainda mais o ódio do povo aos exploradores "Costa Penna", que enriqueceram empregando métodos como este.[100]

Em uma primeira leitura, destaco a capacidade de coerção dos regulamentos internos das fábricas contra as operárias. A disciplina capitalista e as disputas sobre o tempo das jornadas de trabalho atravessaram as experiências das trabalhadoras de tal forma que os patrões não respeitaram outras formas de temporalidades da vida das operárias e da reprodução social. Isso coloca o aprofundamento das contradições em torno das definições de uma jornada de trabalho e o tempo capturado pelas empesas. Significados do completo desrespeito do patronato diante da condição de gestante da operária e a partir dessa precarização da vida a transformação do ambiente da fábrica em um verdadeiro "campo de concentração". Uma segunda leitura sugere que coube as operárias deixarem o serviço de lado e irem buscar o atendimento imediato da companheira, mais uma vez, operando estratégias de classe e também de solidariedade feminina a partir das lutas abertas. Acredito que este episódio é emblemático das disputas sobre a gestão do tempo de trabalho e da capacidade de mobilização das operárias pelas operárias em formas de lutas abertas. Portanto, ainda que elas fossem também ativas em movimentos de greves e paralisações, ensejadas pelas conjunturas históricas, as ocorrências do enfrentamento às opressões no dia a dia do trabalho desmontam que as agências coletivas das trabalhadoras estavam somente submetidas aos limites colocados pelo movimento operário masculino. A análise desenvolvida nesta seção, portanto, não encerra e nem inaugura a agência das mulheres contra o modelo produtivo de opressões combinadas das empresas fumageiras, mas mobiliza um esforço analítico de demonstração das ações das trabalhadoras perante as expressões de gênero no âmbito das fábricas e do movimento operário. Adiante, a proposta é fazer uma leitura analítica a partir da chave das lutas abertas ensejadas em contextos históricos específicos.

As lutas abertas: o movimento operário fumageiro

Nesta seção quero investigar os processos de lutas abertas mobilizadas pelas fumageiras diante das investidas patronais. Meu argumento até o momento esteve apoiado na análise dos processos de lutas implícitas como centrais para pensar as resistências e os modos de luta das operárias. Não quero com isto restringir a atuação das mulheres ao nível do chão de fábrica, e encarcerá-las em uma narrativa que rejeita as suas ações como sujeitas de

[100] *Voz Operária*, Rio de Janeiro, Ano IV , N. 147, p.8 , 15 de Mar. 1952.

processos históricos mais amplos. O que parece justo é que as lutas nas formas de crítica prática colocaram as tensões contra os modelos de produção travadas de forma permanente e tem caráter decisivo diante da extração do mais valor. Não é por acaso que os temas das formas de salários, das condições de trabalho e da formação das pautas de lutas da classe trabalhadora são constantes nas greves e reivindicações operárias. As práticas diárias como questionamento dos fundamentos da organização capitalista encontraram nestas conjunturas de lutas abertas espaços concretos para forjar nas formas de variadas bandeiras outras formas de lutas de classes. Mas para organização didática desta dissertação, resolvi expor as formas de lutas abertas somente agora, nesta última seção, afim de também analisar as conjunturas históricas e os terrenos destas formas de resistências, dispostas nos próximos subitens.

O influxo da Greve Geral de 1919

O ano de 1919 marcou o calendário de lutas da classe trabalhadora no Brasil e no mundo. A partir da "Greve Geral" foram deflagradas várias paredes em quase todos os cantos do país. Atacaram o âmago da exploração capitalista, lutaram por melhores condições de vida e de trabalho, e arrancaram garantias e melhorias de salários diante dos avultosos lucros patronais. Segundo Aldrin Castellucci, boa parte desta conjuntura pode ser lembrada também pelas lutas contra a carestia de vida. O cenário de "conjuntura em crise" entre 1914 e 1921 foi marcado pelo aumento expressivo das exportações brasileiras para as nações envolvidas nos conflitos da Primeira Guerra Mundial e provocaram desabastecimento dos gêneros de primeira necessidade e, consequentemente, o aprofundamento do quadro de pobreza e fome da população. Na Bahia, a crise do trabalho, a especulação mobiliária e a compressão salarial eram outros elementos que pesavam sobre a classe trabalhadora.[101] No Recôncavo Baiano, a conjuntura de guerra traria também o sufocamento para as exportações fumageiras, principalmente para as empresas de capital alemão, o que, por um tempo, causou incertezas e agravou a crise do trabalho para as trabalhadoras. [102]

No embalo desta conjuntura, em setembro de 1918, as trabalhadoras das fábricas da *Cia. de Charutos Dannemann, Costa Penna & Cia* e da *Stender & Cia* declararam se em greve em torno da pauta dos salários. As operárias alegaram como motivo "a exiguidade da tabela de pagamentos" e foram atendidas imediatamente pelos patrões. Somente na *Costa Penna & Cia* que foi negada as exigências, e a greve se estendeu por mais alguns dias. Em

[101] CASTELUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise* (1914-1921). Salvador: Fieb, 2004.
[102] Conferir "*A Crise dos Charutos"* no Capítulo 1.

Muritiba, o movimento chegou a mobilizar mais de mil operárias e operários da filial *Costa Penna & Cia*, em solidariedade ao contingente paralisado em São Félix e em Cachoeira.[103] Embora não tenha encontrado desfecho para essa greve na manufatura *Costa Penna & Cia*, fica indicado o sentimento de classe compartilhado pelas operárias. Os movimentos grevistas, e com o vagar do texto isto ficará mais explícito, geralmente se articulavam e tinham capacidade de ampliar as lutas, mobilizando trabalhadoras e trabalhadores de armazéns de fumo ou das manufaturas de charutos. Mas é o suficiente para alertar que os movimentos grevistas da capital baiana de 1919 encontraram terreno fértil para agregar este setor nas mobilizações da classe trabalhadora ocorridas na Bahia.

Em 1919, os círculos de greves que pararam a capital baiana também mobilizaram as fumageiras em Cachoeira, Muritiba e São Félix. Foi na tarde do dia 16 de junho de 1919, que as operárias e os operários das manufaturas cruzaram seus braços diante dos patrões. As trabalhadoras reivindicaram aumento salarial de 20%, jornada de oito horas, indenização por acidentes no trabalho e o direito de livre associação. Eram mais de 2.000 fumageiras das manufaturas *Costa Penna & Cia*, *Stender & Cia*, e da *Cia. de Charutos Dannemann* das cidades de São Félix e Muritiba. O movimento chamou a atenção da imprensa baiana e nacional, ganhando alarme em vários periódicos.[104] Reunidas na sede da filarmônica *Sociedade União Sanfelixta*, foi montado um comitê de greve que se declarou em reunião permanente para interpor as reivindicações aos industriais e representar a coletividade operária. O advogado Luiz Rebouças Soares foi convocado para mediar as negociações e esteve à frente do movimento "empenhando-se na vitória das reclamações".[105]

Os primeiros desdobramentos da greve do proletariado sanfelixta e muritibano tomaram proporções alarmantes, que possivelmente afetou drasticamente o senso de ordem das elites locais. Em pouco tempo as exigências já estavam em quase sua totalidade conquistadas, salvo o aumento de salário de 20%, que teve a contrapartida dos patrões de 15%, rejeitada pelas trabalhadoras.[106] Segundo o historiador José Raimundo Fontes, a insistência da greve levou o patronato fumageiro a telegrafar para a *Associação Comercial da Bahia* para que interferisse junto ao Governo do Estado na questão, alegando falta de garantia

---

[103] Os operários das fábricas de charutos da Bahia em greve. *O Combate*, São Paulo, Ano IV, N.1.096, p.3, 18 de Set. 1918.
[104] A Questão Social na Bahia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p.2, 18 de Jun. 1919.; As greves na Bahia. *A Rua*, Rio de Janeiro, Ano 6, N.165, p.2, 19 Jun. 1919.; *A Época*, Rio de Janeiro, Ano VIII, N.2.528, p.8, 19 de Jun. 1919.
[105] Dois mil operários em greve na Bahia. *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano IX, N. 2697, p.3, 17 de Jun. 1919.
[106] A Questão Social na Bahia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 18 de Jun. 1919.; Dois mil operários em greve na Bahia. *A Noite*. Rio de Janeiro, Ano IX, N. 2697, p.3, 17 de Jun. 1919.

a suas propriedades privadas, o que resultou no envio de forças policiais para o Recôncavo Baiano.[107]

O periódico *Diário de Notícias* evidencia a preocupação não somente do patronato fumageiro de São Félix e Cachoeira, mas também dos "negociantes de influência no comércio" daquela região. Em um telegrama, os comerciantes pediram ao Sr. Capitão de fragata Pedro Manot Serrat "providências afim de extinguir a greve" que se instalou nas duas cidades, ao momento que "o governo sabe e não age; e os grevistas estão criando óbices à navegação".[108] Provavelmente essa obstrução reclamada foi devido às exigências das grevistas que "intimaram os industriais a não fazerem embarque de fumos, no que foram" atendidas.[109] Os portos das cidades de Cachoeira e São Félix foram afetados pela falta do movimento de exportação de um dos principiais produtos da região e o comandante Manot Serrat prometeu agir para cessar "o movimento sedicioso" nas cidades que margeiam o Paraguaçu:

> caso o governador do Estado não dê providências neste sentido o Sr. Capitão do Porto, capitão de fragata Pedro Manot Serrat, tomará as medidas as mais severas afim de normalizar a vida na cidade de S. Félix e Cachoeira e tranquilizar os ânimos das respectivas populações.[110]

O telegrama ao Sr. Pedro Manot Serrat tinha boas razões. Este já era um inimigo bem conhecido dos trabalhadores do porto de Salvador. Em maio, os marítimos em greve, haviam acusado o capitão de contratar "fura greves" para barrar a luta e as pretensões "justíssimas" de aumento de salário e pela jornada de 8 horas. Naquela ocasião, Manot Serrat declarou que os marítimos mantinham-se "pacíficos e fazem muito bem com isso", mas caso o levante adotasse posturas mais energéticas, ele advertiu:

> tenho ordem do ministro da Marinha de em caso de necessidade requisitar a força do exército, mas, felizmente, isso não é preciso. [...] conhece a frase chilena "*Por la rason ou por la fuerça*" ? Essa é a minha divisa e por ela bitolarei o meu procedimento em relação aos grevistas.[111]

Parece que as elites do Recôncavo Baiano estavam a procurar na experiência do capitão o reforço para coagir e intimidar as trabalhadoras. Na tentativa de expansão do

---

[107] FONTES, José Raimundo. Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888-1930. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1982, p.84.
[108] A greve em Cachoeira e S. Félix. *Diário de Notícias*, Salvador, Ano XLIV, N. 4652, p.1, 25 de Jun. 1919.
[109] A Questão Social na Bahia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 18 de Jun. 1919.; Dois mil operários em greve na Bahia. *A Noite*. Rio de Janeiro, Ano IX, N. 2697, p.3, 17 de Jun. 1919.
[110] A greve em Cachoeira e S. Félix. *Diário de Notícias*, Salvador, Ano XLIV, N.4652, p.1, 25 de Jun. 1919.
[111] *Diário de Notícias*, Salvador, Ano XLIV, N. 4620, p.1, 17 de Maio.1919.

movimento, quando as operárias se dirigiram para a cidade de Cachoeira, ocorreu o confronto entre as forças do governo e o proletariado. Lá sofreram agressões a mando do deputado Ubaldino de Assis, ex-prefeito de Cachoeira. Para a repressão foram recrutados oito praças da força pública, 15 funcionários públicos e quatro guardas fiscais. O principal alvo foi o advogado Luiz Soares, opositor político do deputado, o que arrancou do comitê de greve uma nota de protesto contra a "indignidade" dos representantes do poder público de Cachoeira.[112] O patronato recorreu à violência, por meio da coerção do Estado, como instrumento para desestimular e impedir o avanço da luta operária. Ao mesmo tempo as operárias também não se resguardaram em acionar outras forças – o caso do advogado Luiz Soares – para favorecer à sua luta, se aproveitando das oposições entre as elites locais.

O *Diário de Notícias* então publicou a chamada "S. Félix e Cachoeira estão em Paz" e noticiou que "o Capitão do fragata Pedro Manot Serrat, capitão do Porto, recebeu, ontem, dos capatazes de S. Félix e Cachoeira telegramas participando-lhe que a greve nessas cidades já se acha debelada".[113] Dessa forma, o periódico anunciou o fim da greve, mas não soube reconhecer a vitória das operárias. Afinal, o triunfo das fumageiras por meio da pressão empreendida sobre o patronato fumageiro foi poderoso o suficiente para ao longo dos poucos dias que a greve se arrastou, arrancarem os 20% e as demais exigências junto aos patrões.[114] No dia 18 de junho de 1919, os acordos foram fechados. Operárias e operários saíram em festa pelas ruas de São Félix comemorando a vitória ao lado de seu advogado Luiz Soares.[115]

Esse movimento paredista evidencia que o confronto das forças sociais, tanto do proletariado quanto do patronato, não se limitou à arena do chão de fábrica e extrapolou para fora de seus muros. Ao passo que a greve se arrastou, as elites locais, comerciantes e industriais criaram um bloco de coalizão em defesa de seus interesses e reconheceram a capacidade de luta e da força da ação das trabalhadoras. A forma magistral como as classes abastadas tentaram restabelecer a ordem, sinaliza o papel da violência como regra para espoliação capitalista. Interessante que o proletariado fumageiro não desconsiderou as normas, e estabeleceu uma luta considerada justa dentro do contrato social de ordem estabelecido para aquela sociedade. Isso demonstra a vontade legalista dos operários e das operárias em não romper com a ordem vigente, e encarar as contradições capitalistas como injustas.

---

[112] CASTELLUCCI, Aldrin. op. cit. p. 231; FONTES, José Raimundo. op. cit. p.84.
[113] S. Félix e Cachoeira estão em paz. *Diários de Notícias.* Salvador, Ano XLIV, N. 4652, p.2, 27 de Jun. 1919.
[114] Não Ficaremos sem Charutos. *A Rua*, Rio de Janeiro, Ano 6, N.166, p.3, 20 Jun. 1919.
[115] FONTES, José Raimundo. op. cit. p. 84.

O saldo destas lutas não se encerrou na vitória do proletariado. As trabalhadoras e os trabalhadores de São Félix e Muritiba não sossegaram e em poucos dias, com a ajuda do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC) da capital baiana[116] deram o passo rumo à organização sindical. Segundo Aldrin Castellucci, para alguns setores importantes da classe trabalhadora de Salvador, o sindicalismo foi tardio se compararmos a Bahia com outras regiões do país. Na capital baiana, boa parte da organização operária no período anterior a 1914 era de caráter mutualista, beneficente ou cooperativista, iniciativa de trabalhadores ou patrões – como o caso de trabalhadores das fábricas têxtis, de calçado, cigarros e charutos e das ferrovias.[117] O caso do Recôncavo Baiano parece ser similar. Para São Félix, a *Sociedade Montepio União Operária de São Félix* (1901) parece ser uma solitária referência para a história da organização operária na cidade.[118] Este processo não é inusitado e pode ser considerado sob a luz de algumas reflexões. Para o historiador Cláudio Batalha, os seguimentos da classe trabalhadora que mais facilmente se organizaram desde o século XIX foram os trabalhadores qualificados, aqueles que detinham algum saber de ofício, que lhes conferia maior poder de barganha nas negociações com os patrões se comparado com outros seguimentos.[119]

A partir dessas considerações, sabe-se que no primeiro dia de agosto de 1919, o SPCDC ajudara a fundar um *Comitê de Defesa Operária* na cidade de Muritiba. No ano seguinte, o jornal operário *O Germinal* saudava a organização operária no Recôncavo Baiano, e denunciava a reação patronal:

> Os operários [e as operárias] das fábricas de charutos de Muritiba conseguiram, como se sabe, ao influxo benéfico da parede geral de Junho, e porque a ela aderiram, algumas pequenas melhorias. E logo compreenderam que a união proletária era o único meio de irem realizando, para o futuro, conquistas mais importantes. A fundação da União da Defesa Operária muito não tardou, a ela afluindo centenas e centenas de obreiros. Também não tardou a campanha do patronato contra a nova

[116] Segundo Castellucci, o SPCDC, fundado em 19 de março de 1919, se destaca pela forte influência que exerceu sobre a classe trabalhadora baiana, tendo em sua entidade as mais importantes lideranças. Sua influência, sobretudo, foi sobre a preparação e condução da greve geral de 1919 e pela formação de quadros que fundaram outros sindicatos na Bahia. Ver: CASTELUCCI, Aldrin. op. cit. 2014 .

[117] Ibidem. p.163.

[118] CASTELLUCCI, Aldrin. 2010. A luta contra a adversidade**:** notas sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis - SC, vol. 2, n.4, 2010, p.110.

[119] BATALHA, Cláudio H. M. "Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 30 – Primeira República (1889-1930). 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.162.

> instituição, campanha que esta sendo mantida pelos processos já muito conhecidos de espionagem, multas, suspensões, despedidas injustas, etc.[120]

Com efeito, o nascimento da organização sindical não foi bem recebido pelos industriais e gerou diversos desdobramentos para a vida das trabalhadoras. A reação patronal demonstra que o cotidiano foi escolhido como arena central para a luta de classes. Os instrumentos de controle e resistência tomaram formas multivariadas que se desenharam conforme as conjunturas vividas e não se encerraram em si mesmas. Sempre que se apresentaram formas novas de resistência, outras formas de controle surgiram para reprimir as anteriores, sucessivamente. Assim, as respostas às conquistas e à organização operária, levaram os patrões a intensificarem seus instrumentos de controle do dia a dia do trabalho. Do ponto de vista da militância operária, as lutas abertas, as mobilizações e as paredes eram o terreno de luta privilegiado.

Em abril de 1920, o proletariado fumageiro já se encontrava organizado através da *Sociedade de Resistência Protetora dos Operários de São Félix e Cachoeira* e da *União de Defesa Operária de Muritiba*, ambas associadas à *Federação dos Trabalhadores Baianos.*[121] A FTB foi fundada a partir da deliberação do 1º Congresso dos Trabalhadores Baianos em 13 de Fevereiro de 1920. Fruto desse congresso também foi a fundação do *O Germinal*, que atuou como órgão da impressa operária baiana, sob a direção do advogado Agripino Nazareth.[122] Ambos passaram a constituir significativa referência para a atuação dos sindicatos da região fumageira como veremos a seguir.

Em maio de 1920, as fumageiras voltariam a parar a produção e enfrentar os patrões com outro movimento paredista. A greve começou no dia 11 de maio e não tardou para que uma comissão de operários fosse enviada para Salvador com o objetivo de buscar auxílio do advogado Agripino Nazareth.[123] Os apelos das operárias foram imediatamente atendidos e o advogado se dirigiu ao Recôncavo Baiano pelo "Vapor da Cachoeira". Ao atracar no porto da cidade, o "representante do proletariado baiano" foi saudado pelos operários e operárias de Cachoeira, Muritiba e São Félix.[124] Através do jornal *A Ordem*, da cidade de Cachoeira, a diretoria da *Sociedade de Resistência Protetora dos Operários de S. Félix e Cachoeira* convocou:

---

[120] O que sofrem os operários de Muritiba – Um Sultão na Fábrica Costa & Penna. *O Germinal*, Salvador, Ano 1, N. 3, p.9,1 de Maio. 1920.
[121] Ibidem, p. 6.
[122] GUIMARÃES, Luciano de Moura. *"Ideias perniciosas do anarquismo" na Bahia*: lutas e organização dos trabalhadores da construção civil. (Dissertação de Mestrado – FFCH/UFBA). Salvador (Ba): 2012. p. 246.
[123] Ibidem. 179-180.
[124] O operariado movimenta-se. *A Ordem*, Cachoeira, Ano 1, N.58, p.1, 15 de Maio.1920.

> comunicamos que se acha entre nós o nosso companheiro dr. Agripino Nazareth, nosso distinto advogado e representante do operariado baiano, e temos a honra de convidar a todos os nossos companheiros para assistirem o *meeting* que este farol luzente das classes trabalhadoras realizará no domingo, 16 do fluente, às 16 horas, na avenida Salvador Pinto, em S. Félix[125].

A escolha do local não poderia ser outro. É aceitável que o sindicato estivesse mirando as principais fábricas e armazéns de fumo de São Félix, localizados na avenida que margeia o Paraguaçu. Se por um lado, a presença do advogado Agripino Nazareth representou para o proletariado grande "honra" e prestígio, as elites baianas compartilhavam sentimento oposto. Na primeira página do *Diário de Notícias*, o periódico que perseguiu o advogado desde o fim da jornada de junho de 1919,[126]na matéria intitulada "O Anarquismo em S. Félix" asseverou que "houve um tempo, na Bahia, que não vai longe, que se estabeleceram como um meio de reclamação, as greves operárias. Era uma greve por tudo e em toda parte. Não houve quem não fizesse greve." O jornal condenava as estratégias operárias, entretanto, atribuía ao advogado sua principal causa: "devemos agradecer, ao sr. Agripino Nazareth, um maximalista vermelho que, expulso do Rio de Janeiro, veio arvorar no meio do operário baiano, a sua bandeira rubra do anarquismo." Além disso, o periódico não abriu mão de alertar o perigo das "ideias terroristas" entre os operários "deixando-os confusos" e denunciou as supostas intenções de Agripino Nazareth para São Félix, de "revoltar os pobres operários que vivem sossegados" naquela região e "arrebentar as fábricas de charutos dos Sr. Costa Ferreira & Penna, e Dannemann & Cia."[127]

As fumageiras já haviam demonstrado sua capacidade e força de luta antes, o que relativiza a pretensão do jornal em atribuir aos elementos exteriores as revoltas e levantes do proletariado, como foi observado, essa era uma estratégia recorrente de vários setores patronais.[128] Em outro sentido, acontece que as acusações do jornal não eram totalmente infundadas no que tange à rebeldia das greves. Realmente, as greves tinham sido constantes no exercício de luta da classe trabalhadora naqueles últimos anos. Acredito que o temor do jornal se assentava na capacidade de articular as lutas da classe trabalhadora na capital com aquelas no interior. Em nota, é preciso lembrar que embora Agripino Nazareth estivesse envolvido na conhecida "Insurreição Anarquista" ocorrida em 1917 no Rio de Janeiro, junto a

---

[125] Operários Companheiros. *A Ordem*, Cachoeira, Ano 1, N.58, p.1, 15 de Maio.1920.

[126] Segundo o historiador Luciano Guimarães de Moura o jornal *Diário de Notícias* continuou as censuras utilizadas desde as jornadas de junho de 1919, acusando o advogado de maximalista, anarquista, e a serviço do governo de Antônio Muniz. Ver: GUIMARÃES, op. cit. p. 179.

[127] Anarquismo S. Félix. *Diário de Notícias*, Salvador, Ano XLIV, N. 4620, p.1, 17 de Maio. 1919.

[128] HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. *Remate de Males*. Campinas, v.5, p. 95- 119, 1985.

importantes lideranças anarquistas como Fábio Luz, Astrogildo Pereira e José Oiticica, sua orientação política era o socialismo reformista, até então hegemônica entre a militância sindical baiana, o que relativiza a afirmação do periódico de que o anarquismo estivesse presente em São Félix. O jornal baiano tinha intenções mais profundas, e os ataques não eram gratuitos. A partir da sua orientação ruísta, isso significa que pertencia ao bloco político de Ruy Barbosa, o periódico expressava os interesses dos industriais locais, em oposição ao bloco J.J. Seabra, então situacionista, representado por Antônio Moniz. Havia disputas intensas entre as forças das elites e atuação do jornal contra o movimento operário expõe as disputas das forças interoligárquicas baianas.[129]

Segundo o historiador Aldrin Castellucci, o movimento operário tirou proveito dessas cisões e conflitos das elites políticas para misturar a luta de classes às forças seabristas contra as ruístas, da burguesia mercantil, industrial e financeira local.[130] Frequentemente, o ataque ao movimento operário refletiu as expectativas das elites econômicas em acusar a suposta complacência do governo de Antônio Moniz, com o movimento operário. Dizia o jornal ser o advogado "protegido pelos políticos situacionistas, amparado pelo próprio governo". O *Diário de Notícias* acusou ainda o governo de encomendar o Agripino Nazaré para cometer "desordens": "os leitores devem estar lembrados da paralisação do trafego, levante das fábricas, da paralisação das obras, e de tudo mais, onde se divulgava o dedo perigoso do maximalista intrujão". Esperava o *Diário de Notícias* que "para sossego da Bahia, para tranquilidade das famílias, para o bem estar do operariado, o Sr. Conselheiro Antônio Seabra deve mandar o sr. Agripino maximalista conhecido, abandonar a capital."[131]

No dia 19 de maio, as páginas do jornal cachoeirano *A Ordem* foram o palco discursivo dos conflitos entre a diretoria sindical e o patronato. De um lado, os patrões convocaram as trabalhadoras a retornarem ao labor nas manufaturas. Os industriais das empresas *Stender, Costa Penna & Cia* e da *Cia. de Charutos Dannemann* notificaram que suas fábricas estariam "abertas" e nelas trabalhariam "todos os que quiserem, com plenas garantias da polícia".[132] Do outro lado, as lideranças do movimento sindical também usaram o jornal para convocar as operárias e os "operários de Muritiba e São Félix": "camaradas, é preciso não recuar uma linha na atitude já assumida". Insistiam na importância da permanência da greve, pois acreditavam que a cada hora que se passava, mais próximos

[129] Para a análise do sindicalismo reformista e dos conflitos entre as forças interoligárquicas ver: CASTELLUCCI, Aldrin A. S. op. cit.
[130] Ibidem.
[131] Anarquismo em S. Félix. *Diário de Notícias*, Salvador, Ano XLIV, N. 4620, p.1, 17 de Maio. 1919.
[132] Aos operários da Indústria do Fumo. *A Ordem*, Cachoeira, Ano 1, N.59, p.1, 19 de Maio. 1920.

estavam da "vitória".[133] Havia um esforço da *Sociedade Resistência Protetora dos Operários de S. Félix e Cachoeira* e da *União de Defesa Operária de Muritiba* em fortalecer o movimento e garantir a legitimidade da greve. Alertavam:

> E havemos de vencer. Para isso, porém, torna-se indispensável que nenhum operário volte ao trabalho, sem que sejamos todos atendidos nas nossas reclamações. E por que haveríamos de retornar às fábricas, na situação desesperadora em que das mesmas nos retiramos? O que temos a recear, si estamos dentro da ordem e da lei, pugnando pelos nossos direitos. A polícia nada tem que ver conosco, pois não somos desordeiros e apenas queremos o que nos pertence. Temos fome e queremos que aqueles cuja fortuna fizemos e aumentamos não nos deixem faltar o pão para nós, para as nossas mulheres e para os nossos filhos. Animem-se, pois, operários, que a vitória será nossa. Viva a solidariedade operária![134]

A greve de 1920 tomou tons dramáticos e a disputa entre sindicatos e patrões nas páginas do periódico *A Ordem* manifestou o alcance das resistências operárias. Por um lado, ao convocar as trabalhadoras e os trabalhadores de volta ao trabalho, o assédio patronal tentou fragmentar a ação coletiva do proletariado, ao mesmo tempo, que ameaçou usar forças policiais para o combate dos piquetes que poderiam se formar nas portas das manufaturas. A resposta operária, contudo, buscou desmontar a ofensiva patronal recorrendo ao discurso legalista e da ordem, sem deixar de fora a "economia moral" compartilhada pela classe trabalhadora. Os patrões foram responsabilizados pela obrigação de garantir os meios de vida necessários para aquelas pessoas que ajudaram a construir suas riquezas. Manifestada ali, os usos político da percepção do operariado que o lucro dos patrões depende da sua força de trabalho, portanto, deve ser restituído através da proteção patronal.

O comício do advogado Agripino Nazaré, provavelmente realizado no domingo, e a convocatória nas páginas do periódico *A Ordem* na segunda do dia 17, causaram efeito positivo sobre o proletariado. Em alguns dias a greve se alargou pelo Recôncavo Baiano, com três mil grevistas entre as sete fábricas de charutos da *Stender & Cia*, *Costa Penna & Cia* e a *Cia. de Charutos Dannemann*. Em reposta ao movimento, um destacamento policial com cinquentas homens foi enviado de Salvador para Cachoeira. A *Federação dos Trabalhadores Baianos* enviou também seu delegado Abílio José dos Santos e buscou, através do apoio mútuo de classe, lançar um boicote aos produtos das empresas paralisadas.

Segundo o historiador Luciano M. de Guimarães, o destacamento pareceu ter sido determinante para o enfraquecimento da greve, pois a maioria dos trabalhadores – principalmente em Muritiba – se pôs a voltar para a labuta e o patronato fumageiro através de

[133] Aos operários de Muritiba, S. Félix e Cachoeira. *A Ordem*, Cachoeira, Ano 1, N.59, p.2, 19 de Maio. 1920.
[134] Ibidem.

um telegrama ao secretário de polícia agradeceu pelo acerto e prontidão do serviço. O historiador ainda ressalta que o patronato fumageiro acusou Agripino Nazaré e outros operários de fazerem pressões sobre o proletariado, com visitas às suas casas, com "falsas promessas" e de formarem grandes grupos de operários nas portas das fábricas, impedindo que outras trabalhadoras voltassem ao trabalho. Essas ações operárias teriam sido suprimidas pela ação policial encomendada pelos patrões.[135] Na pesquisa, as evidências se tornam escassas, e não foi encontrado um desfecho para a greve. Sabemos apenas que seu fim não foi antes do dia 23 de maio de 1920 e que suas pautas incluíam aumento salarial e a readmissão de um operário.[136]

A experiência do proletariado fumageiro conheceu mais uma vez a violência dos patrões. Violência comum no Brasil da Primeira República, como identifica o historiador Cláudio Batalha, que aponta que "as classes dominantes e os governantes brasileiros estavam acostumados a lidar com as classes subalternas" através da repressão.[137] Essa postura das elites brasileiras despertou o interesse também de outros dois historiadores, como Michel M. Hall e Paulo S. Pinheiro, que interpretaram as constantes evidências da violência patronal contra a classe trabalhadora, como demonstração da inabilidade da burguesia em assegurar sua hegemonia.[138] Estimo que mais que inabilidade, o patronato soube conduzir as forças extras econômicas – as forças repressivas do estado – ao seu favor, a fim de estabelecer melhores condições possíveis para a espoliação do capital. Em nome do estabelecimento da ordem social o capitalismo consegue exercer influência através de formas indiretas de coerção da força de trabalho para assegurar os meios de expropriação e manutenção da exploração do trabalho.

Cabe ainda mencionar que no mesmo ano, ao final de outubro de 1920, surgiu na capital do estado o jornal *A Voz do Trabalhador*, organizado pelo *Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes*, de mesmo nome do jornal da *Confederação Operária Brasileira*. O substituto do periódico *O Germinal* resultou das cisões ocorridas no movimento operário baiano, fruto das disputas internas da *Federação dos Trabalhadores Baianos* entre a nova orientação político ideológica do SPCDC, o sindicalismo revolucionário partidário do anarquismo e as forças socialistas reformistas do Partido Socialista Baiano (PSB).[139] Na

[135] GUIMARÃES, Luciano M. op. cit. p.180-181.
[136] FONTES, José Raimundo. op. cit. p. 263.
[137] BATALHA, Cláudio H. M. op. cit. p.153-182.
[138] HALL, Michel M.: PINHEIRO, Paulo. S. op. cit. p. 101.
[139] CASTELLUCCI, Aldrin A. S. op. cit. p.248-267.

esteira das greves dos anos anteriores, o periódico *A Voz do Trabalhador* noticiou mais um levante no vale do fumo:

> Pelos proletários de S. Félix e Muritiba
> [...] A vida encareceu na proporção de 200% encarecimento esse feito pelos burgueses da Associação Comercial, uma das entidades burguesas mais interessadas pela manutenção da ordem burguesa; agora vamos saber qual é está ordem: é a ordem da exploração mais desbragada, contra homens, mulheres e crianças, no interior do Estado, na mais desoladora miséria. A prova do que afirmamos, está na "greve" dos nossos irmãos de S. Félix e Muritiba, nos armazéns de fumo, dos *Dannemann & Cia* e *Costa Ferreira & Penna.* Esses exploradores podem toda sorte de proteção para essa indústria, queixam-se mesmo que, estão em decadência, mas, vivem na sua mor parte aqui na capital, quando não lhe dá no bestunto de irem passear na Europa, para gastarem a tripa forra o suor dos desgraçados operários que tiveram a infelicidade de lhes cair nas garras aduncas. E depois venham dizer que no Brasil não há Questão Social e que este país é o *El-Dourado* dos parasitas. Avante companheiros! Pela nossa Liberdade e Bem-Estar[140]

Dessa vez, não foi possível apurar o resultado dos esforços do proletariado fumageiro. Provavelmente, os silêncios das fontes operárias informam que a crise do movimento operário baiano afetou profundamente as antigas relações entre o operariado do Recôncavo Baiano e de Salvador. Ao que parece, a greve de 1921 foi um dos últimos esforços das operárias para alcançar as exigências dentro deste círculo de mobilizações de 1919 a 1921. Nesse sentido, a conjuntura histórica da Greve Geral de 1919 no Brasil deu as condições políticas para as operárias organizarem seus primeiros sindicatos, ao mesmo tempo em que se apropriaram das pautas que estiveram consoantes com as exigências dos movimentos operários de outras capitais brasileiras, o que concerne o sucesso da capacidade mobilização destes movimentos, e também de articulação do operariado do Recôncavo Baiano com o de outros lugares. Isto se tornou mais intenso com o avançar dos anos, como veremos a seguir.

O comunismo fumageiro

Em 1922, foi fundado no Rio de Janeiro, o *Partido Comunista do Brasil* (PCB) a partir dos esforços organizacionais de militantes saídos das fileiras anarquistas e outras lideranças operárias. O historiador Marcelo Lins, na difícil tarefa de encontrar uma "certidão de nascimento" do PCB na Bahia, localizou entre as memórias de antigos militantes e acervos documentais as primeiras filiações saídas da região do Recôncavo Baiano. Em 1925, o partido cultivou expectativas que fossem organizadas células de um Comitê de Zona nas cidades de Cachoeira, Muritiba e São Félix. Provavelmente, o interesse residiu por conta da grande

[140] Pelos proletários de S. Félix e Muritiba. *A Voz do Trabalhador*, Salvador, Ano 1, N. 18, p.4, 5 de Fev. 1921.

concentração de trabalhadoras e trabalhadores nas empresas de charutos e armazéns de beneficiamento de fumo e também pelas atividades portuárias no Rio Paraguaçu. O historiador citou parte das memórias de Octávio Brandão, militante importante do Partido, e declarações que entre os simpatizantes do PCB na Bahia estavam Rufino Gonçalves e Amaro Pedro da Silva. No Recôncavo baiano, eles eram os propagandistas do jornal *A Classe Operária*, fundado em maio de 1925, e neste mesmo ano, os operários já aparecem filiados ao partido, constituído uma célula e envolvidos em campanhas, lutas e reivindicações a favor da categoria fumageira.[141] Vale destacar que nem Rufino e nem Amaro eram nascidos no Recôncavo Baiano. Ambos eram do Rio de Janeiro, o que pode justificar o contato assíduo e a mediação entre os militantes da capital federal e o pessoal residente na Bahia.[142]

Dessa forma, a análise do jornal *A Classe Operária* privilegia a análise da experiência das fumageiras neste círculo de intensa atividade com o PCB no Recôncavo Baiano. Desta maneira, estes indícios permitem identificar uma militância comunista no Recôncavo Baiano dotada de um programa político e com intenções de alcançar capilaridade social no proletariado fumageiro. Contudo, possivelmente esta inserção não foi recebida de forma apática pelas fumageiras. Neste item, quero demonstrar a atuação dos comunistas, mas, sobretudo, como as fumageiras fizeram usos e abusos dos contatos e da imprensa operária, em favor das denúncias das agruras vividas no cotidiano fabril. Se por um lado, o comunismo forneceu as condições materiais para conectar as lutas intestinas com outros movimentos operários, como atestam as moções de apoio e solidariedade para outros setores da classe trabalhadora brasileira,[143] por outro, acredito que a inserção do PCB foi fundamental para indicar as nuanças de como as operárias estabeleceram essa relação sempre mútua entre a militância do partido e suas próprias agências.

No mês seguinte à fundação do jornal, Amaro Pedro da Silva aparece com algum destaque desenvolvendo grande parte dos empreendimentos de propaganda do PCB em Muritiba e São Félix. Na seção de subscrição permanente, que listava os doadores e

---

[141] LINS, Marcelo da Silva. "Notas sobre as primeiras movimentações comunistas na Bahia e na região cacaueira." *In*: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Capítulos de história dos comunistas no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016.

[142] No livro de passageiros consta as seguintes informações: Amaro Pedro da Silva, 32 anos, solteiro e Rufino José Gonçalves, 32 anos, solteiro. Ambos aparecem com a indicação de profissão abreviada por "com.", e de procedência do Rio de Janeiro. As informações são referentes ao ano de 1931. Livro de Passageiros, n. 29, p.3, 1931.

[143] Moção de apoio aos operários da Botafogo do Rio de Janeiro. Ver: *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 9, p.1, 27 de Jun. 1925.; saudação às operárias da Souza Cruz do Rio de Janeiro. Ver: *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 9, p.2, 27 de Jun. 1925.

apoiadores do jornal, o operário aparece inscrito,[144] e em outra, recebeu uma correspondência direta do jornal informando-o: "Amaro Pedro da Silva. Enviamos para aí 50 jornais. Não tem recebido novos números? Falamos a um amigo tipógrafo para enviar-lhe os preços."[145] Afora os simpatizantes citados por Octávio Brandão, indico os militantes Thadeu Silva e Manoel Antônio da Conceição. Ao primeiro foi endereçada a correspondência do jornal *A Classe Operária* que acusou: "recebemos carta do 18. Publicaremos com vagar. Tem recebido os jornais? E a propaganda? É preciso lutar. Lutar até vencer".[146] O segundo foi mencionado junto a Amaro Pedro da Silva em agradecimentos pelas doações recebidas pelo periódico.[147]

Nestes primeiros anos do PCB, a existência d'*A Classe Operária* foi bastante valiosa para a penetração dos comunistas nos sindicatos fumageiros.[148] Na concepção do partido, o sindicalismo representava forte expressão da luta de classes e território privilegiado de disputa. Dessa forma, o quadro de militantes do PCB no Recôncavo logo tratou de buscar inserção nos sindicatos, como consta, por exemplo, entre os apoiadores do periódico, a *Sociedade União de Defesa Operária de Muritiba*.[149] Outro indício, sinaliza a celebração feita pelo jornal, como sugere a publicação "cresce a consciência dos trabalhadores" em resposta ao recebimento de uma saudação da *Sociedade de Resistência Protetora dos Operários de São Félix*, cujo presidente e secretário eram respectivamente Amaro Pedro da Silva e Manoel Antônio da Conceição.[150] Em outra publicação fica mais claro a intenção do jornal em mirar o operariado fumageiro e levar um suposto "despertar dos trabalhadores baianos" indicando a tarefa árdua do PCB no estado: "*A Classe Operária* é, para nós, uma luz. Vamos angariar novos auxílios no seio dos operários e operárias das fábricas de charutos".[151]

Do ponto de vista dos militantes, a atuação do periódico na Bahia teve alguma repercussão positiva, embora se possa considerar o pouco tempo de existência do jornal:

> NA BAHIA - A Classe Operária já está circulando nos meios proletários daqui, onde tem deixado ótima impressão, não só pelo tamanho e formato como pela qualidade e quantidade de material. Oxalá saiba o proletariado bahiano compreender o grande alcance de uma imprensa genuinamente sua. Um grupo de camaradas já está em

[144] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 7, p.2;4, 13 de Jun. 1925.
[145] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 9, p.2, 27 de Jun. 1925.
[146] Nossos correspondentes. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano I, N. 5 p.2, 30 de Maio. 1925.
[147] Nosso Correio. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 7, p.2, 13 de Jun. 1925.
[148] GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* 3 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005, p.158.
[149] Administração. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.6, p.4, 6 de Jun. 1925.
[150] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.7, p.2;4, 13 de Jul. 1925.
[151] Ibidem.

> atividade para conseguir a maior divulgação do jornal entre o operariado. Salve! A primeira imprensa proletária do Brasil - A. J. da Silva.[152]

Talvez, o entusiasmo do articulista se apoiou no aumento significativo de filiações ao partido, o dobro, comparado aos anos anteriores.[153] Para aqueles novos membros recrutados, havia uma eminente tarefa para concretizar, como fica indicado no artigo "A Nossa Obra" que permite interpretar algumas das estratégias e orientações do periódico para seus militantes:

> 1º, conquistar as simpatias da pequena massa operária, organizada dentro dos sindicatos; 2º, discipliná-la, unificá-la; 3º, conquistar as simpatias da grande massa operária não organizada; 4º, organizá-la; 5º, conquistar as simpatias da imensa massa de trabalhadores rurais – caboclos dos engenhos e das usinas, seringueiros, vaqueiros, colonos-servos das fazendas de café, pequenos rendeiros, meeiros, terceiros; 6º, organizar esta massa, discipliná-la, unificá-la; 7º, soldar o operário com o trabalhador dos campos na luta da classe dos pobres contra a classe dos ricos; 8º, neutralizar a pequena burguesia e todos os elementos intermediários – quitandeiros, lojistas, empregados, intelectuais pobres, pequenos varejos, pequeno e médio funcionalismo.[154]

O excerto localiza as concepções de classe e a tarefa fundamental para o Partido naquele momento: organizar a classe trabalhadora. Dessa forma, o partido observou com prioridade que para alcançar vetor social o "operário dos grandes centros industriais – Rio e São Paulo, e, depois Recife, Bahia, Juiz de Fora" eram a prioridade.[155] Embora o jornal apreendesse com grande estima a militância baiana, em verdade, ainda não se tratava de uma importante força política. Mesmo com o aparente crescimento, os filiados ao partido na Bahia correspondiam ao um pequeno número de militantes em relação ao quadro nacional do PCB. E segundo o estudo do historiador Marcelo Lins, parte das atividades do Partido no estado estavam concentradas no Recôncavo, até pelo menos os anos 1930, considerando ainda que os demais militantes estavam espalhados por várias regiões.[156]

A fonte também sinaliza que os militantes almejavam construir todo o trabalho de propaganda e organização das trabalhadoras fumageiras, mas parece que as operárias compartilhavam um sentimento de contrapartida com essa militância, e priorizaram o jornal operário para as diferentes demandas e denúncias contra a exploração capitalista. Logo que o jornal foi fundado, em maio de 1925, "as operárias charuteiras da Bahia apela[ra]m para" *A*

---

[152] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.10, p.4, 4 de Jul. 1925.
[153] LINS, Marcelo da Silva. op. cit.
[154] A Nossa Obra. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.7, p.1, 13 de Jun. 1925.
[155] Ibidem.
[156] LINS, Marcelo da Silva. op. cit.: Ver também: SIZILIO, Ricardo José. "*Vai, Carlos, ser Marighella na vida*": outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945). Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017, p.132-160.

Classe Operária, apresentando um conjunto de pautas e reivindicações, dentre elas, a denúncia das estratégias patronais de ampliar as margens de extração de mais valor:

> Levamos ao conhecimento do proletariado industrial e agrícola os horrores que sofremos. Somos tratadas como seres inferiores. Por dia, podemos fazer no máximo 300 charutos "a pau", isto é, comuns. Sendo a mão, as companheiras mais ligeiras só conseguem fazer de 100 a 140. Os patrões pagam por um cento de charutos 1$500, 1$, $800, $700, $640, $620, $600 e até $500. Os charutos a mão são pagos a 2$ o cento. Quando fazemos mais de 100, os patrões descontam, alegando que há alguns charutos com defeito. E, então, perdemos o feitio. Nosso salário regula entre 15$ e 20$ semanais. Em cada cento, deixamos um charuto para o patrão. Havendo 600 operários e operárias só na casa *Costa Ferreira & Penna*, podemos calcular que estes Srs. ficam diariamente com 1.200 charutos grátis. São, portanto, no fim do ano, 360 mil charutos grátis. Deixamos a mais dois dias de trabalho. Estes dois dias só são recebidos de seis em seis meses. Imagine o proletariado do Rio [de Janeiro] que valem dois dias arrancados a 600 operários e operárias que ganham 2$ e 3$ por dia, e isto mesmo só quando acham aviamento![157]

O jornal colocou em questão o agravamento da exploração e os limites impostos pelos patrões à gestão operária por meio do desconto direto dos charutos produzidos e pelo controle da matéria prima fornecida no dia a dia do trabalho. Nos armazéns os trabalhadores também denunciavam a exploração, sinalizando que "os srs Antônio Correia e Arnaldo Pimentel, burgueses conhecidos de Cachoeira, não estão cumprindo o contrato que assinaram conosco. Estão pagando 21$ semanas aos passadores, 15$ e 18$ aos escolhedores."[158] Em outro momento, mais uma vez as operárias expuseram a centralidade do trabalho manual, e atacaram as duras condições de trabalho ao mesmo tempo que aprofundaram a crítica às consequências da exploração em termos de gênero:

> Somos empreiteiras. Ganhamos pelo que fazemos. Os diaristas deste trabalho são poucos; trabalham em outra seção como a "Banca de capa", que apronta os aviamentos. Há pouco, com a greve, os burgueses daqui aumentaram 40 e 60 réis em um cento de charutos, fazendo de nós mendigas. As companheiras grávidas continuam a sentar-se nos mesmos tamboretes de pau tosco. Os que, nas grandes cidades, nas casas elegantes, fumam os charutos de S. Félix, mal sabem a exploração inominável a que vivemos submetidas.[159]

Os excertos extraídos do jornal *A Classe Operária* permitem interpretar através da fala das operárias a percepção lançada sobre as formas de extração de mais valor.[160] Parece-

---

[157] As operárias charuteiras da Bahia. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano I, N.5, p.1, 30 de Maio. 1925.; Esta mesma publicação foi reproduzida pelo jornal *Correio do Povo* da capital baiana. Ver: As operárias charuteiras da Bahia *Correio do Povo*, Salvador, Ano II, N.53, p.1, 16 de Jun. 1925.

[158] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.10, p.2, 4 de Jun. 1925.

[159] As operárias charuteiras da Bahia. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano I, N. 5, p.1,30 de Maio. 1925.

[160] Embora a "teoria do valor-trabalho" tenha sido aprofundada e teorizada por Karl Marx no século XIX, o movimento operário, de muitas maneiras, já havia engendrado e formulado entre 1790 e 1840 os fundamentos empíricos a partir de suas próprias experiências no chão de fábrica. Diante disto, acredito que a fonte das operárias seja uma destas manifestações que precedem o trabalho teórico. Ver: CASTORIADIS, Cornelius. op. cit. p.56-60.

me que é inevitável retomar a discussão das formas de pagamento. O pagamento pela "tarefa variável" aparentemente tinha falhas incontornáveis. Pois se o salário nas relações capitalistas é capaz de ocultar a extração do trabalho excedente, na experiência fumageira a forma de pagamento por quantidade deixou exposta de forma material para as trabalhadoras o quanto parte deste trabalho gratuito é apropriado pelos patrões. É compressível que as trabalhadoras observassem na quantidade de trabalho executado, nas formas objetivas da "empreitada", o desvelamento camuflado da quantidade de charutos produzidos e a relação com os baixos salários. Portanto, a desproporção entre os salários percebidos e a remuneração direta dos bolsos patronais. De outra forma, a maneira como agiram os patrões, criando estratégias de aumentar as formas de exploração através do controle dos aviamentos e do desconto dos charutos, permite visualizar os modelos "informais" da gestão patronal. O aprofundamento dos desdobramentos das lutas práticas das operárias encontravam resistências também práticas do patronato para minar o domínio dos processos de trabalho e os limites colocados pela subjetividade das operárias.

Em 1924, curiosamente, ao tentar unificar a data de pagamento da semana de trabalho, que até então era diferenciada por setor, a *Cia. de Charutos Dannemann* enfrentaria a oposição das fumageiras. Segundo a historiadora Elizabete R. Silva, algumas trabalhadoras recebiam seus salários no sábado, outras na sexta, como as charuteiras, e outras ainda na quinta feira. Na primeira tentativa de unificação, todas as trabalhadoras deveriam receber até quinta, e os outros dias restantes, na folha da semana seguinte. Decorreu que as operárias se sentiram prejudicadas e ameaçaram entrar em greve. Afinal, era entendido por elas que haveria uma desvantagem, um desconto em suas semanas de trabalho. O advogado Alberto Rabello foi convocado pelas trabalhadoras, e através de assembleias e "longas horas de entendimento" com diretor da *Cia. de Charutos Dannemann*, o sr Ernesto Tobler decidiu ceder às exigências, e manter tudo como antes.[161]

Faz sentido que os rastros em torno dos pagamentos já fossem alvo de disputas anteriores. Em 1925, as denúncias que chegaram ao jornal *A Classe Operária* tinham conteúdo profundo e estavam acompanhadas de uma longa pauta de lutas e de interesses conforme a seguir:

> Nossas aspirações são as seguintes:
> (A) Econômicas:
> 1ª - Salário fixo de 4$ diários, por 250 charutos a pau ou 100 charutos a mão;
> 2ª - Nenhum desconto quando a conta passar de 100 charutos;

[161] SILVA, Elizabete Rodrigues da. op. cit. p.193.

3ª - Nem um só charuto de quebra:
4ª - Pagamento semanal de todos os dias de trabalho;
5ª - Extinção das empreitadas;
6ª - Licença de 15 dias para as companheiras no parto e pagamento integral.[162]

Dessa vez, para além das denúncias e da identificação da exploração temos acesso ao conteúdo reivindicativo das operárias que afloram do cotidiano de lutas práticas e da experiência de classe das mulheres. Desperta interesse que as formas de pagamento por quantidade ou por empreitada que visavam estimular o esforço de trabalho para alcançar o rendimento máximo, como analisado antes, estavam na mira do movimento. Esses indícios permitem visualizar os elementos decisivos sobre o controle da produtividade, que estavam no léxico de luta das operárias. Dessa forma, o conteúdo reivindicativo não só expressa a vontade de luta contra exploração do trabalho, mas informam as disputas em torno da gestão do trabalho desejada pelas trabalhadoras. Sugiro que essas aspirações "econômicas" das operárias sinalizam em seus próprios termos o terreno de contradições e um programa radical de crítica ao modelo de produção instalado pelas empresas.

Assim, as denúncias não deixaram de apontar o aprofundamento da exploração em termos de gênero, e as operárias além de reivindicar as licenças para as companheiras no parto com indicativo de pagamento integral dos salários buscando responsabilizar seus patrões pelo tempo empregado na reprodução da força de trabalho, a publicação assinada pelas "operárias charuteiras de S. Félix" consta ainda mais denúncias contra as empresas: "(B) Higiênicas: 7ª - Água pura e copos; 8ª - Bancos especiais para as companheiras grávidas". [163] O programa buscou aprofundar o combate da extração de mais valor em todos os aspectos da vida cotidiana nas empresas fumageiras. Lançar mãos de condições apropriadas para o trabalho foi uma maneira de arrancar de volta dos patrões os excedentes da produção em termos de condições mínimas para um trabalho justo. De outra maneira, esse tipo de aprofundamento que aparece de forma contínua na elaboração das pautas são indícios da atuação pujante das fumageiras e a centralidade da experiência de classe das mulheres.

O programa ainda sinalizou as pautas: "C) políticas: 9ª - Direito de livre associação; 10ª - Não sermos despedidas, quando comemoramos o primeiro de maio. Tais são as nossas aspirações imediatas." A este respeito diziam ainda que o "1º de maio é feriado por lei, em

[162] As operárias charuteiras da Bahia. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano I, N. 5, p.1, 30 de Maio. 1925.
[163] Ibidem.: Além desta denúncia, uma segunda voltou a denunciar a *Costa Penna & Cia*: "Os operários da casa Costa Ferreira & Penna, vêm, por intermédio do seu órgão, protestar contra os patrões que não admitiram que comemorássemos o 1º de maio, sob pena de sermos demitidos. A lei nos faculta esse direito. - Os operários da casa Costa Ferreira & Penna.": Dos nossos correspondentes. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 10, p.2, 4 de jun. 1925.

todo o país, menos em S. Félix. Este ano os Srs. Costa Ferreira & Penna proibiram que comemorássemos o nosso dia sob a ameaça de irmos para a rua."[164]

Neste ponto, as tensões que envolviam patrões e operárias também apontam o deslocamento da arena do cotidiano do trabalho nas manufaturas para as atividades públicas da classe trabalhadora. O uso da comemoração do Primeiro de maio para empossar a nova direção sindical foi mais do que oportuno, mas não livre de conflitos. Segundo o relato, "uma grande massa operária" se dirigiu às cidades de Muritiba e São Félix para "empossar a nova diretoria" da *Sociedade de Resistência Protetora dos Operários*. Na ocasião o "comércio fechou as portas", mas junto com o "burguês Antônio Correia" a casa *Costa Penna & Cia* ignorou o feriado instituído por lei e exigiu que o proletariado "fossem trabalhar pelos insignificantes 15$ semanais; caso contrário, seriam despedidos." Diante da reação patronal *A Classe Operária* então ironizou: "ora, um pau da prensa arrombou as ventas de um dos operários, demonstrando assim esse pau ter mais consciência de seus direitos de pau trabalhador de que os companheiros escravos do burguês Antônio Correia."[165] Comemorar o Primeiro de Maio era a expressão de "consciência de seus direitos", conforme zombou o articulista, e provavelmente, era também reconhecido nestes termos pelo patronato fumageiro. Portanto, a escolha desta ocasião para a posse do sindicato tinha um efeito simbólico de conectar a formação sindical com as lutas históricas da classe trabalhadora, mas também um aviso aos patrões.

As consequências políticas da organização sindical chegaram sob as formas de perseguições. A atuação dos comunistas junto às trabalhadoras chamou bastante atenção dos industriários, sobretudo, em uma conjuntura nacional de combate ao movimento operário e também ao comunismo. Neste sentido, foi recorrente a *Costa Penna & Cia* ter sido o alvo principal dos protestos operários, a postura autoritária da empresa junto a outras firmas sinalizam o caráter violento dos conflitos de classe. E mais uma vez a atuação da polícia foi central na ação das forças extraeconômicas a coagir o movimento operário diante das lutas abertas contra as empresas fumageiras, de acordo com o registro:

> Nós, ex-trabalhadores do núcleo colonial Rui Barbosa (nome fatídico para os trabalhadores), vimos contar a exploração de que temos sido vítimas. Nosso salário era de 2$500, recebido por meio de vale, com 20% de desconto no armazém obrigatório. Dirigimos ao delegado do provimento do solo um abaixo assinado pedindo um aumento, o pagamento semanal e em moeda legal. Tendo conhecimento disto, o chefe do núcleo preparou outro papel e queria que assinássemos sem ler. Recusamos. Fomos despedidos. Estando em nossos lares, fomos presos pelo chefe, à

[164] As operárias charuteiras da Bahia. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano I, N. 5, p.1, 30 de Maio. 1925.
[165] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.10, p.2,4 de Jul. 1925.

> frente de [rasurado] soldados que, de armas em [rasurado] nos escoltaram. Curioso: nós que reclamávamos um direito concedido por lei, éramos presos ilegalmente pelo agentes da legalidade. O próprio burguês é o primeiro a desrespeitar suas leis... Atravessámos as ruas escoltados como criminosos. Éramos outro. Fomos metidos num quarto escuro. O mais perseguido foi o companheiro Rufino Gonçalves só pelo fato de explicar-nos os direitos que nos assistem. Presos. Fomos coagidos, no paço municipal de S. Félix, perante o delgado, o escrivão e o chefe do núcleo, e assinar um documento. Durante o tempo que trabalhamos no núcleo só vimos o chefe três vezes no máximo. Vivíamos entregue a feitores [rasurado] - Os ex-trabalhadores do núcleo Ruy Barbosa.[166]

Rufino Gonçalves foi o primeiro secretário da *Sociedade União de Defesa Operária* de Muritiba, e talvez, a posição do militante motivou a perseguição patronal. Pode-se notar que a retórica produzida pelo jornal operário a lei não escapa do horizonte dos trabalhadores a fim de contornar a agressividade empregada pela polícia a pedido dos patrões. Insistem em apontar como o patronato fere todos os princípios instituídos e manipulam o Estado para criminalizar a luta que acreditavam ser justa. De outra maneira, na Bahia do pós-abolição, os operários também lembraram com pesar do nome Rui Barbosa e não deixaram de usar a memória da escravidão para atacar as péssimas condições de trabalho que eram submetidos e "entregues a feitores". Nesse ponto, é interessante como a experiência negra nos Mundos do Trabalho na Escravidão informa um repertório sociocultural que visualiza continuidades entre as experiências do trabalho forçado com o trabalho intensivo do início do século XX. Ao mesmo tempo em que demonstra em quais termos o proletariado fazia a leitura dos dirigentes colocados para o controle do trabalho. De todo modo, o excerto deixa marcada a centralidade da organização sindical como ameaça direta aos interesses patronais.

No ano seguinte, um conjunto de notícias permite analisar o processo de criminalização das lutas fumageiras e o combate anticomunista do patronato. Em 27 de Janeiro de 1926, o *Correio da Manhã* anunciou que "graças às prontas e enérgicas providências dr. Madureira Pinho, chefe de polícia, fracassou a greve promovida por elementos que pretendiam explorar milhares de operários das fábricas de charutos das cidades de S. Félix e Cachoeira."[167] Em outro jornal o mesmo texto foi reutilizado com um importante acréscimo: "o movimento comunista na Bahia". O *Diário da Manhã* mirou diretamente os "elementos comunistas" como protagonistas do movimento paredista.[168] Outro periódico foi ainda mais informativo, e indicou que "O '*Diário de Notícias*' [da Bahia] publica telegramas de S. Félix e Cachoeira, dizendo encontrarem-se em greve os operários das grandes fábricas

[166] *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.7, p. 2, 13 de Jun. 1925.
[167] Um grande movimento grevista que fracassou na Bahia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XXV, N. 9.512, p.5, 27 de Jan.1926.
[168] O movimento comunista na Bahia. *Diário da Manhã*, Vitória, Ano XX, N,137, p.4, 28 de Jan. 1926.

de charutos ali localizadas" e atestavam que "foi descoberto um 'comitê' comunista que dirigia o movimento."[169]

As ações do operariado estavam sob a vigilância reforçada do *Centro Industrial do Fumo de São Félix*. O correspondente d'*O Paíz*, conhecido jornal do comércio do Rio de Janeiro, expressou a intervenção do Centro na convocação das forças policiais:

> Dr. Madureira de Pinho, chefe de polícia, recebeu uma comunicação da chegada ali do bacharel Aristides Mendes, delegado de polícia em missão especial naquela cidade. S. S., diz o Centro, agiu incontinente, garantindo os armazéns e fábricas de charutos, ameaçados pelos operários grevistas, tendo garantindo no trabalho os que não aderiram ao movimento. Acusa o Centro de manobra comunista a greve havida em S. Félix, à maneira que do que já houve, no ano passado, atingindo também Cachoeira e Muritiba, sob o patrocínio de um "Comitê do Partido Comunista" das três cidades, a que os patrões tiveram de ceder, tal a falta de garantias em que se encontraram para si, suas propriedades e uma parte sensível de operários que do movimento não quiseram compartilhar, mas que tiveram de fazer, em vista da coação que sofreram dentro dos próprios estabelecimentos, sem que providências algumas, por parte da polícia local, fossem tomadas e levadas a feito para garantí-los.[170]

Acusou ainda que

> Daquela feita chegou haver agressões pessoais e um ataque seguido de depredações à fábrica de "Suerdieck", atacada até a bomba de dinamite! A Secretária de Polícia, com os informes acima, recebeu igualmente boletins sediciosos do tal 'comitês', tendo agido com energia, para reprimir os elementos nocivos e prestigiar os ameaçados.[171]

Se o discurso patronal admitiu a existência de um comitê do PCB e a atuação nas campanhas e nas lutas operárias, da mesma forma que expôs a atuação das forças policiais, essa versão foi desmentida pelos militantes comunistas. Além da atuação do jornal *A Classe Operária*, também circulou entre as fumageiras, números de outro órgão da imprensa comunista, *O Solidário*, organizado por trabalhadores portuários da cidade de Santos em São Paulo. Disparou o jornal que "os companheiros de S. Félix, Cachoeira e Muritiba, usando de um direito que lhes assiste, distribuíram um manifesto protestando contra o rebaixamento dos salários e mostrando a necessidade de organização." Segundo o articulista,

> os exploradores aproveitaram esse manifesto para fazer uma "fita". Inventaram uma greve geral, enviaram um ofício ao chefe de polícia e foi um reboliço dos diabos. O chefe de polícia enviou um delegado com numerosa tropa para esmagar a greve geral revolucionária. E este, ao chegar, encontrou tudo na maior paz. Que ridículo! Que comédia! Tudo isto foi provocado por um tal Reinaldo Simas, boneco de mola, explorador e perseguidor contumaz.[172]

---

[169] O comunismo em Bahia. *A Província*, Recife, Ano LV, N. 22, p. 4, 27 de Jan. 1926.
[170] Comunismo em Cachoeira, S. Félix. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano XLII, N 15.085, p.17, 7 de Fev. 1926.
[171] [171] Comunismo em Cachoeira, S. Félix. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano XLII, N 15.085, p.17, 7 de Fev. 1926.
[172] *O Solidário*, Santos, Ano III, N.42, p.1, 5 de Abr. 1926.

As publicações enviadas ao *O Solidário* também não isentaram de atacar os importantes órgãos da imprensa baiana. Disseram que o periódico *A Tarde* fez "outra fita" ao sugerir que "a greve morreu no nascedouro" devido ação da polícia e do *Centro Industrial do Fumo de São Félix*. Para o jornal operário, a atitude dos industriários e da imprensa baiana eram indícios do "medo da burguesia" e também do "instrumento que é a polícia baiana – testa de ferro dos capitalistas". Rechaçaram ainda o jornal *A Tarde* pelos "agradecimentos do Centro Industrial do Fumo ao sr. Bernardino de Pinho. 'Providências enérgicas, imediatas' Oh ridículo! Isto prova qual é o papel deste sr. Pinho: é pinho só para os operários e é cortiça para os burgueses..."[173] Também foi dito que o *Centro Industrial do Fumo de São Félix* achou o aumento dos salários justo, entretanto, não admitiu que o proletariado reclamassem o aumento: "nem sequer paga os salários estipulados de 21$ e 24$ semanais, conforme o acordo assinado durante a recente greve. É o cúmulo da desfaçatez".[174]

Vale informar que o presidente do *Centro Industrial do Fumo de São Félix* foi Luiz Penna, sócio da casa *Costa Penna & Cia,* e o secretário foi Ernesto Tobler, diretor da *Cia. de Charutos Dannemann*.[175] Pelo menos E. Tobler e os proprietários de importantes armazéns de beneficiamento de fumo, Armando Pimentel e Reinaldo Simas, foram citados e atacados pela imprensa operária. Na publicação consta que eles queriam fazer "dos operários, escravos". Ao que parece, a resposta enérgica dos industriais, perante a circulação do boletim citado teve consequências muito sérias para o movimento. Em Muritiba, os militantes Rufino Gonçalves, José Alves Sanches e Anselmo Miguel Arcanjo foram intimidados a se apresentarem à Intendência da cidade, diante do delegado regional. Lá "foram tratados de agitadores" e ameaçados de deportação. Além da perseguição na cidade serrana de Muritiba, também em São Félix um político mandou espalhar o aviso que se alguma comissão do *Partido Comunista do Brasil* chegasse ali, iria mandar prender os militantes. "Como se o P. C. mandasse avisar esses burgueses!" replicou o jornal. Afora as ameaças e prisões arbitrárias, os trapicheiros dos armazéns exigiam que associação de S. Félix fosse invadida. Por último, os articulistas denunciaram que o operário Gabriel Alves de Souza, até então vice-presidente da *Sociedade de S. Félix* havia falecido aos três dias de março de 1926, em consequência de "uma enorme surra dada por quatro soldados por ordem do delegado Landolpho Fraga".

---

[173] Ibidem.
[174] Ibidem.
[175] *Gazeta de Notícias,* Rio de Janeiro, Ano XLIX, N.236, p.2, 20 de Set. de 1924.; Em 1919, o *Centro Industrial do Fumo de S. Félix* era representado por "*Dannemann & C., Costa Ferreira & Penna, Stender & C., Suerdieck & C., Companhira de Charutos da Bahia, Vieria de Mello, R. Gaeschlin* e *Salvador Gomes*".: Desaparecerão os charutos de cem réis. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, Ano XXIX, N. 345, p.9, 13 de Dez. 1919.

Sentidas as ameaças, os comunistas avisaram que "diante deste crime monstruoso, responsabilizamos este o sr. Reinaldo Simas por tudo quanto suceder aos nossos companheiros de S. Félix, Cachoeira e Muritiba."[176]

Meses depois, José Massaranduba – provável codinome – lembrou ao público leitor do *O Solidário* que o tal manifesto que provocou as ações do *Centro Industrial de Fumo* tinha supostamente um conteúdo que provou a situação próspera e rica do patronato e, portanto, justificava o pagamento de melhores salários às operárias. Embora, ao mando dos industriais a polícia tenha perseguido e ameaçado de expulsão, a casa *Costa Penna & Cia* ainda não estava satisfeita, e promoveu uma "revanche", pois passou a despedir "diversos camaradas ativos da organização, a pretexto de falta de serviço".[177] Dessa forma, não descarto a hipótese do manifesto ter apresentado o programa de pautas e reorganização dos pagamentos, expressos através das lutas por melhores salários. O que parece demarcar essas experiências de luta foi a constante atuação da polícia para intervir nos conflitos, e desorganizar os movimentos e os sindicatos, chegando até violentar e assassinar um militante. A atuação aberta do *Centro Industrial de São Félix* chamou bastante a minha atenção, pois ao longo desta pesquisa foi o único momento que tive notícias da manifestação do órgão de classe diante das lutas operárias.[178]

Além dos conflitos de classe, quero estender a análise para pensar as disputas entre as tendências políticas e ideológicas no movimento operário. Dentro deste contexto de experiências e lutas, o proletariado do Recôncavo Baiano também esteve inserido nos debates mais amplos, o que pluralizou as estratégias de lutas dos movimentos. Em que pese a aparente hegemonia do comunismo no Recôncavo sugerida pelas fontes, parece ter existido alguma fração em oposição aos comunistas. Agripino Nazaré, que teve atuação importante em 1920 ao lado das fumageiras,[179] foi um conhecido militante do socialismo reformista, fundador do *Partido Socialista Brasileiro* (PSB), e por sinal, alvo principal de críticas do PCB e da militância do Recôncavo Baiano. Embora, fosse reconhecida a trajetória política de Agripino Nazaré, os líderes do *Partido Comunista do Brasil* encontravam incoerência na posição

[176] *O Solidário*, Santos, Ano III, N.42, p.1, 5 de Abr. 1926.
[177] *O Solidário*, Santos, Ano III, N.44, p.4, 13 de Maio. 1926.
[178] Somente percebi o órgão na imprensa representando o patronato fumageiro, sobretudo, interessado nas leis fiscais sobre o fumo. O historiador Aldrin Castellucci encontrou o *Centro Industrial do Fumo* em 1921, e atribuiu que foi em reação ao processo de organização das operárias fumageiras. Ver: CASTELLUCCI, Aldrin. op. cit. p. 232.
[179] Ver o tópico anterior: *O influxo da Greve Geral de 1919*

política adota pelos militantes do PSB, e ilustram as disputas pela influência no movimento operário.[180]

O jornal *O Solidário*, por exemplo, em uma longa retórica de ataques ao militante do PSB, buscou advertir o proletariado do Recôncavo Baiano das propostas de Agripino Nazaré que chegavam "na Bahia a fim de levar para frente sua obra de confusão e mistificação"[181] Ao que parece, o debate na Bahia ainda reverberava nas disputas do movimento operário de outrora, pois a militância que engrossou as fileiras comunistas era herdeira das lutas operárias de 1919 e 1922. Identifiquei o operário Manoel Antônio da Conceição, que na ocasião de seu falecimento aos vinte e um dias de abril de 1925 recebeu uma manifestação saudosa de Amaro Pedro da Silva, que não abriu mão de ressaltar que a "morte deste camarada foi profundamente sentida, pois, foi um dos arautos nas lutas de 1919, 1921 e 1925".[182] Também identifiquei Anselmo Miguel Archanjo, um dos perseguidos pela polícia e que foi presidente da *União de Defesa Proletária de Muritiba*, participante da sua fundação em 16 de agosto de 1919.[183]

O sindicalismo do tipo revolucionário não havia sido totalmente abandonado quando os comunistas passaram a se organizar na Bahia. Muito dos novos comunistas eram antigos anarquistas. Em Salvador, por exemplo, entre os recrutados para a luta vermelha, esteve Eustáquio Marinho, uma liderança negra que coordenou o jornal *A Voz do Trabalhador*.[184] As memórias de outro militante, o operário Francisco de Assis Coelho, também informam a herança anarquista entre os comunistas baianos:

> Em 1919, eu era operário da construção civil na Bahia. Cheguei mesmo a exercer os cargos de segundo secretário do trabalho da União dos Operários em Construção Civil. Seguia, então, a orientação anarco-sindicalista,[185] que predominava nos meios

[180] Ver: CASTELLUCCI, Aldrin. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Paulo, v.32, n.64, p.77-99. 2012.

[181] Aos companheiros da Bahia. *O Solidário*, Santos, Ano II, N.43, p.2, 1 de maio. 1926.

[182] São Félix. *O Solidário*, Santos, Ano III, N. 45, p.4, 27 de Jun. 1926.

[183] Como são perseguidos e explorados os operários de Muritiba. *O Germinal*, Bahia, Ano 1, N.2, p.8,3 de Abr. 1920.

[184] De acordo com o historiador Luciano Guimarães, Marinho havia tido uma ampla experiência política, com participação na Revolta da Chibata no Rio de Janeiro e também em levantes anarquistas na capital federal. Em decorrência da perseguição e da repressão política pelos protestos o operário fugiu para a sua terra natal, Salvador. Ver: GUIMARÃES, Luciano Moura. Anarquia na Bahia (1920-1922) – militância, repressão e circulação geográfica na trajetória de Eustáquio Marinho. *Crítica Histórica*, Ano XI, Nº 21, vol 11, Julho de 2020.

[185] O anarcosindicalismo é uma expressão recorrente nas fontes para apontar a militância anarquista em sindicatos. Em uma definição mais precisa, o anarcosindicalismo sinaliza uma estratégia de luta dos anarquistas em transformar sindicatos em uma organização política abertamente anarquista. A experiência mais conhecida dessa corrente pode ser observada na Argentina com a *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA - 1905) e também na Espanha com a *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT- 1919). Embora esteja nas fontes, no Brasil, conforme indicarei nas próximas notas, foi o Sindicalismo Revolucionário a estratégia adotada pelos anarquistas brasileiros.

> sindicais de tendência revolucionária. O anarco-sindicalismo, que não compreendida a importância da luta política, a necessidade de um partido independente de classe operária, levaria, muitos setores das massas trabalhadoras a sucessivas derrotas. Mas isso eu só vim a compreender ano depois. O principal dirigente anarco-sindicalista, na Bahia, era Eustáquio Marinho, que, já em 1922, vinha a ser um dos primeiros membros do Partido Comunista.[186]

A menção ao "anarcosindicalismo" estava associado a presença da estratégia de luta dos anarquistas, conhecida como o sindicalismo revolucionário.[187] Por ora, essa remissão às origens anarquistas do PCB na Bahia servem para ilustrar que as antigas cisões entre os sindicalistas revolucionários e os socialistas reformistas também se fizeram notar nas lutas dos comunistas do Recôncavo Baiano. O próprio Francisco de Assis Coelho reconheceu que houve "uma luta entre anarcosindicalistas, que eram verdadeiros sectários, e os oportunistas, dirigidos por Agripino Nazaré."[188]

Segundo o historiador Aldrin Castellucci, em dezembro de 1925, Agripino respondeu diretamente aos "trabalhadores da Indústria de fumo da Bahia" através de um manifesto em que o advogado manifestou o seu compromisso com a causa socialista da Revolução Russa, diante das acusações de ter perdido coerência com sua trajetória política, palavras proferidas por Rufino Gonçalves.[189] A fim de expor e destruir uma "lenda" o Bloco Têxtil do Rio de Janeiro replicou algumas cartas de Rufino Gonçalves contra o líder socialista, e apontam a posição categórica do militante: "Estamos firmes com os camaradas do Rio. Agripino pode vir, não há dúvida, mas para tratar de partido socialista não aceitamos. Aceitamos Agripino, pessoal, não político."[190] O operário Thadeu Silva, em correspondência publicada no *O Solidário* repudiou o socialismo e o "seu mentor Agripino", e informou que o proletariado do Recôncavo Baiano esteve acompanhando os debates do Partido Comunista contra o socialista Agripino Nazaré, e reafirmou o seu compromisso político: "estamos com o P. C. porque reconhecemos ser o único que concretiza as máximas aspirações dos trabalhadores." Chamou

---

[186] As lutas sindicais e a história do PCB. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano II, N.103, p.8, 9 de Dez. 1947.

[187] Adotei a metodologia proposta pelo cientista político Felipe Corrêa. Para ele o anarquismo é uma ideologia, dotada de princípios políticos ideológicos que orienta uma prática política, nascida nos movimentos operários do século XIX na Europa, como um tipo de socialismo revolucionário, também conhecido por socialismo libertário. O sindicalismo revolucionário não teria um caráter de ideologia, mas uma expressão e estratégia adotadas por anarquistas em diferentes partes do mundo. Ver: CORRÊA, Felipe. *Ideologia e estratégia*: anarquismo, movimento sociais e poder popular. São Paulo: Ed. Faísca Publicações Libertárias, 2011.: para outra análise do sindicalismo revolucionário e do anarquismo ver: WALT, Lucien van der. *Negro e vermelho*: anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880-1920. *In*: Revista Mundos do Trabalho, v.2, n.4, p.174-217, 2010.; para uma posição distinta destas que citei consultar: TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

[188] As lutas sindicais e a história do PCB. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano II, N.66, p.3, 16 de Abr. 1947.

[189] CASTELLUCCI, Aldrin. (2012). op. cit. p. 87.

[190] Destruindo uma lenda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.312, p.10, 29 de Dez. 1926.

o advogado de "furta-cores, mil e uma vezes traidores dos operários".[191] Na ocasião da reunião da *Sociedade Protetora dos Operários Cachoeiranos,* o então presidente Francisco Espírito Santo narrou que o encerramento da sessão do dia 21 de abril, às 18 horas, foi marcada por "entusiastas vivas" ao proletariado de Santos (São Paulo), ao *O Solidário*, ao Partido Comunista do Brasil, ao *A Classe Operária* e também foram clamadas palavras de ordem: "abaixo a burguesia e seu lacaio socialista – Agripino Nazaré".[192]

A militante Francisca Flora de Matos, também fez duras críticas ao advogado. A charuteira, que também foi secretária da *Sociedade de Resistência Protetora dos Operários de São Félix,* informou em correspondência enviada ao Rio de Janeiro, republicada no periódico *A Manhã* pelo Bloco Têxtil:

> no dia 4, fui ao trabalho: recebi um bilhete de uma camarada, perguntando-me o que ganhei do governo dos trabalhadores. Nada, não foi? Depois outra perguntou-me o que fiz com as bombas que ganhámos do governo (nota do Bloco Têxtil: a intrigalhada agripinista!); respondi: as bombas toco junto com meus companheiros, o mundo marcha com eles, fique você e seu tipo acompanhando Agripino Nazaré. Com estas palavras elas ficaram cabisbaixas e depois me pediram explicação sobre o que acabavam de ouvir. Eu disse que a sociedade era na rua do Manganez [em São Félix] e que fossem entender-se com o camarada Amaro; de forma que, até hoje, esperamos elas.[193]

O relato de Francisca indica que nem todas as operárias do setor fumageiro estavam coladas nas reuniões da militância comunista. É plausível que muitas trabalhadoras estivessem fiéis as memórias das lutas de 1920, quando o advogado foi um dos protagonistas no enfrentamento ao patronato. Não por acaso, até 1923, Agripino Nazareth parece cultivar alguma estima política, pois entre as adesões do *Segundo Congresso de Mutualidade e Previdência Social*, a *União de Defesa Operária Muritiba* o designou como delegado.[194] Na visão de Rufino Gonçalves "quanto a amarelos, aqui há muitos que vivem em nosso meio dizendo que são socialistas e que são amigos do Agripino, mas estamos preparados para dar a revanche nesse *socialismo de traição*, que vive no meio da classe para nos explorar".[195]

Embora os indícios apontem a existência de tendências e de disputas acirradas, as fontes não permitiram analisar com profundidade a questão. Também, a partir deste ponto, as

---

[191] *O Solidário,* Santos, Ano III, N.45, p.4, 27 de Jun. 1926.
[192] Os operários de Cachoeira saúdam o proletariado santista e apelam para o Solidário para que o defendam. *O Solidário,* Santos, Ano III, N.44, p.4, 13 de Maio. 1926.
[193] Destruindo uma lenda. *A Manhã,* Rio de Janeiro, Ano 1, N.312, p.10, 29 de Dez. 1926.
[194] Outros delegados foram: "Sociedade dos Operários de S. Félix (Bahia), que indicou como representantes os Srs. Drs. Orlando Corria Lopes, Theodoro d'Albuquerque e Mancio Teixeira: Sociedade União dos Operários de Cachoeira, que escolheu para representa-la os Srs. Dr. Adolpho Porto, e Montepio dos Artistas de Itabuna (Bahia), que terá como delegados os Srs. Amphilophio Pinho, Domingos Léo e J. Geraldo Castellar. 2º Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social. *A Rua,* Rio de Janeiro, Ano X, N. 137, p.3, 14 de Jul. de 1923.
[195] Destruindo uma lenda. *A Manhã,* Rio de Janeiro, Ano 1, N.312, p.10, 29 de Dez. 1926.

fontes são escassas sobre as lutas abertas das fumageiras, embora elas tenham existido com alguma notoriedade. Em 5 de março de 1927, por exemplo, 1.500 trabalhadoras e trabalhadores dos armazéns de fumo de São Félix, Cachoeira e Muritiba se articularam para exigir aumento de salário em 100%. Mais uma vez, a reação do patronato fumageiro foi recorrer à polícia para proteger a "liberdade de trabalho". Com a ameaça das trabalhadoras das manufaturas aderirem à greve, o patronato tentou oferecer de 35 a 40% de aumento, sem sucesso. Visando minar o movimento contrataram fura-greves em cidades vizinhas, que segundo os grevistas, foram pagos com salários elevados e muitas vantagens adicionais. Por volta do dia 14 de março, foi convocado pelo proletariado o senador Durval Trindade para mediar às negociações, nas quais tomaram parte os patrões e os representantes das operárias, aonde se chegou a um acordo em 19 de março de 1927.[196] Esse é um indicativo que as greves continuaram fornecendo um atraente método para as operárias forçarem as negociações com os patrões no complexo fumageiro.

Contudo, o refluxo das fontes e do movimento operário parece ser resultado de uma consequência conjuntural mais ampla. Afinal, a interdição da documentação da imprensa operária coincide com a fratura no meio do movimento operário, a partir das perseguições políticas ao movimento comunista e da abertura da conjuntura política da chamada "Revolução de 30". As últimas notícias que tenho de Rufino Gonçalves e Amaro Pedro da Silva, por exemplo, são os registros de desembarque de passageiros no porto de Salvador, em 1931.[197] Aparentemente, a célula do movimento comunista entrou em refluxo quase completamente. A entrada do PCB na ilegalidade a partir de 1930 interpôs silêncios advindos das estratégias organizadas pelos militantes para garantir a sobrevivência do partido. A nova legislação do Ministério do Trabalho criado neste mesmo ano impôs aos sindicatos uma subordinação de sua estrutura orgânica ao Estado, o que pode ter contribuído para a falta de referências. De toda forma, antes de avançar para o próximo item, ao que parece, o espectro do comunismo continuou a rondar o vale do fumo. Conforme registro de 1930, consta que na Bahia, em "S. Salvador" havia uma "célula máster, que superintende uma rede estadual de centros subsidiários em Maragogipe, Cachoeira, São Félix, Muritiba, Valença e outras localidades."[198]

[196] FONTES, José Raimundo. op.cit. p.100.
[197] Livro de passageiros, n. 29, p.3, 1931.
[198] A rede comunista no Brasil. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Ano I, N. 156, p.1, 12 de Nov. de 1930.

Imagem 11: A visita de Getúlio Vargas à *Cia. de Charutos Dannemann* (1933)

Fonte: AMSF. Série: Fotografias. Acervo Carmem Barros.

Em 1933, em "viagem do governo provisório ao norte", Getúlio Vargas visitou a Bahia. Esteve em Salvador, onde proferiu discursos e participou de reuniões com os líderes políticos baianos. Mirou também o Recôncavo Baiano e pelo Rio Paraguaçu, a bordo do *Vapor Santo Amaro* da *Cia. de Navegação Baiana*, alcançou as cidades de Cachoeira e São Félix. Após ter visitado o "Convento do Carmo" e outros "pontos pitorescos", também foi convidado a conhecer as grandes fábricas de charutos em São Félix. Lá, foi "aclamado por milhares de operários" e operárias, e também "lavradores do fumo da região". O chefe do governo provisório e sua comitiva, além de ser "recebido festivamente, fazendo-lhe o operariado uma grande manifestação", visitou todas as "instalações das fábricas de charutos Dannemann, Suerdieck e Costa Penna & Cia", sendo também bem recebido pelos "diretores das referidas fábricas".[199] Embora fosse domingo, centenas de operárias laboraram em demonstração ao governante. Toda a comitiva, entre jornalistas, ministros e outros chefes políticos, ficou impressionada pela qualidade dos tipos de charutos, pelo preparo, e

[199] A viagem do chefe do governo provisório ao norte do país. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XXXIII, N.11.884, p.5, 29 de Ago. 1953.

assediaram as proletárias com "perguntas que eram solicitamente satisfeitas".[200] Na *Cia. de Charutos Dannemann*, Getúlio Vargas percorreu todas as dependências, e mostrou "real interesse pela saúde" das operárias, amante de um bom charuto, recebeu da *Costa Penna & Cia* "uma bela caixa, contendo todas as qualidades de charutos fabricados ali".[201]

No plano político, as lideranças locais se manifestaram a fim de colher prestígio ao lado do governante. Em Cachoeira, o prefeito Humberto Pacheco saudou o chefe do governo e proferiu discursos de apoio ao presidente, em nome dos remanescentes locais da Aliança Liberal e dos correligionários políticos do Dr. J.J. Seabra. Ao subir a serra em direção a cidade de Muritiba, a comitiva foi igualmente recebida e saudada pelo prefeito Geraldino Ferreira e pela professora Mariana Facchineti.[202] O retorno para São Félix mereceu atenção do prefeito Manoel Almeida Passos, e do gerente da *Cia. Energia Elétrica da Bahia*, Anísio Massora, que também guiou uma detida visita a barragem de Bananeiras. Rumo à Feira de Santana, Getúlio Vargas partiu deixando para trás uma "grande multidão" que aplaudiu e "assistiu à partida do trem".[203]

A escolha da visitação do chefe do governo provisório Getúlio Vargas serve para ilustrar o tom de mudanças e rupturas no andar da década de 1930. Foi tempo de incertezas após o desfecho da chamada "Revolução de 30", este conceito alvo de inúmeros debates críticos da historiografia, que na prática foi um golpe em busca de por fim a hegemonia das oligarquias no aparato do Estado, resultando somente em um remanejamento dessas forças políticas. Nesse sentido, a configuração do novo estado decidiu seguir as tendências internacionais favoráveis ao modelo de Estado Forte e intervencionista. No plano social, por exemplo, o Governo Provisório instalou um aparato de leis que regulamentavam as relações entre capital e trabalho que impactou na forma como o movimento operário elaborou suas formas de lutas a partir dessa conjuntura. A criação do Ministério do Trabalho (em novembro de 1930) marcou o fim da autonomia do movimento sindical e a vinculação sistemática dos sindicatos as estruturas estatais.[204] Houve também um desdobramento no atendimento das antigas demandas do movimento operário, com grande resistência dos empresários, que

---

[200] O Chefe do Governo provisório em contato com o povo baiano. *A Nação*, Rio de Janeiro, Ano 1, N.195, p.3, 29 de ago. 1933.
[201] A viagem do chefe do Governo ao Norte. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Ano IV, N. 2055, p.3, 29 de Ago. de 1933.
[202] O chefe do governo provisório da República ainda hóspede da terra baiana. *Diário de Pernambuco*, Recife, Ano 108, N.195, p.1, 29 de Ago. 1933.
[203] A Situação. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ano 106, N.211, p.5, 6 de Set. de 1933.
[204] D'ARAÚJO, Maria Celina. "Estado, classe trabalhadora e políticas sociais." In: In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 213-239.

demoraram a compreender que essas medidas também poderiam beneficiar a si próprios. O controle social e a intervenção direta nas relações entre patrão e trabalhadoras realocaram o lugar do Estado.

A historiadora Angela de Castro Gomes analisou este pacto social como reconhecido pela classe trabalhadora, através de uma lógica de troca orientada pela combinação entre ganhos materiais com os ganhos simbólicos, sempre em reciprocidade. O sucesso do projeto político estatal na "invenção do trabalhismo" foi um processo que ao longo da década de 1930 fez uma releitura do passado das lutas operárias, e produziu um discurso que tomou elementos chaves da autoimagem produzida pela classe trabalhadora, onde tradições e valores eram constantemente acionados, ao mesmo tempo em que estruturou uma legislação social com base em benefícios como dádivas, personalizando, sobretudo em Vargas, a figura doadora central.[205] A partir dessa gramática social, as lutas operárias foram ensejadas e atravessadas pelo Estado, não sem receber a crítica do movimento operário.

Neste cenário, a reorganização sindical das fumageiras foi somente alcançada em 1935. Ano que coincide com a reorganização do comunismo na Bahia. Entre 1934 e 1935, o *Partido Comunista do Brasil* passou a intensificar o trabalho sobre a prática sindical, antes lida e descartada pela militância como "ministerialista", devido ao atrelamento ao Estado. Na Bahia, ao vagar do ano de 1935, uma quantidade significativa de sindicatos foram fundados e o PCB passou a buscar participação nessas entidades com a formação da tendência sindical orientada principalmente pelo partido e também pela recém-criada Aliança Nacional Libertadora (ANL).[206] Ao influxo das atividades do Partido, as fumageiras continuaram a se aproveitar do comunismo como referência para a organização. Segundo a reportagem do articulista Aral Murici, até aos 19 dias de novembro de 1935, não havia entidade representativa das fumageiras de Cachoeira e de São Félix, mas foi nesta data que sob a liderança de D. Luiza Mattos foi fundado o *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de São Félix*.[207]

---

[205] GOMES, Angela de Castro. op. cit. p. 211-264.

[206] Esse quadro foi também nacional. No Rio de Janeiro, em 1º de maio de 1935, foi criada a *Confederação Sindical Unitária do Brasil*, logo se seguiu a criação no estado da *União Sindical da Bahia*. LINS, Marcelo da Silva. op. cit. Ver também: LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau*: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, p.255, 2007.

[207] MURICI, Aral. Como se organizaram os operários fumageiros de S. Félix. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, Ano II, N. 398, p.6, 20 de Set. 1946; Essa mesma reportagem foi primeiramente publicada no Jornal *O Momento* em agosto de 1946. Ver também: ALVES, Iracélli da Cruz. *A política no feminino*: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949). Dissertação de Mestrado, UEFS, PPGH, 2015, p.122.

A atuação da comunista junto à atividade sindical despertou o interesse das elites locais. Em 1936, uma carta enviada por Theodomiro Gesteira, vereador de São Félix, ao deputado Lauro Passos lança indícios da recepção e também da visibilidade que a militância retomava na cidade. O vereador, que também era um integralista,[208] denunciou que "difícil informar" um assunto de tamanha gravidade, pois garantiu que "numerosos elementos" atuavam na "surdina", e aguardavam momento propício para operarem. O receio de Gesteira era que "alguma coisa muito grave" estava para acontecer e achou por bem que o deputado pudesse "guardar este telegrama" para "conferir oportunamente" a denúncia. Lauro Passos, que era natural do Recôncavo, da cidade de Cruz das Almas, respondeu que "com vivo empenho" e a "título reservado" que lhe fosse "fornecido urgente informações" das "atividades comunistas" em Cachoeira, Muritiba e São Félix.[209]

Entre 1935 e 1937, o país viveu estado de sítio e as perseguições aos movimentos de oposição eram constantes. O *Tribunal de Segurança Nacional* foi criado e o comunismo eleito como inimigo a ser combatido. Segundo Angela de Castro Gomes, o golpe de 1937, que funda o Estado Novo, havia redimensionado a suposta ameaça comunista, com intuito de levar ao seu reboque qualquer veleidade de movimento sindical independente ou mesmo reivindicatório.[210] Segundo o articulista Murici, Luiza Matos presidiu entre 1937 e 1942 o sindicato, e mesmo sob o regime de repressão, o trabalho que a operária desenvolveu foi de "atividade espantosa, ao ponto de intimidar a todos os patrões retrógados de São Félix". Provavelmente isto despertou a curiosidade do Ministério do Trabalho, pois o número de operárias que conseguiu levar ao sindicato, no início de sua existência, não passou de 120, mas logo quando o Fiscal do Trabalho, Humberto Correia tomou o sindicato nas mãos, a entidade "já congregava uma considerável massa trabalhadora."[211] Adiante nos anos, a retomada do sindicato seria a pauta sempre desejada pelo movimento de trabalhadoras e trabalhadores do fumo.

A oposição do bloco comunista fica mais evidente pela rejeição inicial do corporativismo sindical. Em 1936, *A Classe Operária* publicou uma carta que ilustra as

---

[208] Esteve registrado como delegado da *Ação Integralista Brasileira* representando São Félix. Outros nomes foram Joaquim Falcão delegado de Cachoeira e Martim Santiago de Souza delegado de Muritiba.: Registrados os Delegados da Ação Integralista Brasileira. *O Imparcial*, Salvador, Ano XIII, N. 1555, p.3, 29 de Dez. de 1935. O memorialista Júlio de Almeida, além de mencionar Gesteira como integralista, deixou informações sobre a sua participação na Câmara de São Félix como vereador, ver: ALMEIDA, Júlio Ramos de. op.cit. p.121.

[209] CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1936.10.09. Série: correspondência. Data 08/10/1936. Microfilmagem: rolo 5 fot.0103.

[210] GOMES, Angela de Castro. op. cit. p.177.

[211] MURICI, Aral. Como se organizaram os operários fumageiros de S. Félix. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.

disputas internas no movimento sindical na Bahia, e podem ventilar a orientação dos militantes comunistas no Recôncavo Baiano:

> "Os trabalhadores da Bahia, pelos Sindicatos de Operários e Empregados de todo o Estado, exultando pela visita honrosa a esta cidade do grande benemérito chefe da Nação Brasileira, Dr. Getúlio Vargas, sentem-se, com esse contato – elementos que são de apoio e de decidida solidariedade a s.exa. E ao seu democrático governo – animados e confiantes em apelar para sua autoridade e para seus jamais desmentido amor às classes laboriosas do país, no sentido de apressar a aprovação das leis de JUSTIÇA E TRABALHO e SALÁRIO MÍNIMO complementos indispensáveis da legislação social vigente. E o fazemos neste momento histórico da política nacional, certos da boa vontade do supremo poder da República, que apoiado nas forças trabalhistas, dentro da social democracia, está ao lado do proletariado – Bahia, 20 de Novembro de 1936."[212]

Para os comunistas, os elogios que a mensagem fez ao "ditador" não eram dignos de comentários, mas reconheciam que aquela era uma estratégia, uma "atitude de defesa de sua classe" e que todos deveriam "imitar". Defendiam também que o proletariado deveria se preparar para "fazer valer os seus direitos através de demonstrações e greves, única forma de garanti-los".[213] A militância comunista jogou com o trabalhismo aceitando e rejeitando o enlaço social que a classe trabalhadora lançava aos de cima.

Ao que parece, o respeito pelo pacto social a partir do cooperativismo nas relações entre capital e trabalho eram formas aparentes e a luta de classes tomava novos modos. As perseguições, entretanto, não paravam. Retomo o caso acusatório dos chefes da *Cia. de Charutos Dannemann* que introduziram três charutos na sombrinha de Luiza Matos para posteriormente acusá-la de ladroagem e a despedir. Este me serve agora para sinalizar a atividade das formas de acossamentos mobilizadas pelo patronato a partir da burocracia do estado. Nas cidades de São Félix e Cachoeira, constantemente, havia alguém que escrevia cartas para o Ministério do Trabalho a fim de denunciar estas perseguições patronais, provavelmente buscando providências e intervenção, fazendo uso da gramática política vigente. Murici relatou que estas cartas "iam ao Ministério e vinham à delegacia do Trabalho", e todas elas eram chegadas ao conhecimento do fiscal Humberto Correia.[214] A principal desconfiança do fiscal do trabalho era que autoria dessas cartas fosse de Luiza. Longe das cartas provocarem uma intervenção nos conflitos, elas geraram para a líder sindical uma intimação para se apresentar ao delegado de polícia de São Félix, Antídio Moura

---

[212] Acuando o monstro: os sindicatos baianos estragaram a digestão do ditador Getúlio Vargas. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano XII, N.205, p.25, de Dez. de 1936.
[213] Ibidem.
[214] MURICI, Aral. Como se organizaram os operários fumageiros de S. Félix. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.

Pinto.[215] Na ocasião, a operária foi constrangida e nem mesmo foi ouvida. Logo, foi ao delegado de Cachoeira, tenente José Vitor, a quem reclamou explicações sobre os abusos que vinha sofrendo.

O "longo interrogatório" deixa indícios importantes. O conteúdo do inquérito foi somente sobre o fiscal Humberto Correia, onde a operária foi forçada a dar informação sobre as cartas, mas também se "o fiscal tinha comprado um bangalô a custa de gorjetas" ou se tinha sido "comprado por empregadores em Castro Alves e Cruz das Almas". O articulista Aral Murici escreveu que a "questão do bangalô e das gorjetas de empregadores são histórias que correm em torno do fiscal Correia", e mesmo cético, postulou que "ainda que não sejam totalmente verdadeiras, evidenciam o que pensam dele o proletariado e o povo das cidades do vale do fumo". Para demonstrar as provas da polêmica em torno do fiscal, o articulista acusou ter ouvido mais de dez operários que em confissão disseram ter escutado as mesmas histórias.[216] Os ataques e acusações entre a operária e o fiscal sinalizam a complexidade do jogo político. Dessa forma, não posso subestimar a força de um boato. James Scott, analisando as formas de resistências de sujeitos subalternos diante de regimes de dominação, diz que os boatos eram formas comuns de agressão popular disfarçada. Eram histórias deliberadamente direcionadas a arruinar a reputação de uma pessoa, principalmente quando versavam sobre a violação de regras sociais.[217] As acusações em torno de Humberto Correia indicam o significado que o fiscal do trabalho representava na fala de alguns grupos operários, sem deixar de fora os conteúdos das disputas de classe com o aparato do Estado. Ao fim do interrogatório, não houve acusação para manter a operária Luiza Matos em cárcere, e ela foi orientada a voltar para casa.

Neste episódio, também a "questão do nome" foi debatida pelo articulista Aral Murici e gerou meu particular interesse. No interrogatório, houve uma tentativa de Humberto Correia acusar a operária Luiza Matos de ser "atoa", fazendo uso das normativas de gênero ao seu favor, visando prejudica-la através do ataque à "honra feminina".[218] Provavelmente o fiscal pensou que uma mulher não poderia agir sem a autorização de um homem. Em defesa, Luiza apresentou a documentação de casório, procurando desviar-se das incriminações, mas isso

[215] Júlio Ramos de Almeida escreveu registrou: "1942 - assumiu a Delegacia de Polícia o negociante da praça Cel. Antídio Moura Pinto, cavalheiro de qualidades fidalgas, ecoou muito bem a sua nomeação" ver: ALMEIDA, Júlio Ramos de. op. cit. p. 47.

[216] MURICI, Aral. Como se organizaram os operários fumageiros de S. Félix. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.

[217] O boato é somente uma das possibilidades dos subalternos manterem o anonimato na contestação aos grupos dominantes, para mais ver: SCOTT, James. op. cit. p. 201-204.

[218] Para uma análise mais detida sobre "o peso da honra nas relações de trabalho", sobretudo, na experiência das mulheres, ver: FRACCARO, Glaucia. op. cit. 185-212.

causou mais confusão, pois os documentos não estavam atualizados. Acontece que o nome de Luiza Matos era "Luiza Flora de Matos" e depois de casada passou a ser "Luiza Matos da Silva". Isto levou Humberto a acusa-la mais uma vez, chamando a operária de "falsificadora". Bem, essa informação me fez acreditar em algum vínculo entre Luiza e a comunista Francisca Flora de Matos. A primeira hipótese é que elas poderiam ser a mesma pessoa. Era comum que militantes optassem por codinomes em textos públicos para se proteger da repressão. Francisca que foi apresentada ao longo da dissertação, penetrou na militância comunista masculinizada nos anos anteriores e participou ativamente das reuniões do sindicato. É imaginável acreditar que as tradições de lutas forjadas na década de 1920 foram importantes para que a operária tirasse dali mais experiência política e ganhasse respeito no meio operário a ponto de virar uma liderança. Contudo, não descarto também a hipótese que Luiza e Francisca poderiam ter algum nível de parentesco, sendo irmãs ou mãe e filha.

Somente em 1946 o afastamento de Luiza Matos da presidência do sindicato foi realizado. A operária foi substituída por encarregados, mestres e diretores das empresas fumageiras, a maior parte deles pertencente a *Cia. de Charutos Dannemann*, na época em que a empresa esteva sob a direção do governo Vargas.[219] O objetivo do patronato era minar autonomia do sindicato e das trabalhadoras em desenvolver formas de lutas organizadas e controlar diretamente o sindicato. Diante deste cenário, D. Luiza Matos demonstrou desgosto e não concordou com o abuso patronal. Murici finalizou seu artigo indicando que o avançar da idade e doente, a operária cedeu o posto de liderança ao outros trabalhadores, que a estimavam como "líder proletária" e "uma magnífica tradição de luta pelos seus direitos e interesses."[220] Dessa forma, como veremos ao longo da análise, a retomada do sindicato como um dos instrumentos de organização das trabalhadoras constituiu uma das frentes principais frentes de luta do movimento operário.

Mesmo com o sindicato tomado pelas classes dirigentes a luta operária não cansou de usar os recursos disponíveis para afrontar o patronato. A criação da Justiça do Trabalho, como um fórum para que patrões e proletariado pudessem resolver as disputas trabalhistas com a mediação do poder público, fornecia as margens para os conflitos de classe, muitas vezes resultando em dissídios individuais ou coletivos. Foi essa uma das formas das lutas por melhores salários no cenário da década de 1940, quando a indústria fumageira enfrentou dura

[219] Já apresentei a lista dos nomes na seção *A crítica prática das operárias ou as lutas implícitas*.
[220] MURICI, Aral. Como se organizaram os operários fumageiros de S. Félix. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.

crise econômica; as operárias forjaram suas lutas e reinterpretavam as intervenções estatais à sua maneira.

Um articulista interessado nas condições sociais em que viviam a classe trabalhadora, marcada pela "opressão feudal nos campos de São Félix, Muritiba, Cruz das Almas e Maragogipe", visitou as fábricas da *Suerdieck* e também da *Cia. de Charutos Dannemann* em Maragogipe. Relatou ter observado que de onde saiam "os melhores charutos do mundo, canalizando milhões para os bolsos dos felizes donos de fábricas" existiam "salários de fome". Na *Cia. de Charutos Dannemann*, uma "velha 'aneladeira'" fez questão de ser a primeira a fazer as denúncias:

> Trabalho aqui na Dannemann há 13 anos e devo dizer que somente a partir de novembro do ano passado passamos a ganhar o mínimo, isto é, 9,24 por dia. O senhor veja só este ordenado pode dar para sustentar uma família nos dias de hoje. Podíamos produzir muito mais e ganhar assim, melhor, por que trabalhamos por tarefa, mas não recebemos material suficiente. Eu mesma podia fazer uns 20 cruzeiros diários. Mas eles não deixam. E o resultado é que estamos morrendo de fome.[221]

Ao que parece, a estratégia patronal para achatar os salários das operárias consistia em controlar rigidamente os insumos usados para a confecção de charuto a partir das definições impostas pelas nuanças de um mercado dos artigos de fumo cada vez mais estreito para os charutos. Outra operária, mãe de quatro filhos, também se referiu aos salários e aos descontos percebidos:

> Mesmo com estes ordenados de fome [...], não têm pena de tirar na primeira semana do mês 11,50 do IAPI [*Instituto de Aposentadorias e Pensões Industriais*], de uma só vez. Na semana seguinte, isto é, na segunda, descontam mais alguma coisa para o Reajustamento e para o Sindicato. Podiam pelo menos repartir o desconto nas outras semanas.[222]

Com salários mais baixos, os encargos dos impostos sindicais mereceram a crítica das operárias. O articulista informou que o Delegado do Trabalho, dr. Amílcar Cardoni, havia prometido que iria cumprir a demanda das trabalhadoras, que também "incluíam 50 por cento de aumento sobre os salários vigentes", acertando aumentar apenas 25% até o dia 4 de dezembro, e depois desta data, seriam concedidos os outros 25%. Acontece que a visita havia ocorrido no ano anterior, e até a publicação do artigo, constatou o jornalista, não encontrou

[221] Em duras condições vivem e trabalham os fumageiros da Bahia. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.
[222] Ibidem.

"nada de aumento". Diante da inconformidade das operárias o sindicato estava convidando todas e todos os membros para uma reunião em que se trataria de um dissídio coletivo.[223]

Em 1946, o *Correio de São Félix* anunciou que foi "satisfatoriamente resolvido o dissídio coletivo" que rondou as indústrias de fumo. O conteúdo em disputa não poderia ser outro, a pauta estava regulada pelo interesse do aumento dos salários. Dessa vez, o advogado Luiz Rebouças Soares (do Partido Social Democrático), conhecido pela sua atuação ao lado das operárias na *Greve Geral de 1919*, esteve a presidir como patrono das firmas *Cia. de Charutos Dannemann*, da *Costa Penna & Cia*, e também da *Suerdieck & Cia*. A reunião contou com a presença dos presidentes do *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo* das cidades de São Félix, Cachoeira, Muritiba, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana, Castro Alves e Bom Jardim. Os sindicatos eram assessorados por Carlos Aníbal Correia, Dorival Passos – estes ligados ao Partido Trabalhista do Brasil –, Alberto da Cunha Veloso e Mário de Figueiredo Barbosa. Haviam ainda envolvidas a *Candido & Cia* e a fábrica *Leite Alves & Cia*, e a presença indispensável do fiscal do Ministério do Trabalho, Humberto Brandão Correia.[224]

Segundo o *Correio de São Félix*, as disputas logo chegaram a um acordo e os empregadores aceitaram o aumento relativo dos salários, ficando homologada a seguinte tabela:

> Mensalista – Aumentados em 25%, 20% e 15% para os ordenados até 600,00, 1.500,00 e 2,000,00.
> Diaristas – 45% aumentando 601 com o abono concedido anteriormente.
> Tarefeiro – 30% perfazendo 55% com o abano anteriormente concedido, tendo as firmas sujeitas ao pagamento desse aumento com a majoração respectiva da época em que foi concedida, para aquelas que o não fizeram em tempo. Havendo convencionada que a majoração se condiciona a assiduidade do operário em serviço.[225]

A diferença das formas de pagamento remetem a distintas ocupações no trabalho fumageiro que estavam disseminadas no Recôncavo Baiano nas várias fábricas de charutos e cigarrilhas, bem como nos armazéns de fumo. Ficou sinalizada no discurso do jornal a prerrogativa da resolução dentro do marco legal e provavelmente aludindo às concepções do trabalhismo em voga no período. Segundo o historiador Edinaldo Oliveira, analisando *O Momento*, houve por parte dos proprietários dos armazéns de beneficiamento e exportação de fumo a rejeição integral da proposta, e embora não tenha encontrado um desfecho para o

[223] Em duras condições vivem e trabalham os fumageiros da Bahia. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.
[224] *Correio de São Félix*, São Félix, Ano XI, N.580, p.1, 20 de Jul. de 1946.
[225] Ibidem.

episódio, interpretou os dissídios como formas da classe trabalhadora forçar os patrões a irem às negociações através das ameaças de greves, principalmente quando suas reivindicações encontravam-se frustradas em acordo direto com o patronato. Geralmente recebiam a mediação de advogados, do DRT ou mesmo da Justiça do Trabalho, expressões do período de redemocratização do país. [226]

Provavelmente, o cenário de instabilidade econômica em que se encontravam as empresas fumageiras favoreceu a resistência dos empresários em atender as exigências do proletariado.[227] Em 1948, outra frente de luta recebia atenção das operárias que enfrentavam o "espantalho do desemprego".[228] Além dos baixos salários, as fábricas *Costa Penna & Cia* e a *Cia. de Charutos Dannemann* estavam dispensando as operárias e diminuindo as horas de trabalho. Portanto, o dissídio que ainda se arrastava na justiça, e longe de ter alcançado alguma "resolução" recebeu críticas severas do *O Momento.* O periódico operário acusou os patrões de jogarem a crise da indústria nas costas dos trabalhadores e das trabalhadoras fumageiras, pois os empresários não respeitavam o salário mínimo efetivado pela "Consolidação do Trabalho" que era de "9,20 por dia" de trabalho. A falta de aviamentos e material para o trabalho era a estratégia patronal fundamental para fazer com que as trabalhadoras tivessem trabalho somente pela metade do dia e reduzir pelo meio os salários de "14, 20 – pelo que o seu salário atual é de 7,20", ou seja, os custos de produção. Neste sentido, a situação havia mudado drasticamente, mesmo para as operárias que ganhavam por produção. Segundo o jornal, anteriormente as trabalhadoras que conseguiam manufaturar "100 charutos, desses de luxo", ganhavam 9,20, e na situação de crise, as operárias teriam que fabricar mais de 100 charutos para ganhar os mesmos 9,20 por dia.[229]

Para *O Momento*, o dissídio em disputa na justiça não passava de uma "farsa", sobretudo pela condução do "apoplético Luiz Soares", que trabalhava para protelar o julgamento. A "Gaiola de Ouro", termo usado pelo periódico comunista para ironizar, não haveria de ter providência alguma em favor das operárias. O jornal atacou também o "velho Caetano" e o "menino Aníbal", situados como representantes sindicais no dissídio, mas apontados como defensores do grande latifúndio, a "real causa" de toda a crise. O jogo persuasivo colocado pelo jornal possivelmente refletiu as disputas partidárias dos comunistas

[226] SOUZA, Edinaldo Antônio O. *Trabalho, política e cidadania*: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950). Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.288, 2015, p.129-137.
[227] Consultar "Falência das fábricas de charutos" no capítulo 1.
[228] *O Momento*, Salvador, Ano III, N. 627, p.2, 21 de Fev. 1948.
[229] *O Momento*, Salvador, Ano III, N. 752, p.1;5, 22 de Jul. 1948.

com as forças do PTB e os outros partidos, mas também deixam indícios dos limites colocados diante das lutas legalistas.[230] Ao final daquele ano, em 28 de dezembro de 1948 as operárias da *Cia. de Charutos Dannemann* enfrentariam ainda o fechamento da fábrica e o desemprego. Em 1949, as trabalhadoras desempregadas estariam passando "horas de dificuldade e fome" e parte delas entrou em acordo, em maio daquele ano, visando a resolução do dissídio coletivo: o patronato deveria pagar as "férias de 1947 e reabriria as fábricas de São Félix e Muritiba".[231] Um grupo de trabalhadoras e trabalhadores da *Costa Penna & Cia.* deixou o serviço em forma de protesto com o ajuste feito pela empresa para o pagamento das horas reduzidas. Segundo Júlio Ramos de Almeida, "alguns operários que estavam de acordo com a firma foram velados" pelo movimento contestador.[232]

Em paralelo às lutas pelo salário, as operárias estavam também forjando experiências diante do controle do aparato sindical, apoiadas pelo esforço do PCB. Mais uma vez, *O Momento* (1948) denunciou os "gananciosos donos das fábricas Dannemann e Costa Penna" que despediam as operárias em grupos, incluindo operárias gestantes e outras ainda, com "cerca de 10 anos de serviço". As despedidas ocorriam sem aviso prévio e em "flagrante desrespeitos às leis trabalhistas" que "bem mostra o que valem as leis para a classe dominante". As reclamações não miravam somente os empregadores, mas também Humberto Correia, que "a serviço dos patrões" não tomava a mínima providência. Em protesto, alertava o periódico que muitas operárias estavam dispostas a "não mais pagar a mensalidade do Sindicato, pois a direção deste se encontra em mãos dos pelegos ministerialistas, conhecidos traidores da classe operária, que nada fazem em benefícios dos trabalhadores."[233] O depoimento do operário Guilherme Lago, da fábrica *Cia. de Charutos Dannemann* de São Félix, parece ilustrar a estrutura vertical e autoritária presente no sindicato:

> Era operário da Fábrica Dannemann há seis anos, durante os quais venho trabalhando regularmente, não tendo havido durante esse tempo, qualquer coisa que me desabonasse. Ultimamente, porém, como chegasse ao auge a exploração dos donos da Fábrica contra os trabalhadores, estes começaram a movimentar-se para conseguir melhores condições de trabalho e melhores salários, tendo comparecido, inclusive, ao Sindicato, para discutir o problema. Numa destas reuniões, discutia eu o assunto, e protestei contra essa exploração. Isso foi o bastante para que a direção da Fábrica me pusesse para fora o que prova o regime de completa insegurança sob o qual vivemos.[234]

[230] *O Momento*, Salvador, Ano III, N. 752, p.1;5, 22 de Jul. 1948.
[231] ALMEIDA, Júlio Ramos de. op. cit. p.76.
[232] Ibidem. p.91.
[233] Despedidos sem aviso prévio os fumageiros em São Félix. *O Momento*, Salvador, Ano III, N.692, p.5, 11 de Maio. 1948.
[234] Protestou contra a exploração e foi despedido. *O Momento*, Salvador, Ano III, N.716, p, 2, 8 de Jun. 1948.

No ano seguinte, foi o periódico *A Classe Operária* que denunciou os "pelegos do Ministério do Trabalho" prestes a sofrerem o "desmascaramento" através dos protestos das trabalhadoras e dos trabalhadores da *Costa Penna & Cia*. O artigo assinado por Waldermar Cerqueira apontou a luta contra o desconto do imposto sindical como fundamental para o "êxito de novos combates" contra a fome, a exploração e a miséria em que viviam as operárias, sobretudo, pelo seu histórico de tradição de lutas intensas que poderiam ser retomadas naquele contexto. O periódico também atribuiu a atuação do "querido jornal dos trabalhadores *O Momento*". Na leitura do PCB, o imposto "era destinado a fortalecer somente os patrões e enfraquecer a organização e a luta". A estratégia adotada foi a organização a partir das comissões de chão de fábrica. Na *Costa Penna & Cia* foi eleita uma comissão de "companheiros dos mais firmes" que lançaram contra os patrões um memorial contra o desconto do imposto. Em resposta, o patronato buscou se esquivar das investidas da comissão, até que resolveu com a Delegacia Regional do Trabalho a solução do pedido: continuação do desconto do imposto sindical.[235]

Segundo o periódico, em resposta, os "pelegos" do "sindicato puseram-se em campo, espalhando boatos de intimidação" com ameaças de corte salarial devido ao não cumprimento do pagamento do imposto. A seção de charutaria, por exemplo, permitiu o desconto e aquelas trabalhadoras que protestaram tiveram seus salários diminuídos ainda mais. A comissão, para contornar a situação, criou diversos protestos "relâmpagos" e "pequenos comícios de esclarecimento" junto ao proletariado. Para Waldemar Cerqueira, a comissão demonstrou seus limites, principalmente por não ter "nenhum controle sobre a massa desorganizada e sem comando efetivo" sobre as trabalhadoras, por não haver ainda "subcomissões nas diversas seções", mas reconheceu que a "pequena luta" embora "desorganizada" e "sem um demando eficiente" conseguiu causar entre as trabalhadoras o desmascaramento do Humberto Correia e da diretoria "ministerialista" do sindicato. O articulista concluiu que a leitura dos periódicos *A Classe Operária* e *O Momento* ajudavam no esclarecimento, na prática da organização no local de trabalho, nas atividades de pichamento, nos volantes e nas reinvindicações.[236]

Em que pese o balanço feito pelo militante e seu suposto esclarecimento vanguardista sobre as operárias, as comissões de chão de fábricas parecem ter aberto os caminhos para reorganização sindical das trabalhadoras e dos trabalhadores fumageiros. Só encontrei notícias sobre o desmonte do aparelhamento sindical em 1951. O proletariado fumageiro elegeu o

[235] CERQUEIRA, Waldemar. Lutam os fumageiros de São Félix. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano IV, N.174, p.9, 14 de Maio. 1949.
[236] Ibidem.

operário Alberto Matias para a direção sindical, mas não conseguiram empossa-lo. Segundo as informações do jornal *Voz Operária*, os "ministerialistas e pelegos" tentaram impedir a posse impondo um nome de seu agrado, o sr. Thales Cerqueira, que foi arrancado da cadeira e expulso da sede do sindicato. A militância visava forçar a Delegacia do Trabalho entregar a sede ao eleito Alberto Matias. O caso tomou tons mais dramáticos com a intervenção da polícia e tentativa de prisão de Matias. O periódico apontou a solidariedade operária como fundamental para a resistência à prisão, e após "libertado, Alberto Matias foi levado pelas massas através das ruas de Cachoeira. Assim os operários [e as operárias] festejavam a vitória." Isto seria acompanhado de perto pelo gerente da sucursal da *Voz Operária* de Salvador, sr. Álvaro Costa, que observou que os trabalhadores e as trabalhadoras, no calor daquelas lutas, iniciaram uma campanha de finanças para reerguer o sindicato e promoveram prodigiosos esforços pelo "aumento de salários, abolição da assiduidade 100%, respeito ao salário mínimo, contra o desemprego e por material que garanta a produtividade no Trabalho, contra as perseguições e pelo respeito do IAPI aos direitos de seus associados."[237] Todas as pautas, como demonstrado ao longo da seção, eram caras ao movimento operário fumageiro.

A crise econômica enfrentada pelas fábricas e a luta contra o "espantalho do desemprego" foi contínua. Desde 1948, as notícias de pedido de apoio a vários políticos eram constantes nos jornais operários ou na imprensa local e indica outras possibilidades acionadas pelas operárias para contornar a crise. *O Momento* chegou a ironizar: "Ah! Providências, sim, já sabe o povo quais são as providências que toma o sr. [governador Otávio] Mangabeira ele vem 'tomando providências' há mais de um ano e nem um só problema do povo foi resolvido."[238] Ao final do ano de 1950, o *Correio de São Félix* anunciou a reabertura da *Cia. de Charutos Dannemann* graças ao empréstimo obtido no *Banco do Brasil*.[239] Nos primeiros meses do ano seguinte, um edital de convocação da *Cia. de Charutos Dannemann* recrutou o operariado de São Félix e Muritiba a comparecer ao trabalho nas fábricas. Ao que parece, a convocação foi baseada "nos acordos celebrados com os *Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de 'Cachoeira e São Félix e 'Muritiba*'" em maio de 1949.[240] Entretanto, em pouco menos de dois anos, a fábrica voltaria a passar por dificuldades financeiras, o que levou o proletariado a se mobilizar.

---

[237] Os fumageiros empossaram à força, o presidente eleito do sindicato. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, Ano IV, N.161, p.9, 21 de Jun. 1952.
[238] Na Bahia. *O Momento*, Ano IV, N.753, p.5, 23 de Jul. 1948.
[239] Reabertura das fábricas Dannemann. *Correio de São Félix*, São Félix, Ano XVII, N.807, p.1, 16 de Dez. 1950.
[240] Cia. Brasileira de Charutos Dannemann edital de convocação. *O Correio de São Félix*, São Félix, Ano XVIII, p.1, 2 de Fev.1951.

Em 1954, as operárias ameaçaram paralisar os trabalhos. Enviaram correspondências ao Palácio do Catete exigindo do Governo um novo empréstimo do *Banco do Brasil.* Justificavam em carta que a intervenção do presidente Getúlio Vargas poderia evitar o desemprego de mais de 1.000 operárias e buscavam tirar vantagem da figura "benevolente" do político quando diziam confiar no "maior amigo" da classe trabalhadora, o único capaz de "encontrar solução" para "tamanha calamidade" que as "classes menos favorecidas [de] recursos" enfrentavam. A comissão foi composta por João Rodrigues do Lago, Maria Antônia Santos, Maria Benedita Jesus, Maria do Carmo Gomes, Angela Santos e Alice Santos. Em resposta, consta que o presidente do *Banco do Brasil* indeferiu o pedido solicitado. [241] Naquele mesmo ano as fábricas da *Cia. de Charutos Dannemann* fecharam suas portas novamente e no ano seguinte a *Costa Penna & Cia* também encerrou suas atividades.

Mesmo depois da falência das fábricas o proletariado ainda se mobilizava para alcançar os direitos trabalhistas negados pelas empresas. Em 1956, a *Voz Operária* fez pujante denúncia contra a "tentativa de esbulho dos fumageiros baianos", que além do desemprego, ainda lutavam pelos pagamentos atrasados e das férias referentes anos 1954 e 1955. A *Costa Penna & Cia* prometeu readmitir as operárias se elas aceitassem abrir mão dos pagamentos atrasados. Em assembleia do sindicato em Muritiba a proposta patronal foi rejeitada de forma unânime. Em São Félix e Cachoeira, o caso foi diferente e mais disputado. A *Voz Operária* afirmou que o "presidente do sindicato traiu os operários" e operárias, pois, se recusou a enfrentar a reação da base operária em assembleia. Em outra reunião, com os empregadores da *Costa Penna & Cia,* alguns operários e operárias aderiram ao acordo: e a oposição foi ameaçada de expulsão e impedida de falar. O periódico *Voz Operária* garantiu que muitas trabalhadoras e trabalhadores estavam dispostos a "resistir ao esbulho que os patrões" tentavam impor.[242]

A falência das empresas fumageiras ocasionou no Recôncavo Baiano um desemprego estrutural com consequências sociais profundas.[243] Dessa forma, as operárias lançaram mão de várias estratégias possíveis, mobilizando a intervenção de políticos e contando com o apoio das tendências sindicais para contornar o agravamento da crise fumageira e confrontar o

[241] CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Série: Correspondências. Classificação: GV c 1954.03.24/3. Data: 24/03/1954. Microfilmagem: rolo 17 fot. 0945 a 0946.
[242] SILVA, A. L. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, Ano VIII, N. 351, p.10, 04 de Fev. 1956.
[243] Desde as primeiras crises, conforme relato de Júlio Ramos de Almeida em 1949 "continuam fechadas as fábricas Dannemann e famílias inteiras passando necessidade. É uma realidade dolorosa – a falta de trabalho levam as operárias a estenderam a mão à caridade da população. O êxodo para a capital e outras cidades se repete de forma desoladora. E os apelos aos governos Federal e Estadual continuam no ar sem resposta" In: ALMEIDA, Júlio Ramos de. op. cit. p. 108

patronato. Por outro lado, os empresários buscaram amenizar os déficits das firmas negligenciando os direitos trabalhistas, na produção regulou os insumos para abaixar os salários e acentuou as intervenções nos sindicatos. Esses elementos tornaram a situação dramática para o proletariado fumageiro. O movimento operário parece ter sido gravemente afetado neste cenário, principalmente pelas divisões internas diante das negociações com os empresários nos momentos mais agudos da crise fumageira. Como ficou indicado nas duas estratégias patronais: ora negociando diretamente com a liderança sindical, ora fechando acordo com frações das operárias. Mesmo que estes movimentos sinalizem que as agências das operárias não estavam submetidas à liderança sindical e indiquem alguma autonomia de negociação com os patrões, ao que parece, o patronato fumageiro buscou se aproveitar das divisões internas para se livrar das responsabilidades com proletariado.

Considerações Finais

Nesta pesquisa busquei demonstrar que as fábricas de charutos do Recôncavo Baiano, especialmente a *Cia. de Charutos Dannemann* e a *Costa Penna & Cia*., dominaram o mercado de artigos de fumo no Brasil, com alguma estabilidade durante o início do século XX até a década de 1930. Ao longo desse tempo, a hegemonia do capital alemão despontou ao ponto de criar imperativos econômicos submetendo o complexo fumageiro ao mercado internacional como uma zona de influência em toda a estrutura social que envolvia a produção de fumos: as pequenas plantações, o beneficiamento do fumo, a fabricação de charutos, fundamentalmente, as exportações de fumo em folha. Se tratando do Brasil, a hegemonia das empresas baianas no mercado interno foi frustrada a partir dos anos 1930, conforme o aumento do consumo de cigarros e a entrada de um truste anglo-americano que disputou a monopolização do mercado de artigos de fumo no Brasil. Dessa forma, analisar as experiências de trabalho das operárias neste contexto mais amplo de disputas do mercado permitiu conferir em quais termos foram viáveis os processos de exploração do trabalho e de produção do mais valor que consentiram a essas empresas destaque na produção de artigos de fumo no Brasil.

As estratégias patronais de organização do capital sinalizaram que embora a exportação de fumos em folhas fosse a principal atividade para auferir lucros, o mercado aberto de charutos e cigarrilhas no Brasil também ofereceu possibilidades proveitosas para aumentar os ganhos. Dessa forma, o predomínio do trabalho manual exigiu dos empresários

uma organização dos processos produtivos que visou diretamente arrancar produtividade das charuteiras através de uma estrutura fracionada e integrada, sem perder, a qualidade dos produtos. Este último ponto foi fundamental para conduzir as análises. A contribuição deste estudo aponta que a estabilidade no mercado alcançada pelas empresas só foi possível com um modelo de produção que admitiu que as experiências, os saberes adquiridos e a perícia das operárias continuassem centrais na produção. De outra forma, esse processo também garantiu às trabalhadoras algum domínio dos processos de trabalho, submetendo à produção capitalista aos desafios sobre o controle do trabalho. Assim, fiz um esforço de investigar as investidas patronais e também das operárias nas disputas em torno desta relação para analisar os processos de lutas das fumageiras.

O patronato não abriu mão de reproduzir em suas estruturas produtivas outros processos de hierarquização e de produção das diferenças. Esses usos parecem ter tomado uma forma de tecnologia de dominação para o controle do trabalho, atingindo as operárias a partir das suas experiências de gênero racializado. Operações que na prática do processo produtivo visavam minar as insurgências das operárias atacando suas subjetividades através de um modelo de produção aperfeiçoado por eixos de opressão. Identifiquei seus efeitos práticos no planejamento divisório dos lugares na atividade produtiva e na hierarquia fabril a partir do gênero e das definições raciais. Não deixei de notar que para além destes processos, as empresas buscaram também fazer referências às mulheres negras como forma de propaganda pela suposta distinção de seus produtos, fazendo discursos racializados e de gênero em torno do trabalho manufaturado. Dessa forma, reduzir a análise ao chão de fábrica, foi um caminho escolhido para me ocupar dos indícios dos imperativos do capital em reatualizar opressões nas experiências de exploração e opressão, significativas, sobretudo, na emergência do pós-abolição no Recôncavo Baiano. Como demonstrei, a prática organizacional das empresas foi sintomática dos processos de hierarquias sociais mais amplas.

Dessa maneira, a investigação da composição social foi central. Diante da historiografia especializada no trabalho fumageiro, as experiências das mulheres negras, ora apareceu como experiências das mulheres, uma categoria mais geral, ora como experiências da população negra, que podem ser traduzidas como experiências de trabalhadores negros. Ao indicar o perfil social das operárias negras busquei aprofundar os impactos que afetaram as experiências destas trabalhadoras principalmente a partir das estruturas sociais do controle do trabalho. Ao conferir a composição social tive a chance de interpelar a historiografia do trabalho fumageiro alguns indícios que relativizam a explicação de serem as mulheres negras

a principal força de trabalho nas manufaturas devido aos baixos salários e a baixa qualificação. Para alcançar êxito na produção de mercadorias em quantidade e qualidade, as empresas lançaram mão de variadas formas de pagamento para estimular o rendimento das operárias no trabalho. Isto pareceu central nas formas de "tarefa variável". E mesmo conferindo baixos salários diante de outros setores industriais, a questão dos salários no setor analisado apontou que os melhores rendimentos estavam de acordo com a qualificação das operárias. Contudo, longe disto causar alguma experiência privilegiada, na verdade, a análise apontou para um redirecionamento das condições de opressão e exploração das mulheres negras para fora do argumento dos "baixos salários" para o argumento que aponta a centralidade da separação dos dispositivos de controle e execução. Acontece que o planejamento divisório do trabalho fixou as mulheres negras nos lugares de execução do trabalho sempre diante da vigilância de homens ocupados no aparelho burocrático de direção. Essa divisão foi orientada por critérios de gênero e de racialização que aparecem entre quem controla e quem executa o trabalho. Essa foi a melhor tradução que encontrei para pensar o aprofundamento da exploração e de opressão nas experiências destas operárias.

Portanto, estou de acordo com o filósofo Cornelius Castoriadis quando ele tratou das lutas operárias, quase intestinas, e provavelmente, inerentes ao modelo de produção capitalista. É neste nível de análise que foi possível perscrutar os indícios pertinentes ao compromisso de responder a problemática desta pesquisa, a saber, quais foram as interações, lutas e resistências ao modelo de produção capitalista que as operárias desenvolveram ao longo da primeira metade do século XX. A contribuição desta pesquisa foi apontar que a crítica prática das operárias foi provavelmente a expressão de luta mais direta e incisiva em direção às formas de controle do trabalho. Essas lutas permitiram que as trabalhadoras desenvolvessem um frequente contorno, melhor, um enfrentamento concreto para minar a extração de mais valor pelos capitalistas. Durante as análises dos processos de indisciplina, dos furtos e do ataque aos mestres busquei frequentemente ilustrar essas lutas, apesar da escassez de fontes sobre elas. Possivelmente, esse problema metodológico pode residir no próprio caráter destas resistências, quase sempre veladas e manifestadas em lutas implícitas. Dessa forma, interpretei estas lutas como elucidativas de um primeiro nível de disputas pelo conteúdo do trabalho e expressão fundamental da luta de classes. A partir delas, o trabalho a ser fornecido e explorado pelos capitalistas colocou também desafios incontornáveis para estes últimos.

Se por um lado, as lutas no chão de fábricas foram interpretadas como centrais nas tensões das relações capitalistas, por outro busquei demonstrar também que as operárias não se limitaram apenas as essas estratégias. Investigar as lutas abertas foi tarefa que não pude escapar para pensar como os conteúdos das lutas implícitas aparecem em formas abertas nas experiências das fumageiras no Recôncavo Baiano.

Neste sentido, o esforço de pesquisa foi fundamentalmente duplo. Primeiro, demonstrar a capacidade de lutas das operárias para além daquelas ocorridas no chão de fábrica e sinalizar seu peso e agência no movimento operário. Por isso foi preciso argumentar que apesar das greves, das paralisações e das campanhas se desenvolvessem em diferentes conjunturas políticas, com pautas relacionadas com as diferentes tendências sindicais, um programa emergente do chão de fábrica e das experiências das mulheres com a exploração do trabalho estava delineado nestes movimentos. Desta maneira, as denúncias da exploração patronal foram fundamentais para colocar os indícios desta preposição. Se em um primeiro nível, as lutas pela gestão do trabalho estavam dadas nas críticas práticas das operárias, no nível das lutas abertas elas aparecem no léxico das trabalhadoras e nas disputas mais amplas e coletivas pelas formas dos pagamentos e dos salários, pelas melhores condições de trabalho, pela responsabilização do patronato pelos custos da reprodução social, pelo direito de organização, que interpretei como formas de lutas contra apropriação do mais valor. Elementos que se mantiveram com certa durabilidade na tradição das lutas das fumageiras em que pese os diferentes contextos históricos analisados. Na crítica ao sistema de pagamentos organizado pelas empresas fumageiras ajustados para estimular o aumento de produtividade, a análise aponta que as operárias tinham intenções de minar esses estímulos, logo, alargar a gestão sobre os processos de trabalho, que na prática significou alcançar uma jornada de trabalho menos cansativa e receber um salário mais justo.

Fontes

Livros e fontes memorialísticas

ALMEIDA, Júlio Ramos de. *Efemérides Sanfelixtas*. São Félix, 1953.

AMADO, Jorge. *Jubiabá*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil, por suas drogas e minas*. Lisboa: Offic. Real Deslandesiana, 1711. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320141/or1320141.html. Acesso em abril de 2020.

BONDAR, Gregório. O Fumo na Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 292. Edição Especial do Centenário, 1923.

CARVALHO, Hugo Adão de Bittencourt. *Livro dos Charutos Baianos*: Quadro das empresas Baianas. 2011. Disponível em <http://livrodoscharutos.blogspot.com.br/> Acesso em 15 de janeiro de 2020.

CASTRO, Anfilófio de. *Muritiba:* sua história e seus fados 1559 - 1941. Digressões - Notas à Bahia. Bahia: Tipografia Naval, 1941.

PENNA, Mariah Costa. *Vidas da vida - aos Humildes e Humilhados*. Brasília: Horizonte Editora Ltda, 1989.

DOURADO, Adalbélia Pires. *Primeiro Centenário de Elevação da Vila de São Félix à Cidade*. Cachoeira: Artes Gráficas Aliança Ltda, 1990.

MELLO, Francisco José de. *História da cidade de Cachoeira*. Cachoeira, 2001.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Suerdieck, epopeia do gigante*. Salvador: Ubaldo Marques Porto Filho, 2003.

_____. *Geraldo Dannemann* – O Empreendedor. Salvador: Ed. do autor, 2014a.

_____. *O fim dos gigantes dos charutos brasileiros*. Salvador. Ed. do autor, 2014b.

_____. *A história dos Charutos Dannemann*. Salvador. Ed. do autor, 2014c.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Trad. Odilon Gallotti. Rio de Janeiro: Guanabara, 1941.

Acervo do Estadão – www.acervo.estadao.com.br/

O Estado de São Paulo, São Paulo, p.2, 18 de Jun. 1919.

Arquivo Municipal de São Félix

Documentos da Série – Fábricas de Charutos

Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*
Correspondências Internas da Cia. de Charutos Dannemann.

Fotografias

Acervo Carmem Barros.
Acervo da família Dannemann.

Jornais

A Novidade, São Félix, 1944.
Correio de São Félix, São Félix, Ano IX, N. 81, p.1, 11 de Out. 1942.
Correio de São Félix, São Félix, Ano IX, N.75, p.1, 4 de out. 1942.
Correio de São Félix, São Félix, Ano X, N.51, p.1, 23 de Abr. 1944.
Correio de São Félix, São Félix, Ano X, N.21, p.1, 8 de Out. 1944.
Correio de São Félix, São Félix, Ano X, N.22, p.1, 15 de Out. 1944.
Correio de São Félix, São Félix, Ano X, N.24, p.1, 29 de Out. 1944.
Correio de São Félix. São Félix, Ano X, N.25, p.1, 5 de Nov. 1944.
Correio de São Félix, São Félix, Ano X, N.30, p.1, 24 de Dez. 1944.
Correio de São Félix, São Félix, Ano XI, N.568, p.1, 27 de Abril. 1946.
Correio de São Félix, São Félix, Ano XI, N.577, p.2, 29 de Jun. 1946.
Correio de São Félix, São Félix, Ano XI, N.580, p.1, 20 de Jul. de 1946.
Correio de São Félix, São Félix, Ano XVII, N.897, p.1, 16 de Dez. 1950.
Correio de São Félix, São Félix, Ano XVIII, p.1, 2 de Fev. de 1951
Correio de São Félix, São Félix, Ano XXI, N.394, p.1,7 de Ago. 1954.
O Propulsor, São Félix. 1911.

Arquivo Público do Estado da Bahia

Diário de Notícias, Salvador, Ano 44, N. 4650, p.1, 29 Jun. 1919.
Diário de Notícias, Salvador, Ano XLIV, N. 4620, p.1, 17 de Maio.1919.
Diários de Notícias. Salvador, Ano XLIV, N. 4652, p.2, 27 de Jun. 1919.

Biblioteca Digital da UNESP – Seção Hemeroteca (www. bibdig.biblioteca.unesp.br)

O Solidário, Santos, Ano III, N.42, p.1, 5 de Abr. 1926.
O Solidário, Santos, Ano II, N.43, p.2, 1 de Maio. 1926.
O Solidário, Santos, Ano III, N.44, p.4, 13 de Maio. 1926.
O Solidário, Santos, Ano III, N.45, p.4, 27 de Jun. 1926.

Biblioteca Digital do Senado Federal (https://www2.senado.leg.br/bdsf/)

PINTO, Alfredo Moreira. Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

PINTO, Alfredo Moreira. Suplemento aos apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Bahia: Typ. E Enc. do Diário da Bahia, 1893.

Biblioteca Nacional Digital do Brasil (www.bndigital.bn.gov.br)

Hemeroteca digital

A Bahia Ilustrada, Rio de Janeiro, Ano 1, N.1, p.29, Dez. 1917.
A Bahia Ilustrada, Rio de Janeiro, Ano II, N.7, P.2, Jun. de 1918.
A Classe Operária, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 7, p.2;4, 13 de Jun. 1925.
A Classe Operária, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 10, p.4, 4 de jul. 1925.
A Classe Operária, Rio de Janeiro, Ano 1, N.10, p.2, 4 de Jul. de 1925.
A Classe Operária, Rio de Janeiro, Ano 1, N.5, p.1, 30 de Maio de 1925.
A Classe Operária, Rio de Janeiro, Ano 1, N.9, p.2, 27 de Jun. 1925.
A Época, Rio de Janeiro, Ano VIII, N.2.528, p.8, 19 de Jun. 1919.
A Manhã, Rio de Janeiro, Ano 1, N.312, p.10, 29 de Dez. 1926.
A Manhã, Rio de Janeiro, Ano 1, N.312, p.10,29 de dez. 1926.
A Manhã, Rio de Janeiro, Ano II, N.428, p.4, 30 de Dez. 1942.
A Manhã, Rio de Janeiro, Ano VI, N.1.164, p.2, 10 de Nov. 1946.
A Manhã, Rio de Janeiro, Ano XI, N. 3.377, p.7, 10 de Ago. 1952.
A Manhã, Rio de Janeiro, Ano XI, N.3.307, p.2, 18 de Maio. 1952.
A Manhã, Rio de Janeiro, Ano XII, N. 3.378, p.2, 10 de Ago. 1952.
A Nação, Rio de Janeiro, Ano 1, N.195, p.3, 29 de ago. 1933.
A Noite Ilustrada (suplemento), Rio de Janeiro, N. 886, p.28,19. Fev. 1946.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano VI, N. 1.707, p.1, 18 de Nov. 1916.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano VI, N. 1720, p. 4, 30 de Nov. 1916.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano VI, N.1.711, p.3, 22 de Nov. 1916.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano VI, N.1.723, p.4, 4 de Dez. 1916.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano VII N 2.120, p.3, 09 de Nov. 1917.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano VII, N 2.121, p.3, 10 de Nov. 1917.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano VII, N. 2.123, p.4, 12 de nov. 1917.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano VII, N. 2.125, p.4, 14 de Nov. 1917.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano VII, N. 2122, p.2, 11 de Nov. 1917.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano VII, N.2.126, p.5, 15 de Nov. 1917.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano XXXII, N. 11.014, p.4, 8 de Out. 1942.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano XXXIII, N.11300, p.12, 28 de Jul. 1943.
A Noite, Rio de Janeiro, Ano XXXIII, N.11417, p.5, 23 de Nov. 1943.
A Noite. Rio de Janeiro, Ano IX, N. 2697, p.3, 17 de Jun. 1919.
A Província, Recife, Ano LV, N. 22, p. 4, 27 de Jan. 1926.
A Província, Recife, Ano XL, N. 314, p.1, 14 de nov. 1917.
A Província, Recife, Ano XL, N.314, p.1, 14 de nov. 1917.
A Razão, Rio de Janeiro, Ano II, N.333, p.2, 12 de Nov de 1917.
A Razão, Rio de Janeiro, Ano II, N.340, p.5, 19 de Nov. 1917.
A Razão, Rio de Janeiro, N.311b, p.5, 3 de Abr. de 1930.
A Rua, Rio de Janeiro, Ano 6, N.165, p.2, 19 Jun. 1919
A Rua, Rio de Janeiro, Ano 6, n.166, p.3, 20 Jun. 1919.
A Rua, Rio de Janeiro, Ano IV, N.309, p.3, 11 de Nov. 1917.
A Rua, Rio de Janeiro, Ano IV, N.310, p.4, 12 de nov. 1917.
A Rua, Rio de Janeiro, Ano IV, N.311, p.1,13 de Nov. 1917.
A Rua, Rio de Janeiro, Ano IV, N.312, p.3, 14 de Nov. 1917.
A Rua, Rio de Janeiro, Ano X, N. 137, p.3, 14 de Jul. de 1923.
A União, Rio de Janeiro, Ano XLIII, N.32, p. 8, 12 de Set. 1948.
A União, Rio de Janeiro, Ano XLIII, N.38, p.8, 31 de Out. 1948.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, Ano XLIV, N.15.383, p.5, 23 de Dez. 1944.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, Ano XLVI, N. 16.037, p.11, 13 de Fev.1947.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, Ano XLVI, N.15.843, p. 5, 28 de Jun. 1946.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, Ano XLVI, N.16.045, p.3, 25 de Fev. 1947.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, Ano XLVI, N.16.047, p.13, 27 de Fev.1947.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, Ano XXV, N. 9.512, p.5, 27 de Jan.1926.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, Ano XXXIII, N.11.884, p.5, 29 de Ago. 1953.
Correio do Povo, Salvador, Ano II, N.53, p.1, 16 de Jun. 1925.
Diário da Bahia, Salvador, Ano XXVIII, N.103, p.1, 10 de Maio. 1882.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, N.6.805, p.5, 23 de Dez. de 1944.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Ano XVI, N.6972, p.4,17 de Jul. 1945.
Diário de Pernambuco, Recife, Ano 108, N.195, p.1, 29 de Ago. 1933.
Diário de Pernambuco, Recife, Ano 121, N.117, p.2, 21 de Maio. 1946.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano XLII, n.317, p.3, 14 de nov. de 1917.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano XLII, n.324, p.1, 21 de nov. de 1917.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano XLII, N.325, p.1, 22 de nov. de 1917.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano XLII, n.325, p.1, 22 de nov. de 1917.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano XLIX, N.236, p.2, 20 de Set. de 1924.
Gazeta de Notícias, Salvador, Ano IV, N.19 p.2,30 de Set. 1913.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Ano XXIX, N. 345, p.9, 13 de Dez. 1919.
Jornal do Comércio (edição da tarde), Rio de Janeiro, Ano IX, N. 272, p.1, 14 de Nov 1917.
Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, Ano 106, N.211, p.5, 6 de Set. de 1933.
O Campo, São Paulo, Ano VI, N. 8, p.33, Ago.1935.
O Combate, Rio de Janeiro, Ano VI, N. 1762, p.3, 13 de Abr de 1921.
O Correio da Manhã, Ano XVII, N.6837, p.2, 13 de Nov. 1917.
O Imparcial, Salvador, Ano XIII, N. 1555, p.3, 29 de Dez. de 1935.
O Jornal, Rio de Janeiro, Ano XXIX, N.8286, p.11, 7 de Maio. 1947.
O Momento, Salvador, Ano III, N. 627, p.2, 21 de Fev. 1948.
O Momento, Salvador, Ano III, N. 752, p.1;5, 22 de Jul. 1948.
O Momento, Salvador, Ano III, N.692, p.5, 11 de Maio. 1948.
O Momento, Salvador, Ano III, N.716, p, 2, 8 de Jun. 1948.
O Momento, Salvador, Ano IV, N.753, p.5, 23 de Jul, 1948.
O Paiz, Rio de Janeiro, Ano XXXIV, N.12.087, p.2, 12 de Nov. 1917.
O Paiz, Rio de Janeiro, Ano XLII, N 15.085, p.17, 7 de Fev. 1926.
O Radical, Rio de Janeiro, Ano VII, N. 1.987, p.5, 25 de Set. 1938.
O Radical, Rio de Janeiro, Ano X, N. 3.339, p. 4, 18 de Jul. 1941.
Retrospecto comercial do jornal do comércio. Volume LXI. Rio de Janeiro. Typ. Do Jornal do Comercio Rodrigues & C. 1935. p.717-722.
Retrospecto comercial do jornal do comércio. Volume LXI. Rio de Janeiro. Typ. Do Jornal do Comercio Rodrigues & C. 1935. p.717-722.
Tribuna Popular, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.
Tribuna Popular, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.
Voz Operária, Rio de Janeiro, Ano IV , N. 147, p.8 , 15 de Mar. 1952.
Voz Operária, Rio de Janeiro, Ano IV, N. 161, p.9, 21 de Jun. 1952.
Voz Operária, Rio de Janeiro, Ano VIII, N. 351, p.10, 04 de Fev. 1956

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (hemeroteca)

A Ordem, Cachoeira, Ano 1, N.58, p.1, 15 de Maio.1920.
A Ordem, Cachoeira, Ano 1, N.58, p.1, 15 de Maio.1920.
A Ordem, Cachoeira, Ano 1, N.59 , p.2, 19 de Maio. 1920.
A Ordem, Cachoeira, Ano 1, N.59, p.1, 19 de Maio. 1920
O Propulsor, São Félix, Ano XX, N. 206, p.3, 28 de Nov. 1916.
O Propulsor, São Félix, Ano XX, N.102, p.1, 17 de Jul. 1916.

O Propulsor, São Félix, Ano XX, N.109, p.1, 25 de Jul. 1916.
O Propulsor, São Félix, Ano XX, N.117, p.3, 3 de Ago. 1916.
O Propulsor, São Félix, Ano XX, N.154, p.2, 2 de Out. 1916.

Coleção de assuntos especiais – Arquivo Marxista na Internet (www.marxists.org)

A Classe Operária, Rio de Janeiro, Ano II, N.66, p.3, 16 de Abr. 1947
A Classe Operária, Rio de Janeiro, Ano IV, N. 174, p.9, 14 de Maio. 1949.
A Classe Operária, Rio de Janeiro, Ano XII, N.205, p.25, de Dez. de 1936.
A Classe Operária, Rio de Janeiro, Ano XII, N.205, p.25, de Dez. de 1936.
A Classe Operária, Rio de Janeiro, N.3, p.2, 12 de Maio. 1928.
A Classe Operária, Rio de Janeiro, Ano II, N.103, p.8, 9 de Dez. 1947
A Voz do Trabalhador, Salvador, Ano 1, N. 18, p.4, 5 de Fev. 1921.
O Germinal, Salvador, Ano 1, N. 3, p.9,1 de Maio. 1920.
O Germinal, Salvador, Ano 1, N.2, p.8, 3 de Abr. 1920.

CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (www.cpdoc.fgv.br)

Correspondências

Classificação: GV c 1954.03.24/3. Data: 24/03/1954. Microfilmagem: rolo 17 fot. 0945 a 0946.

Classificação: GV c 1936.10.09.. Data 08/10/1936. Microfilmagem: rolo 5 fot.0103.

Internet Archive (https://archive.org/)

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas Villas Boas, 1922, p. 432.

Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.biblioteca.ibge.gov.br)

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.* Rio de Janeiro: tipografia da Estatística, 1927, v. V (1ª parte – Indústria). p.75-76.

Memória estatística do Brasil na Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro (http://memoria.org.br/index.php)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relação das condições geográficas, econômicas e sociais (1939-1940).* Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph, C. Mendes Junior, 1940.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relação das condições geográficas, econômicas e sociais (1940-1941).* Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph, C. Mendes Junior, 1941.

LACERDA, M. Messias de. *Anuário estatístico anos de 1924 e 1925* – economia e finanças. Vol. II, Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1926.

PORTO, Hannibal. *O Brasil Econômico em 1920 – 1921*: Atuação da sua Delegação na Quinta Exposição Internacional de Borracha e Outros Produtos Tropicais, Realizada em Londres, em Junho de 1921, Rio de Janeiro: Tipografia do Anuário do Brasil, 1922.

Bibliografia

ABREU, Martha Campos. Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920). *Tempo*, Rio de Janeiro, n.16, pp.143-173.

ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano M. Resgate e Mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (Século XVIII). *Afro-Ásia*, Salvador, n.37, p.43-73, Ago. 2008.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Paulo Henrique. *A manufatura do fumo na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Economia e Planejamento Econômico) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p.192. 1983.

ALMEIDA, Rômulo Barreto. Traços da História econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v.11, n.19, p.82-101, Jan. 2009.

ALVES, Iracélli da Cruz. *A política no feminino*: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, p.240. 2015.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil, por suas drogas e minas*. Lisboa: Offic. Real Deslandesiana, 1711. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320141/or1320141.html. Acesso em: 07 de Abr. 2020.

ASSIS, Cristina da Anunciação da Silva. *Memórias e narrativas dos trabalhadores dos armazéns de fumo* – Santo Antônio de Jesus, Bahia (1950-1960). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, p.129. 2015.

BAIRROS, Luiza. "Pecados no 'paraíso racial': o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980". *In*: REIS, João José (org). *Escravidão & Invenção da Liberdade*: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: ed. Brasiliense, 1988. p.289-323.

BARBOSA, Elizabete Pereira. *A fábrica, a casa e a escola*: as políticas de educação para a infância no Recôncavo Fumageiro da Bahia (1925 -1946). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.229. 2015.

BARICKMAN, Bart Jude. Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881*). Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p.177-238. 1998.

_____. *Um Contraponto baiano:* açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1760-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATALHA, Cláudio H. M. "Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva". *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo*

oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 30 – Primeira República (1889-1930). 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BATISTA, Luan Lima. *"E... Cuidado com o estômago! É uma víscera intolerante."*: experiências de trabalho, carestia e as lutas dos ferroviários da Estrada de Ferro Central da Bahia. (1875-1909). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, p.198, 2017.

BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação do fumo na Bahia*, 1870-1930. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.328. 1975.

BRAGA, Carlos Augusto S. N. *Uma história do trabalho no Recôncavo Fumageiro*: controle, lutas e resistências na Cia. de Charutos Dannemann (1919-1948). Monografia (Graduação em Licenciatura de História) Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, p.117. 2016.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.26, p.329-376, jan/jun. 2006.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise* (1914-1921). Salvador: Fieb, 2004.

_____. A luta contra a adversidade: notas sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v.2, n.4, p.40-77, mar. 2010.

_____. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Paulo, v.32, n.64, p.77-99. 2012.

CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. DA. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 15 set. 2010.

CICALO, André. Campos do pós-abolição: identidades laborais e experiência "negra" entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n. 69, p.101-130. 2015.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis , v. 21, n. 1, p. 241-282, Apr. 2013.

CORRÊA, Felipe. *Ideologia e estratégia*: anarquismo, movimentos sociais e poder popular. São Paulo: Ed. Faísca Publicações Libertárias, 2011.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.6/7, p.35-50, 1996.

CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Revista de Estudos Feministas*, v. 10, n.1, p.171-188. 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina. "Estado, classe trabalhadora e políticas sociais." *In*: In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. trad. Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELOY, Priscilla da Silva. *A fábrica de charutos Suerdieck no Recôncavo Baiano*: Memórias e Histórias de trabalhadores na década de 1935 a 1950. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, p.100, 2016.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

FASSIN, Didier. "Nem Raça, nem Racismo: o que racializar significa." *In*: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo & SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.) *Emancipação, Inclusão e Exclusão*: desafios do passado e do presente. São Paulo: Editora da USP, 2018. p.51-72.

FAUSTINO (NKOSI), Deivison. *In:* BLAY, Eva Alterman. *Feminismos e masculinidades*: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. 1. Ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.75-p.104

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance!* Mundos femininos, maternidade e pobreza, Salvador: 1890-1940. Salvador: Edufba, 2003.

FIGUEIREDO, Ângela. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. *In:* PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. *Raça*: novas perspectivas antropológicas. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA. 2008. p.237-255.

_____.;PINHO, Osmundo Araújo. Ideias fora do lugar e o lugar do Negro nas Ciências Sociais Brasileiras. *Estudos Afro-Asiáticos*, Salvador, v.24, n.1, p.189-210. 2002.

FIGUEIRÔA-REGO, João. "Escravos do fumo: notas sobre a escravatura no contexto tabaqueiro: Bahia, Costa da Mina e Angola (séculos XVII-XIX)." In: FIGUEIROA-REGO, J.; LUXÁN MELÉNDEZ, S. D.; SANZ ROZALÉN, V. (org). *Tabaco e escravos nos impérios ibéricos*. Lisboa: Centro de História D'Aquém e d'Além Mar, 2015. p.87-108.

FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza, Salvador*; 1890-1940. Salvador: Edufba, 2003.

FONTES, José Raimundo. Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888-1930. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.273.1982.

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres*: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRAGA FILHO, Walter. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição. Cadernos AEL, Campinas, v. 14, n. 26, p.93-132, 16 set. 2010.

_____. "O cotidiano movediço do pós-abolição: ex-escravizados na cidade de Salvador, 1889-1890." *In*. DOMINGUES, Petrônio; e GOMES, Flávio (org). *Política da Raça*: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* 3 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

GOMES, Flávio e PAIXÃO, Marcelo. "Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil." *In.* DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. *Da nitidez e invisibilidade*: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2013. p.305-326.

GOMES, Margarete Nunes Santos. *Caprichos e trapiches*: memórias das ex-trabalhadoras da atividade fumageira em Conceição do Almeida-BA, (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas/Campus V, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, p.158. 2010.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs. p.223-244. 1984.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *In:* LIMA, Márcia; e RIOS, Flávia. (org). *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.20-38.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos *In:* PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. *Raça*: novas perspectivas antropológicas. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA. 2008. p.63-82.

_____. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: editora 34, 2019.

GUIMARÃES, Luciano de Moura. "*Ideias perniciosas do anarquismo" na Bahia*: lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922). Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.240. 2012.

_____. Anarquia na Bahia (1920-1922) – militância, repressão e circulação geográfica na trajetória de Eustáquio Marinho. *Crítica Histórica*, Maceió, v.11, n.21, p.93-126. jul. 2020.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. *Remate de Males*. Campinas, v.5, p. 95- 119, 1985.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica*: Marx e o capital no século XXI. Trad. Artur Renzo. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOBSBAWM, Eric. "História operária e ideologia". *In*: HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p.15-34

_____. *A era dos impérios (1875-1914)*. 15ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2015.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional ?: Sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos estudos*. - CEBRAP, São Paulo, n.93, p. 45-58, jul. 2012.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, v.116, p. 25-38, 1998.

LESSA, Luciana Falcão. *Senhoras do Cajado*: a irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos. Salvador: Edufba, 2012.

LESSA, Rosana Falcão. *Mulheres na indústria fumageira de São Gonçalo dos Campos-Bahia*: cotidiano e memórias 1950-1980. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, p.135, 2010.

LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau*: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, p.255, 2007.

_____. "Notas sobre as primeiras movimentações comunistas na Bahia e na região cacaueira." *In*: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Capítulos de história dos comunistas no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. (org) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Ed. 1 Reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019. p.27-54.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro primeiro, o processo do capital, Vol. I. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda. 1996.

MASKE, Wilson. Brasil e Alemanha: Imigração e Imperialismo (1871-1918). *História: debates e tendências.* v, 14, n.1, p.182-192, ago. 2014.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo*: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EDUFSCAR, 2016.

MOTA, Luciana Guerra Santos. *Manufaturas de fumo do Recôncavo Baiano*: Vestígios de patrimônio industrial. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.244. 2014.

MOUTINHO, Laura. Entre o realismo e o ficcional: Representações sobre "raça", sexualidade e classe em dois romances paradigmáticos de Jorge Amado. *PHYSIS*: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14. n.2, p.307-327, 2004.

NARDI, Jean Baptiste. *Análise da cadeia produtiva do tabaco da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2013.

NASCIMENTO, Álvaro P. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.29, n.59, p.607-626. 2016.

NASCIMENTO, Luís Cláudio. *Povoamento e formação social de Cachoeira.* Cachoeira, 2018.

NEGRO, Antônio Luigi e GOMES, Flávio. "Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho." *In*: GOMES, Flávio Santos e DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade*: legados do pós-emancipação no Brasil. Ed. Fino Traço, Belo Horizonte, 2013. p.25-44.

NORONHA, Andrius Estevam. *Beneméritos empresários*: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.370. 2012.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azucar*. Barcelona: Ariel. 1973.

OTTO, María Jesús Teixidor de; SORIANO, Teresa Hernández. El trabajo de la mujer em las labores del tabaco. La fábrica de Valéncia (1887-1-1914). *Cuad. de Geodr*, Valência, n.64, p.339-354.1998.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. *In*: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O tempo do nacional-estatismo*: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PAOLI, Maria Célia; SÁDER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.3, n.6, 1983.

PARÉS, Luis Nicolau. O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, Salvador, n.33, p.87-132. 2005.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Luís Aguiar Costa (1959). “Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana.” In: BRANDÃO, M de A. (org.) *Recôncavo da Bahia*: Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997.

RABELLO, Evandro Henrique. *Deutschtum na Bahia*: a trajetória dos imigrantes alemães em Salvador. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.182, 2009.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil, 1890-1930. 4ª Ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

REIS, Adriana Dantas. Gênero: uma categoria útil para a história da escravidão. *Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, Aracaju. v.6, n.2, p.11-28, 2017.

REZENDE, Vinícius de. *Vidas Fabris*: trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980). São Paulo: Alameda, 2017.

SANTANA, Clíssio Santos. *“Ele queria viver como se fosse homem livre”:* escravidão e liberdade no Termo de Cachoeira (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.174, 2014.

SANTANA, Geferson. *O combate das ideias*: estratégias culturais dos intelectuais comunistas baianos na produção de um novo conhecimento sobre o Brasil (1920-1937). Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, p.336, 2017.

SANTOS, Edmar Ferreira. *O Poder dos Candomblés*: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Fábio Américo Reis. *Trabalho e racialização em São Félix*: o caso Dannemann (1889-1940). Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, p.160. 2018.

SANTOS, Mário Augusto Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República*: um grupo de pressão. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, p. 323, Salvador. 1972.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. *In*: BRANDÃO, M de A. (org.) *Recôncavo da Bahia*: Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. *In*: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org). *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência*: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=39565>.

SILVA, Eliseu. *Roubos e salteadores na Bahia no tempo da abolição* (Recôncavo, década de 1880). Salvador: EDUFBA, 2019.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer charutos*: uma atividade feminina. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.211. 2001.

_____. *As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres*: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.254. 2011.

SILVA, Maria Helena Chaves. *Vivendo com o outro*: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.328. 2007.

SIZILIO, Ricardo José. "*Vai, Carlos, ser Marighella na vida*": outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945). Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.354. 2017.

SOARES, Cecília. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.132. 1994.

SOUZA, Edinaldo Antônio O. *Trabalho, política e cidadania*: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950). Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.288, 2015.

SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre*!: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909). Salvador: EDUFBA/FAPESB, 2011.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

TEITELBAUM, Vanessa; GUTIÉRREZ, Florencia. De la representación a la huelga. Las trabalhadoras del tabaco (Ciudad de México, segunda mitad del siglo XIX). *Boletim americanista*, Barcelona, n.59, p.265-288. 2009.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. t. 1. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. *Costumes em comum*: estudo sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TILLY, Louise A. Paths of Proletarianization: Organization of Production, Sexual Division of Labor, and Women's Collective Action. *In*: LEACOCK, Eleanor; SAFA, Helen I. (org) *Women's Work.* Development and the division of Labor by gender. New York, Westport, Connecticut, London: Bergin & Garvey Publishers, 1986. p.25-41.

_____. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.3, p.28-62. 2007.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.3, p.63-84. 2007.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

WALT, Lucien van der. *Negro e vermelho*: anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880-1920. *In*: Revista Mundos do Trabalho, v.2, n.4, p.174-217, 2010.

WEINSTEIN, Barbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. *Esboços*, Florianópolis, v.13, n.16, p.281-303. 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANEXOS

A MAIOR FABRICA DE CHARUTOS DO BRASIL

Dannemann & Cª

CASA MATRIZ EM S. FELIX

FILIAL EM MURITIBA

FILIAL EM MARAGOGIPE

ARMAZENS DE FUMO EM S. FELIX

Os charutos das Fabricas Dannemann ganharam rapidamente immensa fama em todo Brasil, por sua indiscutivel excellencia. A Casa Dannemann & Comp. está installada desde 1873, época de sua fundação. Fôra seu fundador o Sr. Geraldo Dannemann Senior. E são seus socios solidarios, actualmente, os estimados Srs. Geraldo Dannemann Junior e Carlos Th. Dannemann, ambos filhos do Brasil. O grande successo da fabricação dos charutos dessa importante firma ainda mais se evidencia pelos novos impulsos dado ás suas fabricas continuamente. Numerosos premios, medalhas e diplomas obtidos por seus especiaes productos dizem melhor que quaesquer juizos o que são os charutos Dannemann. Destacamos entre estes os seguintes, alcançados em diversas Exposições industriaes: medalha de ouro, Paris, 1889; medalha de ouro, Chicago, 1892; Corand Prise, São Luiz, 1904; Corand Prise, Rio de Janeiro, 1908; Corand Prise, Bruxellas, 1910; Coram Diploma de Honra, Buenos Aires, 1910; Corand Premio, Turim, 1911; Corand Prise Grand, 1913.

O *cliché* que se destaca nesta página representa a grande e movimentadissima Casa Matriz das Fabricas Dannemann & Comp., de fachada sumptuosa, suggestiva e elegante. Esta casa, na realidade material e positiva, tem contribuido muitissimo para o maior desenvolvimento commercial de nossa terra. Nas cidades do interior bahiano, como São Felix e Maragogipe, a empresa Dannemann & Comp. demonstrou, por longo tempo, a proficuidade de sua acção, notadamente em São Felix, onde o Sr. Geraldo Dannemann concorreu para o aformoseamento das ruas, melhorando até o calçamento. As fabricas situadas, ao começar a ladeira que vai dar em Muritiba, têm supprido as necessidades de centenas de familias sanfelixtas, muritibanas, e cachoeiranas.

Ahi está, portanto, uma empresa meritoria e necessaria, que bem merece o favor do povo brasileiro.

Propaganda da *Cia. de Charutos Dannemann*. Imagens das filiais. In: *Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, Ano II, N.7, P.2, Jun. de 1918.

Caminhão da *Cia. de Charutos Dannemann*. O prédio é localizado na Av. Salvador Pinto, atualmente, abriga a garagem da Empresa de transportes *Santana*. Fonte: AMSF: Acervo da Família Dannemann

Essa é uma das poucas imagens que encontrei da *Costa Penna & Cia.* A fábrica ficava localizada ao lado da Ponte que liga São Félix e Cachoeira. AMSF. Acervo Família Dannemann.

Essa fotografia privilegia o prédio da *Fábrica de Charutos Pimentel* no primeiro plano da imagem, o prédio ao lado é uma das raras imagens da *Costa Penna & Cia* na cidade de Muritiba. Fonte: A fotografia data de 1957. Acervo de Imagens do IBGE

Conferência e inspeção dos fardos de fumos. Ao fundo na imagem, consta E. Tobler, diretor da *Cia. de Charutos Dannemann*. AMSF. Acervo família Dannemann

Cartaz da *Cia. de Charutos Dannemann*. Constam as lojas, prédios, plantações e manufaturas da empresa. AMSF. Acervo da Família Dannemann.

Operárias laboriosas em filial da fábrica de *Cia. de Charutos Dannemann* em Muritiba. Fonte: *O Radical*, Rio de Janeiro, Ano VII, N. 1.987, p.5, 25 de Set. 1938.